



ESAJ

A C A D Ê M I C A

Ano I - Volume I | JAN/25



REVISTA



Ano I - Volume I | JAN/25

Elaborada no 2º Semestre de 2024

ESAJ - Escola de Administração Judiciária

Revista ESAJ Acadêmica

Ano I - Vol. I - 1º Semestre de 2025

CONSELHO EDITORIAL

Editora-chefe

Prof.^a Dr.^a Lúcia Frota Pestana de Aguiar Silva

Editores-adjuntos

Des. Sérgio Seabra Varella

Des. André Gustavo Corrêa de Andrade

Des. Fernando Cerqueira Chagas

Des. Cláudio Brandão de Oliveira

Des. Jessé Torres Pereira Júnior

Dr.^a Patricy Barros Justino

EQUIPE ADMINISTRATIVA - ESAJ

Diretora da Divisão de Ensino e Pesquisa

Gabriela Simis

Chefe do Serviço de Desenvolvimento e Atualização de Conhecimentos

Prof. Dr. Guilherme Lima Cardozo

Revisão

Eloyse Oliveira de Magalhães

Victoria Lobianco Vilela e Mouta

Laura Andrade Della Colleta de Souza

Bruna Meloni Pereira Silva

Produção Gráfico-Editorial

Leonardo Pereira da Silva

Vilson Avelino dos Anjos Júnior

“Comece fazendo o que é necessário, depois o que é possível, e de repente você estará fazendo o impossível.”

São Francisco de Assis

“Gosto daquele que sonha o impossível.”

Johann Goethe

“É impossível para um homem aprender aquilo que ele acha que já sabe.”

Epicteto

Discursos de Epicteto (livro II, capítulo 17).



Dedicamos esta obra a todos os servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro que, em outros tempos, sonharam com a oportunidade de expressar suas ideias e reflexões científicas, mas que agora, com o lançamento desta revista, veem esse sonho tornar-se realidade.

Que este seja um espaço de inspiração, conhecimento e troca de saberes, representando a voz e o talento daqueles que sempre buscaram contribuir para o engrandecimento do nosso Tribunal.

Boa leitura!

Agradecimentos

Manifestamos aqui nossa mais profunda gratidão ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Desembargador Ricardo Rodrigues Cardozo, cuja visão e compromisso institucional tornaram possível a concretização deste projeto. Sua liderança e apoio inestimável foram fundamentais para a realização desta obra, que marca um novo capítulo no incentivo à produção científica no âmbito do TJRJ.

Agradecemos de forma especial ao Presidente do Conselho Consultivo da ESAJ, Desembargador Sérgio Seabra Varela, cuja dedicação incansável em apoiar e defender todas as iniciativas da ESAJ foi, e continua sendo, uma fonte de inspiração para todos os que acreditam na educação como pilar do desenvolvimento humano e institucional.

Agradecemos ao Conselho Editorial que apoiou nossa iniciativa, em especial aos Desembargadores Jessé Torres Pereira Júnior e Cláudio Brandão de Oliveira, ambos professores que permanecem inspirando os alunos, desde a primeira turma da especialização que originou esses trabalhos.

Estendemos nosso reconhecimento aos Coordenadores da Pós-graduação, Desembargadores André Gustavo Corrêa de Andrade e Fernando Cerqueira Chagas, que, com esmero e sensibilidade, dedicaram seu tempo e expertise na criteriosa avaliação de cada trabalho produzido, garantindo o alto nível acadêmico desta publicação e legitimando essa publicação.

Nosso sincero agradecimento também aos Professores Orientadores, que, com olhar atento e cuidado, ajustaram cada produção textual às exigências e padrões científicos, enriquecendo o conteúdo aqui apresentado.

Não poderíamos deixar de expressar nossa gratidão à Gabriela Simis, Diretora da Divisão de Ensino e Pesquisas da ESAJ, cuja competência e dedicação foram essenciais para a concretização deste projeto, e à equipe de revisores e designers, que, com minúcia e capricho, revisaram e diagramaram esta obra, conferindo-lhe forma e excelência.

Por fim, e acima de tudo, agradecemos aos autores que acreditaram neste projeto desde o início. Vocês são a essência deste trabalho, e sua dedicação e confiança são a verdadeira razão de estarmos celebrando este momento que marca o início de um espaço conquistado para o servidor.

A todos, nossa eterna gratidão!

Apresentação

É com grande entusiasmo que apresentamos o primeiro número da Revista ESAJ Acadêmica, uma publicação que nasce como espaço para a disseminação do saber produzido por nossos alunos do curso de pós-graduação Integridade na Gestão Pública e Direitos Humanos. Esta edição inaugural reúne 14 trabalhos desenvolvidos por profissionais das turmas já formadas desde o início do curso, em junho de 2022.

O curso, concebido a partir de uma matriz científica interdisciplinar, tem como objetivo promover o diálogo entre áreas do conhecimento para abordar de maneira inovadora os desafios da gestão pública e dos direitos humanos. Sua relevância é evidenciada pelo reconhecimento do projeto pedagógico, que foi indicado e selecionado por três vezes ao Prêmio Inovare, uma das mais prestigiadas distinções nacionais voltadas à inovação e boas práticas no Sistema de Justiça.

Os artigos publicados refletem não apenas a assimilação das teorias e dos estudos adquiridos ao longo da formação acadêmica, mas, sobretudo, a experiência funcional acumulada em anos de dedicação ao Poder Judiciário Fluminense por nossos servidores. Essa combinação única entre conhecimento científico e vivência prática confere aos trabalhos um caráter diferenciado, que alia profundidade acadêmica à aplicação real das ideias no contexto do sistema de justiça.

A inspiração para este esforço intelectual também encontra eco na obra *Justiça*, do professor norte-americano Michael Sandel, que nos leva a refletir sobre as teorias da justiça e sua evolução ao longo do tempo. Para ele, aumentar o bem-estar, respeitar a liberdade e promover a virtude são pilares fundamentais para construir uma sociedade justa. Tais reflexões se mostram essenciais em tempos de relativização do que é certo e errado, justo e injusto, exigindo que repensemos nossas formas de viver e agir no mundo.

Ao dialogar com essas ideias, os trabalhos aqui reunidos evidenciam o compromisso dos servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro com o fortalecimento de uma gestão pública mais íntegra, ética e transparente. Cada texto representa um esforço para adaptar princípios e teorias da justiça ao contexto histórico, político e social contemporâneo, contribuindo para um sistema de justiça mais humano e eficaz.

A Revista ESAJ Acadêmica é, portanto, mais do que um repositório de ideias; é uma demonstração do impacto transformador do conhecimento na prática profissional e um convite à reflexão sobre os caminhos para uma sociedade mais justa.

Boa leitura!

Lúcia Frota Pestana de Aguiar
Editora-chefe da ESAJ ACADÊMICA
Pós-doutora em Direito

É com grande honra e satisfação que apresento a presente edição da Revista ESAJ Acadêmica como Desembargador Coordenador da Turma 1, cargo que tive a alegria de dividir em parceria com o Prof. Rafael Mário Iorio Filho. Na Turma 2, coordenei os trabalhos de maneira autônoma e, nas demais turmas, tenho a grata oportunidade de compartilhar a coordenação com o ilustre Desembargador André Gustavo Corrêa de Andrade, cuja dedicação e excelência como docente se manifestam desde o início deste grandioso projeto.

Gostaria de prestar um especial agradecimento à Professora Dr^a Lucia Frota Pestana de Aguiar pela sua incansável proatividade e competência na construção e desenvolvimento do projeto pedagógico que sustenta este curso. Seu esforço e visão têm sido essenciais para alcançarmos o êxito que hoje celebramos.

Este trabalho coletivo resulta em um marco significativo: 32 formados na Turma 1 e 18 servidores formados na Turma 2, cujas produções acadêmicas enriquecem esta revista e elevam o compromisso da Escola com a excelência. Esses formandos, que nos honram com suas reflexões, são testemunhos vivos do potencial transformador da educação jurídica no fortalecimento do Sistema de Justiça.

Ao iniciar os trabalhos administrativos para o curso que deu origem a esta revista, inspirei-me no imperativo categórico kantiano, que nos conclama a buscar uma integridade ética soberana. Foi essa perspectiva que me levou a batizar o curso unindo os conceitos de Integridade e Direitos Humanos, valores centrais para a promoção de uma justiça equitativa e humanizada. Essa denominação alinha-se perfeitamente ao Pacto Nacional “O Judiciário pelos Direitos Humanos”, ratificado pelo nosso atual Presidente Desembargador Ricardo Rodrigues Cardozo, reafirmando o compromisso ético e institucional com a dignidade humana.

Que esta primeira edição da Revista ESAJ Acadêmica seja um símbolo do esforço conjunto e da busca incansável pelo aprimoramento do saber jurídico e da prática judicial. Aos leitores, desejo uma leitura proveitosa e inspiradora.

Desembargador Fernando Cerqueira Chagas
Coordenador do Curso de Pós-Graduação,
“Integridade na Gestão Pública e Direitos Humanos”

É com imenso prazer que compartilho algumas palavras nesta edição especial da Revista ESAJ Acadêmica, como Coordenador a partir da Turma 3 e docente desde o início do curso, tendo a honra de ministrar o módulo dedicado à Liberdade de Expressão. Este tema, tão central à democracia e ao Estado de Direito, reflete um dos valores fundamentais desta jornada acadêmica: a liberdade de escrita, pensamento, consciência e reflexão crítica.

Os servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que hoje celebramos, têm demonstrado, ao longo deste projeto, uma impressionante capacidade de trabalho ético e íntegro na gestão pública. Suas experiências diversas e sua habilidade de articular ideias com profundidade e compromisso engrandecem esta formação e reafirmam o papel do Poder Judiciário como promotor de justiça, equidade e direitos humanos.

Até o momento, este curso já formou 50 servidores, que hoje figuram como protagonistas nesta revista. Cada produção acadêmica publicada é um testemunho da excelência intelectual e do compromisso ético dos nossos alunos. É também uma inspiração para que este projeto pedagógico continue a se renovar, fortalecendo a missão da Escola de Administração Judiciária como referência no aprimoramento do saber jurídico e da gestão pública.

Gostaria de expressar minha gratidão ao Presidente do CCESAJ, Desembargador Sérgio Seabra Varella, pelo convite para Co-coordenar este curso em parceria com o dedicado colega Desembargador Fernando Cerqueira Chagas. Manifesto também minha admiração pela Professora Dra. Lúcia Frota Pestana de Aguiar, amiga e co-docente, cuja dedicação incansável tem sido um pilar fundamental no desenvolvimento deste projeto, que, sem dúvida, se consolida como mais um sucesso.

Que as reflexões publicadas nesta revista inspirem a todos os leitores e reforcem a importância de buscarmos, sempre, o aprimoramento intelectual e profissional na construção de um Sistema de Justiça, mais atento às demandas da sociedade, e cada vez mais justo, e humanizado.

Desembargador André Gustavo Corrêa de Andrade
Coordenador do Curso de Pós-Graduação,
“Integridade na Gestão Pública e Direitos Humanos”

SUMÁRIO

1. A IMPORTÂNCIA DA OUVIDORIA NO PROGRAMA DE INTEGRIDADE DO PODER JUDICIÁRIO - Carolina Dias Badajós
2. O PLANTÃO JUDICIÁRIO ELETRÔNICO COMO ACESSO À JUSTIÇA - Maria Eugenia de Castro Borges
3. A OBRIGATORIEDADE DAS AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO PREVISTAS NO ARTIGO 334, DO CPC COMO SOLUÇÃO À LITIGIOSIDADE EXCESSIVA E INSTRUMENTO DE ACESSO À JUSTIÇA - Flávia Teixeira Barbosa
4. INTEGRIDADE ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA - Maria Stella Osso
5. JUSTIÇA RESTAURATIVA E SUA IMPLEMENTAÇÃO NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Frederico Augusto Santos de Arruda
6. ESPAÇO SINAL VERDE: ACOLHIMENTO E EFICIÊNCIA NO ATENDIMENTO AO PÚBLICO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Renata Ferreira Mello Chantre
7. O LIMITE À LIBERDADE DE EXPRESSÃO E SEUS EFEITOS NO BALCÃO VIRTUAL - André Ricardo Gonçalves Dos Santos
8. A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO NAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS E OS SEUS DESAFIOS - Dorlei Ferreira Junior
9. PENAS RESTRITIVAS DE DIREITO: ALTERNATIVA À PRISÃO? UMA ANÁLISE NA COMARCA DE NITERÓI - Claudia Xavier Ferreira
10. DESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO FLUMINENSE NO ENFRENTAMENTO AO RACISMO AMBIENTAL - Daniel Pfaender
11. O ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL - LEI 12.299/10 E A RESOLUÇÃO 325 DE 20 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA: A INTEGRIDADE DA PESSOA HUMANA - Cátia Caldeira Constantino
12. TRABALHO ESCRAVO: A DISCRIMINAÇÃO ESTRUTURAL HISTÓRICA DO BRASIL COMO FATOR DETERMINANTE DE SUA CONDENAÇÃO NA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS - Isabel Christina Halbouti Maia
13. ETARISMO: COMBATE AO IDADISMO NA GESTÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Zélia Maria Lascasas Ferreira
14. VIDA APÓS A APOSENTADORIA: UMA REFLEXÃO À LUZ DO ETARISMO - Daniela Vicente da Silva

PROFESSORES ORIENTADORES

Prof.^a Dr.^a Lúcia Frota Pestana de Aguiar

Prof.^a Dr.^a Patricy Barros Justino

Prof. Dr. Rafael Mario Iorio Filho

Prof. Dr. Ronaldo Lucas da Silva

Prof. Dr. Ubirajara da Fonseca Neto



A IMPORTÂNCIA DA OUVIDORIA NO PROGRAMA DE INTEGRIDADE DO PODER JUDICIÁRIO

Carolina Dias Badajós

Graduada em Direito pela Universidade do Rio de Janeiro – UNIRIO

Chefe do Serviço Serviço de Informação ao Cidadão-Ouvidoria

Resumo: O presente trabalho discute a importância da Ouvidoria no Programa de Integridade do Poder Judiciário. Para tanto, apresenta-se o Judiciário enquanto responsável pela administração da Justiça e garantidor das liberdades e dos direitos individuais e sociais, relacionando-o com as funções da Ouvidoria, importante órgão judicial não-jurisdicional de participação democrática e instrumento de gestão administrativa. Enquanto órgão autônomo e integrante da alta administração, a Ouvidoria, essencial à administração da Justiça, pode e deve contribuir para a prevenção, detecção e correção de fraudes e demais irregularidades, fortalecendo, enquanto pilar e canal de denúncias, o Programa de Integridade do Judiciário.

Palavras-chave: Poder Judiciário. Ouvidoria. Integridade. Transparência. Acesso à Justiça.

Sumário: Introdução. 1. Acesso à Justiça e Integridade. 2. Ouvidoria Judicial: histórico e funções. 3. Resolução CNJ nº 410/2022 e a atuação da Ouvidoria enquanto canal efetivo e transparente de denúncias. Conclusão. Referências.

INTRODUÇÃO

O presente artigo discute a importância estratégica da Ouvidoria no Programa de Integridade do Poder Judiciário, enquanto legítimo canal de denúncias de condutas ilícitas e antiéticas.

Em síntese, a Organização das Nações Unidas (ONU), com o objetivo de maximizar uma cooperação internacional para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), planejou categoricamente na Agenda 2030, sob o título “Paz, Justiça e Instituições eficazes”, a diretiva para os estados-membros promoverem sociedades pacíficas e inclusivas, proporcionando acesso à Justiça para todos, por meio de instituições que sejam efetivamente eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

De olho especificamente nesse objetivo no contexto dos ODS e, considerando as Recomendações sobre integridade pública do Conselho da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), nas quais a *integridade* é um dos pilares das estruturas políticas, econômicas e sociais e, portanto, essencial ao bem estar econômico e social e à prosperidade dos indivíduos e das sociedades como um todo, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) resolveu, através da publicação da Resolução nº 410/2021, dispor sobre a instituição de normas gerais para os programas de integridade no âmbito do Poder Judiciário brasileiro. Para tanto, o CNJ estabeleceu objetivos, eixos, diretrizes e elementos fundamentais que devem nortear os sistemas de integridade da Justiça, o que revela o estabelecimento de uma nova cultura institucional: a cultura da integridade. Dentre as diretrizes estabelecidas pelo Conselho, tem-se o aprimoramento do fluxo de informações relacionadas a denúncias, elogios e

sugestões, de modo a simplificar o canal de ingresso dessas comunicações e utilizar a análise e o encaminhamento do material, que se dará nos limites da atuação das Ouvidorias.

O tema proposto é controvertido e tem relevância social, considerando os alarmantes escândalos de fraudes, corrupção, nepotismo e abuso de poder envolvendo agentes e entidades da Administração Pública, o que tem gerado uma preocupação social com essas práticas que destroem recursos públicos, ampliam as desigualdades econômicas e sociais, criam descontentamento e polarização política, reduzindo significativamente a confiança nas instituições públicas.

Tudo isso aponta, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, para uma crescente importância da Ouvidoria no processo de construção de uma nova visão da governança institucional, a qual deseja promover ações pautadas em uma maior transparência, prestação de contas e responsabilização (*accountability*), participação social, tecnologia e inovação, procurando aumentar a disponibilidade de informações, apoiar a participação social, implementar padrões elevados de integridade profissional na Administração, bem como ampliar o acesso a novas tecnologias para fins de abertura e prestação de contas.

Assim, há a necessidade de uma análise do tema, sendo discutido no primeiro capítulo a função do Poder Judiciário enquanto responsável pela administração da Justiça e garantidor do acesso às liberdades e direitos individuais e sociais dos cidadãos. Para tanto, cumpre-se reconhecer o princípio da inafastabilidade do Poder Judiciário dentro do sistema de *jurisdição una* e sua relação com o órgão judicial não-jurisdicional chamado Ouvidoria, responsável enquanto canal de comunicação pela legítima participação democrática no controle social dos serviços prestados pela Justiça, capaz de contribuir para a detecção, prevenção e correção de condutas ilícitas.

Por consequência lógica, no segundo capítulo, procura-se estabelecer um histórico do instituto Ouvidoria, identificando suas funções no âmbito do Poder Judiciário que justifiquem a sua indispensabilidade no sistema de integridade.

No terceiro capítulo, sob a luz da Resolução CNJ nº 410/2021, avalia-se a efetividade e questiona-se acerca dos limites da atuação da Ouvidoria, observando os resultados, lacunas e obstáculos a serem vencidos em ações que objetivem dar visibilidade ao órgão enquanto canal de ingresso de manifestações que visem, especialmente, combater a corrupção e promover a transparência pública.

Do exposto, observa-se que o propósito do presente trabalho é reconhecer no instituto da Ouvidoria um dos pilares do Programa de Integridade do Poder Judiciário, sendo o caminho mais adequado a ser percorrido enquanto canal de comunicação com as partes diretamente interessadas na abertura do Judiciário para uma maior transparência e acesso à Justiça.

A pesquisa será desenvolvida pelo método hipotético-dedutivo, uma vez que a pesquisadora pretende apresentar um conjunto de proposições hipotéticas, as quais acredita serem viáveis e adequadas para analisar o objeto da pesquisa, com o objetivo de comprová-las ou rejeitá-las de forma argumentativa, com uma abordagem necessariamente qualitativa. Com esse intuito, a pesquisadora pretende se valer da bibliografia pertinente à temática em foco – analisada e fichada na fase exploratória da pesquisa (legislação e doutrina) – para sustentar a sua argumentação.

1. ACESSO À JUSTIÇA E INTEGRIDADE.

No Estado de Direito, a separação dos poderes estatais¹ constitui princípio fundamental e base da organização do governo democrático. Assim, o exercício do poder (*uno*) do Estado, quando repartido por vários órgãos e critérios funcionais, estabelece um sistema de freios e contrapesos, segundo o qual se torna mais difícil o arbítrio

1 - BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 05 out. 2023

e mais fácil a liberdade individual e o exercício dos direitos de cada cidadão.

Nesse diapasão, o Poder Judiciário, enquanto expressão do poder estatal, vem ganhando nas últimas décadas um relevante *status* político, seja censurando as atividades dos outros Poderes pelo aspecto da legalidade e competência, seja realizando o controle de suas políticas públicas ou como esteio das liberdades e dos direitos individuais e sociais, dos quais constitui a principal garantia².

Sendo assim, em virtude do princípio da inafastabilidade da apreciação jurisdicional, esculpido entre os direitos e garantias individuais presentes na Constituição Federal³, o Poder Judiciário encontra-se como o único provedor da tutela jurisdicional, sendo o responsável pela administração da Justiça e garantidor do seu acesso, no sistema de *jurisdição una*, vigente no ordenamento jurídico pátrio.

Nas palavras de Dinamarco⁴:

Os direitos fundamentais, formulados pela Constituição Federal mediante normas necessariamente vagas e genéricas, quando violados ou postos em dúvida só podem ser reconhecidos, positivados e efetivados pelos tribunais. É perante o Poder Judiciário portanto que se pode efetivar a correção da imperfeita realização automática do direito: ilusórios seriam os direitos que a ordem jurídica substancial confere aos indivíduos, se não puderem ser reivindicados e defendidos em juízo.

Desse modo, o Poder Judiciário revela-se pela prestação da tutela jurisdicional e pela promoção do acesso à Justiça.

Entretanto, com as transformações ocorridas no conceito de *justiça* nas últimas décadas⁵, o Estado precisa garantir ao cidadão mais do que um mero acesso formal. Precisa assegurar que a Justiça esteja sendo prestada de forma efetiva, transparente, íntegra, eficiente e qualificada, não sendo mais aceitável que os operadores do Direito estejam alheios às preocupações e demandas da maioria da população.

Assim, numa ótica de participação democrática na própria construção do acesso à Justiça, como garantia de eficiência dos serviços e transparência pública no exercício do poder, as Ouvidorias Judiciais são criadas por expressa disposição constitucional⁶, integrantes do Poder Judiciário, sendo órgãos que, embora não sejam dotados de qualquer competência jurisdicional, são, rigorosamente, órgãos judiciários⁷.

Como importante ferramenta de gestão integrada e controle a favor da defesa do estado democrático de direito, as Ouvidorias Judiciais, órgãos autônomos e integrantes da alta administração do Judiciário, sustentam-se e priorizam o interesse público sobre os interesses privados na Administração, funcionando a favor da integridade pública, no alinhamento consistente e aderente aos valores, princípios e éticas comuns que consideram as preocupações e demandas da população a verdadeira razão de ser do sistema de Justiça.

É necessário considerar, especialmente, que a corrupção é relatada como a preocupação número um dos cidadãos, sendo percebida como uma prática que perpetua a desigualdade e a pobreza, gera impacto no bem-estar e na distribuição da renda e prejudica oportunidades para participar igualmente na vida social, econômica e política⁸.

Assim, com a intenção de promover uma gestão participativa, na qual a população colabora ativamente na identificação dos problemas e soluções da Justiça, a Ouvidoria funciona como um importante canal de denúncias entre o poder público e a sociedade civil, representando grande aliada do poder estatal, estando apta a atuar,

2 - Ibid., p.189.

3 - BRASIL, op. cit.

4 - DINAMARCO, op. cit., p.190.

5 - CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. Acesso à Justiça. Tradução de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Fabris, 1988, p.9.

6 - BRASIL, op. cit.

7 - As Ouvidorias de Justiça têm competência para “receber reclamações e denúncias de qualquer interessado contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, ou contra seus serviços auxiliares, representando diretamente ao Conselho Nacional de Justiça” (Constituição Federal, art. 103-B, §7º).

8 - OCDE. Recomendação do Conselho da OCDE sobre integridade pública. OECD/LEGAL/0435, 2017. Versão em língua portuguesa disponível em: <https://www.oecd.org/gov/ethics/integrity-recommendation-brazilian-portuguese.pdf>. Acesso em: 05 out 2023.

especialmente, na detecção e prevenção de fraudes e no combate à corrupção, com todas as implicações dela decorrentes, o que pode e deve sempre ser denunciado e punido.

2. OUVIDORIA JUDICIAL: HISTÓRICO E FUNÇÕES.

Historicamente, a Ouvidoria não é um instituto novo. Sua idealização remonta ao ano 555 a.C., e é atribuída ao filósofo chinês Confúcio⁹.

No século XIX, mais precisamente em 1809, evidenciou-se, na Suécia, a figura do *ombudsman* (“homem com missão pública de intermediário”) que conservou, na atualidade, não só o nome, mas as características de um representante com a função de receber críticas e sugestões de populares e o dever de agir, imparcialmente, para mediar conflitos entre os envolvidos.

No Brasil, os registros iniciais datam de 1548 e apontam a existência do Ouvidor do Rei, com a função de representar a administração da justiça real portuguesa, atuando em nome e nos interesses da Coroa¹⁰.

A primeira Ouvidoria Pública brasileira foi criada somente no ano de 1986, na cidade de Curitiba/PR, pouco antes da promulgação da Carta da República, a qual, unida ao reconhecimento da necessidade constante de melhoria na prestação dos serviços, elevou a Ouvidoria Pública no Brasil a um verdadeiro mecanismo de exercício da democracia participativa.

A Constituição Federal de 1988 instituiu o estado democrático de direito destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores fundamentais de uma sociedade comprometida com a solução pacífica das controvérsias.

Esse conjunto de direitos e garantias foi estabelecido como resultado de longo e complexo processo de mobilizações sociais e políticas que marcaram as décadas de 1970 e 1980. A ampliação da participação social na administração pública foi consequência direta e árdua desse percurso, em resposta às demandas em torno da democratização do Estado brasileiro.

A possibilidade de interlocução das pessoas com o Estado se tornou possível porque a Carta Magna expressamente inseriu os princípios da democracia participativa. Estabeleceu, ainda, os princípios da impessoalidade e da publicidade dos atos da administração pública, lançando os fundamentos de inovação na expressão de interesses e em representação de demandas por atores e grupos junto ao Estado.

A adoção e institucionalização das Ouvidorias Públicas na administração nas últimas três décadas são fruto desse processo de democratização do Estado brasileiro, que materializou no texto constitucional a participação social como um dos elementos-chave para a garantia de direitos humanos e a organização das políticas públicas¹¹.

O Poder Judiciário, como integrante da administração pública *lato sensu*, observou que o acesso à Justiça engloba, obrigatoriamente, a disponibilização de meios e ferramentas que tragam aos jurisdicionados soluções mais céleres e adequadas à necessidade de cada demanda apresentada, de forma menos onerosa para toda a sociedade civil.

Nesse diapasão, despontam as Ouvidorias Judiciais que funcionam como respeitável mecanismo para o acesso à Justiça, enquanto instrumentos de gestão e cidadania, configurando-se em vias poderosas de comunicação entre a sociedade e o Poder Judiciário, através de diversos canais de manifestação e participação democrática¹².

9 - CYRILLO, Rose Meire. Ouvidorias: um Aporte Necessário. Disponível em: <https://www.prograd.ufscar.br/ouvidoria/arquivos/ouvidoriaumaportenenecessario.pdf>. Acesso em: 05 out 2023, p. 195

10 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Construindo um Novo Judiciário. 2007, p. 17.

11 - Saiba mais sobre Ouvidorias Públicas em: <https://www.gov.br/ouvidorias/pt-br>. Acesso em: 12 nov 2023.

12 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Resolução nº 432, de 23 de agosto de 2021. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/origi->

As Ouvidorias Judiciais atuam como portas de entrada na interlocução entre o manifestante e os Tribunais de Justiça, de modo que seus pleitos, decorrentes do exercício da cidadania, provoquem a melhoria dos serviços públicos prestados, e, em consonância com os ditames constitucionais, promovam justiça social.

A importância de sua criação é inegável. O órgão é essencial à administração da Justiça e opera no sistema de “Justiça Multiportas”¹³ como agente promotor de mudanças: de um lado favorece uma gestão flexível, comprometida com a satisfação das necessidades da população; de outro estimula a prestação de serviços públicos de qualidade, capazes de garantir direitos, quando se tornam acessíveis ao povo tratamentos isonômicos, céleres, transparentes e eficazes em suas demandas trazidas à Justiça.

Em síntese, as Ouvidorias, de forma ampla, têm como finalidade estimular a participação e a conscientização da população sobre o direito de receber um serviço público de qualidade, com baixo custo e conformidade legal. Qualquer pessoa, física ou jurídica, que pertença ao público interno ou externo, pode apresentar, sem ônus, manifestação à Ouvidoria através dos diversos canais de comunicação, inclusive no espaço virtual.

As Ouvidorias, portanto, encontram na democracia, o campo necessário para sua expansão e fortalecimento, pois são compreendidas como espaços independentes, imparciais, plurais, irrestritos, e abertos à satisfação dos anseios da sociedade, enquanto o conteúdo das suas manifestações equaciona a qualidade do próprio desempenho e traça estratégias de melhoria constante.

Dessa forma, Rose Meire Cyrillo¹⁴ observa que:

Essa caixa de ressonância em que se transformou a Ouvidoria contribui muito para o fortalecimento do Poder Judiciário, que mais facilmente identifica falhas em seu modelo de prestação de serviços e mais rapidamente busca soluções para dirimi-las, tudo com a efetiva participação social do cidadão, que se reconhece como protagonista nesse processo, ao mesmo tempo artífice/indutor destinatário do agir estatal.

Na esteira da ampliação do acesso à Justiça e do fortalecimento dos instrumentos de controle social, o CNJ dispôs na Resolução nº 432/2021, especificamente no art. 4º, o rol das competências administrativas da Ouvidoria, absolutamente compatíveis com a sua finalidade precípua, entre as quais encontram-se expressamente a atuação na defesa da ética, da transparência e da eficiência na prestação do serviço público e, sobretudo, a promoção da tramitação de reclamações acerca de deficiências na prestação dos serviços, abusos e erros cometidos pelos servidores, magistrados, colaboradores e/ou terceiros¹⁵.

Assim, considerando que segundo a OCDE, o conceito de *integridade*¹⁶ refere-se ao “alinhamento consistente e à adesão de valores, princípios e normas éticas comuns para sustentar e priorizar o interesse público sobre os interesses privados no setor público”, faz-se imperioso estabelecer a relação entre o Programa de Integridade do Poder Judiciário e a atuação da Ouvidoria enquanto canal de denúncias, sendo esse um pilar indispensável do referido programa.

3. RESOLUÇÃO DO CNJ Nº410/2021 E A ATUAÇÃO DA OUVIDORIA ENQUANTO CANAL EFETIVO E TRANSPARENTE DE DENÚNCIAS

Segundo os ditames do *Manual para implementação de programas de integridade – orientações para o*

nal133611202111036182904b71000.pdf. Acesso em: 05 out. 2023.

13 - Idem. Resolução nº 125, de 23 de agosto de 2021. Disponível em: https://atos.cnj.jus.br/files/resolucao_comp_125_29112010_19082019150021.pdf. Acesso em: 05 out. 2023.

14 - CYRILLO, op. cit., p.206.

15 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Resolução nº 432, de 23 de agosto de 2021. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/original133611202111036182904b71000.pdf>. Acesso em: 05 out. 2023.

16 - OCDE. Recomendação do Conselho da OCDE sobre integridade pública. OECD/LEGAL/0435, 2017. Versão em língua portuguesa disponível em: <https://www.oecd.org/gov/ethics/integrity-recommendation-brazilian-portuguese.pdf>. Acesso em: 05 out 2023.

setor público – da Controladoria Geral da União (CGU), instituir um Programa de Integridade não significa lidar com um assunto novo, mas valer-se de temas já conhecidos pelas organizações de maneira mais sistematizada. Nesse sentido, os instrumentos de um Programa de Integridade incluem diretrizes já adotadas através de atividades, programas e políticas de auditoria interna, correição, ouvidoria, transparência e prevenção à corrupção, organizadas e direcionadas para a promoção da integridade institucional¹⁷.

Conforme estabelecido no referido Manual, a criação de um canal pelo qual servidores e cidadãos possam denunciar desvios cometidos por pessoas da instituição, inclusive da alta administração, é medida indispensável à garantia da manutenção da integridade pública.

Desse modo, nas palavras de Lúcia Frota Pestana de Aguiar¹⁸:

O Programa de Integridade precisa ser um documento único, que abranja toda a instituição de forma sistêmica. É, pois, um conjunto de todas as medidas que devem ser implementadas, em um período determinado, com a finalidade de prevenir, detectar e remediar as ocorrências desviadas da responsabilidade ética nos órgãos e entidades públicas, aprovado pela alta direção e sob responsabilidade de uma determinada área.

Acrescente-se que a Resolução do CNJ nº 410/2021, após estabelecer os eixos dos sistemas de integridade do Poder Judiciário, apresenta diretrizes para sua concepção e implementação, entre as quais está o fortalecimento do fluxo de informações relacionadas a denúncias, elogios ou sugestões, de modo a simplificar o canal de ingresso dessas comunicações e otimizar a análise e o encaminhamento do material recebido¹⁹.

É inegável, assim, a importância da Ouvidoria no Programa de Integridade do Poder Judiciário, uma vez que esse órgão já funciona como efetivo mecanismo de transparência e *accountability*, além de canal confiável de denúncia que garante a proteção da identidade do denunciante, como forma de resguardá-lo de retaliações, perseguições ou tratamento discriminatório.

Cumprindo com os ditames legais e resoluções do CNJ, a Ouvidoria apresenta à alta administração da Justiça e publica regularmente relatórios estatísticos relativos às demandas apresentadas, de modo a promover a prestação de contas e a transparência no que é noticiado àquele órgão, respondendo em prazo exíguo e de modo resolutivo a quem dela demandar.

Logo, a centralização por meio de um canal único e em uma única base de dados é essencial para a geração de inteligência, tanto no que se refere à legitimidade dos processos decisórios no âmbito público – resguardando a sua aderência às necessidades dos jurisdicionados – quanto para a detecção de desvios e irregularidades²⁰.

Enquanto agente de integridade, a Ouvidoria tem muito a contribuir com a alta administração na internalização e gestão da integridade organizacional, não só em razão de sua atuação como eficaz canal de denúncias, mas, sobretudo, como espaço democrático de acolhimento e desinterdição da fala, o que fomenta a construção de uma cultura de diálogo e de ética, estimulando condutas íntegras, atuando ainda de forma a prevenir e monitorar possíveis riscos²¹.

Quando a Ouvidoria presta contas à sociedade do trabalho realizado pelo Judiciário e, ao mesmo tempo, incentiva e oportuniza os usuários a exercerem o controle social dos atos da Administração, monitorando e fiscalizando a utilização das verbas públicas, avaliando a qualidade do serviço público e opinando sobre a execução de políticas públicas necessárias, está atuando preventivamente no combate a possíveis abusos e desvios de finalidade por parte dos gestores.

17 - CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. Manual para implementação de programas de integridade – orientações para o setor público, 2017 – Disponível em https://www.gov.br/cgu/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/integridade/arquivos/manual_profip.pdf. Acesso em: 05 out. 2023, p. 07.

18 - AGUIAR, Lúcia Frota Pestana de. Compliance: Capacitação no Poder Judiciário Estadual. Revista de Direito Contemporâneo UNIDEP, Pato Branco, ano 2, n.1, p. 91-124, jan./jun. 2023. Disponível em: <https://periodicos.unidep.edu.br/rdc-u/article/view/200>. Acesso em: 03 nov 2023, p. 101.

19 - CNJ. Resolução nº 410, de 23 de agosto de 2021. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/original1400132021082561264ceda90b7.pdf>. Acesso em: 05 out. 2023.

20 - CYRILLO, Rose Meire. A Ouvidoria Pública como mecanismo de enfrentamento à corrupção e sua interface com o Programa de Integridade. Disponível em: https://revista.cgu.gov.br/Cadernos_CGU/article/view/506/286. Acesso em: 12 nov 2023, p. 35.

21 - Ibid., p. 37.

De igual sorte, há que se considerar, ainda, que o simples fato de existir um canal de denúncias confiável e efetivo já funciona como fator inibidor e de dissuasão de práticas lesivas ao erário público, atuando como um freio preventivo àqueles que cogitam locupletar-se indevidamente do erário, pois sabem de antemão que poderão ser delatados.

Ao dar transparência aos fluxos de tratamento de denúncias recebidas e respectivos resultados, a Ouvidoria auxilia a alta administração na construção de uma cultura de integridade organizacional, reforçando o compromisso de incentivar e premiar comportamentos aderentes bem como de responsabilizar e punir as condutas ímprobas.

Fomentar a participação social e o controle dos atos da administração pública por meio da Ouvidoria tem se mostrado uma estratégia de baixo custo e eficaz, uma vez que é um mecanismo de integridade que já faz parte da estrutura organizacional do Poder Judiciário, funcionando para dentro e para fora do espaço da Justiça, de forma permanente e contínua.

Observe-se, ainda, que as boas práticas permeiam a atuação da Ouvidoria, a qual já disponibiliza canais de fácil acesso para a realização de denúncias, estabelecendo regras claras quanto à proteção dos denunciantes, inclusive recepcionando denúncias anônimas e respeitando a possibilidade de anonimização de dados pessoais nas manifestações com o estabelecimento do fluxo de recepção, tratamento e acompanhamento de reclamações/denúncias, além do monitoramento e avaliação de seus resultados e satisfação dos jurisdicionados quanto aos serviços prestados pelo referido órgão.

CONCLUSÃO

No contexto do que foi apresentado, por conta da capacidade dialógica e de apreensão de tendências e percepções, a Ouvidoria apresenta-se como um pilar fundamental no planejamento estratégico da Justiça, sendo um refletor privilegiado das fragilidades internas e externas, verdadeiro celeiro de informações que permite àqueles que trabalham na Justiça um olhar diferenciado sobre os anseios sociais, auxiliando-os na tarefa de redirecionar políticas, aperfeiçoar processos e eliminar riscos que comprometam a integridade e a confiança no Poder Judiciário. É importante ressaltar que há a necessidade de um novo olhar sobre o potencial da Ouvidoria na tarefa de recriar um espaço íntegro no âmbito governamental, capaz de impactar positivamente no grau de confiança e de credibilidade de todos que interagem com o aparato estatal, além de melhorar os resultados e a performance da Justiça.

Ademais, o Programa de Integridade deve possuir enfoque preventivo, dado que visa de maneira precípua a diminuição dos riscos de corrupção na Justiça. Caso haja algum desvio ou quebra de integridade, o programa deve atuar de maneira a identificar, responsabilizar e corrigir tal falha de maneira célere e eficaz.

Assim, o trabalho a ser realizado pela Ouvidoria, de transformar em realidade os conceitos de acesso à informação, de transparência ativa e passiva, de *accountability*, de gestão participativa e de representação do indivíduo, só será exitoso com o apoio da instituição da qual ela faz parte, no sentido de fortalecer e aprimorar os recursos para a capacitação e o desenvolvimento adequado das competências necessárias para a consecução plena de tais objetivos.

Frise-se que essa conjunção de esforços mudará a perspectiva que sem tem hoje da Ouvidoria, que além de importante canal de comunicação entre o usuário e os órgãos públicos, há de ser compreendida como unidade de inteligência, com plena capacidade de sistematização de informações e de elaboração de indicadores, assim como uma área de produção de resultados no que tange à facilitação de diálogo, construção de consenso e resolução de conflitos, criando um círculo positivo e virtuoso, com reflexos na consolidação da confiança da sociedade na Justiça, legitimando-a enquanto instrumento de concretização da cidadania, da integridade e da democracia

participativa.

Diante dessas premissas, conclui-se que a Ouvidoria é instrumento a serviço da democracia. Consagrando-se como imprescindível porta de entrada do povo e intermediando o acesso aos órgãos judiciais, administrativos e extrajudiciais dos Tribunais de Justiça brasileiros, constitui-se como um importante instrumento de gestão para o Poder Judiciário, que tem a oportunidade de aperfeiçoar suas perspectivas e ações, de modo a prestar um serviço público de qualidade e promover a construção de uma sociedade mais livre, justa e solidária.

Assim, a Ouvidoria tem uma função essencial e extremamente atuante em todo e qualquer Programa de Integridade, seja ele público ou privado. O tema é muito atual e instigante, sendo merecedor de estudos mais aprofundados.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Lúcia Frota Pestana de. *Compliance: Capacitação no Poder Judiciário Estadual*. **Revista de Direito Contemporâneo UNIDEP**, Pato Branco, ano 2, n. 1, p. 91-124, jan./jun. 2023. Disponível em: <https://periodicos.unidep.edu.br/rdc-u/article/view/200>. Acesso em: 03 nov 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 05 out. 2023.

BRASIL. **Lei n. 12.846, de 01 de agosto de 2013**. Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112846.htm. Acesso em: 05 out. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022**. Regulamenta a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/decreto/d11129.htm#:~:text=DE-CRETO%20N%C2%BA%2011.129%2C%20DE%2011%20DE%20JU-LHO%20DE%202022&text=Regulamenta%20a%20Lei%20n%C2%BA%2012.846,administrat%C3%A7%C3%A3o%20p%C3%ABlica%2C%20nacional%20ou%20estrangeira. Acesso em: 05 out. 2023.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à Justiça**. Tradução de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Fabris, 1988.

CHAGAS, Fernando Cerqueira; AGUIAR, Lúcia Frota Pestana de. *Compliance: uma proposta necessária de implantação no Poder Judiciário estadual*. **Revista do TCE Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 50-59, jan./jun. 2023. Disponível em: <https://www.tce.rj.gov.br/biblioteca/scripts/bnweb/bnmap.exe?router=upload/49880>. Acesso em: 03 nov 2023.

CYRILLO, Rose Meire. **Ouvidorias: um Aporte Necessário**. Disponível em: <https://www.prograd.ufscar.br/ouvidoria/arquivos/ouvidoriaumaportenenecessario.pdf>. Acesso em: 05 out 2023.

CYRILLO, Rose Meire. **A Ouvidoria Pública como mecanismo de enfrentamento à corrupção e sua interface com o Programa de Integridade**. Disponível em: https://revista.cgu.gov.br/Cader-nos_CGU/article/view/506/286. Acesso em: 12 nov 2023.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Agenda 2030**. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/agenda-2030/>. Acesso em: 05 out 2023.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Recomendação nº 123**, de 07 de janeiro de 2022. Disponível em:

<https://atos.cnj.jus.br/files/original1519352022011161dda007f35ef.pdf>. Acesso em: 29 out 2023.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Resolução nº 125**, de 23 de agosto de 2021. Disponível em: https://atos.cnj.jus.br/fi-les/resolucao_comp_125_29112010_19082019150021.pdf. Acesso em: 05 out. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Resolução nº 215**, de 23 de agosto de 2021. Disponível em: https://atos.cnj.jus.br/fi-les/resolucao_comp_215_16122015_26032019162517.pdf. Acesso em: 05 out. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Resolução nº 410**, de 23 de agosto de 2021. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/fi-les/original1400132021082561264ceda90b7.pdf>. Acesso em: 05 out. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Resolução nº 432**, de 23 de agosto de 2021. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/fi-les/original133611202111036182904b71000.pdf>. Acesso em: 05 out. 2023.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. **Manual para implementação de programas de integridade – orientações para o setor público**, 2017 – Disponível em https://www.gov.br/cgu/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/integridade/arquivos/manual_profip.pdf. Acesso em: 05 out. 2023.

DINAMARCO, Cândido Rangel; BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy; LOPES Bruno Vasconcelos Carilho. **Teoria Geral do Processo**. – 34.ed., rev.e ampl. - São Paulo: Malheiros, 2023.

IASBECK, Luiz Carlos Assis. **Ouvidoria, Lugar Privilegiado de Comunicação Organizacional**. Disponível em <http://www.portcom.inter-com.org.br/pdfs/60879359549489645852967863883468496648.pdf>. Acesso em 05 out 2023.

MELO, Inês da Trindade Chaves de. **O terceiro informante na recuperação de ativos públicos: o papel do whistleblower na improbidade administrativa**. 2022. 145f. Tese. (Doutorado em Direito) – Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://portal.estacio.br/media/4688202/ines-da-trindade-chaves-de-melo.pdf>. Acesso em: 03 nov 2023.

MOTA FILHO, Humberto Eustáquio César. **Decisões conscientes, empresas resilientes: como tornar o mundo dos negócios mais ético com ações efetivas**. São Paulo: SGP – Soluções em Gestão Pública, 2022.

OCDE. **Recomendação do Conselho da OCDE sobre integridade pública**. OECD/LEGAL/0435, 2017. Versão em língua portuguesa disponível em: <https://www.oecd.org/gov/ethics/integrity-recommendation-brazilian-portuguese.pdf>. Acesso em: 05 out 2023.

SANDEL, Michel J. **Justiça – O que é fazer a coisa certa**. Tradução de Heloisa Matias e Maria Alice Máximo, - 38ª edição – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

SEGURA, Larissa Garrido Benetti (Org.); KEPPEN, Luiz Fernando Tomasi; ZENKNER, Marcelo (Coord.). **Sistema de Integridade e Poder Judiciário: estudos em homenagem ao ministro Luiz Fux**. Belo Horizonte: Fórum, 2022.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO. **Ato Executivo TJ nº 81, de 13 de junho de 2022**. Institui o Programa de Integridade no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=291593&integra=1. Acesso em: 05 out 2023.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO. **Ato Normativo TJ nº 10/2023**. Estabelece o Sistema de Governança Institucional do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=295930&integra=1. Acesso em: 05 out 2023.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO. **Ato Normativo TJ nº 11/2023**. Dispõe sobre a Política de Gestão de Riscos da Secretaria Geral de Governança, Inovação e *Compliance* e dá outras providências. Dis-

ponível em: http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=295936&integra=1. Acesso em: 05 out 2023.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO. **Ato Normativo TJ n° 43/2023**. Institui e regulamenta o Canal de Denúncia de Integridade do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=300156&integra=1. Acesso em: 13 nov 2023.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO. **Construindo um Novo Judiciário**. 2007.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO. **Resolução OE n° 15/2023**. Aprova o Código de Ética do Servidor e do Colaborador do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=298263&integra=1. Acesso em: 05 out 2023.



ESAJ

ACADÊMICA

O PLANTÃO JUDICIÁRIO ELETRÔNICO COMO ACESSO À JUSTIÇA



Maria Eugenia de Castro Borges

Graduada em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ
Diretora da Divisão de Análise de Negócios Legados

Resumo: Discorre sobre a criação do Plantão Judiciário na esfera do estado do Rio de Janeiro, abordando a questão da melhoria do acesso à justiça com a transformação do Plantão Judiciário, em Plantão Judiciário Eletrônico a partir do advento da COVID - 19 em março de 2020; baseando-se em dados estatísticos do Tribunal de Justiça e da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Palavras-chaves: Acesso à Justiça. Processo eletrônico. Plantão judiciário.

Sumário: Introdução. 1. A Importância do Plantão Judiciário para o Acesso à Justiça. 2. Análise Crítica das mudanças no Plantão com o Advento do Processo Eletrônico. 3. Inovação: Ampliação do acesso à Justiça com o Plantão Eletrônico. Conclusão. Referências.

INTRODUÇÃO

O acesso à Justiça foi incluído como Direito Fundamental na Constituição de 1988 em seu artigo 5º inciso LXXIV, onde se lê: “O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de Recursos”.

Ainda antes da Constituição, na Declaração Universal dos Direitos Humanos adotada em 1948, já era estabelecido, em seu Artigo 8º, o direito efetivo que toda pessoa tem de recorrer às jurisdições nacionais competentes contra atos que violem os direitos fundamentais reconhecidos pela Constituição ou pela lei.

Além da Constituição e da Declaração dos Direitos Humanos, outros tratados internacionais como o Pacto de San José da Costa Rica assinado pelo Brasil em 1992 através do Decreto Lei nº 678, enfatizam a importância do acesso à Justiça.

No Artigo 8º do Pacto, sobre as Garantias Individuais, são estabelecidas várias garantias que podem ser atendidas no âmbito do Plantão Judiciário, como por exemplo: ser ouvido dentro de um prazo razoável, direito a um defensor público e o de não ser detido arbitrariamente; além de um dos direitos mais importantes: o da igualdade de acesso.

Todos devem ter a mesma oportunidade de acessar o sistema de Justiça, independentemente de sua condição social ou econômica, raça, gênero, orientação sexual, religião ou qualquer outra característica; sendo esse direito essencial para a proteção de todos os outros direitos humanos. Sem ele, não se pode buscar reparação por violações de direitos à vida, à liberdade, à igualdade, à não discriminação e todos os outros direitos fundamentais.

Porém, vale lembrar que, antes da implantação do Plantão Judiciário, o direito fundamental de acesso à Justiça restringia-se aos dias e horários de abertura dos Fóruns.

Em 31 de março de 2009, o CNJ publicou a Resolução nº 71/2009 que dispunha sobre o regime de plantão judiciário em primeiro e segundo grau de jurisdição; porém, o Estado do Rio de Janeiro já possuía um Plantão Judiciário desde 15 de abril de 2002, instituído a partir da Resolução TJ/OE 05/2002.

A criação do Plantão Judiciário no estado do Rio de Janeiro, sete anos antes da publicação da Resolução

do CNJ, evidencia a relevância intrínseca que esse direito fundamental possui no âmbito do Poder Judiciário Estadual.

Este estudo pretende analisar a efetividade do acesso à Justiça no Plantão Judiciário do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), de forma a avaliar se a sua conversão para o formato eletrônico, no ano de 2020, conferiu uma ampliação em seu acesso.

No primeiro capítulo é descrita a criação do Plantão Judiciário e como o mesmo se ampliou ao longo dos anos, consolidando-se como um local de busca da Justiça fora do horário forense.

No segundo capítulo aborda-se a transição do Plantão Judiciário para o formato eletrônico, impulsionada pelo advento da COVID - 19.

No terceiro capítulo analisa-se se a implementação do Plantão Judiciário eletrônico e o uso da tecnologia contribuíram para a ampliação do acesso à Justiça fora do horário forense regular.

O presente estudo propõe-se a partir de uma abordagem qualitativa, utilizando-se da análise de dados estatísticos da Defensoria Pública e do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, configurando-se, assim, como uma pesquisa explicativa, bibliográfica e histórica.

1. A IMPORTÂNCIA DO PLANTÃO JUDICIÁRIO PARA O ACESSO À JUSTIÇA

Tendo suas atividades iniciadas em 15 de abril de 2002 pela RESOLUÇÃO 05 TJ/OE – Tribunal de Justiça/Órgão Especial¹, o Plantão Judiciário do Estado do Rio de Janeiro já nasceu assegurando a entrega da prestação jurisdicional em regime contínuo durante 24 horas por dia para as medidas de caráter urgente.

Nos anos subsequentes observou-se uma série de revisões, como, por exemplo, a Resolução TJ/OE/RJ nº 33/2014², que já em seu Capítulo I – Disposições Gerais, informa que “prestação jurisdicional atende a direito fundamental, constitui serviço público essencial em regime contínuo e ininterrupto...”.

A Resolução de 2014 incorporou ao Artigo 1º os requerimentos passíveis de deliberação durante o período de plantão, tais como: *habeas-corpus*, mandados de segurança, medidas liminares em dissídio de greve, comunicações de prisão em flagrante e pedidos de liberdade provisória, pedidos de busca e apreensão de pessoas, bens ou valores, medidas cautelares e urgentes cíveis e criminais. A resolução também atualizou as funções do plantão judiciário, incluindo o plantão do Juizado do Torcedor e de Grandes Eventos.

No livro *Acesso à Justiça*³, Mauro Cappelletti e Bryant Garth analisam a evolução de acesso à Justiça e citam alguns obstáculos, entre eles o custo do processo e a complexidade do sistema. À época da publicação do livro, não se imaginava como antecipar a existência de um plantão que atenderia ao jurisdicionado fora do horário forense e a possibilidade sequer da existência de processos em formato eletrônico.

A inovação do Plantão Judiciário transcendeu tais obstáculos estudados por Cappelletti e Garth, uma vez que não há cobrança de custas processuais em seu âmbito e, desde sua concepção, dispõe de um núcleo da Defensoria Pública para atender aos que não possuem representação legal.

A atuação da Defensoria é imprescindível e abrangente durante o plantão, sendo divulgado em sua página da *internet* o endereço do Plantão Noturno, situado à Rua Dom Manuel como local de atendimento para casos urgentes, em regime diário, das 18h às 11h do dia subsequente.

1 RIO DE JANEIRO, **Resolução 05 TJ/OE – Tribunal de Justiça/Órgão Especial**, disponível em: <https://www4.tjrj.jus.br/AtosOficiais/biblioteca/imagens/2002/0051/000005/20020051000005001.jpg>. Acesso em: 19 de jun. de 2024.

2 RIO DE JANEIRO, **RESOLUÇÃO TJ/OE/RJ Nº33/2014**, disponível em: <http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.html>. Acesso em: 19 de jun. de 2024.

3 CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à Justiça**. 2ª Reimpressão. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris, 2023.

No portal eletrônico da Defensoria também é possível acessar a relação dos documentos necessários para a propositura de ações urgentes no Plantão, classificados por tipo de pleito: autorização de viagem de menor, medida protetiva da Lei Maria da Penha, prisão cível de devedor de alimentos, planos de saúde (internação, transferência e exames e rede pública de saúde). São esses, notoriamente, os maiores pleitos verificados durante os plantões, sendo certo que a violência doméstica e problemas relativos à saúde, seja pública ou privada, crescem exponencialmente desde a criação do Plantão.

A criação do CEJUVIDA – Central Judiciária de Acolhimento da Mulher Vítima de Violência Doméstica, criada pelo Ato Executivo 2610/2010⁴, contribui para essa percepção de democratização da Justiça a partir do atendimento do plantão judiciário. Essa Central foi concebida para garantir o acolhimento/abrigamento emergencial, seguro e célere de mulheres e crianças vítimas de violência doméstica.

Esse serviço abrange não só a Capital, mas todas as Comarcas num raio de 150 quilômetros da sede do Plantão, prestando o primeiro atendimento às mulheres com serviços especializados sempre que os centros de referência não estiverem em funcionamento.

Além do Plantão Noturno da Comarca da Capital, que funciona com 4 equipes que se revezam, com juízes fixos e desembargadores de plantão, o TJRJ também realiza o serviço de plantão judiciário diurno na sede da Rua Dom Manuel e em outros 9 locais no interior do Estado aos finais de semana e feriados.

No interior, os 9 plantões são definidos por área de abrangência que pode ser verificada no site do TJRJ⁵. Para esses plantões não há equipe fixa, as serventias se revezam de forma que se faz necessário consultar a página pra saber qual serventia está de plantão antes de dirigir-se ao local para buscar o acesso à Justiça.

Por todas essas questões, percebe-se a importância da implantação do Plantão Judiciário no Estado do Rio de Janeiro, ante a facilidade de acesso do jurisdicionado a requerer seu direito, utilizando-se tanto da estrutura do plantão no âmbito do judiciário, como da estrutura da Defensoria Pública no âmbito do Poder Executivo, de forma a atingir a dignidade da pessoa humana prevista no Artigo 5º da Constituição Federal⁶.

2. ANÁLISE CRÍTICA DAS MUDANÇAS NO PLANTÃO COM O ADVENTO DO PROCESSO ELETRÔNICO

Em 2020, com o advento da COVID - 19⁷ e a consequente necessidade de trabalho remoto, o sistema informatizado utilizado pelos plantões judiciais, DCP, foi adaptado rapidamente para operar em formato eletrônico, possibilitando ao jurisdicionado fazer seu requerimento de qualquer computador e sem necessidade de sair de casa ou do escritório.

Surgiu a necessidade de promulgação de vários Atos Normativos que, não só atualizavam os procedimentos a serem realizados durante o plantão, conforme previsto na Resolução 313/2020⁸, como também outros Atos que implementavam questões relativas às necessidades dessa nova modalidade de trabalho.

O Ato Normativo conjunto TJ/CGJ 06/2020⁹ regulamentou o Regime Diferenciado de Atendimento de Urgência (RDAU) no âmbito da 1ª e 2ª instâncias do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, durante o período de 17 a 31 de março de 2020; regime especial esse instituído em função do estado de emergência decretado

4 RIO DE JANEIRO, **TJ RJ Ato Executivo 2610/2010**, disponível em: <https://www.tjrj.jus.br/documents/10136/6808048/ato-executivo-n-2610-2010-cria-cejuvida-12-agosto>. acesso em 15 de jul. de 2024.

5 RIO DE JANEIRO, **Tribunal de Justiça do Estado do Rio De Janeiro**, disponível em: [Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro \(tjrj.jus.br\)](https://www.tjrj.jus.br), acesso em 28 de jul de 2024.

6 BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm, acesso em 17 de jul. de 2024

7 BRASIL, **Ministério da Saúde**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/covid-19>, acesso em 01 de jul. de 2024.

8 BRASIL, **Conselho Nacional de Justiça - CNJ. Resolução 313/2020** Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/original221425202003195e73eec10a3a2.pdf>, acesso em 19 de jun. de 2024

9 RIO DE JANEIRO, **Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro**, disponível em: <https://www.tjrj.jus.br/servidor/administrativo/avisos-internos/aviso/-/visualizar-conteudo/10136/7097993>, acesso em 19 de jun. de 2024.

pelo Resolução CNJ 62/2020¹⁰, que, por sua vez, tem como legislação correlata a Lei nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020¹¹.

O objetivo do RDAU era garantir o atendimento de demandas urgentes, durante o período de restrição de atividades presenciais no Brasil; período esse também utilizado na preparação do Plantão Judiciário de forma a transformá-lo de exclusivamente manual, para um plantão com a possibilidade de funcionar de forma eletrônica.

Essa mudança, primordial durante o período de crise, foi realizada em tempo recorde pelo Departamento de Informática do Tribunal de Justiça, alterando o sistema do Portal de Serviços, utilizado pelos advogados além de adaptar o sistema DCP – utilizado pela 1ª instância do TJRJ e pelos plantões judiciários.

Posteriormente, outro sistema utilizado somente por juízes e desembargadores, o Gabinete Web, também foi modificado para atender aos magistrados de plantão, de forma que eles pudessem consultar os processos e dar decisões sem necessidade de acesso direto à rede do Tribunal de Justiça.

Outros atos da época da Pandemia de COVID-19 foram publicados e podem ser consultados no site do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, numa página específica para a COVID-19, dada a importância da pandemia em diversas alterações que se mostraram necessárias, tanto para mobilização do judiciário no tocante ao atendimento remoto, como, posteriormente, para o retorno das atividades presenciais.

Realizadas todas as modificações nos sistemas, a partir de maio de 2020, todos os processos, com exceção dos sigilosos, passaram a ser protocolizados nos plantões de forma eletrônica, sendo encaminhados e protocolizados das seguintes formas: procedimentos encaminhados pelas delegacias passaram a ser remetidos através da integração dos sistemas SCO (utilizado pela Polícia Civil) e DCP (utilizado no Plantão) e os pedidos submetidos por advogados e órgãos externos (Ministério Público e Defensoria Pública) passaram a ser distribuídos por intermédio do portal de serviços no site do TJRJ.

Com a utilização do meio eletrônico, os plantões do interior passaram a ser acessados com mais facilidade em vista de não haver a necessidade do deslocamento, nem por parte de advogados, nem por parte de policiais, ou do Ministério Público, no momento de fazer um requerimento, ficando também mais fácil acompanhar as decisões tomadas nos procedimentos, bastando, para isso, acessar o computador para visualizá-las.

Vale ressaltar que a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro também avançou consideravelmente a partir do procedimento eletrônico, criando inclusive um aplicativo disponível para Android e IOS que permite não só o agendamento de atendimentos, como consultar os processos e pesquisar sobre intimações recebidas.¹²

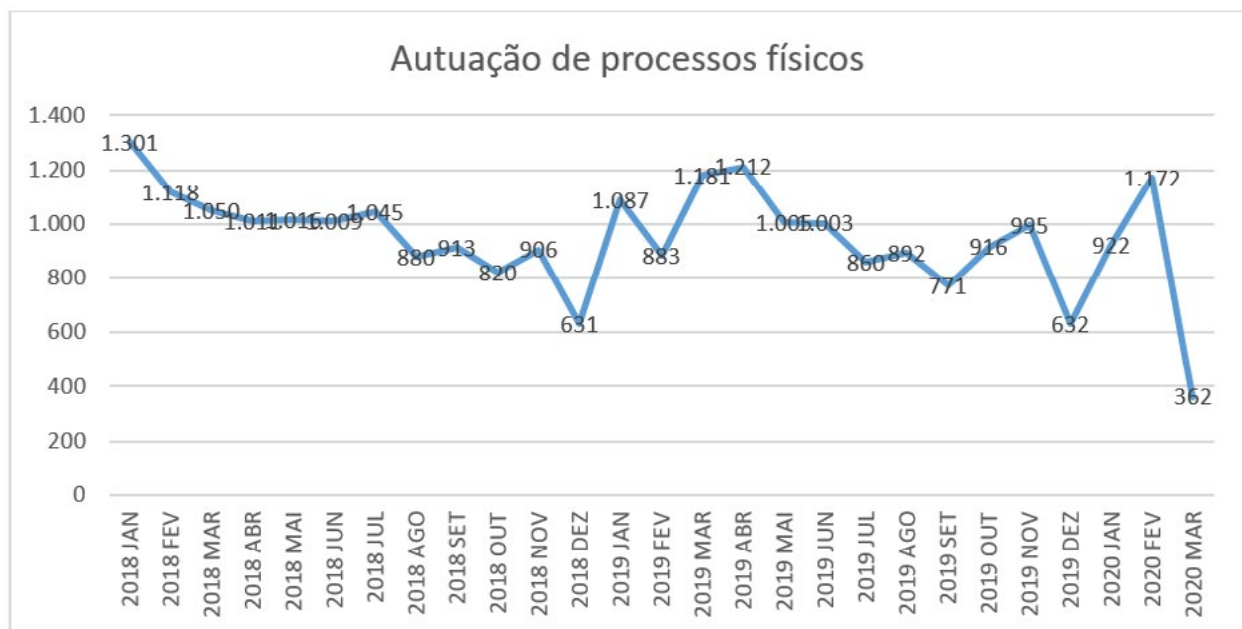
3. INOVAÇÃO: AMPLIAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA COM O PLANTÃO ELETRÔNICO.

Ao analisar as planilhas de distribuição de procedimentos para o Plantão Judiciário da Comarca da Capital, até março de 2020, considerando-se na pesquisa o plantão noturno e de finais de semana e feriados, percebe-se que a quantidade de procedimentos girava em torno de 1000 (mil) entradas mensais.

10 BRASIL, **Conselho Nacional de Justiça- CNJ Resolução CNJ 62/2020**, Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/original-1160026202003305e82179a4943a.pdf>, acesso em 01 de jul. de 2024.

11 BRASIL, **Presidência da República**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/113979.htm, acesso em 01 de jul. de 2024.

12 DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, **Aplicativo Institucional**. Disponível em: <https://defensoria.rj.def.br/Institucional/app-defensoria-rj>, acesso em 21 de jul. de 2024.

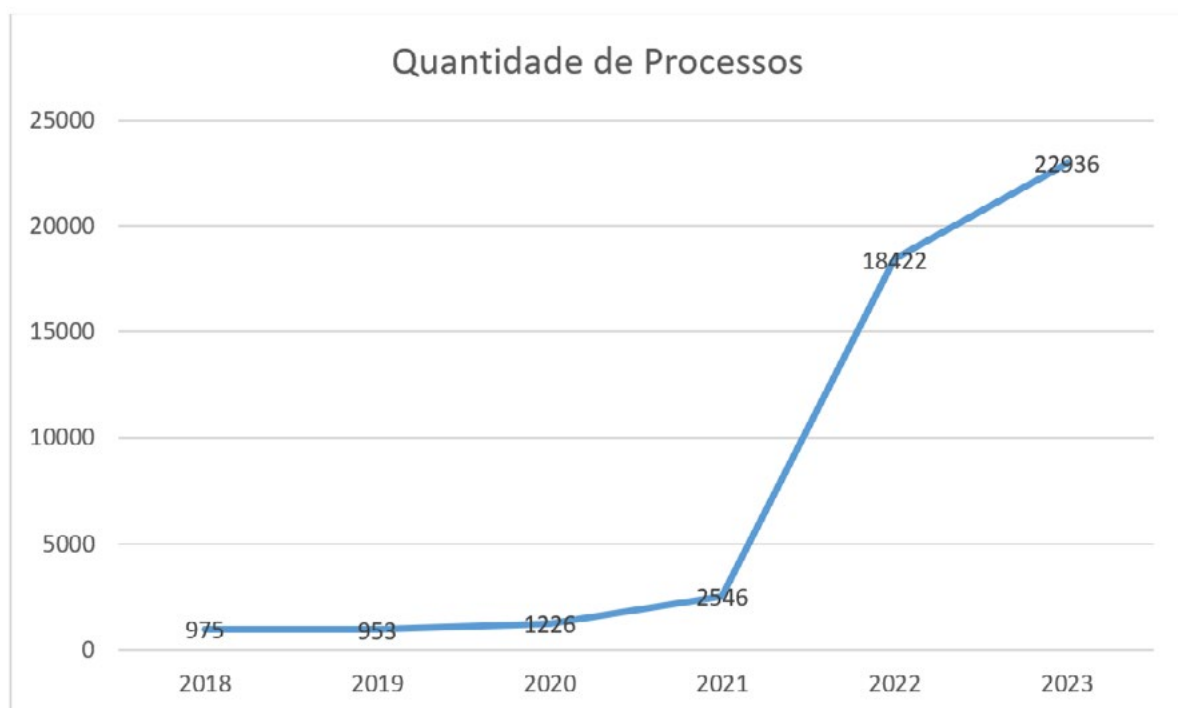


O gráfico acima demonstra que no período do Plantão exclusivamente físico não havia um crescimento contínuo, a demanda se apresentava em forma de onda, subindo e descendo, sem nenhum aumento substancial.

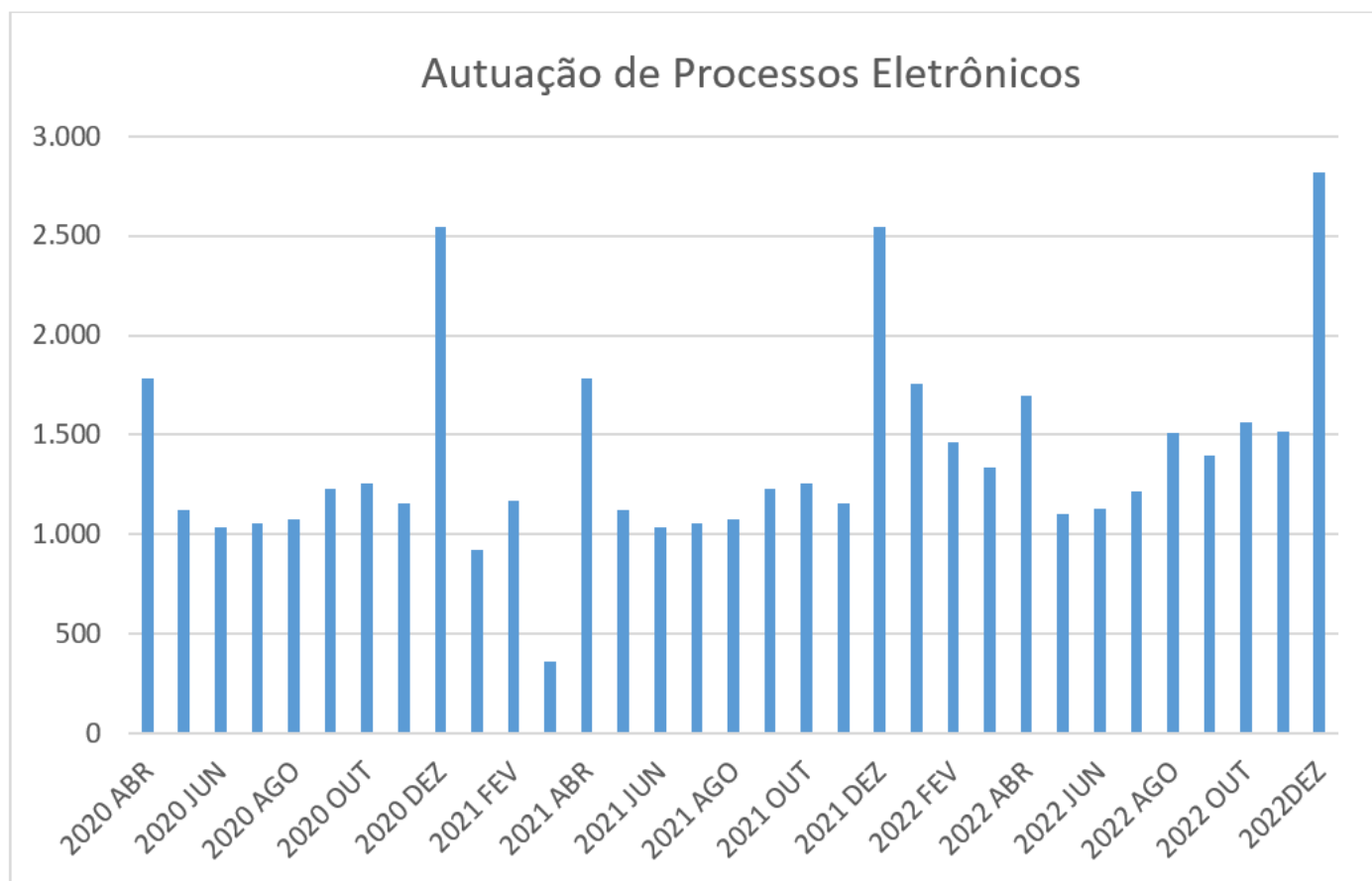
Já em uma planilha comparativa, levando-se em consideração os anos de 2018 a 2023, verifica-se um aumento considerável na quantidade de procedimentos autuados a partir da criação do plantão em regime eletrônico.

No início do ano de 2020 a quantidade de pedidos girava em torno de 900 (novecentas) autuações mensais somente no Plantão da Capital (922 em janeiro), passando, em dezembro do mesmo ano, para 2546 (duas mil quinhentos e quarenta e seis) com o plantão eletrônico totalmente consolidado.

Só é percebido um decréscimo na quantidade de autuações no mês de março de 2020 onde foram autuados 362 (trezentos e sessenta e dois) procedimentos; porém essa foi a época do distanciamento social mais abrangente, quando a transição para o eletrônico ainda não havia sido instituída, o que justifica essa queda tão substancial.



Após março de 2020, a quantidade de procedimentos distribuídos veio crescendo exponencialmente, como se verifica no gráfico acima, tendo seus ápices durante o recesso forense, que acontece de 20 de dezembro a 06 de janeiro, época em que os advogados têm suas férias anuais, mas que o judiciário mantém o Plantão ainda mais ativo para possibilitar o acesso à Justiça.



Vale lembrar que esses números vêm aumentando, mesmo após a criação das Centrais de Custódia em 2021 (Resolução TJ/OE/RJ nº 17/2021)¹³, que retirou dos plantões judiciais a competência para análise das prisões em flagrante.

Antes da existência dessas Centrais, todos os flagrantes, ocorridos durante o período noturno, finais de semana e feriados, eram apresentados nos plantões. Ou seja, mesmo com a retirada de muitos procedimentos, que antes iriam para os plantões, a quantidade de novos casos continuou e continua aumentando.

É importante ressaltar que diversas medidas foram se consolidando ao longo do tempo com a possibilidade da distribuição e movimentação eletrônica. Entre as melhorias do acesso à Justiça, podemos incluir a implementação do APP Maria da Penha Virtual, que, desde a sua criação em agosto de 2021, apresentou um crescimento em sua distribuição de 08 (oito) autuações naquele ano, para 36 (trinta e seis) em 2023, isso somente quando se leva em consideração as medidas protetivas encaminhada no horário dos Plantões Judiciais.

Na verdade, as medidas protetivas de vítimas de violência doméstica, são as que mais aumentaram nos últimos anos, pós-Covid. Verificando as planilhas de distribuição de procedimentos nos plantões de todo o Estado (considerando não somente o Plantão da Comarca da Capital, mas também os de final de semana dos outros 9 plantões regionais), encontra-se, em 2020, 2150 (dois mil cento e cinquenta) pedidos de medidas protetivas de urgência (Lei Maria da Penha); já em 2021, primeiro ano do Plantão totalmente eletrônico, contabilizou-se 6271 (seis mil duzentos e setenta e um) pedidos, aumentando de forma substancial nos anos subsequentes, conforme

13 RIO DE JANEIRO, Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro Resolução TJ/OE/RJ nº 17/2021 disponível em: <https://www3.tjrj.jus.br/Atosofici2leg/acervo/detalhe/284678?integra=1>, acesso em 30 de jul. de 2024

verifica-se no gráfico a seguir.

Além dos pedidos de protetivas, outro tipo de requerimento que aumentou substancialmente nos Plantões Judiciários, conforme evidenciado no Anuário da Defensoria Pública de 2021¹⁴, foram as requisições referentes às questões de saúde, tanto pública como privada. Na página 10 do anuário é explicitado que o Plantão Judiciário facilitou o acesso à Justiça durante a pandemia, pois aproximadamente 79% (setenta e nove por cento) das ações ajuizadas entre março e dezembro de 2020, solicitando transferências de pacientes com COVID - 19, foram deferidas por aquele órgão.

Com todos esses dados, fica evidenciada a constante modernização do Plantão Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, principalmente na unidade da Capital, que abrange as competências de primeiro e segundo grau.

Tal modernização é possibilitada pela atuação conjunta do Poder Judiciário, que mantém uma estrutura consolidada de plantão com quatro equipes dedicadas, conforme Provimento 45/2023¹⁵, e do poder Executivo, representado pela atuação da Defensoria Pública e do Ministério Público, ambos com equipes plantonistas na referida localidade.

Percebe-se que, apesar da modernização dos sistemas de informática e da possibilidade de realizar todo o procedimento *on-line*, o Plantão Judiciário, no Estado do Rio de Janeiro, não se tornou uma unidade distanciada da população, pois continuou a receber os jurisdicionados de forma acolhedora e preservando a esperança de ali encontrarem seu acesso à Justiça.

Isso é percebido quando se passa na Rua Dom Manuel a partir das 17 horas. Ali são disponibilizadas cadeiras à frente da porta de entrada onde se encontram pessoas aflitas esperando a abertura do horário do Plantão, aguardando ansiosamente por seu acesso à Justiça. Tal fato é constatado e reportado inclusive pela imprensa que, muitas vezes cita o Plantão Judiciário como sendo o local de encontrar essa Justiça, como numa publicação eletrônica do Jornal Extra que contém a seguinte manchete: “*Plantão Judiciário, veja onde procurar socorro*”¹⁶.

Em outra publicação, também do Jornal Extra, o jornalista cita: “*as ruas desertas no entorno contrastam com um entra e sai interminável na portaria lateral do prédio do Tribunal de Justiça do Rio (TJ- RJ), no Centro da cidade, durante toda a noite. É lá que funciona a única unidade do plantão judiciário no estado, onde é possível conseguir uma liminar para casos emergenciais.*”¹⁷

A publicação, de março de 2013, época do Plantão unicamente manual, evidencia algo que acontece até hoje com o Plantão Eletrônico. Isso porque o atendimento presencial e humanizado permanece, mas agora auxiliado pela celeridade e efetividade da tecnologia.

CONCLUSÃO

Percebe-se com a leitura dos capítulos anteriores que, durante o advento da pandemia de COVID-19, quando o acesso à Justiça de forma presencial se tonou inviável, culminando numa interrupção considerável no serviço do Plantão Judiciário, que a carência foi rapidamente suplantada pela inovação do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro ao enveredar todos os esforços no sentido de transformar o Plantão para o formato eletrônico.

Ficou demonstrado, também, que apesar da criação das Centrais de Custódia, o que deveria ter diminuído a quantidade de procedimentos iniciados em sede de Plantão, as demandas continuaram crescendo, mostrando

14 RIO DE JANEIRO, **Defensoria Pública**, disponível em: <https://defensoria.rj.def.br/Documento/Cidadao-Publicacoes>, acesso em 01 de jul. de 2024.

15 RIO DE JANEIRO, **Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro**, Provimento 45/2023, disponível em: <https://www.tjrj.jus.br/web/cgj/atualizacoes-consolidacao-normativa-parte-judicial>, acesso em 15 de jul. de 2024.

16 **Jornal Extra**, disponível em: Plantão Judiciário: veja onde procurar socorro (globo.com), acesso em 21 de jul. de 2024.

17 **Jornal Extra**, disponível em Plantão da Justiça resolve emergências com convênios médicos e saúde pública (globo.com), acesso em 21 de jul. de 2024.

que, com o retorno das atividades presenciais, somado ao atendimento eletrônico no Plantão Judiciário, o acesso à Justiça continuou se ampliando. A integração entre sistemas e a utilização do Portal de Serviços para o ajuizamento de ações *on-line* foram mantidas, ao passo que o atendimento presencial também foi restabelecido, somando forças para a ampliação do acesso à Justiça. Sendo assim, a estrutura disponibilizada pelo TJRJ mantém todas as noites, a Rua Dom Manuel acesa, não só pela luz física que escapa pela porta do Plantão Judiciário, mas, sobretudo pela luz interior da busca por Justiça, que vem diretamente dos jurisdicionados que procuram ali por seu atendimento.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Conselho Nacional de Justiça**, Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/original-1160026202003305e82179a4943a.pdf>, acesso em 01 de jul. de 2024.

BRASIL, **Conselho Nacional de Justiça**. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/original-1221425202003195e73eec10a3a2.pdf>, acesso em 19 de jun. de 2024

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm, acesso em 17 de jul. de 2024

BRASIL, **Ministério da Saúde**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/covid-19>, acesso em 01 de jul. de 2024.

BRASIL, **Presidência da República**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/113979.htm, acesso em 01 de jul. de 2024.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à Justiça**. 2ª Reimpressão. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris, 2023.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, **Aplicativo Institucional**. Disponível em: <https://defensoria.rj.def.br/Institucional/app-defensoria-rj>, acesso em 21 de jul. de 2024.

Jornal Extra, disponível em: Plantão Judiciário: veja onde procurar socorro (globo.com) acesso em 21 de jul. de 2024.

Jornal **Extra**, disponível em Plantão da Justiça resolve emergências com convênios médicos e saúde pública (globo.com), acesso em 21 de jul. de 2024.

RIO DE JANEIRO, **Defensoria Pública**, disponível em: <https://defensoria.rj.def.br/Documento/Cidadao-Publicacoes>, acesso em 01 de jul. de 2024.

RIO DE JANEIRO, **RESOLUÇÃO TJ/OE/RJ N°33/2014**, disponível em: <http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.html>. Acesso em: 19 de jun. de 2024.

RIO DE JANEIRO, **Resolução 05 TJ/OE** – Tribunal de Justiça/Órgão Especial, disponível em: <https://www4.tjrj.jus.br/AtosOficiais/biblioteca/>. Acesso em: 19 de jun. de 2024.

RIO DE JANEIRO, **Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro**, disponível em: <https://www.tjrj.jus.br/documents/10136/6808048/ato-executivo-n-2610-2010-cria-cejuvida-12-agosto.pdf/6701dfc4-d550-e63b-fea3-6453632e5d2f>, acesso em 15 de jul. de 2024.

RIO DE JANEIRO, **Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro**, disponível em: <https://www.tjrj.jus.br/servidor/administrativo/avisos-internos/aviso/-/visualizar-conteudo>, acesso em 19 de jun. de 2024.

A OBRIGATORIEDADE DAS AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO PREVISTAS NO ARTIGO 334, DO CPC, COMO SOLUÇÃO À LITIGIOSIDADE EXCESSIVA E INSTRUMENTO DE ACESSO À JUSTIÇA

SUMÁRIO

Flávia Teixeira Barbosa

Graduada em Direito pela Faculdade de Direito Cândido Mendes – Centro Auxiliar de Gabinete III do Juízo - 30ª Vara Cível da Capital

Resumo: O presente trabalho visa a abordar a importância de realização das audiências de conciliação e mediação com o objetivo de se buscar a paz social, evitando um número cada vez maior de litígios e efetivando um melhor atendimento ao jurisdicionado como instrumentalização do acesso à justiça. A audiência obrigatória de conciliação ou mediação, prevista na lei processual, foi um avanço, uma vez que privilegia o método consensual na solução dos conflitos. Contudo, em oposição a essa norma procedimental, a doutrina e a jurisprudência apresentam casos de mitigação à regra da obrigatoriedade da audiência de mediação e conciliação. Assim, o artigo busca apontar a efetiva aplicação da norma processual de obrigatoriedade de audiência de conciliação e mediação como condutora de um novo modelo de justiça democrático, permitindo a plena garantia do acesso à justiça.

Palavras-chaves: Acesso à Justiça. Obrigatoriedade de audiências. Mediação. Conciliação. Solução de Conflitos.

Sumário: Introdução. 1. O excesso de litigiosidade e a utilização dos métodos consensuais como meio adequado na solução dos conflitos. 2. A obrigatoriedade da audiência de conciliação e mediação como instrumento de acesso à Justiça. Conclusão. Referências.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa enfoca as formas de autocomposição e o significativo avanço inserido por elas no Judiciário, ao estimular a realização de acordo e a busca no comprometimento das partes na solução dos conflitos, com vistas à pacificação das lides. Tais formas de autocomposição resultam em uma mudança de mentalidade da sociedade, porquanto as partes envolvidas nos litígios não mais se tratam como adversários, mas como cooperadores do Direito.

Em síntese, com o advento da Resolução 125, de 2010, do CNJ, do Código de Processo Civil (Lei nº 13105/2015) e da Lei de Mediação, houve uma mudança significativa no sistema de solução dos conflitos no Brasil, colocando as próprias partes como protagonistas na construção da decisão que regula seu conflito de interesse, deixando de se privilegiar a cultura da sentença.

No entanto, parte da doutrina e jurisprudência criticam a forma obrigatória de realização da audiência de conciliação e mediação que é prevista no artigo 334 do CPC, argumentando que essa imposição legal fere o princípio da voluntariedade, sendo mera faculdade do magistrado.

Dessa forma, um leque de discussão se abre quanto ao alcance legislativo da norma, havendo divisão na doutrina e na jurisprudência.

Assim, o tema proposto é controvertido e tem relevância social, pois, se por um lado procura-se privilegiar a autocomposição com o intuito da pacificação e da diminuição de litígios, dando efetividade ao acesso à Justiça, por outro, impõe a designação da audiência sem realizar uma mudança na conduta dos operadores do Direito, havendo a completa desconsideração da vontade das partes.

Dessa forma, é necessária uma análise mais profunda a respeito do tema, haja vista as divergências na

jurisprudência e as controvérsias doutrinárias.

Assim, no primeiro capítulo, é analisada a alteração dos parâmetros para a resolução do conflito, observando a mudança legislativa que deixa de seguir os métodos tradicionais e contenciosos, os quais produzem o excesso de litigiosidade, para incentivar a conciliação e a mediação, as quais demonstram ser os métodos mais adequados para a solução do conflito.

O segundo capítulo visa contrapor as críticas realizadas pela doutrina e jurisprudência a respeito da obrigatoriedade da realização das audiências de conciliação e mediação prevista no artigo 334 do Código de Processo, destacando a importância da realização da audiência como forma de instrumentalização do acesso à Justiça.

A pesquisa é desenvolvida com uma abordagem qualitativa e descritiva, tendo como base a análise legislativa, bibliográfica e jurisprudencial.

1. O EXCESSO DE LITIGIOSIDADE E A UTILIZAÇÃO DOS MÉTODOS CONSENSUAIS COMO MEIO ADEQUADO NA SOLUÇÃO DOS CONFLITOS.

A questão da litigiosidade excessiva é um problema que afeta há muito tempo o Poder Judiciário Brasileiro, o qual sempre teve por base um modelo tradicional de justiça vinculado à figura do magistrado e à sentença. Nesse contexto, surgiu um novo arcabouço legislativo que leva ao alcance do jurisdicionado outros mecanismos de solução de conflitos.

Assim, cabe observar que a sociedade vivencia um período de massificação das demandas¹, a qual afeta diretamente o Poder Judiciário.

Estudos realizados em comparação com outros países mostram que os tribunais brasileiros processam um número superior de demandas, ocasionando a sobrecarga de trabalho excessiva dos juízes e dos funcionários da Justiça, levando à morosidade, ao alto custo do processo e à burocratização da gestão.²

Na análise dos dados concretos, observa-se que a taxa de congestionamento do Poder Judiciário Fluminense, em dezembro de 2023, nas ações de conhecimento de primeiro grau, foram de 76,02%³, demonstrando a sobrecarga do Poder Judiciário e a ocorrência de um efeito semelhante a uma “bola de neve”, resultando numa deficiência na prestação jurisdicional, que remonta a um cenário Kafkiano do livro o processo⁴, no qual a burocracia consome o personagem principal.

Valéria Ferioli Lagrasta⁵ aduz em seu livro de métodos Consensuais de Solução de Conflito que o predomínio da sociedade em buscar o Poder Judiciário para solução dos seus conflitos acabou levando ao aumento do número de processos, ao congestionamento dos Tribunais e à consequente demora na prestação jurisdicional, com a crescente insatisfação dos jurisdicionados. Tudo isso ocasionou movimentos para busca de soluções a esses problemas, dentre os quais aqueles que visam a utilização dos meios consensuais de solução de conflitos.

Como forma de solucionar o excesso de demanda no Poder Judiciário, os legisladores, juntamente com o Conselho Nacional de Justiça, vêm incentivando os métodos consensuais de solução de conflitos, apresentando leis e resoluções que estimulam a autocomposição.

Nesta linha de incentivo, à composição dos conflitos e ao sistema operacional do acesso à Justiça veio à

1 DAMASCENO, Marina. **Os métodos autocompositivos e o exercício de uma nova política jurisdicional**: um olhar crítico a partir da audiência do artigo 334 do CPC/15. [ebook] Londrina, PR: Thoth, 2021, p. 46-54

2 LAGRASTA, Valéria Ferioli. **Métodos consensuais de solução de conflitos no judiciário :aprendizagem evolutiva**. [ebook] São Paulo: M. Amaro-textos Acadêmicos e Jurídicos, 2023p.19-43.

3 BRASIL. **Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro**. Título: Tribunal de justiça do Estado do Rio de Janeiro em números. Disponível em: https://www.tjrj.jus.br/documents/d/guest/tjerj-em-numeros_dez2023-tela-3-. Acesso em 09 jun. 2024

4 KAFKA, Franz. **O processo**, Edição Digital, Tradução: Piattino, André, Editora: Montecristo, versão 2021.

5 LAGRASTA, op. cit., p. 30.

lume a Resolução 125/2010 do CNJ⁶, sendo seguida pelo Código de Processo Civil⁷, Lei 13.105, de 16 de março de 2015 e a Lei de Mediação⁸ de 25 de junho de 2015 (Lei 13.140/2015), sendo apresentados como marco legal⁹ da mediação no Brasil.

Sobreleva notar na Resolução 125/2010¹⁰, em seu artigo 1º, parágrafo 1º, com redação dada pela Emenda nº 2, de 08.03.16, a seguinte disposição:

Aos órgãos judiciários incumbe, nos termos do art. 334 do Novo Código de Processo Civil combinado com o art. 27 da Lei de Mediação, antes da solução adjudicada mediante sentença, oferecer outros mecanismos de soluções de controvérsias, em especial os chamados meios consensuais, como a mediação e a conciliação, bem assim prestar atendimento e orientação ao cidadão.

De acordo com que ensina Luiz Fux¹¹, uma das grandes preocupações do CPC de 2015 foi privilegiar as formas de autocomposição como meios mais adequados de resolução de conflitos. Afirmar que diversos são os motivos para incentivar a conciliação e a mediação e destaca, sobretudo, a obtenção de pronunciamentos que causam maior pacificação social sem causar o abarrotamento do Judiciário. Assim, têm-se decisões que tendem a agradar mais as partes, quando ocorre o sucesso na autocomposição, uma vez que elas participam ativamente da construção do resultado alcançado dando um encerramento com maior agilidade.

Alexandre de Freitas Câmara¹² aduz que o moderno Processo Civil valoriza a busca de soluções consensuais para os conflitos, tendo-se consciência de que a solução imposta pelo Judiciário não é a única, nem mesmo a melhor forma de resolver litígios.

Ada Pellegrini Grinover¹³, em seu artigo sobre os fundamentos da Justiça Restaurativa, afirma que o método contencioso de solução das controvérsias não é o mais apropriado para certos tipos de conflito, uma vez que a sentença se limita a ditar autoritariamente a regra para o caso concreto, afirmando que a Justiça tradicional se volta para o passado, enquanto a Justiça informal se dirige ao futuro. A primeira julga e sentencia; a segunda compõe, concilia, previne situações de tensões e rupturas, exatamente onde a coexistência é um relevante elemento valorativo.

Diante do exposto, observa-se que o cenário de excesso de litígio foi o motivador para as alterações legislativas, tendo em vista a identificação de uma premente necessidade de mudança de paradigma na atuação do Judiciário, retirando da posição central a figura impositiva do juiz para trazer à luz quem de fato deve figurar como protagonista das soluções dos conflitos: as pessoas envolvidas diretamente na demanda, uma vez que uma decisão coparticipativa, conciliatória ou mediada seria a mais adequada, objetivando proporcionar a paz social.

Na esteira desses entendimentos expostos, pode-se compreender a premissa da redação do artigo 334 do CPC, o qual trouxe a obrigatoriedade da marcação da audiência prévia de mediação e conciliação, com o objetivo de proporcionar logo de início um encontro entre as partes a fim de facilitar a composição dos conflitos. Portanto, no próximo capítulo, analisam-se posições antagônicas da jurisprudência e da doutrina, no que se refere à obrigatoriedade da marcação das audiências de mediação e conciliação disposto no artigo 334 do CPC, como mera voluntariedade e como instrumento efetivo de acesso à justiça.

2. A OBRIGATORIEDADE DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO COMO INSTRU-

6 BRASIL. **Resolução nº 125**, de 29 de novembro de 2010. Disponível em: atos.cnj.jus.br/files/resolucao_comp_125_29112010_19082019150021. Acesso em 09 jun. 2024

7 BRASIL. **Lei nº 13.105, 16 de março de 2015**. Institui o Código de Processo Civil. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13105.htm. Acesso em 09 jun. 2024.

8 BRASIL. **Lei nº 13.140, 26 de junho de 2015**. Institui a Lei de Mediação. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13140.htm Acesso em 09 jun. 2024.

9 LAGRASTA, op. cit., p. 66.

10 BRASIL. op. cit., nota 6.

11 FUX, Luiz. **Curso de Direito Processual Civil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022, p.359-361.

12 CÂMARA, Alexandre Freitas. **Manual de Direito Processual Civil**. Barueri: Atlas, 2022, p.352-353.

13 GRINOVER, Ada Pellegrini. **Os fundamentos da justiça conciliativa**. Disponível em: bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/21448/fundamentos_justica_conciliativa.Acesso em: 10 jun. 2024

MENTO DE ACESSO À JUSTIÇA.

A evolução do conceito de acesso à Justiça levou o legislador a priorizar os métodos consensuais, trazendo para o início da demanda a designação obrigatória da audiência de mediação e conciliação, conforme previsto do artigo 334 do CPC. Contudo, essa imposição levou ao dissenso na doutrina e na jurisprudência, revelando dois lados em contraposição: a voluntariedade das partes e o efetivo acesso à Justiça.

Conforme constou no capítulo anterior, a audiência de mediação e conciliação obrigatória e prévia prevista no artigo 334 do CPC é um avanço na solução dos conflitos. Luiz Fux¹⁴, representante insigne da corrente doutrinária pró-acesso à Justiça de modo eficiente e célere, relata que o estímulo à autocomposição representa um anseio da sociedade moderna, uma vez que demonstra ser mais eficaz na solução dos conflitos e otimiza, sobretudo, o relacionamento social. Esta é a razão pela qual as modernas legislações conferem ênfase a essa audiência conciliatória, estando inclusive presente no “Código Tipo de Processo Civil para a América Latina”¹⁵

Assim, destaca-se que o Código de Processo Civil de 2015 está de acordo com a mais moderna política no tratamento da solução dos conflitos ao priorizar a realização da audiência de mediação e conciliação, exceituando apenas dois casos previstos no artigo 334 do CPC¹⁶ no § 4º, I e II: a determinação de não marcação da audiência quando há o desinteresse mútuo e nos casos em que não se admite a autocomposição.

Na Jurisprudência, cabe enfatizar um dos entendimentos do E. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no sentido de ser direito potestativo das partes a marcação da audiência prevista no artigo 334 do CPC, e a sua não designação configura violação à ordem pública e ao devido processo legal, conforme exposto:

[...] 2. O art. 334, do CPC dispõe sobre a obrigatoriedade de realização da audiência de conciliação, na qual as partes têm o dever jurídico de comparecer. E mais, o § 4º do mesmo dispositivo estabelece que a audiência de conciliação somente não será realizada em duas hipóteses, ambas inócuentes no caso em tela: I) se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual; II) quando não se admitir a autocomposição. De fato, o autor requereu expressamente na inicial a realização da audiência de conciliação e mediação, direito potestativo garantido pela legislação processual que não pode, sem fundamentação, ser cerceado pelo juízo. Ora, não se erige como razoável o argumento de que a não designação da audiência de conciliação se justifica “por ter demonstrado a experiência ser improficua tentativa de composição das partes em audiência de mediação”, pois coube ao legislador processual esse exercício de ponderação, que erigiu a conciliação como princípio a ser observado (§ 2º do art. 3º). Dessa feita, o indeferimento da realização de audiência de conciliação prevista no art. 334, do CPC, fora das hipóteses expressamente previstas no § 4º desse dispositivo, configura violação de interesse de ordem pública, implicando em erro de procedimento que deve ser corrigido. 3. Provimento ao recurso.¹⁷

Por outro lado, essa obrigatoriedade tem sido questionada por outra corrente doutrinária, da qual participa o doutrinador, professor e desembargador Alexandre Freitas Câmara,¹⁸ que afirma ser um dos princípios reitores da mediação e da conciliação a voluntariedade, razão pela qual não se pode obrigar qualquer das partes a participar, contra sua vontade, do procedimento de mediação ou conciliação (artigo 2º, § 2º, da Lei nº13.140/2015).

Em recente julgado, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro corroborou esse entendimento ao afirmar que o artigo 334 do Código de Processo Civil não traz em seu bojo uma obrigatoriedade, mas tão somente uma faculdade ao magistrado a critério de sua livre apreciação. Nesse sentido temos o seguinte julgado:

[...] 2. EM RELAÇÃO À NECESSIDADE DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, AO CONTRÁRIO DO QUE DEFENDE O RECORRENTE, O ARTIGO 334 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL NÃO TRAZ A OBRIGATORIEDADE DE AUDIÊNCIA PRELIMINAR, MAS TÃO SOMENTE CONFERE AO MA-

14 FUX, Luiz. **Curso de Direito Processual Civil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022p.359-361.

15 A Proposta de um Código Modelo de Cooperação Interjurisdicional para Ibero-América surgiu em julho de 2005, quando das **Jornadas Especiais de Barcelona, do Instituto Ibero-Americano de Direito**. Disponível em: <https://vlex.com.br/vid/modelo-interjurisdicional-iberoamerica-195754721>. Acesso em: 16 jun.2024

16 BRASIL. op. cit., nota 7

17 BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (11. CÂMARA). **AGRAVO nº 0067161-61.2019.8.19.0000**, Relator Desembargador: MARCOS ALCINO DE AZEVEDO TORRES, 30 de março de 2020. Disponível em: <https://www3.tjrr.jus.br/EJURIS/ProcessarConsJuris.aspx?PageSeq=0-&Version=1.1.21.2>. Acesso em: 23 jun. 2024.

18 CÂMARA, op. cit., p.352-353.

GISTRADO UMA FACULDADE DE DESIGNÁ-LA, A CRITÉRIO DE SUA LIVRE APRECIÇÃO. PRECEDENTES. AUSÊNCIA DE NULIDADE. PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA QUE SE REJEITA. [...] 7. INEXISTÊNCIA DE ILICITUDE. SENTENÇA QUE SE MANTÉM. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO”¹⁹

Em que pese o entendimento do ilustre doutrinador e da jurisprudência acima exposta, cabe ressaltar que essa posição não se coaduna com a disposição contida no Código de Processo Civil que, segundo o Ministro José Antonio Dias Toffoli²⁰, do Supremo Tribunal Federal, é clara em dirigir o processo para a composição, sendo a audiência de conciliação e mediação uma etapa obrigatória a ser realizada antes da formação da lide.

Valéria Ferioli Lagrasta²¹, de forma assertiva, afirma que essa obrigatoriedade legal se deu para que as partes conhecessem os métodos consensuais de conflitos, imbuindo-os na cultura da pacificação.

Diante desse quadro, cabe destacar a importância da realização da audiência de conciliação e mediação como forma de instrumentalização do acesso à Justiça.

Assim, Capelletti e Garth²² asseveraram que uma das tendências no uso do enfoque ao acesso à Justiça é a utilização dos métodos alternativos usados para decidir demandas e que devem estar disponíveis para as partes, como forma de simplificação dos procedimentos e na busca da prevenção de disputas.

Kazuo Watanabe²³ entende que as alterações legislativas atualizaram o conceito de acesso à Justiça, tornando-o muito mais um acesso à ordem jurídica justa e não mero acesso aos órgãos judiciários, uma vez que oportunizaram aos conflitantes a solução mais célere, justa, adequada e efetiva dos conflitos, proporcionando a valorização da solução amigável, encontrada pelos próprios conflitantes, nascendo a “cultura da pacificação”.

Assim, cabe observar que o legislador do Código de Processo Civil Brasileiro prioriza a mediação e a conciliação como forma de solução dos conflitos e a sua estipulação encontra-se de acordo com as mais modernas fontes do Direito vigentes.

Em que pese a divergência quanto a sua obrigatoriedade, observa-se que sua designação da audiência obrigatória de mediação atende à compreensão atual do instituto do acesso à Justiça, o qual busca dispor ao jurisdicionado meios adequados de resolução do conflito. De acordo com esse sentido, na nova ordem jurídica justa, o jurisdicionado é chamado à responsabilidade de agir ativamente na solução do conflito, de forma cooperativa, deixando a antiga fórmula impositiva do Judiciário.

CONCLUSÃO

O presente artigo buscou analisar o problema do excesso de litígios que afetam diretamente o Poder Judiciário e o incentivo dos métodos de autocomposição como meio de buscar a paz social, evitando um número cada vez maior de processos.

Analisaram-se as modificações legislativas que levaram o Judiciário Brasileiro para o modelo renovador de acesso à Justiça.

Notadamente, foi destacada a divergência doutrinária e jurisprudencial sobre a designação obrigatória da audiência de conciliação e mediação no início do litígio, observando a contraposição da voluntariedade e o direito potestativo das partes.

Nesse contexto, ficou evidenciado que o legislador pretendeu dirigir o processo para composição, sendo

19 BRASIL Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (22 CÂMARA). **Apelação 0042457-59.2016.8.19.0203**. Relator: Des. Marcos André Chut, 19 de setembro de 2023. Disponível em: <https://www3.tjrj.jus.br/EJURIS/ProcessarConsJuris.aspx?PageSeq=0&Version=1.1.21.2> Acesso em: 19 jun. 2024.

20 TOFFOLI, José Antonio Dias. **Acesso à Justiça na Constituição de 1988 e métodos adequados de resolução de conflitos no Brasil** Disponível em: <https://www.tjsp.jus.br/download/EPM/Publicacoes/ObrasJuridicas/01-30%20anos.pdf?d=637003468120043922>. Acesso em: 29 jun.2024.

21 LAGRASTA, op. cit., p. 194.

22 CAPPELLETTI, Mauro, GARTH, Bryant. **Acesso À Justiça**. Porto Alegre: Fabrise, 1988p.81-90.

23 WATANABE, Kazuo. Acesso à justiça e solução pacífica dos conflitos de interesse. In: ZANETI, Hermes, CABRAL, Trícia Navarro Xavier (Coord.). **Justiça Multiportas: mediação, conciliação, arbitragem e outros meios adequados de solução de conflitos**. Salvador: Juspodivm, 2018.p.833-841.

a audiência de conciliação e mediação, prevista no artigo 334 do CPC, uma etapa obrigatória a ser realizada antes da formação da lide.

Frise-se que a sua não designação configura violação à ordem pública e ao devido processo legal.

Importante ressaltar que, nas recentes legislações, os litigantes foram chamados a serem protagonistas de suas causas, sendo colocados à sua disposição e antes da solução impositiva da sentença, outros mecanismos de soluções de conflitos, em especial os chamados meios consensuais, como a mediação e a conciliação.

Desse modo, vislumbra-se para os conflitantes um novo foco, no qual o ponto central não é ganhar ou perder, quem está certo ou quem está errado, mas a pacificação do conflito, da forma que melhor atenda aos interesses de todos os envolvidos.

Cabe destacar a oportunidade oferecida ao jurisdicionado de efetivo acesso à Justiça, trazendo-o para o diálogo e valorizando a solução amigável encontrada pelos próprios conflitantes.

Diante dessas premissas, concluiu-se que, apesar de o Judiciário ainda estar assoberbado com a existência de inúmeros processos, a mais moderna legislação e doutrina procura trazer novos parâmetros de acesso à Justiça com a criação de uma nova cultura de pacificação na sociedade brasileira.

Ademais, pode-se concluir que os métodos autocompositivos demonstram ser os meios mais adequados nas soluções dos conflitos, tendo em vista que suas decisões tendem a agradar mais as partes, ao permitir uma participação mais ativa dos litigantes na construção do resultado alcançado, encerrando o litígio com maior agilidade e adequação a uma ordem jurídica justa. Uma ordem jurídica, justa e eficaz é um dos paradigmas do Novo Código de Processo Civil a ser devidamente respeitado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução nº 125**, de 29 de novembro de 2010. Disponível em: atos.cnj.jus.br/files/resolucao_comp_125_29112010_19082019150021. Acesso em 09 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.105, 16 de março de 2015**. Institui o Código de Processo Civil. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm. Acesso em 09 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.140, 26 de junho de 2015**. Institui a Lei de Mediação. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113140.htm Acesso em 09 jun. 2024.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (11. CÂMARA). **AGRAVO nº 0067161-61.2019.8.19.0000**, Relator Desembargador: MARCOS ALCINO DE AZEVEDO TORRES, 30 de março de 2020. Disponível em: https://www3.tjrj.jus.br/EJURIS/ProcessarConsJuris.aspx?PageSeq=0&Version=1.1.21.2. Acesso em: 23 jun. 2024.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (22 CÂMARA). **Apelação 0042457-59.2016.8.19.0203**. Relator: Des. Marcos André Chut, 19 de setembro de 2023. Disponível em: https://www3.tjrj.jus.br/EJURIS/ProcessarConsJuris.aspx?PageSeq=0&Version=1.1.21.2 Acesso em: 19 jun. 2024.

BRASIL. **Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro**. Título: Tribunal de justiça do Estado do Rio de Janeiro em números Disponível em: https://www.tjrj.jus.br/documents/d/guest/tjerj-em-numeros_dez2023-tela-3-.

Acesso em 09 jun. 2024.

CÂMARA, Alexandre Freitas. **Manual de Direito Processual Civil**. Barueri: Atlas, 2022.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso À Justiça**. Porto Alegre: Fabrise, 1988.

DAMASCENO, Marina. **Os métodos autocompositivos e o exercício de uma nova política jurisdicional: um olhar crítico a partir da audiência do artigo 334 do CPC/15**. [ebook] Londrina, PR: Thoth, 2021.

FUX, Luiz. **Curso de Direito Processual Civil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

GRINOVER, Ada Pellegrini. **Os fundamentos da justiça conciliativa** disponível em: bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/21448/fundamentos_justica_conciliativa.

Jornadas Especiais de Barcelona, do Instituto Ibero- Americano de Direito, 2005, Barcelona. Disponível em: <https://vlex.com.br/vid/modelo-interjurisdicional-iberoamerica-195754721>. Acesso em: 16 jun.2024

KAFKA, Franz. **O processo**, Edição Digital, Tradução: Piattino, André, Editora: Montecristo, versão 2021.

LAGRASTA, Valéria Ferioli. **Métodos consensuais de solução de conflitos no judiciário :aprendizagem evolutiva**. [ebook] São Paulo: M. Amaro- textos Acadêmicos e Jurídicos, 2023.

TOFFOLI, José Antonio Dias. **Acesso à Justiça na Constituição de 1988 e métodos adequados de resolução de conflitos no Brasil** Disponível em: <https://www.tjsp.jus.br/download/EPM/Publicacoes/ObrasJuridicas/01-30%20anos.pdf?d=637003468120043922>.

WATANABE, Kazuo. Acesso à justiça e solução pacífica dos conflitos de interesse. In: ZANETI, Hermes, CABRAL, Trícia Navarro Xavier (Coord.). **Justiça Multiportas: mediação, conciliação, arbitragem e outros meios adequados de solução de conflitos**. Salvador: Juspodivm, 2018.

Resumo: A Resolução do Conselho Nacional de Justiça CNJ nº 325, que dispõe sobre o planejamento e gestão estratégica, e a Resolução CNJ nº 395, sobre a política de gestão da inovação no Poder Judiciário, originaram a criação do Portal do CNJ de Boas Práticas, ferramenta eficaz para a boa administração da justiça, com vistas à melhoria da eficiência e transparência na prestação jurisdicional. A adoção da política de ética e boas práticas, alinhada ao Programa de Integridade e Compliance do CNJ, foi desenvolvida para promover a conscientização da moralização e transparência da atuação dos servidores, colaboradores e magistrados no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, junto a seus jurisdicionados. Nesta perspectiva, com as múltiplas inovações, tais como Banco de Boas Práticas e Balcão Virtual, as demandas começam a receber atendimentos mais satisfatórios, contribuindo para uma melhoria expressiva da imagem do TJRJ junto a seu jurisdicionado.

Palavras-chave: Boas Práticas. Transparência. Código de Ética e de Conduta. Inovação. Compliance.

Sumário: Introdução. 1. A Conscientização das Boas Práticas pelo Poder Judiciário. 2. A Dimensão da Ética no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. 3. “Boas Práticas” - uma solução ideal para o jurisdicionado. Conclusão. Referências.

INTRODUÇÃO

Este trabalho versa sobre as Boas Práticas implementadas a partir do Programa de Integridade na Administração da Justiça, bem como a transparência institucional, com foco no aprimoramento da prestação jurisdicional, com vistas à promoção à melhoria da imagem do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, considerando as políticas públicas dos Programas de Integridade e de Transparência do instituto Compliance adotadas no âmbito do TJRJ.

Com o advento da Constituição Federal de 1988 e as recentes resoluções do CNJ, o papel do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro se destaca na medida em que o princípio fundamental da Administração da Justiça, juntamente ao princípio da Transparência, passam de mero coadjuvantes a protagonistas da atuação dos agentes da administração pública, resultando numa mudança de conduta político-administrativa e definindo a ética como um vetor da política das boas práticas da gestão pública, que se alinha às premissas de qualidade à prestação jurisdicional.

Nesta seara, o texto revela a importância da análise da conscientização da Política de Boas Práticas para atender às demandas do usuário, com foco na promoção do aumento de celeridade no desempenho da atividade judicial e administrativa para garantir a eficiência na prestação jurisdicional à sociedade.

A relevância do estudo do tema se deve à recente legislação que trouxe elementos facilitadores em contribuição à melhoria da gestão judiciária, com o comprometimento de todos os atores do Poder Judiciário.

No primeiro capítulo, discorre-se sobre a necessidade de conscientização das boas práticas no âmbito do Tribunal

de Justiça do Estado do Rio de Janeiro para garantir a transparência institucional na administração da justiça, seguindo-se uma análise sobre o desenvolvimento dessas ações pelo Poder Judiciário.

No segundo capítulo, aborda-se a ética das boas práticas como instrumento de conduta na gestão pública, adotando um Código de Ética e de Conduta ajustado às premissas de valores éticos do Programa de Integridade e Compliance, após uma breve análise do conceito da ética desde a antiguidade (Sócrates) até os dias atuais.

No terceiro capítulo, trata-se do enquadramento das boas práticas como solução ideal de atendimento ao jurisdicionado, analisando os diversos meios de atuação dos magistrados e servidores com foco na eficiência e transparência da administração da justiça, em consonância com as regras das resoluções do Conselho Nacional de Justiça.

O trabalho apresenta uma pesquisa desenvolvida pelo método dedutivo, estruturado no raciocínio silogístico, partindo de uma visão revisional legislativa e bibliográfica e proporcionando uma análise contextual abrangente no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Utiliza-se, ainda, a análise qualitativa, para uma abordagem interpretativa e avaliativa, construída a partir de dados e informações obtidos da estrutura organizacional da gestão pública do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

1. CONSCIENTIZAÇÃO DAS BOAS PRÁTICAS NO AMBIENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (TJRJ)

No Brasil, a necessidade de legislação voltada à moralização e à transparência dos atos de seus agentes públicos, pertinente à regulação das políticas de governança dos órgãos e empresas públicas e judiciárias, surgiu em razão de diversos fatores. Um deles é de ser admitido como membro da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, cuja deliberação depende da anuência do seu Comitê de Direção.

Todavia, somente em outubro de 2017 foi que se editou a Lei Estadual nº 7.753/2017, dispondo sobre as regras de implantação do Programa de Integridade, inicialmente direcionado às empresas que contratam com a administração pública, em conformidade com a Lei de Licitações nº 14.133/21, a qual veio a substituir a Lei nº 8.666. No mesmo ano, em novembro de 2017, o governo federal editou o Decreto nº 9.203¹ com a finalidade de promover e adotar as medidas inerentes à prevenção, detecção, punição e remediação de fraudes e atos de corrupção praticados por seus agentes corporativos e institucionais, em consonância com o artigo 37 da Constituição Federal de 1988.²

O movimento da cultura jurídica do instituto Boas Práticas teve início no final da década de 70, conforme pontua Fredie Didier Jr. e Leandro Fernandez³: “Consolidando a tradição iniciada com a Recomendação nº R(80), de 1980, do Comitê de Ministros do Conselho da Europa e com o Código Europeu de Boa Conduta Administrativa, de 1995”, acerca da discricionariedade exercida por autoridades administrativas europeias, e em paralelo ao Código Europeu de Boa Conduta Administrativa, publicado em 1995, incluído como um dos pilares do direito à boa administração e incorporado à Carta Europeia de Direitos Fundamentais.

Com efeito, na visão de Fredie Didier Jr. E Leandro Fernandez⁴, a elevação do direito à boa administração pública a direito fundamental constitucional trouxe à baila a questão da tutela do Estado em seus segmentos

1 BRASIL. Decreto nº 9203, de 22 de novembro de 2017. Dispõe sobre a Política de Governança da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional. Portal GOV.BR. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9203.htm. Acesso 3m 17 jun 2024.

2 BRASIL, [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Portal GOV.BR. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 22 jun. 2024.

3 DIDIER JR., Fredie; FERNANDEZ, Leandro. Introdução ao Estudo das Boas Práticas na Administração da Justiça: a Relevância Dogmática da Inovação. Revista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro nº84, abr/jun 2022. Disponível em: https://www.mprj.mp.br/documents/20184/3317605/Fredie%20Didier%20Jr__Leandro%20Fernandez_RMP84.pdf. Acesso em: 17 jul. 2024

4 DIDIER JR., Fredie; FERNANDEZ, Leandro. Introdução ao Estudo das Boas Práticas na Administração da Justiça: a Relevância Dogmática da Inovação. Revista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro nº84, abr/jun 2022. Disponível em: https://www.mprj.mp.br/documents/20184/3317605/Fredie%20Didier%20Jr__Leandro%20Fernandez_RMP84.pdf. Acesso em: 17 jul. 2024.

da administração pública direta e indireta, para possibilitar o controle da gestão administrativo-financeira e da igualdade social, objetivando assegurar celeridade e solução acertada na condução de suas demandas, com vistas à satisfação da sociedade.

O direito fundamental à boa administração pública é tema ainda explorado gradativamente pela doutrina processualista. Recentemente, os autores Fernando Cerqueira Chagas e Lucia Frota Pestana de Aguiar⁵ publicaram um artigo sobre a matéria, no qual potencializam a importância do direito fundamental à boa administração, afirmando que “A busca pela boa administração exige dinamismo e programação calendarizada, tendo como estratégia de governança o transpasse político entre diversas gestões”. E mais adiante, expõem que a governança, introduzida como direito fundamental à boa administração, deverá seguir regras de um Programa de Compliance capaz de incorporar no órgão público uma efetividade nas boas práticas administrativas.

Nos últimos anos, o Poder Judiciário do Brasil vem sendo alvo de constantes críticas severas e acirradas sobre a condução das demandas judiciais e a morosidade de sua prestação jurisdicional à sociedade. Para combater essa situação prejudicial à sua imagem, foi desenvolvido um Programa de Integridade e Compliance, cuja missão se concentra no aprimoramento do procedimento de execução de suas atividades.

Com efeito, o Conselho Nacional de Justiça editou a Resolução nº 325⁶, artigo 7º, parágrafo único, dispositivo com força de lei, sobre planejamento e gestão estratégica no âmbito do Poder Judiciário - o Portal do CNJ de Boas Práticas, e mais tarde a Resolução CNJ 395⁷ instituiu a Política de Gestão da Inovação no âmbito do Poder Judiciário, visando estimular a melhoria da eficiência e da transparência na prestação jurisdicional.

Na promoção da moralização e da transparência da atuação das entidades públicas, e com advento da Lei Anticorrupção - a Lei nº 12.846⁸ do ano de 2013, e edição do Decreto nº 11529⁹, de 16 de maio de 2023, instituiu-se o sistema de integridade e transparência no âmbito estadual, a partir da Lei Estadual nº 7753¹⁰ de 2017. Assim, promoveu uma política de transparência na gestão pública, tornando acessíveis e compreensíveis à sociedade todos os atos, ações e decisões relativas à utilização dos recursos financeiros públicos, com a necessária divulgação de informações claras e objetivas de despesas, receitas, o que permite seu acompanhamento pela sociedade, com observância ao princípio da legalidade, como preceitua Ricardo Fonseca.¹¹

Neste sentido, o Corregedor-Geral do TJRJ da gestão anterior – 2021/2022, Des. Ricardo Rodrigues Cardozo, hoje Presidente do TJRJ, elaborou uma política de ética e de boas práticas, alinhada ao Programa de Integridade e Compliance, com ênfase na consolidação do bom relacionamento com seu jurisdicionado. Vale lembrar que o Portal de Boas Práticas do TJRJ mantém um Banco de Boas Práticas, que consiste no conjunto de atividades cartorárias desenvolvidas e adotadas pelos próprios servidores, para aprimorar o desempenho funcional das atividades judiciais pertinentes às demandas judiciais, com o objetivo de que as unidades judiciais gerem resultados de alto impacto e sejam reconhecidas pela eficiência, transparência, celeridade, qualidade, inovação e praticidade, visando a redução dos níveis de reclamações.

5 CHAGAS, Cerqueira Fernando; AGUIAR, Lucia Frota Pestana de. COMPLIANCE: Uma Proposta Necessária de Implantação no Poder Judiciário Estadual. Artigo publicado na Revista do TCE-RJ, Edição nº 7 – Revista do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, v.4, n.1, p.52/53, jan/jun, 2023. Disponível em: <https://www.portal-br.tcerj.tc.br/web/ecg/resvita-do-tce-rj/edicoes-anteriores>. Acesso em: 25 jul. 2024.

6 CHAGAS, Cerqueira Fernando; AGUIAR, Lucia Frota Pestana de. COMPLIANCE: Uma Proposta Necessária de Implantação no Poder Judiciário Estadual. Artigo publicado na Revista do TCE-RJ, Edição nº 7 – Revista do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, v.4, n.1, p.52/53, jan/jun, 2023. Disponível em: <https://www.portal-br.tcerj.tc.br/web/ecg/resvita-do-tce-rj/edicoes-anteriores>. Acesso em: 25 jul. 2024.

7 CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Resolução CNJ nº 395, de 7º de junho de 2021. Institui a Política de Gestão de Inovação no âmbito do Poder Judiciário. Portal CNJ. 2014. Disponível em: <https://www.atos.cnj.jus.br/files/original1259312021060960c0bb3333a4f.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2024.

8 BRASIL. Lei Anticorrupção nº 12846, de agosto de 2013. Dispõe sobre a Responsabilização Administrativa e Civil de Pessoas Jurídicas pela Prática de Atos contra a Administração Pública, Nacional ou Estrangeiro, e dá outras providências. 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/%5C_. Acesso em: 17 jul. 2024.

9 BRASIL. Decreto nº 11529, de 16 de maio de 2023. Institui o Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal e a Política de Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal. Portal GOV.BR 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Decreto/D11529.htm. Acesso em: 17 jul. 2024.

10 RIO DE JANEIRO, Lei Estadual nº 7753, de 17 de outubro de 2017. Dispõe sobre a Instituição do Programa de Integridade nas Empresas que contratarem com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro. Portal ALERJ. 2017. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/511266335/lei-7753-17-rio-de-janeiro-r>. Acesso em: 20 jun. 2024.

11 FONSECA, Ricardo de. O que é Transparência na Gestão Pública. Portal CR2 Transparência Pública. Disponível em: <https://www.cr2.co/importancia-transparencia-gestao-publica/>. Acesso em: 18 jul. 2024.

Neste aspecto, Juarez Freitas¹² afirma que “o direito à boa administração vincula racionalmente o gestor público e o força a medir as consequências sistêmicas de suas opções, pois terá de justificá-las coerentemente, sobretudo em seu custo-efetividade.”

A teoria da política do programa de integridade na administração da justiça visa o gerenciamento das atividades judiciais, focado na cultura da transparência ético-institucional. Dessa forma, promove a eficiência de seus agentes na execução das atividades judiciais, tornando as ações, decisões e o aproveitamento dos recursos públicos mais acessíveis e compreensíveis, além de divulgá-los por meio de relatórios de desempenho das atividades judiciais no portal de transparência institucional, motivando a confiança da sociedade na seriedade do TJRJ.

Embora haja grande preocupação da alta administração do TJRJ em aprimorar o relacionamento com seu jurisdicionado, devido às constantes reclamações registradas em sua Ouvidoria sobre morosidade na prestação jurisdicional, é preciso avançar não só nas conquistas tecnológicas, mas também, e principalmente, na questão da gestão de pessoas, com provimento de cargos por servidores capazes e comprometidos com a nova dinâmica de governança, inovando a tecnologia para auxiliar o desempenho dos servidores no cumprimento de seus deveres.

É preciso uma conscientização mais apurada, por servidores e magistrados, na utilização das dicas de boas práticas, para alcançar a confiança do jurisdicionado. A integridade ética na administração da justiça se exterioriza por meio da moralidade e transparência institucional, segundo Fernando Cerqueira Chagas e Lúcia Frota Pestana de Aguiar¹³, com a implantação do Programa de Integridade e Compliance e o comprometimento real de todos os servidores, colaboradores e magistrados na condução de uma boa administração da justiça, na qual a ética é qualidade essencial para o sucesso.

À guisa disso, o CNJ publicou o Código de Ética da Magistratura Nacional¹⁴ no ano de 2008, estabelecendo normas de conduta dos magistrados, em consonância com os princípios constitucionais da independência, da imparcialidade, do conhecimento e capacitação, da cortesia, da transparência, do segredo profissional, da prudência, da diligência, da integridade profissional e pessoal, da dignidade, da honra e do decoro de suas decisões e seus comportamentos.

De igual modo, para se ajustar às premissas do direito fundamental à boa administração da justiça, a alta administração do TJRJ, com sua política de boa governança, publicou o seu Regimento Interno em dezembro de 2023, para refletir as mudanças sociais, legais e tecnológicas, e a confirmação do compromisso por parte dos magistrados com a administração da justiça, seguindo os ditames da transparência, eficiência e igualdade. No contexto da conscientização, a ética será abordada no próximo capítulo, consagrando a Política de Boas Práticas como um divisor de águas para o aprimoramento da prestação jurisdicional e visando a excelência em seus serviços, bem como a satisfação de seu jurisdicionado.

2. A DIMENSÃO DA ÉTICA NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Como visto no primeiro capítulo, nos últimos anos a ética na prestação jurisdicional no âmbito do TJRJ tem ocupado um lugar de destaque nas prioridades da alta administração, resultando na edição de um código de ética próprio para servidores e regimento interno para magistrados conduzirem as demandas judiciais.

Etimologicamente, a palavra “ética” tem origem no vocábulo grego *ethos*, com significado de “modo de ser”, “ca-

12 FREITAS, Juarez. Políticas Públicas, Avaliação de Impactos e o Direito Fundamental à Boa Administração. Portal de Periódicos UFSC. p.124. Disponível em: <https://www.periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/2177-7055.2015v36n70p115/29443>. Acesso em: 20 jul. 2024.

13 CHAGAS, Cerqueira Fernando; AGUIAR, Lucia Frota Pestana de. COMPLIANCE: Uma Proposta Necessária de Implantação no Poder Judiciário Estadual. Artigo publicado na Revista do TCE-RJ, Edição nº 7 – Revista do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, v.4, n.1, p.52/53, jan/jun, 2023. Disponível em: <https://www.portal-br.tcej.br/web/ecg/resvita-do-tce-rj/edicoes-antecessoras>. Acesso em: 25 jul. 2024.

14 CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Código de Ética da Magistratura Nacional. Portal CNJ. Publicado no DJ, páginas 1 e 2, de 18 de setembro de 2008. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/codigo-de-etica-da-magistratura>. Acesso em: 20 jul. 2024.

ráter”, assim como “costumes e comportamento”. O estudo da ética se concentra no comportamento do homem dentro da sociedade.

Na filosofia da Grécia antiga, Sócrates foi o primeiro filósofo a conceituar a ética como um conjunto de valores e princípios que norteiam o comportamento humano, no qual a virtude da sabedoria é a chave para obter a felicidade através do autoconhecimento, contemplando a justiça e a coragem para o alcance da integridade moral, segundo Donald R. Morrison¹⁵.

De outra forma, Aristóteles¹⁶ define que a ética se manifesta por meio de virtudes que conduzem o homem à felicidade plena, com o desenvolvimento do hábito e da prática de ações na comunidade (polis).

Nos dias atuais, a ética é conceituada como teoria, investigação ou explicação de um tipo de experiência humana ou forma de comportamento, cuja moral é considerada na sua totalidade, diversidade e variedade dentro de um grupo social, nos termos de Adolfo Sánchez Vázquez¹⁷, aliada à uma cultura de integridade advinda do sistema de Compliance, por meio de uma política de valoração ética no comportamento dos atores envolvidos na administração pública, segundo Humberto Eustáquio César Mota Filho¹⁸.

Na composição da política de Boas Práticas desenvolvida pelo TJRJ, a ética se eleva ao patamar de status quo, no qual o Código de Ética e Conduta dos servidores, colaboradores e magistrados se define por um padrão de comportamento normatizado, que deve ser seguido por todos de maneira indistinta, promovendo um bem-estar à sociedade na prestação jurisdicional, em cumprimento ao direito fundamental à boa administração da justiça.

O direito fundamental à boa administração reflete garantias constitucionais, como a garantia à administração transparente, sustentável, dialógica, imparcial, proba, da legalidade temperada e preventiva, legitimadas como um padrão mínimo de qualidade administrativa e judiciária que devem ser tuteladas em bloco para resultarem eficazes em seus propósitos, como preceitua Juarez Freitas¹⁹.

A ética, delimitada pelo Código de Ética e Conduta do TJRJ, consiste no compromisso do servidor e do colaborador em exercer o direito de cumprir seus deveres de conformidade com um padrão normativo de comportamento, em consonância às regras do Programa de Integridade e Compliance do TJRJ, do qual a política de boas práticas é integrante, em cumprimento às Portarias CGU nº 1089/2018²⁰ e CGU nº 57/2019²¹.

3. “BOAS PRÁTICAS” - UMA SOLUÇÃO IDEAL PARA O JURISDICIONADO

A política de boas práticas aplicada pelo TJRJ se ajusta ao disposto no artigo 219, parágrafo único da Constituição Federal de 1988, inovando a administração da justiça a partir de soluções que contribuem ao efetivo aperfeiçoamento, desempenho e qualidade no ambiente produtivo, gerando novos produtos e serviços e reformulando os já existentes prestados ao jurisdicionado.

Com o advento da Lei nº 14.129/2021²², criou-se laboratórios de inovação e implementou-se a experimentação de conceitos, instrumentos, métodos e técnicas voltados à gestão pública capazes de valorizar a colaboração interinstitucional, estimulando o apoio às políticas públicas com vistas à prestação jurisdicional à socie-

15 MORRISON, Donald R. Sócrates. Tradução Exclusiva da Companion da Cambridge University Press. Editora Ideias Letras; 1ª edição, 13 jul. 2016.

16 ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. Os pensadores. Tradução de Leonel Valiandro e Gerd Bornheim, da versão inglesa de W.D. Ross. Seleção de textos de José Américo Motta Pessanha. São Paulo: Abril Cultural, 1979. Revista de Doutrina da 4ª Região, n. 15, 22 nov. 2006.

17 VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. Ética. Adolfo Sánchez Vázquez, tradução de João Dell'Anna - 37ª edição - Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2017. Disponível em https://www.statics-americanas.b2w.io/produtos/132587827/documentos/132587827_1.pdf. Acesso em: 19 jul. 2024.

18 MOTA FILHO, Humberto Eustáquio César. Decisões Conscientes Empresas Resilientes. Como tornar o mundo dos negócios mais ético com ações efetivas. 1. ed. São Paulo - SP. Editora Soluções de Gestão Pública, p. 21, 2022.

19 FREITAS, Juarez. Políticas Públicas, Avaliação de Impactos e o Direito Fundamental à Boa Administração. Portal de Periódicos UFSC. Disponível em: <https://www.periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/2177-7055.2015v36n70p115/29443>. Acesso em: 20 jul. 2024.

20 CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. Portaria CGU nº 1089/2018. Portal GOV.BR. Disponível em: <https://www.gov.br/portaria-cgu/1089-2018.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2024.

21 CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. Portaria CGU nº 57/2019, de 4 de janeiro de 2019. Portal GOV.BR. Disponível em: https://repositorio.cgu.gov.br/bitstream/1/45186/3/Portaria_CGU_57_2019.pdf. Acesso em: 20 jul. 2019.

22 BRASIL. Lei nº 14129, de 29 de março de 2021. Dispõe sobre princípio, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública e altera a Lei nº 7116, de 29 de agosto de 1993, a Lei nº 12527, de 18 de novembro de 2011, a Lei nº 12682, de 9 de julho de 2012, e a Lei nº 13460, de 26 de junho de 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14129.htm. Acesso em: 23 jul. 2024.

dade, como defendido por Fredie Didier e Leandro Fernandez²³.

A Política de Boas Práticas, implementada na Corregedoria-Geral da Justiça do TJRJ (biênio 2021-2022), resultou de um laboratório de inovação e possibilitou a participação do servidor na otimização do trabalho cartorário, aumentando a produtividade e a qualidade dos serviços e visando a satisfação do seu jurisdicionado e a boa imagem da instituição.

Na Escola de Administração Judiciária do Tribunal de Justiça, a inovação ocorreu com a criação e a implementação do projeto pedagógico de Pós-graduação em 2022. Em dezembro de 2023, formou-se a primeira turma com 33 servidores especializados do curso de Integridade na Gestão Pública e Direitos Humanos, como um dos benefícios concretos na gestão da boa administração da justiça, prática eficaz de boa governança implementada pela atual presidência do TJRJ, de acordo com Fernando Cerqueira Chagas e Lúcia Frota Pestana de Aguiar²⁴. Ademais, houve também nesta Escola a entrada em vigor da Resolução nº 03/2022²⁵, do Egrégio Conselho da Magistratura, a qual criou o Laboratório Permanente de Produtividade em Capacitação (LPC) e os Laboratórios de Pesquisa (LP), com 23 Núcleos Permanentes de Produtividade baseados nos valores éticos das boas práticas do CNJ.

Nesta toada, foi criado o Balcão virtual, com base legislativa da Resolução CNJ nº 372²⁶, e, ainda, configurado como boa prática inovadora - uma ferramenta digital disponível no Portal do TJRJ, para maior comodidade de atendimento diário de advogados e partes, contribuindo para o dinamismo na administração da justiça. Contudo, instabilidades tecnológicas ainda abalam o ideal de satisfação dos jurisdicionados.

A Ouvidora do TJRJ possui estatística elevada de reclamações relativas à morosidade dos cartórios que, por sua vez, comportam insuficiente efetivo de servidores na maioria das serventias, o que compromete o bom andamento das atividades cartorárias e a qualidade da prestação jurisdicional. A Secretaria-Geral de Governança, Inovação e Compliance - SGGIC, existente desde fevereiro de 2023, início da gestão do atual Presidente do TJRJ, surgiu com o propósito de mapear os possíveis riscos das Unidades Administrativas do PJERJ, desenvolvendo um Banco de Riscos, Governança e Gestão de Riscos, o Plano de Riscos e um Guia Prático, a fim de aparelhar-se adequadamente para solucionar os múltiplos desafios administrativos na busca pela boa administração da justiça.

Em 25 de julho de 2024, foi lançado o Programa de Integridade no âmbito do TJRJ, no qual seus pilares compreendem o compliance, gestão de riscos e a transparência, para fomentar políticas, rotinas e condutas compatíveis com as normas e princípios constitucionais que regem a Administração e a boa administração da justiça.

Na vertente da valoração da ética, o Compliance é conceituado como um resgate ético de honestidade, transparência e boa-fé, de caráter permanente na cultura institucional, que deve ser incorporado com rigidez pela alta administração como um ideal de responsabilização, uma norma com força de lei, assim nos ensina Lucia Frota Pestana de Aguiar. A Doutora estabelece que é uma tarefa exigente de coerência a capacitação em compliance dos servidores do Poder Judiciário com o Programa de Compliance que acaba de ser implantado no âmbito do TJRJ.

CONCLUSÃO

23 DIDIER JR., Fredie; FERNANDEZ, Leandro. Introdução ao Estudo das Boas Práticas na Administração da Justiça: a Relevância Dogmática da Inovação. Revista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro nº84, abr/jun 2022. Disponível em: https://www.mprj.mp.br/documents/20184/3317605/Fredie%20Didier%20Jr__Leandro%20Fernandez_RMP84.pdf. Acesso em: 17 jul. 2024.

24 CHAGAS, Cerqueira Fernando; AGUIAR, Lucia Frota Pestana de. COMPLIANCE: Uma Proposta Necessária de Implantação no Poder Judiciário Estadual. Artigo publicado na Revista do TCE-RJ, Edição nº 7 – Revista do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, v.4, n.1, p.52/53, jan/jun, 2023. Disponível em: <https://www.portal-br.tcerj.tc.br/web/ecg/resvita-do-tce-rj/edicoes-antteriores>. Acesso em: 25 jul. 2024.

25 RIO DE JANEIRO. Resolução 03/2022. Instala o Laboratório de Produtividade em Capacitação (LPC) nos eixos temáticos de boas práticas do Conselho Nacional de Justiça, os núcleos Permanentes de Produtividade (NPP) e os Laboratórios de Pesquisa (LP) da Escola de Administração Judiciária do Estado do Rio de Janeiro – ESAJ. Disponível em: <https://www.esaj.tjrj.jus.br/Regulamentacoes/regulamentacoes.htm>. Acesso em: 30 jul. 2024.

26 CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Resolução CNJ nº 372, de 12 de fevereiro de 2021. Regulamenta a criação da plataforma de videoconferência denominada “Balcão Virtual”. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/original15412620210219602fdc26a38d2.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2024.

Ao longo dos capítulos, demonstrou-se a relevância da implementação de uma Política de Boas Práticas a partir do Programa de Integridade e Compliance na Administração da Justiça, voltada para os valores éticos e transparência institucional, com foco no aprimoramento da prestação jurisdicional e na melhoria da imagem do TJRJ.

No primeiro capítulo, a importância da conscientização de uma gestão de integridade ética, com a observância das Boas Práticas, foi fundamentada por uma legislação voltada à boa administração da justiça, dinamizando os aspectos históricos que contribuíram para a divulgação de informações claras e objetivas de uma política pública de eficiência e transparência, com ênfase na promoção da moralização da atuação dos servidores e magistrados na prestação jurisdicional, visando minimizar e reduzir o número de reclamações à Ouvidoria do TJRJ, além da consolidação de um bom relacionamento com seu jurisdicionado.

No segundo capítulo, a dimensão da ética foi debatida a partir de conceitos sobre a ética desde a antiguidade até os dias atuais, elegendo a política de boas práticas como instrumento de conduta institucional na gestão pública, adotando um Código de Ética e de Conduta ajustado às premissas de valores éticos do Programa de Integridade e Compliance no âmbito do TJRJ.

No terceiro capítulo, tratou-se da política das boas práticas, integrante do Programa de Integridade, como solução ideal de atendimento ao jurisdicionado, com a disponibilização de plataformas digitais de gestão pública que evidenciam uma atuação dos magistrados e servidores comprometida com os parâmetros de eficiência e de transparência na condução do deslinde das demandas, que contribuirá a longo prazo para a conscientização de todos os seus servidores, colaboradores e magistrados, de que a boa administração da justiça deve ser continuada e cogente para a garantia de uma sociedade íntegra, ética e justa.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Lúcia Frota Pestana de. Compliance Capacitação no Poder Judiciário Estadual. Revista de Direito Contemporâneo UNIDEP, 2(1). Recuperado em: <https://www.periodicos.unidep.edu.br/rdc-u/article/view/200>. Acesso em: 31 jul. 2024.

ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. Os pensadores. Tradução de Leonel Valiandro e Gerd Bornheim, da versão inglesa de W.D. Ross. Seleção de textos de José Américo Motta Pessanha. São Paulo: Abril Cultural, 1979. Revista de Doutrina da 4ª Região, n. 15, 22 nov. 2006.

BRASIL, [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Portal GOV.BR. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 22 jun. 2024.

BRASIL. Decreto nº 9203, de 22 de novembro de 2017. Dispõe sobre a Política de Governança da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional. Portal GOV.BR. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9203.htm. Acesso em: 17 jun. 2024.

BRASIL. Decreto nº 11529, de 16 de maio de 2023. Institui o Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal e a Política de Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal. Portal GOV.BR> 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Decreto/D11529.htm. Acesso em: 17 jul. 2024.

BRASIL. Lei Anticorrupção nº 12846, de agosto de 2013. Dispõe sobre a Responsabilização Administrativa e Civil de Pessoas Jurídicas pela Prática de Atos contra a Administração Pública, Nacional ou Estrangeiro, e dá outras providências. 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/%5C_. Acesso em: 17 jul. 2024.

BRASIL. Lei nº 14129, de 29 de março de 2021. Dispõe sobre princípio, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública e altera a Lei nº 7116, de 29 de agosto de 193,, a Lei nº 12527, de 18 de novembro de 2011, a Lei nº 12682, de 9 de julho de 2012, e a Lei nº 13460, de 26 de junho de 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/14129.htm. Acesso em: 23 jul. 2024.

BRASIL. Lei Federal nº 14133, de 21 de abril de 2021. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em 21 jul. 2024.

CHAGAS, Cerqueira Fernando; AGUIAR, Lucia Frota Pestana de. COMPLIANCE: Uma Proposta Necessária de Implantação no Poder Judiciário Estadual. Artigo publicado na Revista do TCE-RJ, Edição nº 7 – Revista do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, v.4, n.1, p.52/53, jan/jun, 2023. Disponível em: <https://www.portal-br.tcerj.tc.br/web/ecg/resvita-do-tce-rj/edicoes-anteriores>. Acesso em: 25 jul. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Código de Ética da Magistratura Nacional. Portal CNJ. Publicado no DJ, páginas 1 e 2, de 18 de setembro de 2008. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/codigo-de-etica-da-magistratura/> Acesso em 20 jul. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Resolução CNJ nº 325, de 1º de julho de 2020. Dispõe sobre a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2016 e dá outras providencias. Portal CNJ. 2020. Disponível em: <https://www.atos.cnj.jus.br/files/original182343202006305efb832f79875.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Resolução CNJ nº 372, de 12 de fevereiro de 2021. Regulamenta a criação da plataforma de videoconferência denominada “Balcão Virtual”. Disponível em: <https://www.atos.cnj.jus.br/files/original15412620210219602fdc26a38d2.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Resolução CNJ nº 372, de 12 de fevereiro de 2021. Regulamenta a criação da plataforma de videoconferência denominada “Balcão Virtual”. Disponível em: <https://www.atos.cnj.jus.br/atos/detalhar>. Acesso em: 30 jul. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Resolução CNJ nº 395, de 7º de junho de 2021. Institui a Política de Gestão de Inovação no âmbito do Poder Judiciário. Portal CNJ. 2014. Disponível em: <https://www.atos.cnj.jus.br/files/original1259312021060960c0bb3333a4f.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2024.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. Portaria CGU n º 1089/2018. Portal GOV.BR. Disponível em: <https://www.gov.br/portaria-cgu-1089-2018.pd>. Acesso em: 20 jul. 2024.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. Portaria CGU nº 57/2019, de 4 de janeiro de 2019. Portal GOV.BR. Disponível em: https://repositorio.cgu.gov.br/bitstream/1/45186/3/Portaria_CGU_57_2019.pdf. Acesso em: 20 jul. 2019.

DIDIER JR., Fredie; FERNANDEZ, Leandro. Introdução ao Estudo das Boas Práticas na Administração da Jus-

tiça: a Relevância Dogmática da Inovação. Revista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro nº84, abr/jun 2022. Disponível em: https://www.mprj.mp.br/documents/20184/3317605/Fredie%20Didier%20Jr__Leandro%20Fernandez_RMP84.pdf, p.42/43. Acesso em: 17 jul. 2024.

FONSECA, Ricardo de. O que é Transparência na Gestão Pública. Portal CR2 Transparência Pública. Disponível em: <https://www.cr2.co/importancia-transparencia-gestao-publica/> Acesso em: 18 jul. 2024

MONTESQUIEU. O Espírito das Leis. Trad. Fernando Henrique Cardoso e Leôncio Rodrigues. 2.ed. Brasília: Editora UNB, 1992.

MORRISON, Donaldo R. Sócrates. Trad. Exclusiva da Companion da Cambridge University Press. Editora Ideias Letras; 1ª edição, 13 jul. 2016.

MOTA FILHO, Humberto Eustáquio César. Decisões Conscientes Empresas Resilientes. Como tornar o mundo dos negócios mais ético com ações efetivas. 1ª ed. São Paulo - SP. Editora Soluções de Gestão Pública.

RIO DE JANEIRO, Lei Estadual nº 7753, de 17 de outubro de 2017. Dispõe sobre a Instituição do Programa de Integridade nas Empresas que contratarem com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro. Portal ALERJ. 2017. Disponível em: <http://www.alerjln1.alerj.rj.gov.br>. Acesso em: 20 jun. 2024.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – Resolução CM 03/2022. Instala o Laboratório de Produtividade em Capacitação (LPC) nos eixos temáticos de Boas Práticas do Conselho Nacional de Justiça, os Núcleos Permanentes de Produtividade (NPP) e os Laboratórios de Pesquisa (LP) da Escola de Administração Judiciária do Estado do Rio de Janeiro – ESAJ. Disponível em: <https://www.esaj.tjrj.jus.br/Regulamentacoes/regulamentacoes.htm>. Acesso em: 30 jul. 2024.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. Ética. Adolfo Sánchez Vázquez, tradução de João Dell’Anna - 37ª edição - Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2017. Disponível em: https://www.statics-americanas.b2w.io/produtos/132587827/documentos/132587827_1.pdf. Acesso em: 19 jul. 2024.

JUSTIÇA RESTAURATIVA E SUA IMPLEMENTAÇÃO NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



Frederico Augusto Santos de Arruda

Graduado em Ciências Náuticas pelo Centro de Instrução Almirante Braz de Aguiar – Ministério da Marinha
Chefe de Serventia - Leopoldina Regional XI Juizado Especial Cível

Resumo: A Justiça Retributiva, com suas definições próprias do conceito de crime e procedimentos específicos, determina os caminhos pelos quais a justiça será feita. O presente artigo visa analisar a Justiça Restaurativa, sob a perspectiva de um novo paradigma em matéria de justiça, e as ações do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro na sua implementação.

Palavras-chave: Justiça Restaurativa. Justiça Criminal. Justiça Retributiva. Resolução de conflitos. Crime.

Sumário: Introdução. 1. Justiça Restaurativa, um novo olhar sobre o que é fazer justiça 2. Verificar as iniciativas do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro na implementação da sua política da Justiça Restaurativa. 3. Conclusão. Referências.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de pesquisa propõe uma análise sobre a Justiça Restaurativa, ressaltando um novo olhar sobre o que é fazer justiça, além de buscar compreender os princípios, procedimentos e protagonismo de seus atores. Avalia, ainda, as iniciativas do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) para cumprir a resolução 255 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Na resolução dos conflitos em nossa sociedade, o “fazer justiça com as próprias mãos” é uma das maneiras bastante difundidas e comuns de serem utilizadas. Esse fato se amplia ao pensarmos no contexto da cidade do Rio de Janeiro, onde notícias sobre feminicídio e tribunal do tráfico, por exemplo, aparecem rotineiramente. O “fazer justiça com as próprias mãos” pressupõe a decisão daquele que se sente ofendido e que acredita que a culpa do conflito é do outro, atendendo à lógica: você fez isso e tem que ser castigado!

O Estado, ao ser acionado para resolução dos conflitos, através do Poder Judiciário, atua na perspectiva de atribuir a culpa e visa estabelecer punição àqueles que deram causa à ruptura do tecido social.

A Justiça Restaurativa propõe a mudança desta lógica, buscando um consenso entre os atores do conflito e perguntando: o que você pode fazer agora para restaurar isso?

O CNJ, através da resolução 255, recomenda aos tribunais de Justiça a implementação de programas de Justiça Restaurativa, visando o aprimoramento na sua forma de resposta às demandas sociais.

A resolução é inovadora, pois são poucas as pesquisas conduzidas sobre este tema até o momento no Estado do Rio de Janeiro, e traz o importante questionamento: Por que a Justiça Restaurativa pode ser compreendida como um novo paradigma em matéria de Justiça? É um assunto de grande relevância social, que precisa ser discutido a fim de compreender a justiça restaurativa, apontar os protagonistas e analisar em que momento é adequado aplicá-la. Também traz uma análise a respeito das iniciativas do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro para implementação do seu programa de justiça restaurativa.

No primeiro capítulo do presente trabalho, serão discutidas as principais diferenças entre as justiças retributiva e restaurativa e o porquê a justiça restaurativa pode ser considerada como novo paradigma.

No último capítulo, será feita uma descrição das iniciativas do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro na implementação da Política de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio

de Janeiro. A pesquisa foi desenvolvida pelo método qualitativo-descritivo, visando compreender o conjunto de princípios e procedimentos restaurativos, os quais orientam a prática da justiça restaurativa.

A abordagem do objeto desta pesquisa jurídica será necessariamente qualitativa, porquanto o pesquisador pretende se valer da bibliografia pertinente à temática em foco analisada e fichada na fase exploratória da pesquisa (legislação, doutrina e jurisprudência) para sustentar a sua tese.

1. JUSTIÇA RESTAURATIVA, UM NOVO OLHAR SOBRE O QUE É FAZER JUSTIÇA

As pessoas, usualmente, vociferam que querem justiça ou mesmo fazer justiça, mas a reflexão que se faz é: o que seria mesmo “justiça” para as pessoas? Qual o sentimento que as move na busca por justiça?

O que o sistema de justiça brasileiro tem oferecido atualmente para responder a estes anseios são, em grande parte, o estabelecimento da culpa, a identificação e a punição dos culpados, além do protagonismo das autoridades (representando o Estado) e dos advogados ao longo do processo.

Pouca ou quase nenhuma atenção é dada às vítimas no sistema judiciário comum, questão bem ilustrada pelos dizeres de Howard Zehr, em seu livro *Trocando as Lentes*, quando diz que “a questão da culpa é o fulcro de todo o processo penal. O estabelecimento da culpa é a atividade central e tudo gira em torno ou flui a partir desse evento”¹.

Em termos de resultados, a justiça retributiva apresenta o foco no infrator e na punição que lhe é ofertada, como observado nas palavras de Neemias Moretti Prudente e Ana Lucia Sabadell:²

Foco no infrator para intimidar (prevenção geral) e punir (prevenção especial); Estigmatização e discriminação - as penas privativas de liberdade são desarrazoadas e desproporcionais, cumpridas em regime carcerário desumano, cruel, degradante e criminógeno, já as penas alternativas são ineficazes, e, as absolvições, baseadas no princípio da insignificância, realimentam o conflito. Tutelam-se bens e interesses, com a punição do infrator e proteção da sociedade; Vítima e infrator isolados, desamparados e desintegrados; A ressocialização é secundária; Paz social com tensão.

Com esses resultados entregues, infratores e vítimas nem sempre concordam com a justiça feita e os anseios por justiça das vítimas podem não ser completamente correspondidos, abrindo espaço para questões importantes, como: Será que, ao término de todo esse processo, as famílias estão satisfeitas? Os infratores, ao final, estão conscientes dos danos causados e da necessidade de mudança do comportamento?

Com relação à mudança de comportamento dos infratores, o relatório publicado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 2019, intitulado “Reentradas e Reiteraões Infracionais – Um olhar sobre os Sistemas Socioeducativos e Prisional Brasileiros”³, revela que a taxa de reentrada ao sistema prisional atinge o patamar de 42,5 % e que, em relação ao sistema socioeducativo, a taxa de adolescentes que retornou ao menos uma vez é de 23,9%, no período de janeiro de 2015 a junho de 2019. Pelos números observados no relatório analisado, observa-se que os infratores não são estimulados a pensarem nas consequências de seus atos.

O Sistema Retributivo também não estimula o infrator à importante reflexão sobre o delito cometido, muito menos sobre os danos e impactos materiais e socioemocionais causados às vítimas, tal qual afirmação de Márcio Secco e Elivânia Patrícia de Lima:⁴

1 ZEHR, Howard. *Trocando as lentes: justiça restaurativa para o nosso tempo*. 04. ed. São Paulo: Palas Athena, 2020, p. 71.

2 PRUDENTE, Neemias Moretti; SABADELL, Ana Lucia. *Mudança de Paradigma: Justiça Restaurativa*. Revista Jurídica Cesumar Mestrado, 2008, p. 59. Disponível em: <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/article/view/719>. Acesso em: 06 out.2023.

3 BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. *Reentradas e Reiteraões Infracionais – Um olhar sobre os Sistemas Socioeducativos e Prisional Brasileiros*. Brasília, 2019. p.35 e p.52. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/03/Panorama-das-Reentradas-no-Sistema-Socioeducativo.pdf> Acesso em: 06 out. 2023.

4 SECCO, Márcio; DE LIMA, Elivânia Patrícia. *Justiça restaurativa – problemas e perspectivas*. Revista Direito e Práxis, p. 448. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/32715>. Acesso em: 6 out. 2023.

Neste sistema, aquele que cometeu algum crime não se vê obrigado a encarar o crime cometido ou mesmo sua vítima. Não se vê obrigado a refletir sobre os danos causados. Não percebe nenhuma vinculação com a situação e com as consequências geradas por seu ato na vida da vítima. Após algum tempo sofrendo a punição imposta pelo Estado, o próprio ofensor passa a se perceber como vítima do sistema de justiça.

Com relação às vítimas, o dano sofrido pela atriz Cissa Guimarães após a morte de seu filho Rafael, apresentado no dia 03/09/2023 no programa Fantástico⁵, em entrevista realizada pela apresentadora Renata Ceribelli a respeito da prisão dos envolvidos, pode traduzir o sentimento de muitos dos atingidos pelo ato infracional. Segue trecho da entrevista:

Cissa Guimarães: Uma coisa que me dói muito é nunca ninguém da família ter procurado a minha família.
 Renata Ceribelli: Você queria?
 Cissa Guimarães: Queria!
 Renata Ceribelli: Você queria um pedido de desculpas?
 Cissa Guimarães: Eu queria um pedido de perdão.
 Renata Ceribelli: Você perdoaria?
 Cissa Guimarães: Eu tenho a impressão até que eu perdoaria”

Neste exemplo a vítima mostra que, apesar do julgamento da ação, há uma necessidade que não foi atendida e que, tampouco, nos procedimentos da justiça retributiva existe a possibilidade de ser, conforme afirma Howard Zehr:⁶ “A Justiça não pode garantir nem forçar reconciliação, mas deveria oferecer a oportunidade para que essa reconciliação aconteça.”

Neste formato, os infratores e as vítimas, isolados, não ajudam a construir a justiça que há de ser feita, sendo meros expectadores do procedimento que decidirá sobre suas vidas.

Procedendo neste formato, a Justiça não tem correspondido às expectativas e necessidades da sociedade, de forma que buscar outras maneiras e outros olhares se faz premente sobre como fazer justiça.

A Justiça Restaurativa propõe uma mudança nos procedimentos, inserção de novos atores e protagonistas e a reparação dos danos sofridos, a fim de atender à necessidade de todos os envolvidos. Tudo realizado de forma consensual, confidencial e com urbanidade, através de sessões mediadas por facilitadores restaurativos, conforme definição de Renato Sócrates Gomes Pinto⁷:

Portanto, a justiça restaurativa, pode ser definida como um procedimento de consenso, em que a vítima e o infrator, e, quando apropriado, outras pessoas ou membros da comunidade afetados pelo crime, como sujeitos centrais, participam coletiva e ativamente na construção de soluções para a restauração dos traumas e perdas causados pelo crime.

A Justiça Restaurativa, como proposta de um novo olhar sobre o que é fazer justiça, define o crime de maneira própria, como nas palavras de Howard Zehr⁸: “O crime não é primeiramente uma ofensa contra a sociedade, muito menos contra o Estado. Ele é em primeiro lugar uma ofensa contra pessoas, e é delas que se deve partir”.

O crime é um tipo de conflito entre as pessoas. O que a Justiça Restaurativa se propõe a resolver são conflitos entre pessoas, sendo ou não eles definidos no código penal. O autor continua sua definição de crime, sob a ótica da Justiça restaurativa: “O crime é definido pelo dano à pessoa e ao relacionamento (violação do relacionamento)”⁹.

5 CANAL G1, Programa Fantástico. Cissa Guimarães fala sobre prisão de envolvidos na morte de seu filho. YouTube. em: link do vídeo <https://youtu.be/ahCqcojQfgA?si=wgT5DbR4zmFFzI7L>. Acesso em 06 out. 2023.

04.09.2023.

Disponí-

6 ZEHR, *opus citatum*, p.192.

7 PINTO, Renato Sócrates Gomes. A construção da justiça restaurativa no Brasil – o impacto no sistema de justiça criminal. **Revista Paradigma**. 2009, p. 16. Disponível em: <https://revistas.unaerp.br/paradigma/article/view/65>. Acesso em: 6 out. 2023.

8 ZEHR, *opus citatum*, p.187.

9 *ibidem*, p.189.

Trazendo o protagonismo para o infrator e para a vítima, dando-lhes a palavra, ambos deixam de ser tratados como objetos do processo, pois terão a oportunidade de falarem por si das suas dores, expectativas e necessidades, e dizem a partir de seus locais de vida. Nesse modelo, não são apenas espectadores das Autoridades, dos representantes do Estado e de profissionais do direito, que acabam, muitas vezes, por falar de uma realidade que desconhecem.

Neste lugar de protagonismo das partes, Renato Sócrates expõe “A justiça restaurativa pergunta: o que você pode fazer agora para restaurar isso?”¹⁰. Percebe-se uma mudança de foco e protagonismo, trazendo o infrator para o centro do debate, dando-lhe a palavra. Definindo a Justiça Restaurativa, traz o Autor:

Portanto, o crime, para a justiça restaurativa, não é apenas uma conduta típica, e antijurídica que atenta contra bens interesses penalmente tutelados, mas, antes disso, é uma violação nas relações entre o infrator, a vítima e a comunidade, cumprindo, por isso, à justiça identificar as necessidades e obrigações oriundas dessa violação e do trauma causado e que deve ser restaurado; oportunizar e encorajar as pessoas envolvidas a dialogarem e a chegarem a um acordo, como sujeitos centrais do processo, sendo a justiça avaliada segundo sua capacidade de fazer com que as responsabilidades pelo cometimento do delito sejam assumidas, as necessidades oriundas da ofensa sejam satisfatoriamente atendidas e a cura, ou seja, um resultado individual e socialmente terapêutico, seja alcançado.¹¹

O componente volitivo das partes é condição fundamental para que ocorra o procedimento restaurativo; sem o respeito a esta vontade, não há justiça restaurativa. Este princípio que orienta a Justiça Restaurativa deve ser observado, mas ele por si só não basta; para ocorrer um acordo entre as partes, é imprescindível que se tenha disponibilidade psíquica e emocional, conforme afirma Adriana Sócrates¹²:

considerável disponibilidade psíquica e emocional das partes que são reconduzidas ao fato ocorrido, às emoções e vivências desencadeadas (...) a justiça restaurativa possibilita exatamente este espaço para fala, para expressão dos sentimentos e emoções vivenciados que serão utilizados na construção de um acordo restaurativo que contemple a restauração das relações sociais e dos danos causados.

Como a Justiça Restaurativa é opcional, não precisando substituir a Retributiva, conviverá bem com os procedimentos que já estão postos, participando dos seus procedimentos aqueles que querem e estejam dispostos a estabelecer novas relações e abertos à novas formas possíveis de estabelecimento da ordem social, tal qual descrevem Rodrigo Azevedo e Raffaella Pallamola¹³:

As práticas restaurativas fazem sentido e dependem de um contexto em que o conflito é visto como uma oportunidade de reconstrução, de estabelecimento de novas relações, novos entendimentos, sendo a sua resolução uma maneira de construir a ordem social. A sua implementação em contextos culturais, em que o conflito seja visto como uma ameaça à ordem social, poderia torná-la uma ferramenta na manutenção dessa ordem e de “conciliação” dos conflitos.

Com o passar do tempo, os que desejarem colocar as novas lentes e um novo olhar sob a sua perspectiva proposta, serão acolhidos pela Justiça Restaurativa. Ainda que a outra parte do conflito não esteja disposta a usar essas lentes, ela serve de auxílio para aquele que se debruçou sobre seus princípios, visto que ela propõe uma reflexão de empatia, compaixão, responsabilização e perdão.

2. VERIFICAÇÃO DAS INICIATIVAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JA-

10 PINTO, Renato Sócrates Gomes. Justiça Restaurativa – Um Novo Caminho? Revista IOB de Direito Penal e Processo Penal, Porto Alegre, vol. 8, n. 47, dez. 2007/jan. 2008. p. 2

11 *Ibidem*, p.3.

12 SÓCRATES, Adriana. Práticas Restaurativas como diferentes formas de lidar com o que comparece à Justiça apud PINTO, Renato Sócrates Gomes. A construção da justiça restaurativa no Brasil. Revista Paradigma. 2009, p. 16.

13 AZEVEDO, Rodrigo. Ghiringhelli.; PALLAMOLLA, Raffaella. Porciuncula. Alternativas de Resolução de Conflitos e Justiça Restaurativa no Brasil. Revista USP. São Paulo. n.101. 2014. p. 183. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/download/87825/90746/124097>. Acesso em: 05 de out. 2023.

NEIRO NA IMPLEMENTAÇÃO DA SUA POLÍTICA DA JUSTIÇA RESTAURATIVA.

A Resolução 2002/12¹⁴ do Conselho Econômico e Social estabeleceu definições de conceitos relativos à Justiça Restaurativa, seu balizamento e uso de programas no mundo, recomendando a implementação nos estados membros.

Por sua vez, o Conselho Nacional da Justiça, através da Portaria nº 16, 26 de fev. 2015 do CNJ¹⁵, que estabeleceu diretrizes de gestão da Presidência para o biênio 2015-2016, teve como uma das diretrizes: VII- Contribuir com o desenvolvimento da Justiça Restaurativa.

Durante o 09º Encontro Nacional do Poder Judiciário, nos dias 24 e 25 de novembro de 2015¹⁶, foram aprovadas Metas Nacionais para o Judiciário Brasileiro alcançar em 2016. Uma dessas metas, a Meta 8, diz: “Justiça Estadual: Implementar projeto com equipe capacitada para oferecer práticas de Justiça Restaurativa, implantando ou qualificando pelo menos uma unidade para esse fim, até 31.12.2016”. O cumprimento desta meta era avaliado com a resposta de 07 perguntas¹⁷ (figura 1), quais sejam:

TJPA	TJPB	TJPE	TJPI	TJPR	TJRJ	TJRN	TJRO	TJRR	TJRS	TJSC	TJSE	TJSP	TJTO
100,00%	42,86%	100,00%	0,00%	100,00%	71,43%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	71,43%	100,00%	100,00%	100,00%

Figura 1: Tabela apresentando o questionário sobre o cumprimento da Meta 8 supracitada¹⁷.

O Relatório Metas Nacionais do Poder Judiciário, publicado em abril de 2017, informa que, dos 24 tribunais de justiça estaduais, 17 conseguiram cumprir integralmente a META 8, um percentual de 78,31%. O presente relatório ainda informa que o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro cumpriu 71,43% (figura 2) da Meta, ou seja, das 07 perguntas somente 02 não foram respondidas de forma positiva¹⁸.

14 CONSELHO ECONÔMICO E SOCIAL DA ONU (ECOSOC). Resolução 2002/12, de 24 de julho de 2002.

Regulamenta os princípios básicos para a utilização de Programas de Justiça Restaurativa em Matéria Criminal. Organização das Nações Unidas: Agência da ONU para refugiados (UNCHR), E/RES/2002/12 Disponível em: https://site.mppr.mp.br/sites/hotsites/arquivos_restritos/files/migrados/Image/Nupia/Resolucao_ONU_2002.pdf Acesso em: 20 nov. 2023.

15 BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Portaria nº. 16. Brasília, 2015. Disponível em: https://atos.cnj.jus.br/files/portaria/portaria_16_26022015_03032015133613.pdf Acesso em: 06 out. 2023.

16 BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Brasília. https://atos.cnj.jus.br/files/portaria/portaria_16_26022015_03032015133613.pdf Acesso em: 20 nov. 2023.

17 BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Brasília. <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/09/64acb190bee63682ea4b7f7805f5ace.pdf> pag. 42. Acesso em: 20 nov. 2023

18 BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Brasília. <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/09/64acb190bee63682ea4b7f7805f5ace.pdf> pag. 63. Acesso em: 20 nov. 2023.

TJPA	TJPB	TJPE	TJPI	TJPR	TJRJ	TJRN	TJRO	TJRR	TJRS	TJSC	TJSE	TJSP	TJTO
100,00%	42,86%	100,00%	0,00%	100,00%	71,43%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	71,43%	100,00%	100,00%	100,00%

Figura 2: Dados sobre as respostas obtidas dos tribunais a respeito da implementação ou qualificação para o emprego da justiça restaurativa, com destaque para o TJRJ¹⁸.

A Resolução N° 225, 31 de maio 2016 do CNJ¹⁹, sob o fundamento de estar cumprindo a Meta 8 para 2016, nos termos da Portaria n° 16, 26 de fev. 2015 do CNJ²⁰, dispôs sobre a Política Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências, trazendo em seu art. 5° que os Tribunais de Justiça devem implementar programas de Justiça Restaurativa, porém sem estabelecimento de prazo.

A Resolução N° 300 de 29 de novembro de 2019 do CNJ²¹, por meio do Comitê Gestor da Justiça Restaurativa, concedeu um prazo de 180 dias para que os Tribunais de Justiça e Tribunais Regionais Federais apresentassem um plano de implantação, difusão ou expansão da Justiça Restaurativa. Determinou também a implementação e/ou estruturação de um Órgão Central de Macrogestão e Coordenação.

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, procurando dar cumprimento a determinação citada acima, por meio do Ato Executivo n° 23/2022²², publicado no DJERJ de 16.02.2022, criou o Comitê Gestor de Política da Justiça Restaurativa, que tinha como atribuições a coordenação do programa de Justiça Restaurativa no âmbito do TJRJ, devendo fomentá-lo, viabilizá-lo e concretizá-lo como política efetiva e estratégica do Poder Judiciário. Como fruto do trabalho deste Comitê, foi publicado pelo Órgão Especial a Resolução OE n° 11/2022²³, que dispõe sobre a Política de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

Nas leituras da ata do presente Comitê, é possível perceber uma preocupação dos seus membros em envolver outros personagens do TJRJ para crença na Justiça Restaurativa.

O Comitê Gestor de Política da Justiça Restaurativa, que foi o principal impulsionador da Justiça Restaurativa no âmbito do TJRJ, foi extinto através do ATO EXECUTIVO n° 12/ 2023.

CONCLUSÃO

O presente artigo procurou trazer, em linhas gerais, o funcionamento da Justiça Retributiva, seu foco principal - como a busca da culpa, seus procedimentos e protagonistas - destacando a definição de crime como uma violação da lei.

Pontua, ainda, algumas lacunas deixadas pela justiça comum em relação aos infratores e vítimas no processo penal, principalmente com relação a falta de escuta destes personagens.

Em função das lacunas deixadas pela Justiça Retributiva, a pesquisa realizada reconhece a necessidade da busca por outras formas de fazer justiça e apresenta a Justiça Restaurativa como uma dessas novas formas.

É importante ressaltar que a Justiça Restaurativa não veio para substituir ou competir com a Justiça Retributiva, mas sim servir de complemento à justiça, trazendo novos instrumentos e novos olhares, humanizando o direito penal e servindo de instrumento para que a Paz Social seja alcançada com mais dignidade e

19 BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Brasília. <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2289> Acesso em: 20 nov. 2023.

20 BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Portaria n°. 16. Brasília, 2015. Disponível em: https://atos.cnj.jus.br/files/portaria/portaria_16_26022015_03032015133613.pdf Acesso em: 06 out. 2023.

21 BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Brasília. <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3144> Acesso em: 20 nov. 2023.

22 BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Ato Executivo n° 23/2022. Disponível em: http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=289087&integra=1 Acesso em: 20 nov. 2023.

23 BRASIL. Tribunal de Justiça do estado do Rio de Janeiro, Resolução Órgão Especial n°. 11/2022. Disponível em: http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=290944&integra=1. Acesso em: 20 nov. 2023.

menos tensão.

Aqueles que acreditam que a sociedade, sob o ponto de vista ético e moral, está progredindo, podem inferir que é uma questão de tempo para que a justiça restaurativa possa ter um maior número de adeptos a um novo olhar sobre como fazer justiça.

Conclui-se que a implementação da Justiça Restaurativa é uma mudança de procedimento, mas como toda mudança de paradigma, é uma mudança de cultura, e não se muda cultura unicamente através de uma resolução ou lei. É preciso um longo processo de esclarecimento, educação e instrução dos seus princípios e procedimentos, a fim de que os operadores do direito e representantes do Estado possam também aderir a Justiça Restaurativa como crença e também como instrumento para a Paz Social com menos tensão.

REFERÊNCIAS

ACHUTTI, D. Justiça restaurativa no Brasil: possibilidades a partir da experiência belga. Civitas: revista de Ciências Sociais. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/13344>. Acesso em: 6 out. 2023.

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli.; PALLAMOLLA, Raffaella Porciuncula. Alternativas de Resolução de Conflitos e Justiça Restaurativa no Brasil. Revista USP. São Paulo. n.101. 2014. p. 183.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Resolução nº. 225. Brasília, 2016. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/images/atos_normativos/resolucao/resolucao_225_3105201602062016161414.pdf. Acesso em: 06 out. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Portaria nº. 16. Brasília, 2015. Disponível em: https://atos.cnj.jus.br/files/portaria/portaria_16_26022015_03032015133613.pdf Acesso em: 06 out. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Brasília. https://atos.cnj.jus.br/files/portaria/portaria_16_26022015_03032015133613.pdf Acesso em: 20 nov. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Brasília. <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/09/64a-cb190bee63682ea4b7f7805f5acce.pdf> . pag. 42. Acesso em: 20 nov. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Brasília. <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/09/64a-cb190bee63682ea4b7f7805f5acce.pdf> . pag. 63. Acesso em: 20 nov. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Brasília. <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2289> Acesso em: 20 nov. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Portaria nº. 16. Brasília, 2015. Disponível em: https://atos.cnj.jus.br/files/portaria/portaria_16_26022015_03032015133613.pdf Acesso em: 06 out. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Brasília. <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3144> Acesso em: 20 nov. 2023.

BRASIL. Tribunal de Justiça do estado do Rio de Janeiro, Resolução OE nº. 11. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: [8196cf25-49d7-45d5-b0da-bab9eeb59891 \(tjrj.jus.br\)](http://8196cf25-49d7-45d5-b0da-bab9eeb59891.tjrj.jus.br) . Acesso em: 06 out. 2023.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Ato Executivo nº 23/2022. Disponível em: http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=289087&integra=1 Acesso em: 20 nov. 2023.

BRASIL. Tribunal de Justiça do estado do Rio de Janeiro, Resolução Órgão Especial nº. 11/2022. Disponível em: http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=290944&integra=1. Acesso em: 20 nov. 2023.

CANAL G1, Programa Fantástico. Cissa Guimarães fala sobre a prisão de envolvidos na morte de seu filho. YouTube. 04.09.2023. Disponível em: link do vídeo <https://youtu.be/ahCqcojQfgA?si=wgT5DbR4zmFFzI7l>. Acesso em: 06 out. 2023.

CONSELHO ECONÔMICO E SOCIAL DA ONU (ECOSOC). Resolução 2002/12, de 24 de julho de 2002. Regulamenta os princípios básicos para a utilização de Programas de Justiça Restaurativa em Matéria Criminal. Organização das Nações Unidas: Agência da ONU para refugiados (UNCHR), E/RES/2002/12 Disponível em: https://site.mppr.mp.br/sites/hotsites/arquivos_restritos/files/migrados/Image/Nupia/Resolucao_ONU_2002.pdf Acesso em: 20 nov. 2023.

PRUDENTE, N. M.; SABADELL, A. L. Mudança de Paradigma: Justiça Restaurativa. Revista Jurídica Cesumar Mestrado, Disponível em: <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/article/view/719>. Acesso em: 6 out. 2023.

PINTO, R. S. G. A construção da justiça restaurativa no Brasil. Revista Paradigma. Disponível em: <https://revistas.unaerp.br/paradigma/article/view/65>. Acesso em: 6 out. 2023.

SECCO, M.; DE LIMA, E. P. Justiça restaurativa – problemas e perspectivas. Revista Direito e Práxis. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/32715>. Acesso em: 6 out. 2023.

ZEHR, H. Trocando as lentes: justiça restaurativa para o nosso tempo. 04. ed. São Paulo: Palas Athena, 2020.

ESPAÇO SINAL VERDE: ACOLHIMENTO E EFICIÊNCIA NO ATENDIMENTO AO PÚBLICO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



Renata Ferreira Mello Chantre

Graduada em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Chefe de Gabinete do Des. Cezar Augusto Rodrigues Costa

Resumo: O atendimento ao público é função primordial do serviço público, e, para alcançar o seu propósito, deve ser realizado com observância de princípios humanitários, constitucionais, infraconstitucionais, leis, normas e regras de conduta dos agentes públicos e dos servidores. Este artigo científico busca propor implementação de um setor administrativo no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro no qual a referida atividade seja preliminarmente desempenhada de forma mais humanizada e acessível, por servidores treinados e capacitados, com respeito à diversidade e às vulnerabilidades da população, buscando, como resultado, a prestação de informações gerais satisfatórias e de qualidade, aptas a gerar um resultado eficiente, amplo e democrático.

Palavras-Chave: Humanidade. Diversidade. Acolhimento. Acesso à Justiça. Informação.

Sumário: Introdução. 1. Fundamentos para a eficiência no atendimento ao público. 2. Estratégias de comunicação e acolhimento à diversidade da população e grupos vulneráveis. 3. Proposta de implementação de setor administrativo no TJRJ para a atividade de atendimento humanizado ao público. Conclusão. Referências.

INTRODUÇÃO

Um olhar atento que observe como é realizado e gerido o atendimento ao público no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) será capaz de constatar que não há um tratamento adequado na prestação deste serviço, que é realizado somente pelas próprias serventias, sem nenhum treinamento dos servidores, locais que deveriam se dedicar unicamente à administração de seu acervo, atendendo tão somente aos interesses a ele relativos. Porém, na falta de orientação do público, as mais diversas demandas chegam a qualquer lugar ou a qualquer pessoa, indiscriminadamente. Não são raras as abordagens feitas nos corredores dos Fóruns por público bastante diverso, que, não tendo recebido nenhuma orientação ou resposta satisfatória onde as buscou inicialmente, tentam obtê-las informal e aleatoriamente de transeuntes de boa vontade. Não se deve perder de vista que a maioria das pessoas chega ao Poder Judiciário (PJ) com algum problema a resolver, portanto, já de início não é um movimento confortável. Muitas vezes são questões simples e de fácil solução para quem está familiarizado com a temática e com o complexo arquitetônico, considerado um verdadeiro “labirinto”, cujas dependências são tidas como formais e austeras pela população em geral, causando certo temor e constrangimento ao homem comum. Para estas pessoas, o que parece muito difícil e complicado poderia ser facilmente elucidado em alguns minutos com a atenção de um servidor capacitado para atendê-las.

Por outro lado, o atendimento ao público é das tarefas mais rejeitadas pelos serventuários, aquela que todos procuram evitar. Não se desconhece o desgaste que ela é capaz de causar, nem se desconsidera a enorme carga de trabalho e imposição de metas com medidores quantitativos a que a categoria está submetida. Porém, também se observa a vocação de vários servidores no seu desempenho, que tratam o mister com carinho e cuidado, valendo-se de sua experiência para fornecer respostas eficientes e satisfatórias.

A justificativa jurídica para o tema deste artigo se funda, precipuamente, nos Princípios da Dignidade da

Pessoa Humana, da Igualdade e do Acesso à Justiça. Considerou-se, no campo constitucional, a composição dos Poderes da União, sendo o Judiciário o último guardião do cumprimento das normas, princípios e direitos que regem a sociedade. Como expresso no art.5º da Constituição Federal (CRFB/88), todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, estando tutelado, assim, o direito ao acesso à informação. No campo infraconstitucional, o Princípio da Efetividade, previsto no Código de Processo Civil (CPC), e a Lei 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação – serviram de fundamento. Por fim, considerou-se a necessária observância dos deveres do administrador público e dos deveres funcionais do servidor público, além de Resoluções, Recomendações e Eixos de Boas Práticas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A relevância social do tema se funda no direito da coletividade de receber um melhor serviço e ser atendida por servidores capacitados, com observância e respeito à sua diversidade, vulnerabilidades e princípios que regem os direitos humanos, estabelecendo-se uma relação baseada em alteridade e empatia entre o servidor e a pessoa atendida.

Tendo-se todo o exposto em conta, visando um eficiente e acolhedor atendimento ao público, é proposta a criação de um setor destinado somente à realização desta atividade. Com inspiração na Sala Lilás – ambiente humanizado para prestar atendimento especializado às mulheres vítimas de violência física e sexual – o setor seria instalado em locais de fácil acesso e visibilidade, nas entradas dos Fóruns de grande e médio movimento do Estado do Rio de Janeiro (ERJ), a fim de oferecer um atendimento presencial respeitoso e acessível, a todo e qualquer público, especialmente aos grupos mais vulneráveis da população, que apresentem alguma dificuldade diante da temática, relativa a meios tecnológicos, ou, ainda, diante de obstáculo imposto por deficiência física, mental ou cognitiva, visível ou invisível. Para estes grupos, o atendimento presencial se mostra mais eficiente, confortável e esclarecedor. No setor atuariam servidores capacitados que receberiam estímulo para o desempenho unicamente desta função. Observa-se que, muitas vezes, apenas ser ouvido com atenção e interesse já satisfaz quem procura o TJRJ, ainda que não seja apresentada nenhuma solução de ordem prática. Vislumbra-se que a prestação deste serviço, além de beneficiar o público, poderia também auxiliar na diminuição do movimento e pressão nas serventias judiciais, nelas reduzindo o volume de pessoas em circulação, favorecendo o ambiente de trabalho dos servidores e melhorando, por fim, a imagem do TJRJ junto à coletividade.

A metodologia utilizada quanto à abordagem foi a qualitativa, através da pesquisa bibliográfica, analisando conteúdos que lhe servem de base. Quanto aos objetivos, utilizou-se o método exploratório, ao sugerir solução inovadora que propõe soluções para o aprimoramento do desempenho da atividade de atendimento ao público. Foi observada a Legislação aplicada, com ênfase na Constituição Federal, Legislação, Doutrina e Documentos Institucionais.

1. FUNDAMENTOS PARA A EFICIÊNCIA NO ATENDIMENTO AO PÚBLICO

Este artigo se baseia em princípios humanitários, constitucionais, infraconstitucionais, leis e normas como fundamentos da proposta para um atendimento ao público mais acessível e humanizado, visando, por fim, a prestação de informações satisfatórias e de qualidade pelo TJRJ, capazes de gerar um resultado eficiente para todos os envolvidos, público e servidores.

A dignidade humana é absoluta, portanto, inalienável, irrenunciável e intangível. O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana foi consagrado na Constituição Federal (CRFB/88) no art 1º, III, sendo um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito. Conforme leciona André Gustavo Corrêa de Andrade, “a ética impõe

o respeito mútuo e a consideração recíproca entre todos os homens, porque dotados todos de igual dignidade”¹, o que realça o imperativo respeito à igualdade no tratamento às diferenças. É também tutelado pela CRFB/88 o Princípio do Acesso à Justiça,² sobre o qual, explica o Professor Humberto Dalla, “é imperioso que se reconheça (...) como princípio essencial ao funcionamento do Estado de direito”, e que há o objetivo de “informar aos cidadãos quanto aos seus direitos e obrigações, criando um vínculo de confiança com o Poder Judiciário [...]”.³ O direito à informação, tutelado pela CRFB/88, integra a quarta geração de direitos fundamentais⁴, que são, segundo Ingo Wolfgang Sarlet, “aquelas posições jurídicas concernentes às pessoas, que (...) foram (...) retiradas da esfera de disponibilidade dos poderes constituídos”.⁵ Assim, obter informação é um direito fundamental da população, que deve ser assegurado por todos os agentes públicos.

Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário compõem os poderes da União. Situado hermenêuticamente no final do art. 2º da CRFB/88, o PJ funciona como o último guardião do cumprimento das normas, princípios e direitos que regem a sociedade e o Estado Democrático de Direito, sendo o responsável pela administração da justiça e garantia dos direitos dos cidadãos. O art. 37 da CRFB/88 enumera os princípios constitucionais explícitos aos quais os Poderes da União devem obedecer, dentre eles o da Eficiência⁶. No art. 125, a CRFB/88 dispõe que os Estados organizarão sua Justiça, observados os princípios nela estabelecidos, dentre os quais, além dos já mencionados, os Princípios Constitucionais implícitos.⁷

No âmbito infraconstitucional, o Princípio da Efetividade, previsto no CPC,⁸ dispõe sobre normas de conduta a todas as partes que participam do processo, na busca de sua duração razoável. A lei 12.527/2011⁹ no art. 3º assegura o direito fundamental de acesso à informação, disciplinando que os procedimentos devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública, traçando diretrizes e identificando como dever do Estado garantir o direito de acesso à informação (art. 5º), determinando que os órgãos do poder público devem assegurar amplo acesso à informação, garantindo sua disponibilidade (art. 6º). O tema também é tratado nas Resolução 215/2015¹⁰, alterada pela Resolução 389/2021¹¹ do CNJ.

Na doutrina, destaca-se o poder-dever de agir do administrador público no atuar em benefício da coletividade, revelando-se conduta irrenunciável e obrigatória.¹² Também o dever de eficiência, que consiste na necessidade de tornar a atuação do administrador público mais célere, coordenada e eficiente.¹³ De igual relevância a observância dos deveres funcionais do Servidor Público, dentre eles o de urbanidade, respeito, acessibilidade e cortesia no atendimento aos usuários, que no ERJ são regulados pelo Dec. 2479/79¹⁴. Na falta de dispositivo expresse, conforme já decidido pelo STJ, analogicamente pode ser aplicada a Lei 8.112/90¹⁵. O tema também é

1 ANDRADE, André Gustavo Corrêa de. O princípio fundamental da Dignidade Humana e sua concretização judicial. Disponível em: http://www.tjrj.jus.br/c/document_library/get_file?uuid=5005d7e7-eb21-4fbb-bc4d-12affe2dbbe. Acesso em 28 out. 2023.

2 Art. 5º, XXXV

3 PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. A Releitura do Princípio do Acesso à Justiça e o Necessário Redimensionamento da Intervenção Judicial na Contemporaneidade. Disponível em: https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista_v21_n3/tomo1/revista_v21_n3_tomo1_241.pdf

4 CERA, Denise Cristina Mantovani. Quais são os direitos de primeira, segunda, terceira e quarta geração? Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/noticias/quais-sao-os-direitos-de-primeira-segunda-terceira-e-quarta-geracao-denise-cristina-mantovani-cera/2563450>. Acesso em 28 out. 2023.

5 SARLET, Ingo Wolfgang. Os Direitos Fundamentais Sociais na Constituição De 1988. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5307223/mod_resource/content/1/OS%20DIREI-TOS%20FUNDAMENTAIS%20SOCIAIS%20NA%20CONSTITUI%C3%A7%C3%83O%20DE%201988%20-%20INGO%20WOLFGANG%20SARLET.pdf. Acesso em 28

out. 2023.

6 incluído pela Emenda Constitucional 19/1998

7 Supremacia, Indisponibilidade e Continuidade do Interesse Público e Finalidade.

8 Especialmente nos artigos 4º, 5º e 6º.

9 Lei de Acesso à Informação. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em 01 nov. 2023

10 Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2236>. Acesso em 20 set. 2023

11 Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3902>. Acesso em 20 set. 2023.

12 Ensina Hely Lopes Meireles: “se para o particular o poder de agir é uma faculdade, para o administrador público é uma obrigação de atuar, desde que se apresente o ensejo de exercitá-lo em benefício da comunidade”. MEIRELES, Hely Lopes. – Direito Administrativo Brasileiro. 44. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2020, pg. 82-83

13 a eficiência da atividade administrativa, com efeito, produz frutos e causa benefícios à própria coletividade”. CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 36. ed. São Paulo: Atlas, 2022, pg. 68.

14 Dentre os deveres previstos, destaca-se o de urbanidade (art. 85, III). Disponível em: <http://aler-jln1.alerj.rj.gov.br/decest.nsf/968d5212a901f75f0325654c-00612d5c/2caa8a7c2265c33b0325698a0068e8fb>. Acesso em 20 set. 2023

15 Regime jurídico dos servidores civis da União. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.

objeto do Código de Ética e Conduta dos Servidores da Corregedoria Geral de Justiça TJRJ¹⁶. Por fim, as deliberações do CNJ, como a Resolução 221/2016, que no art. 2º define aproximação entre o PJ e a sociedade como um princípio de gestão participativa e democrática;¹⁷ a Resolução 215,¹⁸ alterada pela Resolução 389,¹⁹ já mencionadas; a Recomendação 123/2022 – Pacto Nacional do Judiciário pelos Direitos Humanos,²⁰ ratificado pelo TJRJ em 18/05/2023;²¹ e os eixos de Boas Práticas do Poder Judiciário, instituídos através da Portaria 140/2019,²² sobre os quais merecem especial atenção os eixos 04, 12 e 40²³.

2. ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO E ACOLHIMENTO À DIVERSIDADE DA POPULAÇÃO E GRUPOS VULNERÁVEIS

Pondera-se, inicialmente, que é grande o empenho do TJRJ no cumprimento de metas de produtividade baseadas em critérios objetivos impostos aos servidores, que têm grande dificuldade de manter as tarefas em dia, devido ao volume de trabalho. Entretanto, não se deve perder de vista que a função constitucional do PJ vai além do cumprimento de metas. É fundamental se ter clareza sobre a quem essencialmente o trabalho deste Poder da República se destina: ao público. São pessoas de diversas idades, gêneros, origens, raças, credos, graus de instrução, condições de saúde e capacidade de compreensão. Cada qual traz consigo uma história de vida e sentimentos agregados, e muitas apresentam dificuldades para compreender o que para outras parece muito simples. Daí a necessidade de aperfeiçoamento e democratização na comunicação, a fim de que sejam prestadas informações de melhor qualidade, capazes de gerar resultados eficientes. Não passa despercebida a notória insatisfação manifestada pelo público ao dispendir muito tempo e energia em busca de esclarecimentos sem receber o atendimento desejado, não sendo correspondido em sua expectativa.

A abordagem ora realizada é relativa ao público num geral, mas maior atenção volta-se aos grupos vulneráveis. Verifica-se o alto percentual da população com dificuldade de compreensão²⁴, e, neste sentido, a obra “Acesso à Justiça” reconhece a existência de barreiras impostas pelas diferenças de educação, meio e *status* social que precisam ser pessoalmente enfrentadas para a reivindicação de um direito:²⁵

a “capacidade jurídica” pessoal se relaciona com as vantagens de recursos financeiros e diferenças de educação, meio e *status* social, é um conceito muito mais rico, e de crucial importância na determinação da acessibilidade da justiça. Ele enfoca as inúmeras barreiras que precisam ser pessoalmente superadas, antes que um direito possa ser efetivamente reivindicado através de nosso aparelho judiciário.

A referida obra enfatiza, ainda, a dificuldade, e até a impossibilidade de superação das barreiras.²⁶ Há tam-

htm. Acesso em 20 set. 2023.

Estão previstos os deveres de exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo e de atender com presteza ao público em geral, prestando as informações requeridas (Art. 116, I e V), também previstos na Lei 13.460/2017, dentre eles, o de urbanidade, respeito, acessibilidade e cortesia no atendimento aos usuários (art. 5º, I).

16 https://cgj.tjrj.jus.br/documents/1017893/7972598/codigo_de_etica.pdf

17 Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2279>. Acesso em 20 set. 2023.

18 Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2236>. Acesso em 20 set. 2023.

19 Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3902>. Acesso em 20 set. 2023

20 Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/4305>. Acesso em 28 out. 2023.

21 Disponível em: <http://gmf.tjrj.jus.br/noticias/noticia/-/visualizar-conteudo/5265985/197652527>. Acesso em 28 out. 2023.

22 Visa ampliar a gestão do conhecimento no âmbito do PJ e disseminar iniciativas e projetos inovadores em busca da melhoria da gestão e da prestação jurisdicional. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3021>. Acesso em 28 out. 2023.

23 Transparência. Disponível em: <https://boaspraticas.cnj.jus.br/por-eixo/4>. Acesso em 20 set. 2023

Acesso à Justiça. Disponível em: <https://boaspraticas.cnj.jus.br/por-eixo/12>. Acesso em 20 set. 2023.

Acessibilidade. Disponível em: <https://boaspraticas.cnj.jus.br/por-eixo/40>. Acesso em 20 set. 2023.

24 “o Brasil tem dois grandes desafios: o analfabetismo e a desigualdade. (...) 3 em cada 10 brasileiros e brasileiras entre 15 e 64 anos são analfabetos funcionais. Ou seja, cerca de 30% da população brasileira economicamente ativa não consegue compreender textos simples.” Apostila do curso Linguagem Simples no Setor Público, elaborada pela Prefeitura de São Paulo em julho de 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Download/Apostila%20do%20curso%20Linguagem%20Simples%20no%20Setor%20Pu%CC%81blico.pdf>. Acesso em 05 nov. 2023.

25 CAPPELLETTI, Mauro e GARTH, Bryant. Acesso à Justiça. Tradução de Ellen Gracie Northflee. Sergio Antonio Fabris Editor, 1988. Porto Alegre. Disponível em <file:///C:/Users/User/Download/ACesso%20A%CC%81%20JUSTIC%CC%A7A%20pdf.PDF>, pg. 22. Acesso em 28 out. 2023.

26 Ibid “muitas (senão a maior parte) das pessoas comuns não podem – ou, ao menos, não conseguem – superar essas barreiras na maioria dos tipos de processos”.

bém as dificuldades originadas por outras causas, como, por exemplo, a temática, meios tecnológicos (hipossuficiência digital), diferenças regionais, deficiências cognitivas, mentais e físicas, dentre outras, sublinhando-se que nem sempre são visíveis e perceptíveis num primeiro contato, o que configura outro obstáculo à qualidade do atendimento.

Neste ponto, a Lei 14.624/2023²⁷ alterou o Estatuto da Pessoa com Deficiência²⁸ para instituir o uso facultativo do cordão de fita com desenhos de girassóis, visando a identificação de pessoas com deficiências ocultas, caso da surdez, do autismo e das deficiências cognitivas, entre outras.

Constatada a existência das diferenças entre as pessoas, é indispensável, para estabelecer garantias, a aplicação do Princípio Constitucional da Igualdade²⁹. Às noções de igualdade somam-se as de equidade que, segundo o Dicionário *Oxford Languages* “significa dar às pessoas o que elas precisam para que todos tenham acesso às mesmas oportunidades”. Aristóteles, na sua concepção de equidade de dar aos indivíduos o que lhes é devido, prenunciou que “devemos tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida de sua desigualdade”³⁰. O jurista Rui Barbosa, em *Oração aos Moços*³¹, ratificou esta afirmação. Neste sentido é o trecho extraído de artigo sobre políticas de humanização à saúde, que também traz menção de Karl Marx, nomeada orientação ética: “A cada pessoa conforme suas necessidades”³². Ronald Dworkin apresentou sua teoria de justiça distributiva - a igualdade de recursos.³³ John Rawls, ao tratar da equidade, defendeu ser “justa a ação que tenha consequências desiguais para os diversos envolvidos apenas quando resultam em benefícios compensatórios para cada um, e particularmente para os membros “menos favorecidos”, “menos afortunados” da sociedade.”³⁴ Michael J. Sandel³⁵ ressaltou que devem ser aceitas todas as preferências dos indivíduos, sem questionamentos ou contestações por parte da justiça. São inúmeras as situações cotidianas de atendimento ao público realizadas de forma insatisfatória para todos os envolvidos, o que se ilustra com monografia³⁶ que tratou do tema, que, em conjunto com observações sobre o desempenho da atividade no TJRJ, faz concluir o quanto a coletividade é carente de respeito e atenção à sua diversidade, faltando observância de princípios que regem os direitos humanos por quem tem o dever de atender, sendo necessária uma gestão cuidadosa para melhoria e aprimoramento deste serviço, com aplicação, dentre outros, dos parâmetros da Lei 13.460/2017³⁷, de proteção e defesa dos direitos do usuário

27 Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14624.htm. Acesso em 01 nov. 2023.

28 Lei 13.146/2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em 01 nov. 2023.

29 Previsto no art. 5º da CRFB/88

30 Entende-se que a melhor interpretação desta premissa, a fim de afastar qualquer ideia de privilégio que originalmente possa sugerir, é no sentido de tratar diferenciadamente os diferentes, fornecendo-lhes condições iguais para o exercício de seus direitos.

31 “a regra da igualdade não consiste senão em quinhão desigualmente aos desiguais, na medida em que se desigualem. Nesta desigualdade social, proporcionada à desigualdade natural, é que se acha a verdadeira lei da igualdade”. BARBOSA, Rui. *Oração aos Moços*. Disponível em: https://www2.sena-do.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/564558/Oracao_aos_mocos_Rui_Barbosa.pdf. Acesso em 10 nov. 2023.

32 “tratar desigualmente os desiguais conforme suas necessidades é uma interpretação do princípio da justiça, provém de bases diversificadas - desde o pensamento cristão até os fundamentos de diversas correntes de tendência socialista -, e é marcada pelo princípio da igualdade entre todas as pessoas. Contudo, aceitando-se o tratamento diferenciado entre as pessoas quando este é baseado em necessidades individuais, para que se possa atingir o ideal da máxima igualdade possível. A orientação ética é “A cada pessoa conforme suas necessidades.” FORTES, Paulo Antônio de Carvalho. Professor da Universidade de São Paulo (USP). Ética, direitos dos usuários e políticas de humanização da atenção à saúde. Revista da Associação Médica Brasileira. Disponível em <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/8GZ4zMCW6FhzZ-Zw7CzdtF4n/>. Acesso em 03 nov. 2023.

33 “esta concepção, diferentemente da teoria da igualdade material absoluta, não sugere uma distribuição simétrica, além de não entender como fim da igualdade o nivelamento de bem-estar, mas a justa distribuição dos recursos com os quais se pode, ou não, atingi-lo.” DWORKIN, Ronald. A Virtude Soberana: a teoria e a prática da igualdade. Tradução de Jussara Simões. São Paulo: Martins Fontes, 2005, apud FRANCISCO, Rangel Mendes. A Teoria da Justiça de Ronald Dworkin e uma análise jurídica de programas de ações afirmativas. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/admin1,+3.pdf>. Acesso em 05 nov. 2023.

34 RAWLS J. Uma teoria da justiça. São Paulo: Martins Fontes; 1997, apud FORTES, Paulo Antônio de Carvalho: A equidade no sistema de saúde na visão de bioeticistas brasileiros. Revista da Associação Médica Brasileira. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ramb/a/xvTvgktnWsXNDZ7rsT8dH8r/?format=html&lang=pt>. Acesso em 28 out. 2023

35 “[...] De acordo com essas teorias, o valor moral dos objetivos que perseguimos, o sentido e o significado da vida que levamos e a qualidade e o caráter da vida comum que compartilhamos situam-se fora do domínio da justiça.” SANDEL, Michael J. Justiça: o que é fazer a coisa certa. Tradução de Heloísa Matias e Maria Alice Máximo. Civilização Brasileira, 2015. Rio de Janeiro. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downlo-ads/Justica%20-%20Michael%20J.%20Sandel%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/User/Downlo-ads/Justica%20-%20Michael%20J.%20Sandel%20(4).pdf). Acesso em 28 out. 2023.

36 Na monografia consta menção sobre pessoas que não conseguem resolver suas questões e não têm ideia do que esperar; a impressão dos servidores de que tais pessoas atrapalham o andamento do trabalho e o atingimento das metas; a conclusão de que informações muito rápidas e simples são capazes de propiciar um sentimento de respeito e consideração ao público que apresenta dificuldade de compreensão, assim como a desinformação ou a informação mal dada gera um sentimento de desamparo e desrespeito, maculando a imagem do serviço; que a informação correta e de qualidade é uma aliada ao célere e eficaz andamento do processo, propiciando ao cidadão melhores condições para o exercício de sua cidadania. LEAL, BRUNA ZÓZIMO. Compartilhando saberes: A possibilidade de exercício da cidadania através do papel desempenhado pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. 2016. 60f. Monografia (Graduação e Direito) – Universidade Federal Fluminense. Disponível em <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/2485/Monografia%20-%20Bruna%20Zozimo.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 08 out. 2023.

37 Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13460.htm. Acesso em 05 nov. 2023.

dosserviços públicos. Para que mudanças positivas sejam implementadas há de ser revisto, antesde tudo, o conceito de público perante quem o atende. Ele não é inimigo do servidor, e nem umentrave no desenvolvimento do serviço, mas sim o destinatário do trabalho realizado pelo PJ.

Visto desta forma, fica mais fácil acolhê-lo e respeitá-lo no exercício de seus direitos,³⁸ numa atitude de inclusão, fornecendo-lhe ferramentas para o enfrentamento das dificuldades.

Na construção desta proposta, mostra-se necessário o treinamento e capacitação de pessoal para a realização da atividade de atendimento, como faz a iniciativa privada,³⁹ investindo em técnicas de comunicação, escuta e acessibilidade, dentre outras, o que traduz atitude ética, responsável, inteligente e produtiva, que contribui na melhoria da imagem do TJRJperante a sociedade e para a satisfação do público em geral.

O conceito de humanização já vem sendo aplicado em outros setores da vida pública.Em 2003 foi criado o Programa Nacional de Humanização do Ministério da Saúde.⁴⁰ O TJRJdá sinais de que caminha na direção do atendimento humanizado e da melhoria e facilitação da comunicação com o público. A Escola de Administração Judiciária (ESAJ) já oferece cursos deAtendimento de Excelência, Linguagem Simples e Escuta Ativa. Os juízes em processo de vitaliciamento são convocados a participar de Curso de Gestão Humanizada de Gabinetes e Pessoas⁴¹. A Corregedoria Geral da Justiça lançou o Manual da Linguagem simples.⁴² No próximo dia da Justiça, 08/12, será inaugurado o Centro de Atendimento Integrado às Pessoas em Situação de Rua, iniciativa do TJRJ em parceria com órgãos públicos e filantrópicos.⁴³

3. PROPOSTA DE IMPLEMENTAÇÃO DE SETOR ADMINISTRATIVO NOTJRJ PARA A ATIVIDADE DE ATENDIMENTO HUMANIZADO AO PÚBLICO

O Pacto Nacional do Judiciário pelos Direitos Humanos, inspirado na RecomendaçãoCNJ 123/2022, já mencionada, recomenda aos órgãos do PJ a observância dos tratadosinternacionais de Direitos Humanos e o uso da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), bem como a necessidade de controle de convencionalidade⁴⁴, e tempor objetivo central o fortalecimento da cultura de Direitos Humanos no âmbito do PJ,consistente na adoção de medidas variadas voltadas para a sua concretização. Tal ação constitui novo esforço da Unidade de Monitoramento e Fiscalização das Decisões da CIDH (UMF), instituída pela Resolução CNJ 364/2021⁴⁵, voltado ao atendimento destas diretrizes. Por todo o exposto, a fim de proporcionar um eficiente e diferenciado atendimento ao público, com hospitalidade e acolhimento,⁴⁶ é proposta neste artigo a criação de um espaço destinado somente à realização desta atividade, diferente daquele que já é dispensado pelas recepcionistas e seguranças nos Fóruns, que fornecem informações simples e objetivas, como localização dos setores e horários de funcionamento. Para estas funções, cuja contribuição continuará sendo de grande importância, não é exigido

38 Acolher significa “receber, atender, admitir, aceitar, dar ouvidos, dar crédito, agasalhar”. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. 3 ed. Rio de Janeiro: Positivo, 2004. p. 38.

39 Disponível em: <https://exame.com/colunistas/viviane-martins/escuta-ativa-e-ingrediente-basico-na-gestao-de-pessoas> e em <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-que-e-escuta-ativa-e-como-aplicar-no-seu-negocio,5537f3d920b94810VgnVCM100000d701210aRCRD>. Acesso em 09 out. 2023.

40 Para o Humaniza SUS, humanizar se traduz como inclusão das diferenças nos processos de gestão e de cuidado Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_humanizacao_pnh_folheto.pdf. Acesso em 07 nov. 2023.

41 Convocação 05/2023, publicada no DO de 18/10/23, pg. 02

42 Forma de comunicação usada para transmitir informações de maneira simples, objetiva. Disponível em: https://portaltj.tjrj.jus.br/documentos/10136/182315962/Manual_da_Linguagem_Simples.pdf - pg. 3. Acesso em 03 nov. 2023.

43 Em conformidade com a Política Nacional Judicial de Atenção a Pessoas em Situação de Rua e suas interseccionalidades, instituída pela Resolução 425, de 08/10/21 pelo CNJ, de maneira a promover a reinserção social e o pleno exercício da cidadania. Disponível em: <https://www.tjrj.jus.br/web/guest/noticias/noticia/-/visualizar-conteudo/5111210/336036525>. Acesso em 28 out. 2023.

44 Nome dado à verificação da compatibilidade entre as leis de um Estado com as normas dos tratados internacionais firmados e incorporados à legislação do país. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/controle-de-convencionalidade-contribui-para-garantia-de-direitos-humanos/>. Acesso em 01 nov. 2023.

45 Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3659>. Acesso em 05 nov. 2023.

46 “Distintas abordagens teóricas propõem contributos de ordem conceitual, moral e pragmática do acolhimento e da hospitalidade –concebidos aqui como fenômenos idênticos –desde perspectivas que abarcam a filosofia grega, medieval e moderna, até contribuições contemporâneas, particularmente as que emergem no final da década de 1990, quando é reinaugurada uma intensa produção científica sobre o tema”. SANTOS, Marcia Maria Cappellano dos; PERAZZOLLO, Olga Araújo. Hospitalidade numa perspectiva coletiva: O corpo coletivo acolhedor. 2012. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo. São Paulo, p. 5, 2012. Disponível em: <https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/484/503>. Acesso em 10 nov. 2023.

o perfil psicográfico necessário para a proposta ora formulada, que apresenta objetivo e finalidades diferentes, conforme explanado.

O “Espaço Sinal Verde” seria instalado em locais de fácil acesso e visibilidade, nas entradas dos Fóruns de grande e médio movimento, oferecendo um atendimento presencial mais completo, respeitoso e acessível a todo e qualquer público, considerando-se que, se o público é diverso, assim também deverá ser o atendimento a cada um dispensado individualmente. Todos são bem-vindos, especialmente os grupos mais vulneráveis da população, para quem o atendimento presencial se mostra mais eficiente, confortável e esclarecedor.

Em muito podem auxiliar no desempenho mais eficiente desta atividade as técnicas de Comunicação Não Violenta (CNV),⁴⁷ desenvolvidas por Marshall Rosenberg, que apresentam ferramentas para superar os desafios nas relações causados pela forma como a comunicação é desenvolvida; a escuta ativa, termo utilizado por Thomas Gordon, pioneiro no ensino de habilidades de comunicação e métodos de resolução de conflitos, para se referir ao comportamento de ouvir com atenção e interesse, visando evitar falhas na comunicação, como bloqueios, ruídos e filtragens; bem como o exercício da empatia, em grego “emoção, sentimento”, e da alteridade, em latim “ser o outro”. Segundo o psicólogo Carl Rogers, que juntamente com Richard E. Farson desenvolveu a técnica de Abordagem Centrada na Pessoa, baseada, também, na empatia, “ser empático é ver o mundo com os olhos do outro e não ver o nosso mundo refletido nos olhos dele”. Já a alteridade consiste num processo de entender o outro como um ser diverso, mas, ainda assim, tentar compreender suas angústias e sofrimento, reconhecendo a diferença e relacionando-se sem preconceitos e juízos de valor.

A fim de que o serviço seja prestado de forma satisfatória para quem o realiza e, principalmente, para o destinatário, é fundamental que os servidores lá atuantes tenham perfil compatível com o exercício da função de atender e ouvir, e que recebam estímulo, treinamento e capacitação para o seu desempenho exclusivo, contando com equipe multidisciplinar para atendimentos mais específicos, composta por psicólogos, assistentes sociais, intérpretes de escrita em Braile, de Linguagem Brasileira de Sinais e de guias-intérpretes, que atuam com estratégias de comunicação utilizadas pelas pessoas com cegueira, surdez e surdo-cegueira. As instalações seriam desenvolvidas de forma a eliminar barreiras na comunicação e possibilitar o atendimento personalizado e acolhedor, observadas diversas condições, como o sigilo, se desejado pelo atendido, em observância dos valores da ética e da integridade; a necessidade de acolhimento mais específico para pessoas com maior dificuldade de comunicação e compreensão, para o que haveria um local privado; e condições favoráveis de acesso para as pessoas com dificuldade ou limitação motora, preservando-se autonomia e segurança em todos os espaços, ao teor do que dispõe a Lei 10.098/2000⁴⁸, especialmente os artigos 11, 17 e 18.

A implementação deste setor atenderia, também, aos parâmetros da Resolução 221/2016 CNJ, já mencionada, que estimula a gestão participativa e democrática na elaboração de metas do PJ, elencando modalidades para a sua realização, dentre elas as Ouvidorias, setor com o qual o “Espaço Sinal Verde” atuaria em parceria, encaminhando demandas possíveis a receber tratamento específico. As atribuições da SGSUS - Secretaria Geral de Sustentabilidade e de Responsabilidade Social do TJRJ⁴⁹ - especialmente do seu Departamento de Acesso à Justiça, Ação Social e Acessibilidade (DEAJU)⁵⁰, de igual forma seriam norteadoras do espaço de atendimento proposto, com elas dialogando em complementação às suas finalidades.

47 Disponível em: <https://www.institutocnv.com.br/single-post/comunica%C3%A7%C3%A3o-n%C3%A3o-violenta-cnv-o-que-%C3%A9-e-como-praticar>. Acesso em 05 nov. 2023.

48 Lei nº 10.098. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm. Acesso em 01 nov. 2023.

49 <https://portaltj.tjrj.jus.br/web/guest/institucional/secretarias-gerais/secretaria-geral-de-sustentabilidade-e-responsabilidade-social-sgsus/responsabilidades>

50 <https://portaltj.tjrj.jus.br/web/guest/institucional/secretarias-gerais/secretaria-geral-de-sustentabilidade-e-responsabilidade-social-sgsus/departamento-de-acesso-a-justica-acao-social-e-acessibilidade-deaju->

CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho é alertar para as deficiências no atendimento ao público pelo TJRJ e propor soluções para seu aprimoramento, através de técnicas de gestão visando qualidade, eficiência e humanidade. Como contribuição para a aplicação efetiva de parâmetros baseados em direitos humanos, sugere-se a criação de um ambiente de hospitalidade e acolhimento para a realização de atendimento ao público com finalidade de prestar informação e orientação satisfatórias a quem busca as dependências dos Fóruns. A proposta é que o atendimento seja feito de forma humanizada, com técnicas de comunicação e de acessibilidade, observadas as individualidades e privilegiando a capacitação dos servidores que apresentem perfil compatível.

A pretensão é colaborar para um acesso à justiça mais humano e democrático, na busca da facilitação do acesso à justiça, a fim de atribuir efetividade ao Princípio Constitucional da Eficiência, contribuindo com o objetivo do jurisdicionado e atividade fim do PJ – a prestação jurisdicional – o que traz vantagens para o público interno e externo envolvido com os trâmites processuais, e, por consequência, na melhoria da imagem do TJRJ.

O objetivo do setor de atendimento não seria resolver concretamente as questões apresentadas. A intenção é receber o público para ouvi-lo, acolhê-lo, orientá-lo e informá-lo, fornecendo as melhores e mais esclarecedoras respostas, funcionando como medida facilitadora de um acesso à justiça mais amplo e democrático, estimulando e encorajando as pessoas a persistir na busca por direitos e na solução dos seus problemas, fortalecendo-as para o exercício pleno da cidadania e encorajando-as a seguir em frente. Para finalizar, a notória e atual lição do filósofo alemão Georg Wilhelm Hegel aplica-se perfeitamente à essência da proposta aqui formulada: “a informação gera a ação, e a desinformação gera a conformação”. Através de nova estratégia de gestão para o atendimento proposta, em que o acolhimento surge desde o primeiro direcionamento, se busca, com este trabalho, contribuir para a humanização do Poder Judiciário.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, André Gustavo Corrêa de. **O princípio fundamental da dignidade humana e sua concretização judicial**. Disponível em: http://www.tjrj.jus.br/c/document_library/get_file?uuid=5005d7e7-eb21-4fbb-bc4d-12affde2dbbe Acesso em 28 out. 2023.

BARBOSA, Rui. **Oração aos Moços**. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/564558/Oracao_aos_mocos_Rui_Barbosa.pdf. Acesso em 10 nov. 2023.

BRASIL. **Constituição Federal**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 set. 2023.

BRASIL. **Lei 8.112**, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm. Acesso em 20 set. 2023.

BRASIL. **Lei 12.527**, de 18 de novembro de 2011. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em 20 set. 2023.

BRASIL. **Lei 10.098**, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm. Acesso em 01 nov. 2023.

BRASIL. **Lei 13.460**, de 26 de junho de 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13460.htm. Acesso em 05 nov. 2023.

BRASIL. **Lei 14.624**, de 17 de julho de 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14624.htm. Acesso em 01 nov. 2023.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Portal CNJ de Boas Práticas do Poder Judiciário**. Disponível em: <https://boaspraticas.cnj.jus.br/portal>. Acesso em 20 set. 2023.

BRASIL. **Eixo 04: Transparência**. Disponível em <https://boaspraticas.cnj.jus.br/por-eixo/04>. Acesso em 20 set. 2023.

BRASIL. **Eixo 12: Acesso à Justiça**. Disponível em <https://boaspraticas.cnj.jus.br/por-eixo/12>. Acesso em 20 set. 2023.

BRASIL. **Eixo 40: Acessibilidade**. Disponível em <https://boaspraticas.cnj.jus.br/por-eixo/40>. Acesso em 20 set. 2023.

BRASIL. **Portaria 140**, de 25 de setembro de 2019. Disponível em <https://atos.cnj.jus.br/atos/de-talhar/3021>. Acesso em 20 set. 2023.

BRASIL. **Recomendação 123**, de 07 de janeiro de 2022. Disponível em <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/4305>. Acesso em 18 out. 2023.

BRASIL. **Resolução 215**, de 16 de dezembro de 2015. Disponível em <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2236>. Acesso em 22 set. 2023.

BRASIL. **Resolução 221**, de 10 de maio de 2016. Disponível em <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2279>. Acesso em 18 out. 2023.

BRASIL. **Resolução 364**, de 12 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/de-talhar/3659>. Acesso em 05 nov. 2023.

BRASIL. **Resolução 389**, de 29 de abril de 2021. Disponível em <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3902>. Acesso em 22 set. 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Folheto PNH**. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_humanizacao_pnh_folheto.pdf. Acesso em 07 nov. 2023.

CAPPELLETTI, MAURO e GARTH, BRYANT. **Acesso à Justiça**. Tradução de Ellen Gracie Northfleet. Sergio Antonio Fabris Editor, 1988. Porto Alegre. Disponível em <file:///C:/Users/User/Downloads/ACESSO%20A%CC%81%20JUSTIC%CC%A7A%20pdf.PDF>

CARVALHO FILHO, JOSÉ DOS SANTOS. **Manual de Direito Administrativo**. 36. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

CERA, Denise Cristina Mantovani. **Quais são os direitos de primeira, segunda, terceira e quarta geração?** Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/noticias/quais-sao-os-direitos-de-primeira-segunda-terceira-e-quarta-geracao-denise-cristina-mantovani-cera/2563450>. Acesso em 28 out. 2023.

DWORKIN, Ronald. **A Virtude Soberana: a teoria e a prática da igualdade**. Tradução de Jussara Simões. São Paulo: Martins Fontes, 2005, apud FRANCISCO, Rangel Mendes. *A Teoria da Justiça de Ronald Dworkin e uma análise jurídica de programas de ações afirmativas*. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/admin1,+3.pdf>. Acesso em 05 nov. 2023.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 3 ed. Rio de Janeiro: Positivo, 2004.

FORTES, Paulo Antônio de Carvalho. **Ética, direitos dos usuários e políticas de humanização da atenção à saúde**. Revista da Associação Médica Brasileira. Disponível em <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/8GZ4zM-CW6FhzZZw7CzdtF4n/>. Acesso em 03 nov. 2023.

INSTITUTO CNV.COM.BR. Disponível em: <https://www.institutocnv.com.br/single-post/comunica%C3%A7%C3%A3o-n%C3%A3o-violenta-cnv-o-que-%C3%A9-e-como-praticar>. Acesso em 05 nov. 2023.

LEAL, BRUNA ZÓZIMO. **Compartilhando saberes: A possibilidade de exercício da cidadania através do papel desempenhado pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro**. 2016. 60f. Monografia (Graduação e Direito) – Universidade Federal Fluminense. Disponível em <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/2485/Monografia%20-%20Bruna%20Leal.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 08 out. 2023.

MARTINS, Viviane. **Escuta ativa é ingrediente básico na gestão de pessoas**. Disponível em <https://exame.com/columnistas/viviane-martins/escuta-ativa-e-ingrediente-basico-na-gestao-de-pessoas/>. Acesso em 09 out. 2023.

MEIRELES, Hely Lopes. – **Direito Administrativo Brasileiro**. 44. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2020.

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. **A Releitura do Princípio do Acesso à Justiça e o Necessário Redimensionamento da Intervenção Judicial na Contemporaneidade**. Disponível em: https://www.emerj.tjrj.jus.br/revista-emerj_online/edicoes/revista_v21_n3/tomo1/revista_v21_n3_tomo1_241.pdf

RAWLS J. **Uma teoria da justiça**. São Paulo: Martins Fontes; 1997, *apud* FORTES, Paulo Antônio de Carvalho: **A equidade no sistema de saúde na visão de bioeticistas brasileiros**. Revista da Associação Médica Brasileira. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ramb/a/xvTvgktnWsXNDZ7rsT8dH8r/?format=html&lang=pt>. Acesso em 28 out. 2023.

RIO DE JANEIRO. **Decreto 2479**, de 08 de março de 1979. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/decest.nsf/968d5212a901f75f0325654c00612d5c/2caa8a7c2265c33b0325698a0068e8fb>. Acesso em 20 set. 2023.

SANDEL, Michael J. **Justiça: o que é fazer a coisa certa**. Tradução de Heloísa Matias e Maria Alice Máximo. Civilização Brasileira, 2015. Rio de Janeiro. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/Justica%20-%20Michael%20J.%20Sandel%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/Justica%20-%20Michael%20J.%20Sandel%20(4).pdf)

SANTOS, Marcia Maria Cappellano dos; PERAZZOLLO, Olga Araújo. **Hospitalidade numa perspectiva coletiva: O corpo coletivo acolhedor**. 2012. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo. São Paulo, p. 5, 2012. Disponível em: <https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/484/503>. Acesso em 10 nov. 2023.

SÃO PAULO. **Apostila do curso Linguagem Simples no Setor Público**. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/Apostila%20do%20curso%20Linguagem%20Simples%20no%20Setor%20Publico.pdf>. Acesso em 05 nov. 2023.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Os Direitos Fundamentais Sociais na Constituição de 1988**. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5307223/mod_resource/content/1/OS%20DIREITOS%20FUNDAMENTAIS%20SOCIAIS%20NA%20CONSTITUI%C3%87%C3%83O%20DE%201988%20-%20INGO%20WOLFGANG%20SARLET.pdf. Acesso em 28 out. 2023.

SEBRAE. **O que é escuta ativa e como aplicar no seu negócio?** Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-que-e-escuta-ativa-e-como-aplicar-no-seu-negocio,5537f3d920b94810VgnVCM100000d701210aRCRD>. Acesso em 09 out. 2023

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **A Sala Lilás**. Disponível em: www.tjrj.jus.br/web/guest/observatorio-judicial-violencia-mulher/projetos-convenios-sala-lilas. Acesso em 20 set. 2023.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA. **Código de Ética e Conduta**. Disponível em: https://cgj.tjrj.jus.br/documents/1017893/7972598/codigo_de_etica.pdf. Acesso em 04 out2023.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Manual da Linguagem Simples**. Disponível em: https://portal.tjtj.jus.br/documents/10136/182315962/Manual_da_Linguagem_Simples.pdf/. Acesso em 27 set. 2023.

André Ricardo Gonçalves Dos Santos

Graduado em Direito pela Universidade do Grande Rio
Chefe de Serventia da 4ª Vara Cível - Leopoldina Regional

Resumo: O direito à Liberdade de Expressão surge do indicativo normativo do art. 5.º, IX, da Constituição Federal do Brasil de 1988, como um direito fundamental ao tratar da vedação à censura. A liberdade de expressão concede ao indivíduo o direito de exteriorizar as suas ideias, sensações, sentimentos e criatividade de um determinado assunto, sendo vedado o anonimato. No que tange ao judiciário em relação ao tema, são questionados os limites do direito de tal liberdade e como a questão tecnológica passou a ser inserida em tais casos no Balcão Virtual diante da necessidade de regulamentação do tema bem como de resoluções do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que visem limitar a liberdade excessiva e imprudente das partes nos atendimentos.

Palavras-chaves: Liberdade. Direito fundamental. Justiça 4.0. Inovação. Direitos humanos.

Sumário: Introdução; 1. A importância da liberdade de expressão como um direito fundamental; 2. Limites à liberdade de expressão no ambiente jurídico do balcão virtual; 3. Impactos da expressão livre no balcão virtual; Conclusão; Referências.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por finalidade abordar o limite à Liberdade de Expressão e seus efeitos no Balcão Virtual, tendo como objetivo geral analisar seus possíveis limites e seus resultados no ordenamento jurídico. Como forma de atender a este propósito, foram traçados os seguintes objetivos específicos: 1- identificar os principais limites à Liberdade de Expressão no contexto jurídico; 2- analisar os impactos desses limites na atuação dos profissionais do direito; 3- avaliar os desafios e dilemas enfrentados na aplicação desses limites.

Assim, o tema se justifica pela sua grande relevância jurídica e social, pois versa sobre o interesse das pessoas, sejam elas partes, advogados ou funcionários que compõem o Judiciário. Verifica-se a necessidade de obter informações processuais e, ao mesmo tempo, estabelecer parâmetros éticos no que diz respeito a certas expressões (reclamações, xingamentos, apoio, carinho, incentivo ou qualquer outra forma de expressão). Vale destacar que, mesmo sem uma devida normatização, deve-se manter o limite à Liberdade de Expressão, não podendo, assim, ferir direitos e muito menos violar as normas e resoluções do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) no Balcão Virtual.

A metodologia utilizada para um melhor desenvolvimento do artigo foi a da pesquisa pelo meio de revisão bibliográfica através de coleta de dados em livros e artigos jurídicos, além de documentos, leis e textos em meio virtual, além de baseada nas experiências vivenciadas no cotidiano do tribunal por servidores.

1. A IMPORTÂNCIA DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO COMO UM DIREITO FUNDAMENTAL

Este capítulo compreende a Liberdade de Expressão no contexto jurídico por meio da revisão da literatura pertinente ao tema. Sem prejuízo, antes de abordar a Liberdade de Expressão, é necessário trazer ao trabalho como se chegou ao tema no ordenamento jurídico brasileiro.

Para Alexandre de Moraes, os referidos direitos fundamentais: “(...) surgiram como produto da fusão de várias fontes, desde tradições arraigadas nas diversas civilizações, até a conjugação dos pensamentos filosóficos-jurídicos, das ideias surgidas com o cristianismo e com o direito natural”¹. Com isso, pode-se compreender que os direitos humanos são formas de assegurar a dignidade da pessoa humana.

Portanto, vale mencionar que existe certa universalidade de tais direitos, pois são constituídos direitos pertencentes a todos, combatendo, assim, a ideia de que algumas pessoas são superiores a outras, na medida em que todos os seres humanos são iguais, sujeitos de direitos:

Para os universalistas, os direitos humanos decorrem da dignidade humana, na qualidade de valor intrínseco à condição humana. Defende-se, nessa perspectiva, o mínimo ético irredutível — ainda que se possa discutir o alcance desse “mínimo ético” e dos direitos nele compreendidos.²

Em relação à nomenclatura existe polêmica doutrinária quanto a “gerações” ou “dimensões” dos direitos fundamentais, na qual parte dela acredita que a forma correta de abordar a denominação do processo evolutivo histórico dos direitos fundamentais seria gerações e outra parte da doutrina defende que seriam dimensões.

O jurista Paulo Bonavides destaca em sua obra o termo gerações dos direitos fundamentais ao abordar o processo evolutivo das constituições dos países, como vem a ser utilizado por diversos autores constitucionalistas. “Os direitos fundamentais passaram na ordem institucional a manifestar-se em três gerações sucessivas, que traduzem sem dúvida um processo cumulativo e quantitativo”.³

Todavia outra parte da doutrina tem sido contrária ao posicionamento anteriormente citado, pelo fato de que as “gerações” seriam impróprias para conceituar o processo de evolução dos direitos fundamentais. Portanto, os fundamentos contrários são pautados no argumento de que se traz uma falsa ideia de substituição entre eles ao longo do tempo, e não seria isso que acontece, uma vez que os direitos fundamentais vão evoluindo ao longo da história, mas não deixam de existir.⁴

Já para Trindade, se observa que a nomenclatura de: “(...)gerações de direito, histórica e juridicamente infundada, na medida em que alimentou uma visão fragmentada ou atomizada dos direitos humanos, já se encontra devidamente desmistificada”.⁵

Ao longo dos anos, o próprio Paulo Bonavides ponderou em relação ao termo gerações e reconheceu: “A proeminência científica do termo “dimensões” em face do termo “gerações”, “caso este último venha a induzir apenas sucessão cronológica e, portanto, suposta caducidade dos direitos das gerações antecedentes, o que não é verdade”⁶.

Diante dos argumentos levantados, é possível compreender que o termo mais coerente com a evolução dos direitos fundamentais seria a expressão “dimensões” e não “gerações”, como ainda é utilizado por parte da doutrina constitucionalista.

Nesse sentido, para Diógenes Júnior, excluir o termo gerações é basicamente afirmar que é impossível uma dimensão dos direitos ser *apagada* por uma dimensão anterior, uma vez que os direitos se complementam, jamais se excluem.⁷

Destaca Paulo Bonavides que a primeira pessoa que utilizou a expressão “gerações de direitos funda-

1 MORAES, Alexandre de. Direito constitucional, 36. ed. – São Paulo: Atlas, 2020.p.139.

2 PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e justiça internacional: um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano. 9. ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva Educação, 2019. p.18.

3 BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional, São Paulo, Malheiros, 26. ed., 2011.p. 519.

4 DIÓGENES JÚNIOR, José Eliaci Nogueira. Gerações ou dimensões dos direitos fundamentais? Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 30 jun 2012, 14:58. Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/29835/geracoes-ou-dimensoes-dos-direitos-fundamentais>. Acesso em: 06 nov. 2023.

5 TRINDADE, Antonio Augusto Cançado. Tratado de direito internacional dos direitos humanos. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 1997. vol. 1.

6 BONAVIDES, Paulo.Op.cit..p. 518.

7 DIÓGENES JÚNIOR, José Eliaci Nogueira. Gerações ou dimensões dos direitos fundamentais? Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 30 jun 2012, 14:58. Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/29835/geracoes-ou-dimensoes-dos-direitos-fundamentais>. Acesso em: 06 nov. 2023.

mentais” foi Karel Vasak em suas aulas inaugurais em 1979 dos Cursos do Instituto Internacional dos Direitos do Homem, em Estrasburgo. Sendo assim, para Bonavides, os direitos de primeira dimensão são considerados como todos os que versam sobre os titulares de direitos, a saber, os indivíduos, que possuem certa subjetividade, seu traço mais característico, sendo opostos ao Estado.⁸

Conforme descreve Pedro Lenza: Os direitos fundamentais ditos como de primeira dimensão são os direitos do indivíduo, frente ao Estado, tais como o: direito à liberdade, à vida, à propriedade e à igualdade, todos estes perante a lei. São direitos de primeira dimensão aqueles surgidos com o Estado Liberal do século XVIII.⁹

Em relação aos direitos fundamentais ditos como de segunda dimensão, eles versam sobre a parte social dos direitos, estes que vão desde a saúde, assistência social, educação, trabalho, entre outros. Tavares leciona que:

Os direitos de segunda dimensão são os direitos sociais, que visam a oferecer os meios materiais imprescindíveis à efetivação dos direitos individuais. Também pertencem a essa categoria os denominados direitos econômicos, que pretendem propiciar os direitos sociais.¹⁰

Já os direitos fundamentais de terceira dimensão são reconhecidos como os direitos de fraternidade ou de solidariedade que buscam proteger os grupos humanos, seja no seio familiar, seja como povo ou nação, portanto, são direitos difusos. Pedro Lenza destaca que os direitos da terceira dimensão são direitos transindividuais: “São direitos que vão além dos interesses do indivíduo; pois são concernentes à proteção do gênero humano, com altíssimo teor de humanismo e universalidade.”¹¹

Em relação à quarta dimensão de direitos fundamentais, tem-se uma universalização no plano institucional. Englobam os direitos à democracia na forma direta, à informação e ao pluralismo. No entendimento de Sarlet Wolfgang, os direitos de quarta dimensão envolvem a genética, evolução digital e mudanças de sexo. É uma nova fase da vida, que vem apoiada em toda evolução humana. Fase nova que se difere em vários pontos das anteriores.¹²

A quinta dimensão dos direitos fundamentais é pautada na paz e no direito a liberdades públicas, não é apenas uma ideologia, mas sim uma necessidade cotidiana, portanto, se não existe paz não há amor, não predomina a probidade e não há verdade e, por consequência, a dignidade cede lugar aos desastres.¹³ Desta forma, compreende-se pela força normativa o direito à paz estando positivado nas normas e em acordos internacionais, a exemplo: Declaração das Nações Unidas e a Organização para a proscrição das Armas Nucleares na América Latina (OPANAL), sendo que, no cenário pátrio, o direito fundamental à paz é um corolário do mandamento insculpido no art. 4º, IV, da Constituição de 1988.¹⁴ No tocante a sexta dimensão, parte da doutrina a considera como existente. Para Bulos, correspondem à democracia, à liberdade de informação, ao direito de informação e ao pluralismo político.¹⁵ Outra parte da doutrina tem se inclinado à visão de que a sexta dimensão de direitos é composta pela busca da felicidade, e, ainda, pelo acesso à água potável, como destaca Padilha e Fachin: “A sexta dimensão de direitos fundamentais inclui o acesso à água potável, componente imprescindível que oferece condição essencial para a existência da vida no planeta”.¹⁶

Com isso, pode-se analisar que os direitos fundamentais estão presentes em tudo que envolve as pessoas, e, em geral como uma *conditio sine qua non* (sem a qual não) do Estado Democrático de Direito. No

8 BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. 19ª Edição, São Paulo: Editora Malheiros, 2006, p. 563.

9 LENZA, Pedro. Direito Constitucional, 27. ed. – São Paulo: Saraiva Jur, 2023.p.1690.

10 TAVARES, André Ramos. Curso de direito constitucional, 18. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2020. p.221.

11 LENZA, Pedro. Op. cit. p. 1693.

12 SARLET, Ingo Wolfgang. Curso de Direito Constitucional, 11. ed. – São Paulo: SaraivaJur, 2022.p.481.

13 PADILHA, Rodrigo. Direito constitucional. 4ª ed. São Paulo: Método, 2014, p.251.

14 NOVELINO, Marcelo. Manual de direito constitucional. 9ª ed. São Paulo: Método, 2014, p. 378-379.

15 BULOS, Uadi Lammêgo. Curso de direito constitucional. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 530.

16 FACHIN, Zulmar, SILVA, Deise Marcelino da. Acesso à água potável: direito fundamental de sexta geração.

ordenamento jurídico brasileiro, os direitos fundamentais foram inseridos no teor da Constituição Federal de 1988, que trouxe um novo Estado Democrático de Direito, se tornando, assim, uma forma de expressar as normas jurídicas no país, onde se tornou essencial atender a dignidade e outros direitos.

E em relação ao tema Liberdade de Expressão, pode-se verificar que se encontra positivado no teor do artigo 5.º, IX da Constituição Federal de 1988, sendo resguardado pela vedação à censura, permitindo que o indivíduo exteriorize suas ideias, sensações, seus sentimentos ou suas criatividades. Portanto, para melhor explicar o direito à Liberdade de Expressão, cabe destacar que este é uma garantia que adveio com a Constituição de 1988, principalmente nos incisos IV e IX do artigo 5º. O inciso IV aborda o direito à livre manifestação do pensamento, mas traz um dos limites impostos à Liberdade de Expressão, em que é vedado o anonimato. Quem quiser manifestar seu pensamento deve revelar sua identidade. O inciso IX trata da Liberdade de Expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação.

No inciso X do artigo 5º, é vedado ferir a intimidade, privacidade, honra e imagem de outra pessoa. Portanto, não se pode usar da prerrogativa da Liberdade de Expressão para ferir direitos garantidos de outrem. Assim, vale salientar que a Liberdade de Expressão, mesmo que garantida pelo inciso IX do art. 5º da Constituição, não é absoluta.

O direito à Liberdade de Expressão ou manifestação transpõe a possibilidade de exteriorização da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação social, não somente pela obrigação de ressarcimento ou reparação de danos materiais e morais, em razão de ofensa a direito, individual ou metaindividual, de pessoa natural ou jurídica, sem prejuízo do direito de réplica ou resposta, proporcional ao agravo, mas também pela proibição do anonimato e da censura de natureza política, ideológica e artística.¹⁷

O Brasil é adepto da liberdade para todo cidadão, onde todos têm o direito de expressar suas ideias, opiniões e sentimentos das mais variadas formas, sem que essa opinião seja ofensiva ao próximo (casos de racismo, homofobia etc.). A expressão não é submetida a um controle prévio, por censura ou licença. Este direito surgiu após anos de repressão e censura da época da ditadura militar, época em que ocorreu um forte controle estatal.

É o que ocorre no Brasil, em que as manifestações ofensivas em geral dirigidas à pessoa podem caracterizar violação de sua honra, parte de seu direito da personalidade, protegida expressamente pela Constituição Federal, no art. 5º, V e X. Em havendo a utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência, a ofensa configura injúria qualificada, nos termos do art. 140, § 3º, do Código Penal. Na esfera civil, a ofensa assacada contra o indivíduo pode dar ensejo a indenização por dano moral.¹⁸

Assim sendo, a Liberdade de Expressão deve respeitar outros direitos. Isto é, ela é limitada por outros direitos fundamentais, além de sofrer algumas restrições específicas, como no caso das leis e regulamentações do Estado. Caso durante a manifestação do pensamento se cause dano material, moral ou à imagem, assegure-se o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização.

2. LIMITES À LIBERDADE DE EXPRESSÃO NO AMBIENTE JURÍDICO DO BALCÃO VIRTUAL

O Balcão Virtual no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) não opera com um prazo estipulado, portanto, não se tem um tempo cronometrado para que a pessoa nele permaneça, seja advogado ou alguma parte. As pessoas que entram no Balcão Virtual fazem indagações que muitas vezes não têm cabimento e acabam destratando os servidores públicos que estão no atendimento. Assim, é necessário que o Tribunal normatize este quesito, uma vez que as pessoas precisam ter limites no que tange o seu comportamento no

17 MORAES, Guilherme Peña de. Curso de direito constitucional, 10. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2018. p.191.

18 DE ANDRADE, André Gustavo Corrêa. Liberdade de expressão e discurso de ódio. EMERJ.2022. Disponível em: https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista_v23_n1/revista_v23_n1_9.pdf. Acesso em: 10 nov. 2023.

ambiente jurídico, pelo fato de que o Balcão Virtual é uma extensão do Judiciário.

Segundo informações coletadas no site do CNJ, o horário de funcionamento do Balcão Virtual é de segunda a sexta-feira (exceto feriados), das 12h às 19h, e seu link fica disponível somente dentro desse período, tendo por finalidade trazer mais celeridade ao atendimento dos cidadãos. Portanto, é um meio remoto, direto e imediato de atendimento dos serviços da Justiça às Secretarias das Varas por todo o Brasil. Em atenção à necessidade de implantação do “Balcão Virtual”, é de bom alvitre que os Tribunais deixem disponíveis no site eletrônico ferramentas de videoconferências, pois estas auxiliam o interessado a ser atendido na unidade do Tribunal. Com isso, deve-se entrar no “balcão” durante o horário de atendimento ao público. E os Tribunais que não possuem condições para tal atendimento, seja de forma própria ou contratada, ou com limitações de licenças, devem adotar a solução gratuita, que é criar o Balcão Virtual. Vale destacar o índice manual de instalação da ferramenta *Jitsi Meet* (<https://meet.jit.si/>) na infraestrutura do Tribunal. Tal aplicação atende aos requisitos necessários para a criação do Balcão Virtual em cada Tribunal.¹⁹

Atualmente, por não haver limites de conduta ética nesse espaço virtual, as pessoas não têm moderação em suas palavras e até ameaçam os servidores. Pela alta demanda, o Balcão Virtual precisa lidar com uma imensa fila de atendimento remoto.

A ferramenta é boa e realmente ajuda, mas precisa ser aprimorada. Em qualquer lugar, seja no Balcão Virtual ou no balcão físico, toda ferramenta precisa de regulamentação, e o que se tem hoje são as resoluções do CNJ, que de certa forma até colaboram para seu funcionamento.

As normas jurídicas estabelecem limites à Liberdade de Expressão, como direito à honra, privacidade e à imagem. Assim sendo, analisa-se a exploração das restrições impostas pela legislação, como proibição de calúnia, difamação e injúria. Busca-se explorar as restrições à Liberdade de Expressão no âmbito do Poder Judiciário como a proibição de manifestações públicas de juízes sobre os casos em andamento, bem como fazer uma análise dos impactos dessas restrições na independência e imparcialidade do Judiciário.

Por isso, os princípios da Liberdade de Expressão na sua função peculiar assumem diversas dimensões (possuir o discurso, a impressão, a opinião, o direito à informação e à proibição de censura). Diante de tais fatos, a participação do indivíduo na democracia é direta, o que gera diversos pensamentos, ideias e opiniões, e as pessoas podem se expressar de forma livre, sem ter medo de que sua opinião seja reprimida pelo Estado no futuro. Desta situação, podem-se extrair vários princípios. Com relação ao princípio do pluralismo, a multiplicidade de vozes na esfera pública vem sendo tratada com a finalidade de configurar de forma jurídica a Liberdade de Expressão e a comunicação conjuntamente, uma vez que existe escassez na diversidade em relação às ideias e notícias. Diante da realidade social, estamos fadados a empobrecer a cultura cívica.

A forma da liberdade ou as liberdades em espécie devem se submeter às esferas das autodeterminações que estão elencadas nas normas do ordenamento jurídico, devendo assim conviver de forma harmoniosa com os preceitos constitucionais, de forma que elas não se desprendam da unidade sistêmica em que vivem; necessário, ainda, observar que não se pode ter conduta ilícita, portanto, não se pode infringir a legislação infraconstitucional.

Quando a Liberdade de Expressão colide com os direitos fundamentais, ela se contrapõe aos interesses da comunidade, pois estes são acolhidos pela Constituição, tais como: família, saúde pública, segurança pública, patrimônio cultural, dentre outros.

Portanto, a liberdade de um indivíduo não pode ferir a liberdade de outro, e a Liberdade de Expressão deve respeitar outros direitos, podendo ser limitada pelos direitos fundamentais, além de sofrer algumas restrições específicas, como no caso das leis e regulamentações do Estado, conforme já mencionado anteriormente.

3. IMPACTOS DA EXPRESSÃO LIVRE NO BALCÃO VIRTUAL

A Justiça 4.0 é fruto da própria evolução tecnológica dos últimos anos com o advento da “quarta revolução industrial”, que diz respeito ao processo de evolução da sociedade em conjunto com as novas tecnologias. Em relação ao tema e à inclusão da era digital na sociedade, leciona Luiz Fux que:

A liberdade há de ser substancial e igualitária. Daí porque o tema se faz dialogar com os direitos e deveres das relações intersubjetivas da ordem jurídica privada, arrostados no espaço da normatividade jurídica por esse fenômeno da inteligência artificial. O ramo **tecnológico da Inteligência Artificial (IA)** apresentou grande expansão na última década (especialmente nos últimos anos) e passou a ser aplicado em diversas áreas do conhecimento. Algoritmos de IA são utilizados no crescimento de áreas diversas da computação e cada vez mais em contextos jurídicos.²⁰

Segundo a Cartilha do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a Justiça 4.0 veio a ser positivada como:

O Programa Justiça 4.0 busca ampliar o acesso da população brasileira à Justiça por meio do desenvolvimento e uso de novas tecnologias e inteligência artificial” As ações e os projetos do Justiça 4.0 incrementam a governança, a transparência, a eficiência e a celeridade do Poder Judiciário, reduzindo despesas e tornando a Justiça mais próxima do cidadão.²¹

No Judiciário, diante das resoluções do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), iniciou-se o trabalho remoto de magistrados, servidores e colaboradores, e, conforme a modernização foi chegando ao sistema de Justiça, buscou-se através das resoluções do CNJ novas formas de colaboração para que o Poder Judiciário pudesse evoluir sistematicamente.

Como desafio à Liberdade de Expressão, surge o Balcão Virtual, no qual se pode observar, em especial nas Resoluções nº 135/2022, nº. 332/2020 e nº. 305/ 2019 do CNJ, o inequívoco auxílio aos Tribunais que seguirem as diretrizes normatizadas.

A Resolução nº 135/2022 trata da conduta e dos procedimentos dos magistrados e dos membros do Tribunal com relação às eleições por meio dos acordos de cooperação com os órgãos públicos, para que se controle e conduza de forma apropriada em situações de crimes eleitorais, combatendo, assim, a violência partidária no concernente à da Liberdade de Expressão (crimes de ódio).

A Resolução nº 332/2020 trouxe recomendações em relação ao uso da IA (Inteligência Artificial) no âmbito do Poder Judiciário, dando destaque aos processos de tomada de decisão se devem atender a critérios éticos de transparência e previsibilidade, preservando a igualdade, ou seja, busca-se o bem-estar dos jurisdicionados e a prestação equitativa da jurisdição.

Já a resolução nº 305/2019 do CNJ trouxe recomendações pautadas na ética, na atuação dos membros do Poder Judiciário, na idoneidade, no decoro, na cortesia, na prudência e no sigilo profissional, ressaltando que ao usar as redes sociais deve-se buscar o equilíbrio dos atos, eis que geram impactos negativos e positivos.

Neste trabalho, ressalta-se sobretudo que a norma que estende a obrigatoriedade do uso do Balcão Virtual ao Poder Judiciário modificou a Resolução CNJ nº. 372/2021. A iniciativa surge, então, exatamente a partir da Recomendação CNJ n.º 123, de 2022, e se dá voltada aos órgãos do Poder Judiciário para obter a devida consonância com todos os tratados internacionais de Direitos Humanos dos quais o Brasil é signatário, estimulando o uso da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos. À vista disso, o CNJ inaugurou uma estrutura especializada no diálogo institucional com o Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos

Humanos (CIDH) exatamente para melhor e diretamente contribuir na implementação das decisões do sistema interamericano, fortalecendo, com isso, não só a cultura jurídica para a proteção dos Direitos Humanos, mas também e sobretudo a própria Liberdade de Expressão, nos termos já firmados com a CIDH.

Os Cadernos de Jurisprudência do STF, chamados “Concretizando Direitos Humanos”, possuem volumes específicos com o tema Direitos Humanos e lá consta a Liberdade de Expressão. *Experts* na área, tal qual André Gustavo Corrêa de Andrade, trabalham este assunto com a mais ampla promoção e divulgação do Pacto Nacional do Judiciário pelos Direitos Humanos, fomentando sua adesão em todas as esferas jurisdicionais.

Nas normas, destaca-se a Lei do Marco Civil da Internet, que garante a liberdade de expressão. No teor do art. 19, a norma elenca que pode haver bloqueio da internet para limitar as postagens de conteúdos ilícitos. Portanto, é uma forma geral que a lei impõe nos casos em que são cometidos crimes pelo uso de expressões ditas como de ódio e hostis, seja por meio de calúnias, ameaças, assédios, falsos testemunhos, conspiração e até mesmo chantagem, não sendo respaldados pela Liberdade de Expressão. No Judiciário tem-se visto nos últimos anos um intenso combate às *Fake News*, no qual o Conselho Nacional de Justiça e Tribunais brasileiros tem emitido cartilhas e recomendações em combate a tal prática leviana.

Desta forma, é necessário que se criem mecanismos que auxiliem os servidores no Balcão Virtual como um meio de efetivar o pacto do Judiciário, de acordo com suas normas que trazem empatia, decoro, responsabilidade e proteção.

CONCLUSÃO

Em relação ao tema, foi possível observar que a Liberdade de Expressão é um pilar da democracia e que seus limites não são afrontas aos direitos fundamentais, diversamente, pois geram uma forma de estabelecer respeito às normas e regulamentos válidos do ordenamento jurídico. No mais, a classificação cronológica das dimensões de direitos, conforme apresentada, é o resultado das lutas por busca dos interesses sociais, coletivos e individuais.

Notou-se uma necessidade de implementação de limites à Liberdade de Expressão no Balcão Virtual, por haver resultado indevido de uma liberdade não vigiada, uma vez que qualquer pessoa pode entrar, perguntar por um processo diversas vezes ao dia, dentro do horário que foi estipulado de atendimento no Tribunal. Com isso, o artigo sugere a extrema necessidade da criação de mais regulações pelo CNJ sobre o tema, visando o estabelecimento de regras para os participantes do Balcão Virtual que vão desde vestimentas, linguagem, tempo de atendimento, identificação, decoro e limitação a quantas vezes no dia se pergunta sobre o mesmo processo, objetivando, assim, uma celeridade e harmonização do trabalho do servidor no Judiciário. E, sem tal regulamentação, notam-se diversos problemas, tais como a falta de respeito, linguagem ofensiva e ameaças aos servidores no atendimento do Balcão Virtual, entre outros conflitos. Por fim, vale frisar que o aludido Balcão, na forma como se apresenta hoje, converte-se em ferramenta de exercício de uma liberdade não vigiada e sem normas, gerando grande insegurança.

REFERÊNCIAS

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**, São Paulo, Malheiros, 26. ed., 2011.

BONAVIDES, Paulo **Curso de Direito Constitucional**. 19ª Edição, São Paulo: Editora Malheiros, 2006.

BONAVIDES, Paulo. **Resolução do Conselho Nacional de Justiça**. Provimento nº 135 de 02/09/2022. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/4716>. Acesso em: 02 out.2023.

BONAVIDES, Paulo. **Resolução do Conselho Nacional de Justiça**. Resolução Nº 305 de 17/12/2019. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3124>. Acesso em: 02 out.2023.

BONAVIDES, Paulo. **Resolução do Conselho Nacional de Justiça**. Resolução nº 332 de 21/08/2020. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3429>. Acesso em: 02 out.2023.

BULOS. Uadi Lammêgo. **Curso de direito constitucional**. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Justiça 4.0**. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/08/cartilha-justica-4-0-20082021-web.pdf> Acesso em: 22 out. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Balcão Virtual do CNJ**. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/tecnologia-da-informacao-e-comunicacao/justica-4-0/balcao-virtual/>. Acesso em: 10 out. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Pacto Nacional Do Judiciário Pelos Direitos Humanos**. 2022. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/03/folder-pacto-versao-impressao.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2023.

DE ANDRADE, André Gustavo Corrêa. **Liberdade de expressão e discurso de ódio**. EMERJ. 2022. Disponível em: https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista_v23_n1/revista_v23_n1_9.pdf. Acesso em: 10 nov. 2023.

DIÓGENES JÚNIOR, José Eliaci Nogueira. **Gerações ou dimensões dos direitos fundamentais?**. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 30 jun 2012, 14:58. Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/29835/geracoes-ou-dimensoes-dos-direitos-fundamentais>. Acesso em: 06 nov. 2023.

FACHIN, Zulmar, SILVA, Deise Marcelino da. **Acesso à água potável: direito fundamental de sexta geração**. São Paulo. Millennium, 2010.

FARIAS, Dilsom Pereira de. **Liberdade de expressão e comunicação: teoria e proteção constitucional**. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, 2001. p.66. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/79426/182787.pdf?sequence=1&isAllow>. Acesso em 05 nov. 2023.

FREITAS, Riva Sobrado de, CASTRO, Matheus Felipe de. **Liberdade de Expressão e Discurso do Ódio: um exame sobre as possíveis limitações à liberdade de expressão**. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/seq/n66/14.pdf>. Acesso em 05 nov. 2023.

FUX, Luiz; ÁVILA, Henrique; CABRAL, Trícia Navarro Xavier. **Tecnologia e justiça multiportas: teoria e**

prática. 1. ed. Indaiatuba: Foco, 2021. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 22 out. 2023.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional**, 27. ed. – São Paulo: Saraiva Jur, 2023. MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**, 36. ed. – São Paulo: Atlas, 2020.

MORAES, Guilherme Peña de. **Curso de direito constitucional**, 10. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2018. p.191.

NOVELINO, Marcelo. **Manual de direito constitucional**. 9ª ed. São Paulo: Método, 2014. PADILHA, Rodrigo. **Direito constitucional**. 4ª ed. São Paulo: Método, 2014.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e justiça internacional: um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano**. 9. ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Curso de Direito Constitucional**, 11. ed. – São Paulo: SaraivaJur, 2022.

SUPREMA [recurso eletrônico]: **revista de estudos constitucionais**. Supremo Tribunal Federal. – V. 1, n. 1 (jan./jun. 2021). Brasília: STF, Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação, 2021.

TAVARES, André Ramos. **Curso de direito constitucional**, 18. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

TRINDADE, Antonio Augusto Cançado. **Tratado de direito internacional dos direitos humanos**. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 1997. vol. 1.

ACADÊMICA

A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO NAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS E OS SEUS DESAFIOS



Dorlei Ferreira Junior

Graduado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ
Secretaria da 8ª Câmara de Direito Público

Graduado na Faculdade de Direito da U.E.R.J, e na ECO – Escola de Comunicação da U.F.R.J com habilitação em Relações Públicas/ Publicidade, e em Jornalismo. Serventuário da Justiça há 35 anos, ocupando cargos de Escrivão e de Analista Judiciário.

Resumo: As Constituições no Brasil sempre oscilaram com relação à liberdade de expressão. A primeira delas, do Império, foi outorgada pelo próprio imperador, que recusou a que fora elaborada pela Constituinte, então impondo uma outra, autoritária, na qual seu Poder Moderador estava acima dos outros poderes, o que conferia a ele uma condição divina de decisão. As outras Constituições, surgidas na República e inspiradas em Cartas Magnas de outros países, deram respaldo, em certas ocasiões, a ditaduras, situação em que a liberdade de expressão era censurada, havia tortura e até pena de morte. Após a alternância das suas Cartas, ora autoritárias, ora liberais, entra em vigor no Brasil uma Constituição democrática e inovadora. Criada em ambiente de intensa participação popular, a Carta Cidadã garantiu liberdade a qualquer manifestação de pensamento. Contudo, esse direito não é absoluto e está limitado pelo princípio da Dignidade da Pessoa Humana. E agora, com a ascensão da internet e das mídias digitais, fenômenos como o discurso do ódio e a desinformação (*Hate Speech* e *Fake News*), irão pôr em xeque a democracia. O CNJ, em plena pandemia, editou resoluções e vem enfrentando a batalha cibernética.

Palavras-chave: Constituição Federal. Direitos Fundamentais. *Hate Speech*. *Fake News*. Internet.

Sumário: Introdução. 1. O Sentido da Liberdade de Expressão na Constituição do Império e em Legislações “para inglês ver”. 2. A Liberdade de Expressão nas Constituições de 1891 a 1969. 3. A Carta Cidadã e os desafios do *Hate Speech* e das *Fake News*. Conclusão. Referências.

INTRODUÇÃO

O trabalho apresenta uma visão de todas as Constituições que vigoraram no Brasil, da Imperial de 1824 à Cidadã de 1988, e procura responder se o sentido da liberdade de expressão estava presente nessas Cartas Magnas ao longo do tempo. Expõe-se os avanços e os retrocessos da Lei Maior, desde a grande dificuldade de elaboração dos seus respectivos esboços à cópia descarada de artigos das Cartas Magnas de outros países mais avançados culturalmente.

No entanto, agora, com textos de qualidade e temas relevantes reconhecidos internacionalmente, em que se destacam os princípios democráticos, os direitos sociais, individuais e a liberdade de expressão, surgem os grandes desafios a esta moderna Carta Cidadã vindos através da internet e da mídia em geral.

No primeiro capítulo, é abordada a liberdade na Constituição do Império, e a curiosa expressão criada

naquela época “para inglês ver”, que denota uma verdadeira embalagem falsa, em conformidade com as chamadas *fake news* atuais.

No segundo capítulo, o trabalho faz um sobrevoo histórico em todas as demais constituições anteriores à atual Carta Cidadã, concentrado na temática da liberdade de expressão.

No terceiro capítulo, demonstra-se que os desafios atuais do *hate speech* e das *fake news* gozam de fundamento histórico, e, portanto, não são tão novos assim. E, na medida do possível, já se encontram regulados pelo CNJ a partir do Programa de Combate à Desinformação.

A presente pesquisa é desenvolvida pelo método dedutivo, com revisão bibliográfica e legislativa, com a qual conclui-se que a regulamentação passou a ser o grande diferencial de conformidade do Sistema de Justiça Brasileiro à luz dos Documentos Internacionais.

1. O SENTIDO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO NA CONSTITUIÇÃO DO IMPÉRIO E EM LEGISLAÇÕES “PARA INGLÊS VER”

A liberdade de expressão possui um sentido amplo inerente à própria locução construída, entretanto, é difícil dominar uma língua repleta de sinônimos imperfeitos, de diversas interpretações de falas e textos e de inúmeras contextualizações de discursos quando sentidos e significados são tão determinantes para o seu estudo. Dessa dubiedade se extrai duas visões. A primeira delas parte do significado dicionarizado de uma palavra ou grupo de palavras para entender a sequência estruturada. A segunda deriva do sentido que um enunciado adquire quando são observados quem disse o enunciado, em que circunstâncias e com que objetivo o fez.

Assim como o emissor, ou aquele que interpreta, pode ser um homem médio, de conhecimentos limitados, pode também se tratar de alguém mais capacitado. Neste caso, os seres interpretantes podem também externar características próprias de um cargo ou função de autoridade e poder, como os magistrados, a quem o poder confere a autonomia da interpretação.

A hermenêutica jurídica é a ciência que se utiliza de métodos para interpretação dos textos legais, visando conformar a realidade ao direito, o ser ao dever ser¹, não se restringindo à rigidez textual do legislador. Dessa forma, o magistrado interpreta a lei e as demais fontes de Direito para proferir decisões pela autonomia própria de seu cargo, e ao fazê-lo, muitas das vezes, as inicia com a expressão “a meu sentir”. O juiz é órgão do Poder Judiciário, na forma do artigo 92 da Carta Magna e o seu sentir, portanto, é pela lei constitucional autorizado e reconhecido como legítimo.

Diante da subjetividade, juristas, operadores do direito, e o próprio cidadão comum discutem se a liberdade de expressão abrange toda e qualquer manifestação ou se ela deve ser mais restrita e excludente quanto aos vícios advindos da internet e das mídias em geral, que difundem o discurso do ódio propagando a desinformação. A discussão remete à contextualização do texto linguístico e à interpretação do texto legal, mais precisamente, a Lei Maior do Brasil.

O Brasil teve sete Constituições em sua história, a primeira durante o Império, e as demais no período republicano, a saber: 1824, 1891, 1934, 1937, 1946, 1967 e 1988. Enquanto historiadores majoritariamente consideram a Emenda nº 1 à Constituição Federal de 1967 como sendo a Constituição de 1969, outorgada pela Junta Militar, de forma inexplicável na história oficial do país são consideradas apenas as sete Cartas acima elencadas.

As constituições nascem e morrem a partir de momentos marcantes de rupturas e de necessidades de uma nova ordem política, econômica e social. Ao longo da história, os diversos textos constitucionais brasileiros alternaram momentos de maior ou menor equilíbrio entre o poder estatal e os direitos fundamentais dos cidadãos, percorrendo períodos democráticos e autoritários, que parecem fazer parte de um ciclo interminável.

1 BARROSO, L.R. *Curso de direito constitucional contemporâneo*. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 270-271.

A liberdade de expressão decantada em prosa e verso nos dias de hoje era mal vista no Brasil Colônia e no Império por seus governantes, que ungidos por Deus exploravam todas as riquezas do país e dispunham das vidas dos seus súditos, punindo-os, conforme o caso, com prisão, tortura ou morte. A democracia era de “fachada”, ou como se dizia na época, “para inglês ver”², ou ainda que determinada lei “não pegou”, como ocorreu com a Lei Feijó, promulgada em 07 de novembro de 1831, a qual visava extinguir o tráfico de escravos e nunca veio a ser cumprida, assim como outras legislações que foram criadas atendendo à pressão externa, sobretudo da Inglaterra, a quem o Brasil devia favores e muito dinheiro, ou por mera comparação com a evolução constitucional de países que *faziam de forma correta o seu dever de casa*.

A história oficial de um país foi sempre contada de acordo com os interesses dos seus governantes, e, em geral, ela tem um desfecho satisfatório, tal como uma novela em seu último capítulo, quando tudo se ajusta e o bem prevalece. A distância facilita tanto rever a história quanto reescrevê-la, identificando as oportunidades perdidas de correção da sua rota no exato momento em que ela aconteceu³. Dentro dessa premissa, haverá muitas versões diferentes a contar, dependendo da orientação de quem for revisitar o passado e tentar reescrever a história.

Em 9 de janeiro de 1822, na sacada do Paço Real, o Príncipe Regente olhava a multidão que se acotovelava na rua clamando por sua permanência no Brasil. A Coroa Portuguesa exigia a sua volta, e o Brasil teria que dar um passo para trás, e, talvez, ser de novo colônia. José Bonifácio persuadia o jovem príncipe a ficar e salvar o país. O povo gritava para que ficasse. Não havia como não ceder, então ele disse estar pronto e ficou, para o bem e felicidade geral da nação. Meses depois, a caminho de São Paulo, Pedro foi novamente pressionado pela Coroa Portuguesa a deixar o país, mas encorajado pelas cartas que recebera da mulher, Maria Leopoldina, e do obstinado José Bonifácio, ele desembainha a sua espada, à beira do Riacho Ipiranga, e grita para o mundo: “Independência ou Morte!”. Era 7 de setembro de 1822, e mais tarde, em 12 de outubro do mesmo ano, dia do seu aniversário, Pedro seria aclamado o primeiro Imperador Constitucional do Brasil.

Pedro, ainda Regente, convencera-se de que a Independência do Brasil era fato irreversível e convocou uma Assembleia Constituinte, em 03 de junho 1822, para elaborar uma Constituição para o país, que na prática só começou a funcionar depois de proclamada a Independência por aquele que seria o primeiro parlamento brasileiro, o qual se instalou em 03 de maio de 1823 na Cadeia Velha, onde depois foi erguido o Palácio Tiradentes. O projeto ganhou o nome de Constituição da Mandioca por ter instituído no seu texto o voto indireto, de caráter censitário, em que os eleitores deveriam comprovar ter uma renda mínima equivalente a 150 alqueires anuais de plantação de mandioca.

D. Pedro I, ciente do esboço da Constituinte, ficou temeroso de que as ideias liberais e democráticas que influenciaram a Carta lhe fossem danosas reduzindo o seu irrestrito poder, fazendo com que perdesse o controle do Império. Assim pensando, dissolve o parlamento em 12 de novembro de 1823 e outorga uma Carta Imperial⁴ aproveitando inúmeros artigos da Carta rejeitada, mas incluindo, em seu artigo 10, um quarto poder, denominado Moderador, que lhe daria o *status* de Chefe Supremo da Nação, acima de todos os outros três poderes, Legislativo, Executivo e Judicial, e que lhe conferia um caráter inviolável, sagrado e isento de qualquer responsabilidade.

A Carta vigorou por 65 anos, a mais longa de todas, e era conservadora em seu conteúdo e autocrática em seu funcionamento, tendo uma única emenda. Ela consolidou a independência proclamada, instituiu um governo monárquico-hereditário, na qual a religião católica era a oficial, destacando-se o sufrágio elitista e censitário, que proibia o voto de mulheres, escravos, criados e qualquer pessoa que possuísse renda anual inferior a 100 mil-réis, demonstrando que o alto poder econômico do cidadão é que lhe dava condição de votar nas eleições, e

2 MOURA, Clóvis. **Dicionário da escravidão negra no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Edusp, 2004, p. 240.

3 SCHWARCZ, Lília. **Rever a história**. Entrevista publicada no sítio eletrônico do SESC/SP. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/editorial/rever-a-historia-entrevista-com-a-antropologa-e-historiadora-lilia-schwarz/>. Acesso em: 11 ago. 2024.

4 BRASIL. **Constituição Imperial do Brasil de 1824**. Brasília, DF, Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em 11 ago. 2024.

que o poder público era legalmente um feudo masculino.

A liberdade e os direitos individuais quase ficaram esquecidos nessa Carta outorgada com pressão pelo jovem Imperador que dissolveu a Constituinte, banuiu para a Europa José Bonifácio de Andrada e Silva e seus irmãos, entre eles Antônio Carlos, que fizera o esboço da Carta malsucedida. Contudo, no último artigo, o 179, a Carta Imperial aborda tais direitos e estabelece com restrições que a inviolabilidade dos Direitos Cíveis e Políticos dos Cidadãos Brasileiros têm por base a liberdade, a segurança individual e a propriedade. A pena de morte, esquecida na Carta Imperial, veio a ser inserida no Código Criminal do Império de 16 de dezembro de 1830⁵, o primeiro do Brasil, que no seu artigo 192 previa penas como retaliação para diversas infrações: de morte, no grau máximo; galés perpétuas, no grau médio; e prisão com trabalho forçado por vinte anos, no mínimo.

Com Dom Pedro II sucedendo o pai, e com a crise da economia agrária, que lhe dava suporte, o Império passou a correr enorme risco de queda.⁶ O parlamento era dominado pela aristocracia, composta por latifundiários e grandes comerciantes, que, em conjunto com os militares, iriam destronar o Imperador e proclamar a República em 15 de novembro de 1889.

A República resulta da longa crise da monarquia no Brasil, cuja decadência começou em 1870, após o fim da Guerra do Paraguai, que durou 6 anos e destruiu a economia brasileira, tendo o país gastado com ela a alta soma de 614 mil contos de réis, endividando-se com bancos ingleses.

A partir daí, novos atores e novas ideias políticas surgiram, ganhando força por meio do Manifesto Republicano, estruturado em 1870 por um grupo consistente de civis e militares que exigia a modernização do país e enxergava na república a solução para a crise. Assim se originou o golpe em 1889, e foi criada nova Constituinte para elaborar a primeira Constituição da República.

2. A LIBERDADE DE EXPRESSÃO NAS CONSTITUIÇÕES DE 1891 A 1969

Em tempos tão próximos, a abolição da escravidão e a proclamação da república trouxeram alguma esperança ao povo brasileiro e uma fugaz sensação de súplica atendida por estar livre dos grilhões coloniais, dos latifundiários senhores de engenhos, dos comerciantes de escravos, da cruel exploração da Coroa Portuguesa e da dominação da Igreja Católica Apostólica Romana.

O estado laico estabelecido na Constituição da República punha fim à união da Igreja Católica com a Coroa Portuguesa no projeto colonial brasileiro, chamado de “padroado real”. A Igreja Católica participou na implantação e manutenção do sistema escravagista do negro africano no Brasil, reconhecendo e legitimando o uso e o comércio de escravos, em troca da prioridade da sua evangelização, do século XVI ao fim do XIX. O fim do regime do padroado e a laicidade adotada pela República, levaram à perda do poder político da Igreja Católica, que já se defrontara com a monarquia e a maçonaria na questão religiosa de 1872 e que estava ameaçada pela expansão do protestantismo e pela introdução do espiritismo no Brasil (kardecismo, umbanda e candomblé).

A Assembleia Constituinte, criada pelo Governo Provisório chefiado pelo Marechal Deodoro da Fonseca, promulgou em 24 de fevereiro de 1891 a primeira Constituição da República, com texto de Ruy Barbosa e Prudente de Moraes, inspirada no modelo norte-americano, legitimando a República dos Estados Unidos do Brasil, federalista e com autonomia dos estados, contendo 91 artigos e outros 8 nas Disposições Transitórias e profundas alterações em relação à carta anterior.

A Carta extinguiu o Poder Moderador, deu garantia a diversas liberdades individuais, das quais, a liberdade de expressão, de reunião, de direito à propriedade privada, garantiu a liberdade de credo e os cultos religiosos em todo país, criou registros civis para nascimentos, casamentos e mortes e ainda instituiu o habeas corpus

5 BRASIL. **Código Criminal Brasileiro de 1830**. Brasília, DF, Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm. Acesso em: 11/08/2024.

6 COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. 6. ed. São Paulo: Unesp, 1999, p. 489.

como garantia do direito de locomoção.

As crises que atingiram a política brasileira no final da Primeira República tiveram como consequência final a Revolução de 1930, quando Getúlio Vargas assume a presidência do Brasil, destituindo o presidente Washington Luís do poder e impedindo de tomar posse o presidente eleito no pleito presidencial daquele ano, o paulista Júlio Prestes, que concorrera e vencera o próprio Vargas. É criada então uma Assembleia Constituinte, instalada em novembro de 1933, que promulga a nova Constituição, em 16 de julho 1934, de curta duração, inspirada na progressista constituição alemã de Weimar, dando maior poder ao governo federal; trazendo a marca de Vargas nas diretrizes sociais quanto à jornada de trabalho, repouso semanal e férias remuneradas; adotando o voto obrigatório e secreto para maiores de 18 anos, incluindo o voto feminino, que já havia sido instituído pelo Código Eleitoral de 1932; prevendo a criação das Justiças do Trabalho e Eleitoral; instituindo o Ministério Público, o Tribunal de Contas, o mandado de segurança e a ação popular.

Getúlio Vargas foi o maior crítico da Constituição de 1934, e não se conformou enquanto não a substituiu. Por isso, a Carta sofre três emendas em dezembro de 1935, que a tornam mais autoritária, com o escopo de reforçar a segurança do Estado e as atribuições do Poder Executivo, para coibir, de acordo com o texto, “movimento subversivo das instituições políticas e sociais”.

Enquanto se aguardava eleições presidenciais para janeiro de 1938, foi denunciada, pelo governo Vargas, em 30 de setembro de 1937, a existência de um suposto plano comunista para tomada do poder, que ficou conhecido como Plano Cohen e teria sido forjado por militares, numa autêntica *fake news* da época. Assim, Getúlio Vargas, no dia 10 de novembro de 1937, num pronunciamento em rede de rádio direto do Palácio da Guanabara, lança um manifesto à nação que denomina de “Proclamação ao Povo Brasileiro”, em que assume ditatorialmente a presidência, criando o Estado Novo⁷ com objetivo de reajustar o organismo político às necessidades econômicas do país.

No dia do golpe, Vargas determinou o fechamento do Congresso Nacional e outorgou a Constituição de 1937, que lhe conferia o controle total do poder executivo e lhe permitia nomear interventores para os estados com ampla autonomia para a tomada de decisões. Elaborada por Francisco Campos e inspirada na Carta da Polônia, a nova Constituição ficou conhecida como “a Polaca”, e tinha texto autoritário com exposição de motivos feita pelo ditador Getúlio Vargas para justificar as medidas duras colocadas em seus artigos visando “assegurar à Nação a sua unidade, o respeito à sua honra e à sua independência, e ao povo brasileiro, sob um regime de paz política e social as condições necessárias à sua segurança, ao seu bem-estar e à sua prosperidade”.

A Carta de 1937 deu respaldo legal ao golpe de estado de Vargas e à sua ditadura que se estendeu por 8 anos, instituiu a pena de morte, suprimiu liberdades individuais e partidos políticos, concentrou o poder no Chefe do Executivo, acabando com a independência dos demais poderes.

Essa tirânica Carta restringiu a atuação e prerrogativas do Congresso Nacional, permitiu a perseguição política a opositores do governo e estabeleceu a eleição indireta para presidente.

Com o fim da 2ª Guerra Mundial, surge o fracasso dos regimes totalitários e a insatisfação popular pela concentração do poder nas mãos do Chefe do Executivo, cai o governo de Vargas. A deposição se deu por um golpe de Estado imposto pela alta cúpula das Forças Armadas do Brasil ao então presidente Vargas, em 29 de outubro 1945, assumindo o ministro José Linhares do STF para convocar eleições e uma Assembleia Constituinte para elaborar uma nova ordem constitucional.

Promulgada pelo Congresso Nacional no governo de Eurico Gaspar Dutra, a Constituição de 1946 era democrática e restabeleceu os direitos individuais, a independência dos Poderes, a autonomia dos estados e municípios, a pluralidade partidária, os direitos trabalhistas, entre eles o direito à greve, e instituiu eleição direta para presidente da República com mandato de 5 anos.

A Carta de 1946 extingue a pena de morte, garante a liberdade de expressão, o direito à propriedade e à inviolabilidade das correspondências. Traz na primeira parte dos seus 218 artigos a estruturação do Estado e a partir do artigo 129 passa a tratar da declaração de direitos, da cidadania e dos direitos individuais. O Ato Adicional de 02 de setembro de 1961 institui o regime parlamentarista, após a renúncia do presidente Jânio Quadros, prevendo a realização de um plebiscito.

No referendo de 06 de janeiro de 1963, a nação foi consultada sobre a continuação ou não do parlamentarismo no país. O povo rejeitou este regime, optando pelo presidencialismo, que obteve 80% de votos a favor, encerrando a única experiência parlamentarista da história do Brasil republicano. O Presidente João Goulart seria deposto mais tarde pelo golpe militar de 31 de março de 1964.

A liberdade de expressão cedeu espaço ao autoritarismo com o golpe de estado e a ditadura instalada no Brasil. A Carta de 1967 consolidou o Regime Militar e reverteu os princípios democráticos previstos na Carta anterior. Assim, o Congresso Nacional passou a ser controlado em nome da Segurança Nacional. Com um Poder Executivo Federal mais forte, foram suprimidas as garantias políticas, adotando-se a eleição indireta para Presidente, por meio de Colégio Eleitoral.

A Carta foi diversas vezes emendada por Atos Institucionais e Complementares. O Ato Institucional nº 5 de 13 de dezembro de 1968, o mais drástico, decretou o fechamento do Congresso Nacional, a supressão de direitos e garantias do cidadão, a proibição de reuniões populares, a imposição da censura aos meios de comunicação e expressões artísticas e a suspensão do *habeas corpus* para crimes políticos, autorizando a intervenção federal em estados e municípios e a decretação do estado de sítio.

Em 17 de outubro de 1969, a Junta Militar outorgou a Emenda nº 1⁸, uma Constituição mais autoritária que a de 1967. Foi a consolidação legal de um Estado que agia baseado na doutrina da Segurança Nacional, numa guerra interna que se utilizava de armas como a tortura, e que durou 21 anos.

Em 1985, a eleição indireta para presidente do candidato Tancredo Neves e do seu vice, José Sarney, pôs fim à ditadura, dando início a um novo período democrático na história brasileira.

3. A CARTA CIDADÃ, E OS DESAFIOS DO *HATE SPEECH* E DAS *FAKE NEWS*

A atual Constituição do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988, foi concebida no processo de redemocratização iniciado ao findar da ditadura militar (1964–1985) e ficou conhecida como Carta Cidadã⁹ por estabelecer diversos direitos sociais fundamentais, como a liberdade de expressão, a liberdade religiosa, e os relacionados a trabalho, previdência, educação, saúde e assistência social, além de tornar a prática do racismo crime inafiançável e imprescritível, e de pôr fim à tortura, à censura, à restrição aos direitos políticos e à perseguição a opositores do regime instalado no país.

A liberdade de expressão está positivada no seu artigo 5º, incisos IV (liberdade de pensamento), IX (liberdade de expressão propriamente dita), XIV (acesso à informação) e no artigo 220 e seu parágrafo primeiro (liberdade de informação). A ordem constitucional seguiu parâmetros jurídicos traçados pela comunidade internacional, em que prestigiadas Cartas protegem o direito à liberdade de expressão, como se vê no artigo XIX da Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948, no artigo 19 do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e no Artigo 13.1 da Convenção Americana de Direitos Humanos, o Pacto de São José da Costa Rica.

Considerada uma das mais modernas, complexas e extensas do mundo, com 250 artigos, a Carta Cidadã, cujo guardião é o Supremo Tribunal Federal, chega aos 35 anos, modificada mais de 140 vezes desde 1988, in-

8 BRASIL. **Constituição de 1967 com a emenda de 1969**. Brasília, DF, Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao67EMC69.htm. Acesso em 11 ago. 2024.

9 BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: STF, 2024. 282 p. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2024.

cluindo aí as emendas regulares, as 6 emendas aprovadas durante a revisão de 1994 e os 6 tratados internacionais sobre direitos humanos que foram aprovados pelo Congresso com quórum de emenda constitucional. Contudo, agora se defronta com sérias ameaças ao direito à liberdade de expressão por ela instituído: o *hate speech* e as *fake news*.

O conceito de discurso de ódio (*hate speech*) não é unívoco, tem limites imprecisos e a expressão é empregada para designar condutas muito heterogêneas, que, olhadas em conjunto, não apresentam uma essência ou característica definidora. Contudo, como ensina André Andrade¹⁰, referencial teórico no tema, é possível identificar, em muitos casos, alguns elementos mais frequentes ou constantes em relação a esse tipo de conduta expressiva, e entre eles estão o preconceito, a discriminação e a intolerância. O conceito mais abrangente do *hate speech* é de que se trata de uma manifestação discriminatória dirigida contra um grupo social, ou algum de seus integrantes, com base na raça, cor, etnia, gênero, condição física ou mental, crença religiosa, orientação sexual ou qualquer outra característica relacionada com sua identidade.

Antes de se referir a um conceito jurídico ou legal, o *hate speech* remete a um fenômeno social complexo em suas formas de manifestação, que se tornou ainda mais intrincado com o advento da internet, o que possibilitou a transmissão de mensagens anônimas em velocidade digital.

São três os elementos que predominantemente integram o discurso de ódio. O preconceito é o juízo preconcebido acerca de algo ou de alguém, sem o devido exame ou consideração, baseado em informações incompletas, opiniões errôneas, crenças infundadas, generalizações inconsistentes ou estereótipos. A discriminação consiste na atribuição de tratamento diferenciado e injusto a indivíduos ou pessoas integrantes de um grupo social, ela vem ser a exteriorização do preconceito. Já a intolerância aparece em determinadas instâncias quando alguém, por exemplo, expressa uma mensagem discriminatória contra um grupo social, não porque parta de um prejulgamento equivocado em relação a esse grupo, mas por não saber conviver com a diferença ou diversidade, e, nessa hipótese, a mensagem estaria fundada não no preconceito, mas na intolerância.

A expressão *hate speech* aparenta tratar-se de uma manifestação ou de uma mensagem contendo uma linguagem agressiva, raivosa, abusiva, insultuosa, com termos ofensivos e discriminatórios. Todavia, como observa Andrade, ela pode vir disfarçada de discurso sério, contido, de caráter político, acadêmico ou científico, com aparência de manifestação racional, despida de emotividade. Pode estar camuflado, seja como uma manifestação jornalística, artística ou humorística, ou ainda, utilizar-se de eufemismo e palavras aparentemente neutras, mas carregadas de humor ou de ironia, sarcasmo ou duplo sentido, pretendendo atingir de forma sutil um grupo minoritário. Pode ser representado por gestos, como a saudação nazista, e, também codificado, de modo a ser compreendido apenas por aqueles que compartilhem esse código.

Para Eco, a intolerância se coloca antes de qualquer doutrina, possui raízes ideológicas, manifestando-se até entre animais como no caso da luta pelo território, baseando-se em relações emotivas muitas vezes superficiais, como por exemplo, não suportarmos os que são diferentes de nós porque têm pele de cor diferente ou falam uma língua que não compreendemos, ou porque comem alimentos diferentes daqueles que comemos, entre outras coisas.

Butler sustenta que o discurso de ódio fere os insultados e que as palavras machucam, que o efeito de um insulto racial, por exemplo, equivale a levar um tapa na cara. E, com base nessas formulações, tem-se que a injúria linguística atua de forma similar à injúria física.

Com o desenvolvimento da internet e a polarização das mídias sociais, as manifestações de ódio se amplificaram e se disseminaram em aceleradíssima velocidade, passando a ter alcance global, aumentando muito a gravidade de tais manifestações. São vários os grupos perseguidos pelos discursos de ódio. Uns como os negros, os índios e os judeus, historicamente oprimidos, são de fácil identificação, mas não se pode prever quantos são os

atingidos por essa brutal manifestação, e, a toda hora, surgem novos grupos ou indivíduos reivindicando proteção contra seus algozes.

Os propósitos da liberdade de expressão se assentam, como elenca Andrade: possibilitam a descoberta da verdade; têm caráter essencial para o autogoverno; propiciam o controle dos atos do Governo, em que se destaca a imprensa que *atua como um cão de guarda* (watchdog) ao fiscalizar atos governamentais; ensinam a conviver com a pluralidade, é condição para a autonomia individual.

A liberdade de expressão tem limites definidos que servem para: proteção aos direitos da personalidade, proteção da coletividade e defesa dos regimes democráticos. As restrições à liberdade de expressão estão lançadas de forma expressa ou implícita na Carta Magna. As razões de ordem moral ou de natureza paternalista não podem ser limitadoras da liberdade de expressão.

O uso abusivo da internet e das redes sociais acarretam na linha desse discurso nefasto as ofensas à honra, a violação da privacidade, a pornografia de vingança (*revenge porn*), a invasão de dispositivo informático, a desinformação (*fake news*), a prática agressiva de intimidações e perseguições no ambiente virtual (*cyberbullying*).

Para Maultasch, vivemos tempos tão estranhos à liberdade, tempos tão esquisitos em que pessoas ditas *liberais* defendem a supressão do discurso que as ofende, e em que pessoas supostamente conhecedoras das leis inventam crimes que não existem como “gordofobia” e “disseminação de *fake news*”.

As *fake news* são fatos inverídicos apresentados em redes sociais através da internet e da mídia. Em geral, com ciência de que são falsos, com intenção espúria, política ou não, retirando proveito econômico ou não.

Todavia, a utilização do discurso de ódio e da desinformação tem sido vista de forma atenuada por grande parcela da população, que tende a ver tais manifestações como um singelo exercício do direito à liberdade de expressão. No entanto, para a maioria dos estudiosos essa liberdade tem seus limites, e o *hate speech* e as *fake news* em seus estados extremos devem ser punidos exemplarmente, porém não por meio da censura, o que seria um retrocesso constitucional, mas sim através do contradiscurso.

O ministro do STF Luiz Fux, então Presidente do CNJ, na abertura do III Encontro Virtual sobre Liberdade de Expressão, em 23 de novembro de 2021, destacou que a polarização extrema da sociedade leva ao discurso de ódio, e a desinformação pode colocar em risco a delicada e fundamental relação entre democracia e liberdade de expressão.

CONCLUSÃO

Em razão de tantas ameaças à liberdade de expressão, o CNJ instituiu, através da Resolução nº 742 de 27 de agosto de 2021, o Programa de Combate à Desinformação (PCD), em harmonia com o sistema de proteção das liberdades de comunicação, previsto na Constituição Federal de 1988, e com a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, que determina que toda pessoa possui o direito a informações e ideias de toda natureza, mas ressalva a necessidade de coibir a apologia ao ódio nacional, racial ou religioso que constitua incitação à discriminação, à hostilidade, ao crime ou à violência.

O programa foi feito com observância ao Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) e à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), tendo em vista que os efeitos negativos produzidos pela desinformação podem ser potencializados pelo uso distorcido dos recursos proporcionados pelas tecnologias da informação e das comunicações, sobretudo a internet. A criação do programa está inserida no contexto do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 16 da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (Paz, Justiça e Instituições Eficazes), à qual o STF aderiu de forma plena e que estabelece a meta de promover instituições fortes, inclusivas e transparentes em todos os níveis: o desenvolvimento de uma sociedade pacífica e baseada no respeito aos direitos humanos e a expansão do acesso efetivo à Justiça.

O programa opera em duas frentes principais: Atuação Organizacional (promovendo reuniões para executar ações e monitorar os resultados do trabalho realizado pelo comitê gestor, desenvolvendo e adquirindo recursos de tecnologia da informação para identificar mais rápido as práticas de desinformação e de discursos de ódio e aproximando o grupo gestor a instituições públicas e privadas que atuam no combate à desinformação, a órgãos de investigação, entidades e agências de checagem que buscam solucionar o problema, bem como realizando eventos e seminários) e Ações de Comunicação (promovendo alfabetização midiática, contestando as notícias falsas e valorizando a corte e produzindo conteúdo que gere engajamentos positivos sobre o Tribunal.

Por todo o exposto, espera-se uma grande vitória do direito e da liberdade de expressão sobre essas terríveis ameaças anônimas que desafiam o princípio mais puro e verdadeiro do homem: a sua vontade de se expressar sem restrições, mas com respeito ao seu semelhante e à lei.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, André. **Gestão pública e liberdade de expressão na era digital**. Seminário em Gestão Pública, parceria da ECG/TCE-RJ com a ESAJ/TJ-RJ. YouTube, 19 nov. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LaoDQkyivdg&t=545s>. Acesso em: 10 ago. 2024. ANDRADE, André. **Liberdade de expressão e discurso de ódio**. Revista da EMERJ, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 9-34, jan./mar. 2021.

ANDRADE, André. **Liberdade em tempos de cólera**. 1. ed. Rio de Janeiro: GZ, 2020.

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. 11. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOBBIO, Norberto. **Igualdade e liberdade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 10. ed. São Paulo: Malheiros, 2000. BORIS, Fausto. **História do Brasil**. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Edusp, 2006.

BRASIL. **Código Criminal Brasileiro de 1830**. Brasília, DF, Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm. Acesso em: 11/08/2024.

BRASIL. **Constituição 30 anos: as constituições brasileiras de 1824 a 1988**. Brasília, DF, Supremo Tribunal Federal, publicado em 03 out. 2018. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=391696>. Acesso em 10 ago.2024.

BRASIL. **Constituição Imperial do Brasil de 1824**. Brasília, DF, Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em 11 ago. 2024.

BRASIL. **Constituição de 1967 com a emenda de 1969**. Brasília, DF, Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao67EMC69.htm. Acesso em 11 ago. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: STF, 2024. 282 p. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2024.

BUTLER, Judith. **Discurso de ódio: uma política do performativo**. 1. ed. São Paulo: Unesp, 2021.

CANOTILHO, J. J. Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição**. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2003.

CATTONI, Marcelo (Coord.). **Jurisdição e hermenêutica constitucional**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2004.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. 6. ed. São Paulo: Unesp, 1999.

DWORKIN, Ronald. **Levando os direitos a sério**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ECO, Umberto. **Cinco escritos morais**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GOMES, Laurentino. **1808**. 2. ed. São Paulo: Planeta, 2014.

GOMES, Laurentino. **1822**. 2. ed. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2015.

MAULTASCH, Gustavo. **Contra toda censura**. 1, ed. São Paulo: Avis Rara, 2022.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MOURA, Clóvis. **Dicionário da escravidão negra no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

REALE JÚNIOR, M. **Limites à liberdade de expressão**. Revista Espaço Jurídico, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 374-401, jul./dez. 2010.

SCHWARCZ, Lília. **Rever a história**. Entrevista publicada no sítio eletrônico do SESC/SP, em 01 set. 2022. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/editorial/rever-a-historia-entrevista-com-a-antropologa-e-historiadora-lilia-schwarcz/>. Acesso em: 11 ago. 2024.

SILVA, José Afonso. **Curso de direito constitucional positivo**. 24. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

STRECK, Lenio Luiz. **Verdade e consenso**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

PENAS RESTRITIVAS DE DIREITO: ALTERNATIVA À PRISÃO? UMA ANÁLISE NA COMARCA DE NITERÓI



Claudia Xavier Ferreira

Graduada em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Assistente Social - Eq.Tec.Interd. Criminal – ETICRIM Niterói

Resumo: O presente trabalho nasce com a meta de desvelar as ações e interpretações legislativas quando aplicadas na execução das Penas e Medidas Alternativas à Prisão, em viés socio jurídico e com vistas aos direitos humanos, nem sempre levados em consideração pelos operadores do Direito, atores em um cenário excedente e excludente no Brasil. O texto traz uma análise crítica e descritiva, buscando trazer à tona a execução penal praticada na Comarca de Niterói, cujos procedimentos judiciais carecem de cuidados no que se refere à dignidade da pessoa humana enquanto em cumprimento de pena. Objetiva-se com isso, trazer à discussão a temática apresentada, fomentando ações legais e sociais que minimizem os prejuízos à vida daqueles que permanecem como cidadãos de direitos, ainda que estejam em cumprimento de sanção penal.

Palavras-chave: Penas Alternativas. Penas Restritivas de Direito. Direitos Humanos. Execução Penal. Comarca de Niterói.

Sumário: Introdução. 1. ETICRIM x CPMA. 2. Penas Restritivas de Direito. 3. A Execução Penal e suas dificuldades na Comarca de Niterói. Conclusão. Referências.

INTRODUÇÃO

O presente artigo científico é uma proposta de estudo e reflexão acerca da execução das Penas e Medidas Alternativas no cotidiano técnico-jurídico do Judiciário e, para situar as Penas Restritivas de Direito na Execução Penal, há de se destacar o trabalho da ETICRIM – Equipe Técnica Interdisciplinar da Comarca de Niterói, órgão tecnicamente subordinado à Corregedoria Geral de Justiça e administrativamente ao Juízo do 2º NUR do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Dessa forma, o objetivo geral desse artigo está inserido na dinâmica do trabalho de acompanhamento efetuado nos processos de execução penal aplicados na Cidade de Niterói, levando em consideração as sanções de Pena Privativa de Liberdade com intervalo que gira em torno de 1 mês a 4 anos, objeto de avaliação jurisdicional e substituídas por Penas Restritivas de Direito.

O jurisdicionado que, por uma razão ou outra, tem a Pena Privativa de Liberdade substituída por Penas Restritivas de Direito, cuja execução fica a encargo da Central de Penas e Medidas Alternativas de Niterói, encontra vários obstáculos em seu caminho. O principal deles advém da escassez de servidores habilitados a acompanhar a execução dessa modalidade de sanção penal. A mazela da falta de mão de obra qualificada no mercado de trabalho também atinge o Poder Judiciário.

Assim, a pesquisa se debruça sobre essa problemática e pontua algumas consequências que tal fato acarreta à execução das sanções penais, inclusive trazendo considerações que podem colaborar para a melhoria da prestação jurisdicional, principalmente no que diz respeito ao trabalho executado nas serventias que abrangem o

Fórum de Niterói no que diz respeito à área criminal.

O primeiro capítulo faz um esboço de algumas particularidades da ETICRIM – Equipe Técnica Interdisciplinar Criminal; e da CPMA – Central de Penas e Medidas Alternativas, buscando inserir o leitor no ambiente da execução penal. Já no segundo capítulo, tem-se um apanhado do que é a PRD – Pena Restritiva de Direito, suas espécies e particularidades. No terceiro capítulo há uma discussão sobre a execução penal no tocante do Regime Aberto, passível de substituição da PPL – Pena Privativa de Liberdade em PRD – Pena Restritiva de Direito; colocando o leitor a par das nuances que cerceiam cada tipo, face à diversidade de enquadramento dos tipos penais e das sanções penais a que o jurisdicionado está passível de sofrer, tais como a condenação e os acordos vários, entre eles o ANPP – Acordo de Não Persecução Penal – e a Transação Penal, que são aplicados na estrutura jurisdicional observada.

Assim, no teor do artigo, busca-se tratar de algumas dificuldades encontradas pelos profissionais – Assistentes Sociais e Psicólogos – que entrevistam e encaminham o jurisdicionado para a execução das Penas Restritivas de Direito, efetuando críticas e sugestões para melhorar, não só a jurisdição como também minimizar os impactos que estão presentes e são elementos dificultadores no cumprimento das Medidas Alternativas à Prisão, procurando desmistificar e desconstruir o preconceito que envolvem as lides criminais e suas consequências na vida de quem está com o direito à liberdade cerceado por litígios ou prática de ilícitos penais.

Nesse paradoxo tem-se que a sociedade civil tem poder de transformação quando absorve a questão da execução penal e subsidia meios de reestruturação do indivíduo por intermédio de oportunidades de trabalho e evolução na educação.

Para se alcançar tais objetivos, realiza-se uma pesquisa bibliográfica sobre a execução penal, utilizando-se ainda o próprio atendimento ao jurisdicionado, através de observação contínua enquanto profissional de Serviço Social lotada na ETICRIM Niterói, com ampla experiência e conhecimento na esfera criminal, no que diz respeito à execução penal. Com isso, realiza-se também um retrospecto das atividades executadas na serventia durante a Pandemia de COVID-19 até a mudança no quadro de servidores, já em 2022, ano em que acontece a permuta de servidores na serventia. Essa metodologia traz à luz uma análise crítica de como se faz a prestação jurisdicional criminal na Comarca de Niterói.

1. ETICRIM X CPMA

Primeiramente se faz um breve esboço do que são as ETICRIMs¹ – Equipes Técnicas Interdisciplinares Criminais no espaço do Poder Judiciário, tratando suas características e formatos diversos, mas com unicidade no seu objetivo maior, que é o atendimento à população usuária dos serviços jurisdicionais criminais.

Faz-se aqui necessário conceituar a CPMA² – Central de Penas e Medidas Alternativas, serviço cartorário cujo objetivo principal é o de monitorar a execução das Penas Restritivas de Direito, trabalhando em parceria e sintonia com a ETICRIM³, buscando auxiliar os Juízos que compõem a Jurisdição.

A experiência de trabalho enquanto Assistente Social na ETICRIM Niterói faz com que a atividade técnica nos seja vista como um compêndio de ações orientadoras cuja finalidade principal, propiciar um efetivo cumprimento das decisões judiciais, alcance sua excelência junto ao usuário do serviço.

¹ Órgão criado pelo PROVIMENTO CGJ nº 80/2009.

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. **Provimento CGJ nº 80/2009**. Disponível em: a1adb768-0f4a-4939-13df-3537cb89e0d5 (tjrj.jus.br). Acesso em 27 jul. 2024.

² Órgão criado pela RESOLUÇÃO TJRJ nº 39/2010.

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. **Resolução nº 39/2010**. Disponível em: a1adb768-0f4a-4939-13df-3537cb89e0d5 (tjrj.jus.br). Acesso em 27 jul. 2024.

³ As atividades técnicas são disciplinadas pelo PROVIMENTO CGJ nº 57/2019.

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. **Provimento CGJ nº 57/2019**. Disponível em: a1adb768-0f4a-4939-13df-3537cb89e0d5 (tjrj.jus.br). Acesso em 27 jul. 2024.

Ora, ao pensar em excelência do serviço, como não elaborar ações que almejem a efetivação de rotinas que viabilizem um encaminhamento eficaz na execução penal, buscando um efetivo cumprimento das decisões judiciais, atendendo às particularidades do usuário e respeitando a Constituição da República Federativa do Brasil no que diz respeito à Dignidade da Pessoa Humana⁴ e, por consequência, alinhando à política de Direitos Humanos⁵, tema imprescindível nas ações de desencarceramento propostas pelo Conselho Nacional de Justiça.⁶

No panorama atual da Comarca de Niterói encontram-se vários empecilhos que dificultam a ação do profissional que atua tanto na ETICRIM⁷ quanto na CPMA⁸, e algumas dessas dificuldades advêm da escassez de recursos humanos, fator principal impactante na qualidade de serviço jurisdicional prestado e, segundo estudo publicado pela OAB/RJ, essa mazela está onipresente em todo o Judiciário Fluminense. A falta de magistrados titulares, o baixo número de funcionários nas serventias, bem como a acumulação excessiva de atribuições por algumas varas, são problemas crônicos no âmbito do Poder Judiciário⁹.

Ora, para pensar em uma boa política de desencarceramento tem-se que priorizar a excelência no atendimento ao jurisdicionado, para que assim se alcance a especialização na execução penal. Dessa forma, a ETICRIM Niterói utiliza suas ferramentas profissionais e procura atender ao jurisdicionado, sempre levando em conta as particularidades apresentadas pelos mesmos durante os atendimentos e descrevendo, para o juízo, as características principais das pessoas em cumprimento de pena, sujeitos de uma “benesse” penal; e buscando, através de instrumentos e instrumentais inerentes à profissão, a melhor forma de cumprimento da sanção penal, individualizando, de forma humanizada, a execução das Penas e Medidas Alternativas à Prisão substitutas das Penas Privativas de Liberdade em sua grande maioria.

2. PENAS RESTRITIVAS DE DIREITO

Para melhor entendimento da problemática apresentada, neste capítulo deve-se conceituar as PRDs¹⁰ – Penas Restritivas de Direito, discorrendo acerca das características e nuances de cada uma, fazendo um viés com a Execução Penal e buscando analisar cada uma no contexto atualmente vivido pela população usuária.

Cabe aqui também efetuar um paralelo histórico, com análise do contexto anterior à 2022, quando houve permuta de Assistentes Sociais e Psicólogos na ETICRIM Niterói, noticiando os percalços e as dificuldades enfrentadas até os dias atuais, e fazendo um balanço entre as perdas e os ganhos para o serviço jurisdicional prestado.

Encontra-se disponível, no site do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, uma definição do que são as Penas Restritivas de Direito, abaixo reproduzido:

A pena restritiva de direitos é uma das 3 espécies de penas estabelecidas pelo Código Penal, conforme texto do seu artigo 32 (...)
(...) O artigo 43 do mencionado diploma legal descreve as possibilidades de penas restritivas como: prestação pecuniária, perda de bens e valores, limitação de fim de semana, prestação de serviços à comunidade, e interdição de direi¹¹

4 BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 23 jul. 2024.

5 O Brasil é um dos signatários da Convenção Americana sobre Direitos Humanos – Pacto de San Jose da Costa Rica.

6 BRASÍLIA. Ministério da Justiça. **Resolução CNJ 288, de 25 de junho de 2019**. Disponível em <https://www.cnj.jus.br/pjecnj/Processo/ConsultaProcesso/Detalhe/documentoHTML.seam?ca=d7204cb2373b0ba6bb105eb7a7a04e5bcababec5e6d64b3aca881fdaa5ac3a7d795d1b2b262a5c67a0a1cf4761b844df39b484d172d-84d8e&idProcessoDoc=3679155&idBin=3325527&exibirAssinaturas=true>. Acesso em 27 jul. 2024.

7 ETICRIM – Equipe Técnica Interdisciplinar que atende às Varas Criminais, composta por Assistentes Sociais e Psicólogos.

8 CPMA – Central de Penas e medidas Alternativas – Atividade cartorária que executa serviços de atendimento ao usuário, processamento e monitoramento das Penas Restritivas de Direito.

9 Migalhas. **OAB/RJ aponta “problemas crônicos” no Judiciário fluminense e vai ao CNJ**. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/quentes/164415/oab-rj-aponta-problemas-cronicos-no-judiciario-fluminense-e-vai-ao-cnj>. Acesso em 30 de junho de 2024.

10 BRASIL. **Lei nº 9.714, de 25 de novembro de 1998**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9714.htm. Acesso em: 23 jul. 2024

11 Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios **Pena Restritiva de direitos**. Disponível em: <https://www.tjdf.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/pena-restritiva-de-direitos>. Acesso em 30 jun. 2024.

Na forma da lei, o magistrado deve proceder na substituição da Pena Privativa de Liberdade em Pena Restritiva de Direito¹², tendo como pressuposto as condições observadas na pessoa do jurisdicionado no momento da audiência que referenda a decisão judicial.

Pelo que se vivencia na Comarca de Niterói, não está no cotidiano do magistrado essa observação, pois quando o jurisdicionado se apresenta na ETICRIM para entrevista de encaminhamento, percebe-se que a pessoa em situação de cumprimento de pena, muitas vezes sequer é ouvida na audiência. As reais necessidades da pessoa humana passam, de certa forma, até mesmo, invisibilizadas pelo magistrado, pelo parquet (membro do Ministério Público) e, até, por sua defesa técnica; dificultando, inclusive a sua compreensão dos direitos e deveres a serem cumpridos durante a execução penal.

Aqui há de se apontar a ausência de uma escuta ativa, fator preponderante para um atendimento eficaz em qualquer local; além do desligamento e afastamento com que o jurisdicionado é tratado nas cercanias do judiciário niteroiense na matéria criminal, desde o seu atendimento no balcão das varas e juízos criminais, até o seu encaminhamento à sala da ETICRIM para proceder nos procedimentos para o cumprimento da sanção judicial. No que se refere aos Direitos Humanos, tão importante quando se fala sobre execução penal, o que se percebe é a introdução de uma falácia no que tange aos procedimentos cartorários e jurisdicional executados pelos servidores e magistrados na Comarca de Niterói, desvirtuando, de tal maneira, os preceitos indicados pelo próprio CNJ.

Justificando a tese descrita acima, o Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça (Depen/MJ)¹³ e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) publicaram, ainda em 2014, um estudo que realiza um diagnóstico quantitativo e qualitativo sobre o tema, contribuindo para a compreensão dos desafios existentes para a ampliação e qualificação da aplicação das alternativas à prisão. Na referida pesquisa afirma-se que:

Entre os principais achados da pesquisa, destaca-se a identificação do ‘sistemático, abusivo e desproporcional uso da prisão provisória pelo sistema de justiça do país’. (...) O Departamento Penitenciário Nacional está atuando para alterar essa realidade, apoiando, entre outras iniciativas, a instituição de audiências de custódia, bem como a instalação de centrais integradas de alternativas penais e de centrais de monitoração eletrônica de pessoas.¹⁴

Apesar de ser objeto no cumprimento das Transações Penais¹⁵, Acordos de Não Persecução Penal¹⁶ e, também, nas condenações até 4 anos de Pena Privativa de Liberdade, as Penas Restritivas de Direito não cumprem seu objetivo final, que pode ser resumido como uma ferramenta indispensável na ressocialização do jurisdicionado. Esquecer-se da finalidade educativa dessa ferramenta tão necessária quanto assertiva no combate à violência, em parceria com os planos educativos e integrativos governamentais acaba por se punir excessivamente.

Para ilustrar o raciocínio aqui desencadeado, apresenta-se o que diz de Silvio de Almeida quando da sua posse como atual Ministro dos Direitos Humanos:

(...) O grande objetivo aqui é não só a reconstrução, mas a criação de um novo enraizamento institucional das políticas de direitos humanos. Isso significa fazer nascer uma política de direitos humanos que esteja afinada com os novos tempos e que dispute uma concepção de humanidade, que possa de fato trazer as pessoas para o seu interior. Criar mecanismos estatais, institucionais de proteção à vida das pessoas.¹⁷

Talvez, para minimizar as sequelas que a população atendida pelos técnicos da ETICRIM apresenta, em sua maioria, quando da entrevista de acompanhamento do cumprimento das Penas Restritivas de Direito, seja

12 Jusbrasil. **Artigo 44 do decreto-lei n 2848 de 07 de dezembro de 1940**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10635164/artigo-44-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro-de-1940>. Acesso em 27 jul. 2024.

13 Recentemente a nomenclatura DEPEN mudou para a sigla SENAPPEN, Secretaria Nacional de Políticas Penais.

14 BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Depen e Ipea publicam pesquisa sobre a aplicação de penas e medidas alternativas**. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/news/depen-e-ipea-publicam-pesquisa-sobre-a-aplicacao-de-penas-e-medidas-alternativas>. Acesso em 27 jul. 2024.

15 A Lei nº 9.099/95 inseriu, no artigo 76, a Transação Penal como instituto consensual na legislação penal.

16 A Lei nº 13.964/19 criou, no artigo 28-A do Código de Processo Penal, o Acordo de Não Persecução Penal.

17 O Globo. **Saiba quem é Silvio Almeida, escolhido por Lula para chefiar Ministério dos Direitos Humanos**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2022/12/saiba-quem-e-silvio-almeida-escolhido-por-lula-para-chefiar-ministerio-dos-direitos-humanos.ghtml>. Acesso em 30 de jun. 2024.

necessário que se reformulem as políticas públicas de acesso à educação e saúde diminuindo, dessa forma, os impactos negativos que a desinformação dos direitos fundamentais se projetem sobre o cotidiano da população carcerária, desencadeando a propagação desenfreada da violência e desrespeito aos seus próprios direitos como cidadão brasileiro.

3. DIFICULDADES E LIMITES NA EXECUÇÃO DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITO

Neste capítulo há de se fazer um retrospecto nas ações entabuladas pela ETICRIM Niterói para uniformizar as rotinas de trabalho, buscando a excelência no atendimento ao usuário do serviço, tanto a população em geral, jurisdicionados; quanto aos servidores e estagiários que atuam nos cartórios; além dos juízes e demais operadores do Direito, quais sejam: advogados, Promotores e Defensores que atuam na temática.

Assim, deve-se fazer uma reflexão nas competências de cada ator na temática, buscando interligar as ações de cada um, para confeccionar uma tese de ações interligadas e intercaladas na execução das Penas Alternativas à Prisão de forma que os Direitos Humanos sejam princípios éticos e fundamentais na elaboração de cada documento processual visando impactar de forma positiva a vida do jurisdicionado.

Em seu artigo científico, Claudia Xavier Ferreira afirma que:

(...) sob essa ótica, o Ministério Público, apesar de seu papel fiscalizatório do cumprimento da pena, também aparece como facilitador da execução das Penas Restritivas de Direitos, tendo em vista, principalmente, o movimento de desafogamento das prisões e, também, visando o caráter social e educativo dessa modalidade de sanção judicial.¹⁸

No mesmo texto, a autora coloca, quanto ao papel da Defensoria Pública na execução penal e ator na garantia de direitos, que:

(...) A Defensoria Pública possui papel fundamental na execução, garantindo o contraditório e uma individualização da pena, possibilitando assim, uma adequação do cumprimento à realidade do apenado, ajustando, dessa forma, a sanção à sua rotina de vida.¹⁹

Por fim, a autora conclui que: “(...) as Centrais de Penas e Medidas Alternativas atuam como órgãos judiciais responsáveis pela execução das Penas Restritivas de Direitos, contando com uma estrutura cartorária condizente com a estrutura judiciária na qual está inserida.”²⁰

Quando da chegada à ETICRIM Niterói, após reformulação da Equipe Técnica, com troca de profissionais e alterações das rotinas de trabalho, os profissionais observaram que a situação da serventia estava desorganizada, com uma CPMA inoperante, situação agravada com o advento da Pandemia de Coronavírus, trazendo suas consequências impactantes na rotina, tanto dos servidores quanto da população usuária do serviço.

Uma das primeiras providências tomadas pela nova equipe técnica foi a revisão de todas as rotinas de trabalho, incluindo as relacionadas com o processo de execução penal e a relação com as instituições conveniadas, cadastradas para fomentar a execução da Pena de Prestação de Serviço à Comunidade, uma das principais restritivas de direito aplicadas pelos magistrados.

Assim, há de se concordar com Juliano Fabio dos Santos, que diz em seu artigo que:

(...) É importantíssima a efetiva participação da entidade beneficiada no que concerne a veracidade dos fatos submetidos à apreciação do Juízo da execução, mormente o fato de que essa espécie de medida alter-

18 In FERREIRA, Claudia Xavier. **Dificuldades e Limites na Execução das Penas Alternativas. O Fazer Profissional na Divisão de Penas e Medidas Alternativas da Vara de Execuções Penais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: UNESA, 2017.

19 In FERREIRA, Claudia Xavier. **Dificuldades e Limites na Execução das Penas Alternativas. O Fazer Profissional na Divisão de Penas e Medidas Alternativas da Vara de Execuções Penais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: UNESA, 2017.

20 Idem.

nativa, pelas suas características, se mostra a mais efetiva de todas, pois, além de retribuir proporcionalmente o injusto penal cometido pelo infrator, fazendo-o refletir acerca dos fatos pretéritos, homenageia suas aptidões profissionais e artísticas e, assim, a finalidade última da pena acaba sendo atingida com eficácia.²¹

A execução penal na Comarca de Niterói é efetuada pelas próprias varas e juízos criminais, e uma das Penas Restritivas de Direito mais sancionadas é a Pena de Prestação de Serviço à Comunidade, onde a pessoa em cumprimento de pena é obrigada a dedicar parte do seu tempo em atividades laborativas em uma instituição credenciada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

As dificuldades de aplicação dessa modalidade de PRD advêm da própria situação laborativa do jurisdicionado, onde a carga horária exigida pelo patronato impede a distribuição da carga horária exigida pela sanção penal no seu cotidiano. Além disso, muitas vezes, a saúde física e mental do jurisdicionado já está deveras comprometida e não propicia um bom desempenho das atividades laborativas exigidas durante a execução penal.

Outros fatores psicossociais também impactam na execução da Pena de Prestação de Serviço à Comunidade, muitas vezes obrigando a pessoa em situação de cumprimento de pena a evadir do cumprimento da PRD sem procurar, sequer, outras formas de resolver sua problemática e caindo na evasão do cumprimento e consequente convalidação da medida em prisão cautelar.

Há que se acrescentar, nesse panorama, a Pena de Prestação Pecuniária, outra modalidade de Pena Restritiva de Direito diuturnamente utilizada na substituição que preceitua a norma contida no artigo 44 do Código Penal.²² Aqui emergem as mazelas sociais, como o desemprego e a miserabilidade, que afetam grande parte da população.

Quando a aplicação da Pena de Prestação Pecuniária se apresenta como prerrogativa de indenização à vítima, o magistrado segue a letra da lei, mas quando o direcionamento é encaminhado para as instituições cadastradas como “Cesta Básica” percebe-se um completo despreparo no que se refere a observações prementes da própria aplicação da reprimenda.

A Prestação Pecuniária, quando aplicada a uma pessoa em situação de rua²³ e em cumprimento de pena torna-se, muitas vezes, inexequível. Assim, involuntariamente, o indivíduo no delito, em sua grande maioria furto ou tráfico de entorpecentes, tão somente para obter recursos rápidos até mesmo com o intuito de cumprir a decisão judicial. Nessa linha de raciocínio, indaga-se: Como aplicar uma sanção de pecúnia a um indivíduo que não tem sequer moradia digna, cidadão que se encontra em situação de miserabilidade e vulnerabilidade social? A dosimetria penal, enquanto ferramenta jurisdicional, deve ser utilizada para cumprir a finalidade jurídica, e não penalizar ainda mais os que já estão punidos socialmente, tornando-se um condutor inexorável à desumanização.

Talvez seja uma utopia, mas, de acordo com a vivência como Assistente Social na Comarca de Niterói, a escalada do crime tende a ter freios quando os três poderes democráticos se unirem e buscarem soluções para as mazelas tão utilizadas, romanticamente falando, em época de eleições aos cargos políticos e sufrágios democráticos, estando a população menos favorecida à mercê desse ciclo vicioso, que é o jogo político no viés do grande empresariado brasileiro.

CONCLUSÃO

21 [Conteúdo Jurídico. As penas alternativas sob a ótica da Dignidade Humana. Disponível em: https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/47026/as-penas-alternativas-sob-a-otica-da-dignidade-humana](https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/47026/as-penas-alternativas-sob-a-otica-da-dignidade-humana). Acesso em 30 jun. 2024

22 Jusbrasil. **Artigo 44 do decreto-lei n 2848 de 07 de dezembro de 1940**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10635164/artigo-44-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro-de-1940>. Acesso em 30 jun. 2024.

23 BRASÍLIA. Ministério da Justiça. **Resolução CNJ 425 de 8 de outubro de 2021**. Disponível em: [original1447482021101161644e94ab8a0.pdf](https://www.cnj.jus.br/originais/1447482021101161644e94ab8a0.pdf) (cnj.jus.br). Acesso em 27 jul. 2024.

Neste artigo científico discorre-se sobre as dificuldades e limites confrontados na execução penal e na aplicação das Penas e Medidas Alternativas, através do trabalho das Equipes Técnica e Cartorária da Comarca de Niterói.

A execução penal é, em si mesma, uma exceção aos princípios dos Direitos Humanos. A própria História nos remete aos feitos que, em tentativa de frear a violência, os agentes terminam por exacerbar uma rotina de descaso à vida humana e à própria liberdade de ser.

Aqui há a reflexão sobre a perda de uma chance de se transformar vidas por meio do sistema de justiça, respeitando valores que nem sempre se coadunam com a primazia judiciária e os feitos jurídicos tão defendidos em esfera criminal.

As Penas Restritivas de Direito buscam punir o infrator de forma menos gravosa e visam à ressocialização do indivíduo. Existem cinco espécies de penas restritivas de direito no Brasil, a Prestação Pecuniária: pagamento em dinheiro ou cesta básica para a vítima ou entidades assistenciais; a Perda de Bens ou Valores: confisco de bens relacionados ao crime; a Prestação de Serviços à Comunidade ou a entidades públicas: trabalho não remunerado em benefício da comunidade; a Limitação de Fim de Semana: obrigação de permanecer, durante o fim de semana, em casa de albergado ou outro estabelecimento adequado; e as Interdições Temporárias de Direitos: suspensão do exercício de cargo, função ou atividade pública, bem como de mandato eletivo.

Ressalta-se aqui o fato de que, para os operadores do Direito, essas penas são consideradas mais humanas e eficazes para a reintegração do “beneficiário”, termo comumente utilizado nos procedimentos processuais para se dirigir à pessoa em cumprimento de Penas Restritivas de Direito substitutas de Penas Privativas de Liberdade. Enquanto o objetivo das Penas Restritivas de Direito é proporcionar ao jurisdicionado uma oportunidade de contribuir positivamente para a sociedade ao mesmo tempo em que cumpre sua pena, pelo observado enquanto Assistente Social atuando ETICRIM da Comarca de Niterói, os atores envolvidos parecem se afastar do quesito humanidade quando tratam de executar a sanção penal que os mesmos se propuseram a aplicar, o que se transforma em uma mazela social que assume proporções gigantescas.

Enfim, conclui-se que os atores envolvidos na execução penal na Comarca de Niterói estão simplificando toda a complexidade procedimental das Penas Restritivas de Direito, em um círculo vicioso entre vigiar e punir, permanecendo em desconformidade com as políticas públicas e com a finalidade primeira das Alternativas Penais: buscar a ressocialização do indivíduo infrator por meio do trabalho e da educação.

Por fim, este trabalho busca não descaracterizar a essência das Penas Restritivas de Direito, iluminando o sistema de justiça por intermédio de uma capacitação técnica em Penas Alternativas, para esclarecimento de todos os agentes do TJRJ, com foco principal nos Direitos Humanos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ANDREUCCI, Ricardo Antonio. **Legislação Penal Especial**. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

AZEVEDO, Mônica Louise. **Penas Alternativas à Prisão – Os Substitutivos Penais no Sistema Penal Brasileiro**. Curitiba: Juruá, 2009.

BITENCOURT, Carlos Roberto. **Penas Alternativas**. São Paulo: Saraiva, 2013.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 jul. 2024.

BRASIL. [Lei nº 9.714/98] Brasília, DF. Presidência da República, [2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9714.htm. Acesso em: 23 jul. 2024.

BRASIL. [Lei nº 9.099/95]. Brasília, DF. Presidência da República, [2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9099.htm. Acesso em: 23 jul. 2024.

BRASIL. [Lei nº 13.964/19]. Brasília, DF. Presidência da República, [2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13964.htm. Acesso em 23 jul. 2024.

BRASIL. [Decreto-Lei nº 2.848/40]. **Código Penal de 1940**. Rio de Janeiro, RJ. Presidência da República, [2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em 23 jul. 2024.

BRASIL. [Decreto-Lei nº 3.689/41]. **Código de Processo Penal de 1941**. Rio de Janeiro, RJ. Presidência da República, [2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689.htm. Acesso em 23 jul. 2024.

BRASÍLIA. Ministério da Justiça. **INFOPEN Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. <https://www.justica.gov.br/news/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf/view>. Acesso em 18 jul. 2024.

BRASÍLIA. Ministério da Justiça. **Resolução CNJ 288 de 25 de junho de 2019**. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/pjecnj/Processo/ConsultaProcesso/Detalhe/documento?HTML.-seamca=d7204cb2373b0ba6bb105e-b7a7a04e5bcababec5e6d64b3aca881fdaa5ac3a7d795d1b2b262a5c67a0a1cf4761b844df39b484d172d84d8e&idProcessoDoc=3679155&idBin=3325527&exibirAssinaturas=true>. Acesso em 27 jul. 2024.

BRASÍLIA. Ministério da Justiça. **Resolução CNJ 425 de 8 de outubro de 2021**. Disponível em: origina11447482021101161644e94ab8a0.pdf (cnj.jus.br). Acesso em 27 jul. 2024.

BRASÍLIA. Tribunal de Justiça do Distrito Federal. **Pena Restritiva de Direitos**. Disponível em: Pena Restritiva de direitos — Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (tjdft.jus.br). <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/pena-restritiva-de-direitos>. Acesso em 30 jun. 2024.

BRASÍLIA. Superior Tribunal Federal. **2ª Turma determina aplicação de penas restritivas de direito a réu primário**. Disponível em: Supremo Tribunal Federal (stf.jus.br). Acesso em 27 jul. 2024.

CONTEÚDO JURÍDICO. **As penas alternativas sob a ótica da Dignidade Humana**. Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/47026/as-penas-alternativas-sob-a-otica-da-dignidade-humana>. Acesso em 30 jun. 2024

ESCANE, Fernanda Garcia. **Considerações sobre a Execução Penal – Responsabilidade do Estado na Ressocialização do Sentenciado**. Brasil: Lumen Juris, 2015.

FERREIRA, Claudia Xavier. **Dificuldades e Limites na Execução das Penas Alternativas. O Fazer Profissional na Divisão de Penas e Medidas Alternativas da Vara de Execuções Penais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: UNESA, 2017.

GADELHA, Paulo de Tasso Benevides. **Das Penas Alternativas**. Recife: TRF 5ª Região, 2006.

JUSBRASIL. **Penas alternativas no Brasil**. Disponível em: <https://politize.jusbrasil.com.br/artigos/458974842/5-penas-alternativas-no-brasil>. Acesso em: 05 jun. 2024.

MARTINS, Jorge Henrique S. **Penas Alternativas – Comentários à Nova Lei 9714**. Curitiba: Juruá, 2010.

MIGALHAS. **OAB/RJ aponta “problemas crônicos” no Judiciário fluminense e vai ao CNJ**. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/quentes/164415/oab-rj-aponta--problemas-cronicos--no-judiciario-fluminense-e-vai-ao-cnj>. Acesso em 30 jun. 2024.

MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo**. São Paulo: Pólen, 2019.

NEVES, Sheila Maria da Graça Coitinho. **Penas Restritivas de Direito – Alternativas de Punição Justa dos Fins das Penas Restritivas**. Curitiba: Juruá, 2008.

OEA. Convenção Interamericana de Direitos Humanos. **Pacto de San Jose da Costa Rica**. Disponível em: [Convenção Americana sobre Direitos Humanos \(stf.jus.br\)](https://www.oas.org/sistema-interamericano/convenio-de-derechos-humanos). Acesso em 27 jul. 2024.

O GLOBO. **Saiba quem é Silvio Almeida, escolhido por Lula para chefiar Ministério dos Direitos Humanos**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2022/12/saiba-quem-e-silvio-almeida-escolhido-por-lula-para-chefiar-ministerio-dos-direitos-humanos.ghhtml>. Acesso em 30 jun. 2024.

SOUZA, José Paulo de Moraes. **A Escola na Prisão: Uma Abordagem Crítica sob a Ótica do Profissional em Educação**. 2017. Monografia (Doutorado em Memória Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2017.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Provimento CGJ nº 57/2019**. Disponível em: [a1adb768-0f4a-4939-13df-3537cb89e0d5 \(tjrj.jus.br\)](https://www.tjrwj.jus.br/revista/revista-tribunal-de-justica-do-estado-do-rio-de-janeiro). Acesso em 27 jul. 2024.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Provimento CGJ nº 80/2009**. Disponível em: [a1adb768-0f4a-4939-13df-3537cb89e0d5 \(tjrj.jus.br\)](https://www.tjrwj.jus.br/revista/revista-tribunal-de-justica-do-estado-do-rio-de-janeiro). Acesso em 27 jul. 2024.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Resolução nº 39/2010**. Disponível em: [a1adb768-0f4a-4939-13df-3537cb89e0d5 \(tjrj.jus.br\)](https://www.tjrwj.jus.br/revista/revista-tribunal-de-justica-do-estado-do-rio-de-janeiro). Acesso em 27 jul. 2024.

DESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO FLUMINENSE NO ENFRENTAMENTO AO RACISMO AMBIENTAL



Daniel Pfaender

Graduado em Comunicação Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
Substituto de Chefe de Serventia da 6ª Vara Cível da Capital

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo avaliar a atuação do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro no combate às injustiças ambientais que assolam populações e comunidades mais vulneráveis, de forma a medir a percepção que o referido poder tem do termo racismo ambiental e como lida com este fenômeno.

Palavras-chaves: Racismo Ambiental. Desigualdade. Vulnerabilidade. Cidadania. Conscientização.

Sumário: Introdução. 1. A Compreensão do Racismo Ambiental. 2. As Ações do Poder Judiciário Estadual. 3. O Que Pode Ser Feito? Conclusão. Referências.

INTRODUÇÃO

O artigo em referência aborda os desafios do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro no combate ao racismo ambiental evidenciado nas tragédias climáticas que assolaram a região estadual nos últimos anos.

O conceito de Justiça Ambiental pode ser identificado no artigo 225 da Constituição Federal de 1988. Esse artigo preceitua que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Antes disto, a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, já instituía a Política Nacional do Meio Ambiente, um plano que estabelecia objetivos e diretrizes para a gestão ambiental no país com o fim de assegurar a preservação do meio ambiente e a promoção de um desenvolvimento sustentável.

Contudo, apesar da existência de legislação protetiva, nem todos podem desfrutar de um meio ambiente equilibrado e do devido acesso à justiça ambiental. Populações pobres e periféricas, em geral, são as mais atingidas de forma grave pelas catástrofes ambientais.

Neste cenário, vislumbra-se o papel fundamental do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro para assegurar assistência aos atingidos pelos desastres naturais no combate aos efeitos do racismo ambiental.

O artigo tem relevância social, uma vez que a proteção ao meio ambiente bem como o combate à desigualdade social são deveres de todo cidadão brasileiro. A desigualdade social, que não só provoca mazelas como fome, violência, falta de distribuição de renda, mas também impede o desfrute dos mais carentes de um meio ambiente equilibrado e harmônico é um problema de responsabilidade de toda a sociedade, inclusive do Poder Judiciário.

O presente trabalho tem importância científica face às questões frequentemente estudadas na contemporaneidade, como o impacto das mudanças climáticas na sociedade e as consequências da desigualdade social.

No primeiro capítulo, a identificação do racismo ambiental é analisada pela ótica do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e como este Poder identifica adequadamente esta questão.

No segundo capítulo, o amparo às vítimas das injustiças ambientais é debatido sob a responsabilidade do poder judiciário quanto às ações populares e civis públicas que versam sobre a proteção ao meio ambiente das regiões afetadas, bem como as ações sociais promovidas pelo referido poder.

No terceiro capítulo, após análise do que já foi feito pelo Poder Judiciário e a partir de exemplos de outros poderes, são levantadas possíveis ações que podem ser desenvolvidas e colocadas em prática para mitigar os efeitos do racismo ambiental.

Portanto, a metodologia utilizada se dá pela análise de dados qualitativos e quantitativos, de forma descritiva e dedutiva, de modo a compreender a presença do termo constante do título do presente artigo na esfera do poder judiciário estadual.

1. A COMPREENSÃO DO RACISMO AMBIENTAL

O racismo ambiental pode ser definido como um fenômeno que se dá quando uma injustiça assume caráter social e ambiental simultaneamente e atinge populações e comunidades fragilizadas em decorrência de sua cor e/ou etnia.

A origem deste fenômeno data do início dos anos 80 e sua denominação foi primeiramente citada nos Estados Unidos por Benjamin Franklin Chavis Jr.¹, ativista pelos direitos civis da população negra estadunidense e assistente do Reverendo Martin Luther King Jr., no contexto de protestos contra o despejo de lixo tóxico em um condado de população majoritariamente negra, no Estado da Carolina do Norte, situado na região sudeste do país.

No Brasil, o racismo ambiental, em razão de desigualdades históricas, afeta comunidades indígenas nas florestas e populações negras, sendo as quilombolas nos campos e as periféricas nas cidades. Segundo a professora Tania Pacheco², este fenômeno não conta necessariamente com um propósito racista em si só originariamente, contudo, o racismo ambiental tem sempre impacto *racial* em seu resultado, o que demonstra a marca histórica da desigualdade em nosso país enquanto projeto desde os tempos de colonização.

Em contexto mundial, a Organização das Nações Unidas reconheceu a aptidão do termo racismo ambiental para retratar a intersecção entre injustiça racial e injustiça ambiental³. Na Conferência da Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP 26) realizada em Glasgow, Escócia, o debate do referido termo assinalou a preocupação cada vez mais crescente com o impacto das ações humanas na exploração e utilização dos recursos naturais sem a preocupação no enfrentamento das desigualdades sociais.

Essa preocupação já reflete o compromisso dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável destacados na Agenda 2030 da ONU⁴, em particular naqueles que dizem respeito à erradicação da pobreza, redução das desigualdades, cidades e comunidades sustentáveis e ação contra mudança global do clima.

Na perspectiva continental, a Organização dos Estados Americanos trata do meio ambiente a partir do Protocolo de São Salvador, um tratado adicional à Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica)⁵. Em seu artigo 11, o Protocolo estabelece que todos têm direito a viver em meio ambiente sadio, desfrutar de serviços públicos básicos e que os Estados Membros promoverão a proteção, a preservação e o melhoramento do meio ambiente.

Ainda no âmbito da OEA, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em sua Resolução 3/2021, a

1 **O que é racismo ambiental e de que forma ele impacta populações mais vulneráveis.** Disponível em: <https://planetacampo.canalrural.com.br/noticias/o-que-e-racismo-ambiental>. Acesso em: 29 jun. 2024.

2 PACHECO, Tania. **Desigualdade, injustiça ambiental e racismo: uma luta que transcende a cor.** Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/textos-e-artigos/desigualdade-injustica-ambiental-e-racismo-uma-luta-que-transcende-a-cor/>. Acesso em: 30 jun. 2024.

3 **COP26: porque é urgente considerar o racismo ambiental e climático.** Disponível em: <https://brasil.elpais.com/opinio/2021-10-27/cop26-por-que-e-urgente-considerar-o-racismo-ambiental-e-climatico.html>. Acesso em: 02 jul. 2024.

4 **Como as Nações Unidas apoiam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil.** Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 23 jul. 2024.

5 **Convenção Americana sobre Direitos Humanos.** Tratado Internacional (1969). Disponível em: https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_america.htm. Acesso em: 12 jul. 2024.

situação de vulnerabilidade de determinados grupos populacionais a que estão sujeitos é debatida a partir da cada vez mais estreita relação entre desastres ambientais e alterações climáticas, tal situação evidencia a necessidade do enfrentamento ao racismo ambiental.

No Brasil, o Conselho Nacional de Justiça aponta em sua Resolução 433/2021⁶ a instauração da Política Nacional do Poder Judiciário para o Meio Ambiente. Esta resolução formata e fundamenta em dezoito artigos as diretrizes ambientais nos processos judiciais, bem como orientações para os tribunais brasileiros sobre questões ambientais.

Por ocasião do Seminário sobre Direitos Humanos: Racismo ambiental, migrações e ações coletivas, a Ministra do Supremo Tribunal Federal Rosa Weber⁷ pontuou que “a proteção do meio ambiente e sua repercussão na justiça climática estão sim umbilicalmente vinculadas ao componente social, uma vez que a vida, todos sabemos, não se resume nem se esgota no ser humano. A interconexão é a máxima que prepondera a respeito.”

Esta interconexão citada pela Ministra pode ser bem compreendida a partir do acesso ao Mapa de Conflitos⁸ que versa sobre injustiça ambiental e saúde no Brasil. Desenvolvido pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) em parceria com a Escola Nacional de Saúde Pública e com o Núcleo Ecologias, Epistemologias e Promoção Emancipatória da Saúde (NEEPES), o mapa é uma importante ferramenta para detecção e compreensão das adversidades envolvendo injustiça ambiental.

Para a professora Tania Pacheco, em sua obra *Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil: O Mapa dos Conflitos*⁹, com esta ferramenta:

Busca-se, essencialmente, identificar, sistematizar e tornar públicos os conflitos ambientais provenientes das lutas contra as injustiças e o racismo ambiental nos territórios onde foram, estão ou serão realizados diferentes projetos econômicos e políticas governamentais. Tais projetos e políticas, muitas vezes, acabam por discriminar, impactar e vulnerabilizar as populações que vivem e trabalham nesses territórios mediante a distribuição desigual dos benefícios e cargas.

Contudo, apesar da questão de o racismo ambiental ser debatida por entes, autoridades e organizações no contexto internacional, continental e federal, o termo racismo ambiental não soa muito familiar ao Poder Judiciário Fluminense. Em uma breve pesquisa pelo sítio do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, a expressão “racismo ambiental” não aparece no mecanismo de busca da página.

O referido tema parece incipiente ao Judiciário Estadual. De fato, embora já tratado e discutido em outras esferas, o racismo ambiental no Rio de Janeiro é percebido pelo seu nome há pouco tempo, o que não significa que este fenômeno não existisse antes nem fosse confrontado pelo Poder Judiciário.

No capítulo seguinte, ações civis públicas, ações populares e ações sociais são analisadas com o fim de apurar a postura do Poder Judiciário a partir de uma lente *racial*.

2. AS AÇÕES DO PODER JUDICIÁRIO ESTADUAL

Primeiramente, uma consulta ao Banco de Sentenças do Tribunal de Justiça¹⁰, disponível através do Portal do Conhecimento da página do próprio tribunal, não revela a expressão racismo ambiental nas sentenças proferidas em processos que versam sobre dano ambiental. Das dezessete sentenças processuais elencadas, pelo menos seis tratam de injustiça ambiental afetando populações carentes.

6 BRASIL. Conselho Nacional De Justiça. **Resolução 433 de 2021**. Institui a Política Nacional do Poder Judiciário para o Meio Ambiente. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/4214>. Acesso em: 15 jun. 2024.

7 WEBER, Rosa. **Observatório dos Direitos Humanos do Poder Judiciário. Seminário Direitos Humanos: Racismo ambiental, migrações e ações coletivas**. YouTube, 22 de setembro de 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=i7ZTOa5_Jqk. Acesso em: 27 jun. 2024.

8 **Mapa de Conflitos: Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil**. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/>. Acesso em: 07 jul. 2024.

9 PORTO, M.F.; PACHECO, T.; LEROY, J.P. **Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o Mapa de Conflitos** Editora FIOCRUZ, 2013. Edição do Kindle.

10 RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça. **Banco de sentenças selecionadas**. Disponível em: <https://www.tjrj.jus.br/consultas/banco-conhecimento/banco-sentencas>. Acesso em: 27 jun. 2024.

As ações de números 0013499-78.2002.8.19.0001, 0058898-62.2004.8.19.0001, 0056740-92.2008.8.19.0001, 0011388-47.2009.8.19.0011, 0007943-75.2010.8.19.0014 e 0001608-97.2014.8.19.0079 abordam os mais diversos assuntos como associações de pescadores lesados por derramamento de óleo, comunidades carentes afetadas por transbordamento de esgoto, trabalhadores prejudicados por despejos de dejetos químicos em lagoas, desfazimento de barragens sobre canais em bairros periféricos, e desmatamento de mata ciliar de córregos levando a inundações e enchentes. A semelhança entre estes processos pode ser vista uma vez que todos contêm o recorte racial tema deste artigo, todavia, nenhuma sentença faz uso da expressão “racismo ambiental”.

Todas as sentenças acima listadas são disponibilizadas pelo Sistema DCP e captadas da intranet pelo Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento (DEGECOM-SEESC), conforme informa o próprio Banco de Sentenças do Portal do Conhecimento, mas também podem ser visualizadas a partir do Diário de Justiça Eletrônico em consulta ao sítio do Tribunal de Justiça.

Insta salientar que se trata de rol exemplificativo e não taxativo, afinal, dentre muitos processos, apenas algumas sentenças foram selecionadas para integrar o Banco de Sentenças. Certamente outros diversos processos julgados pelo Tribunal de Justiça nos últimos anos também contiveram o elemento do racismo ambiental.

Atualmente o Tribunal de Justiça segue lidando com ações do mesmo tipo. Em uma consulta pelo sistema PJe - utilizado pelo Poder Judiciário – por Ações Civis Públicas e Ações Populares cujo assunto alude dano ambiental e/ou preservação do meio ambiente, alguns processos encontrados ilustram bem o tema.

Processos que correm na 4ª Vara Cível da Comarca de Petrópolis (0804702-53.2022.8.19.0042 e 0803277-20.2024.8.19.0042) expõem os danos causados às comunidades carentes pelas fortes chuvas que assolaram a Região Serrana do Estado nos últimos anos. Uma ação semelhante da 2ª Vara Cível da Comarca de Belford Roxo (0801995-87.2024.8.19.0008) trata da inundação do Rio Botas e os danos causados ao Lote XV, bairro notadamente humilde, e, portanto, vulnerável, conforme mencionado nos autos.

A ação civil pública que corre no 4º Núcleo de Justiça 4.0 – Direito Ambiental (0813951-84.2023.8.19.0206) aborda o problema que uma colônia de pescadores situada na Baía de Sepetiba, região da zona oeste do município, enfrenta pela contaminação das águas causada pela instalação e atividades de uma siderúrgica na **área**. Em processo similar que corre na 47ª Vara Cível da Comarca da Capital (0853209-03.2024.8.19.0001), uma importante empresa petroquímica é acionada por conta da instalação de um terminal marítimo para seu uso próprio, provocando uma verdadeira zona de exclusão de pesca e afetando uma associação pesqueira da Baía de Guanabara. Ambos os feitos citam a questão da natureza alimentar das causas, uma vez que é do mar que as populações prejudicadas obtêm seu sustento.

Em todos os processos listados é possível enxergar o lado vulnerável em algum dos polos, ainda que o referido lado esteja representado pelo Ministério Público. Contudo, em nenhuma das ações pesquisadas no Sistema PJe é possível ver o termo “racismo ambiental” mencionado nos autos, nem pelo Poder Judiciário nem por nenhuma das partes, o que demonstra o caráter incipiente do termo na esfera da justiça estadual.

Aqui, vale lembrar mais uma vez que o rol de processos citados é exemplificativo e não taxativo.

No que tange às ações sociais, o Tribunal de Justiça, em parceria com o Tribunal Regional Federal da 2ª Região, Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região e Tribunal Regional Eleitoral, empreendeu esforços para auxiliar comunidades vulneráveis atingidas por calamidades ambientais. É o caso do apoio às vítimas das enchentes em Paracambi¹¹, município de maioria da população humilde situado na Baixada Fluminense, que recebeu auxílio¹² para cadastro em programas sociais, renovação de documentos e outros procedimentos de acesso à justiça,

11 **Vítimas das enchentes do Rio vão receber ajuda do Fojurj, integrado pelos TJRJ, TRF2, TRT1 e TRE-RJ.** Disponível em: <https://www.tjrj.jus.br/noticias/noticia/-/visualizar-conteudo/10136/401859072>. Acesso em: 05 jun. 2024.

12 **Hora da reconstrução: ação de tribunais ajuda moradores de Paracambi atingidos por cheias.** Disponível em: <https://www.tjrj.jus.br/noticias/noticia/-/visualizar-conteudo/10136/401872388>. Acesso em: 05 jun. 2024.

em especial aos moradores da localidade do Quilombo, bairro pobre da cidade.

A ação social aludida, assim como as ações civis públicas, demonstra o enfrentamento do Poder Judiciário ao racismo ambiental. Ainda que o termo em si não seja explícito, o recorte racial está presente no contexto em que se deram ou se dão as ações.

Isto posto, a questão da visibilidade do racismo ambiental na esfera judiciária se faz mais do que crucial para enfrentamento deste, passando pelo reconhecimento e conscientização sobre o referido fenômeno e levando às melhores formas e práticas de mitigar seus efeitos nocivos.

No terceiro capítulo, exemplos de como o Poder Público trouxe à tona o debate desta questão são investigados e possíveis ações que o Poder Judiciário Fluminense pode fazer são levantadas para maior visibilidade do fenômeno do racismo ambiental.

3. O QUE PODE SER FEITO?

A discussão sobre o racismo ambiental é recente na esfera pública, contudo, alguns **órgãos** têm elaborado procedimentos para dar mais destaque ao termo.

O município de Petrópolis, na região serrana do Estado, instituiu o Dia Municipal do Enfrentamento ao Racismo Ambiental como forma de trazer o termo para o debate na sociedade avaliando modos de combatê-lo¹³. Com um histórico de enchentes e inundações provocadas por fortes chuvas nos últimos anos – não apenas na cidade, mas em boa parte da região serrana fluminense – a Lei nº 8.675 de 15 de dezembro de 2023 é um exemplo de trazer luz à questão do racismo ambiental.

A partir de movimentações do Instituto TJNS (Todos Juntos Ninguém Sozinho), um coletivo que atende às populações carentes de Petrópolis, junto aos poderes Executivo e Legislativo do município¹⁴, o projeto de lei pôde se concretizar, levando a uma maior visibilidade às comunidades afetadas pelo racismo ambiental.

Em município contíguo, o Decreto 5.909 de 31 de janeiro de 2023, da Prefeitura de Teresópolis, define o Programa Municipal de Educação Ambiental – ProMEA de Teresópolis.

Em sua motivação, estabelece-se o projeto como um conjunto de procedimentos visando a conscientização de cada cidadão para questões ambientais e que versam sobre sustentabilidade.

Dentre suas metas, é importante ressaltar a de número cinco, cujo conteúdo é: “Incentivar projetos de Educação Ambiental que considerem as questões das minorias sociais e contribuam para a diminuição do racismo, da misoginia, da homofobia e de todos os tipos de discriminação e proporcionar a avaliação crítica para a superação das desigualdades sociais”¹⁵. Neste aspecto, mais uma vez vislumbra-se a importância da vinculação entre desigualdade social e injustiça ambiental.

Os dois exemplos citados acima demonstram a importância de trazer à baila o racismo ambiental, identificando o fenômeno adequadamente para desta forma melhor combatê-lo. O Poder Judiciário Fluminense, destarte, promovendo atividades que tangenciam esta questão, poderia colocar-se como pioneiro - enquanto poder judiciário - dentre os tribunais estaduais a levantar a questão do racismo ambiental apontando para a conscientização deste problema.

Eventos como seminários, palestras e campanhas junto às ações sociais contendo a temática do racismo ambiental seriam uma forma de evidenciar este termo ainda incipiente na esfera pública e na sociedade.

Outras ações que poderiam ser postas em prática passariam pelo contato visando parcerias com institui-

13 **Projeto institui em Petrópolis o Dia Municipal de Enfrentamento ao Racismo Ambiental.** Disponível em: <https://www.petrópolis.rj.leg.br/institucional/noticias/projeto-institui-em-petrópolis-o-dia-municipal-de-enfrentamento-ao-racismo-ambiental>. Acesso em: 03 jul. 2024.

14 **Lei do dia municipal de enfrentamento ao racismo ambiental é aprovada em Petrópolis.** Disponível em <https://diplomatie.org.br/dia-municipal-enfrentamento-ao-racismo-ambiental-petrópolis/>. Acesso em: 09 jul. 2024.

15 **TERESÓPOLIS. Decreto 5.909 de 31 de janeiro de 2023.** Institui o Programa Municipal de Educação Ambiental – Prefeitura de Teresópolis/RJ 2023 Disponível em: https://www.teresopolis.rj.gov.br/wp-content/uploads/2023/08/PROMEIA_DECRETO_N_5909_2023.pdf. Acesso em: 09 jul. 2024.

ções – governamentais ou não – objetivando o enfoque no enfrentamento ao racismo ambiental.

O estabelecimento de um canal de comunicação com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) poderia direcionar as ações sociais promovidas pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro às populações mais atingidas pelo racismo ambiental, conforme identificadas pelo Mapa de Conflitos citado no primeiro capítulo deste artigo.

Da mesma forma, o Judiciário Estadual poderia orientar suas ações a partir de contato junto às Organizações Não Governamentais (ONGs) que atendem populações vulneráveis realizando estudos sobre estas identificando suas agruras e necessidades. Neste sentido, um evento como “Semana da Justiça Ambiental e Racismo Ambiental no Tribunal de Justiça” promovido pelo órgão, poderia deixar o tema em evidência para a sociedade.

Com maior visibilidade ao longo do tempo, seria mais ampla a conscientização do problema do racismo ambiental e a sua identificação. A partir disto, o enfrentamento desta questão pelo Poder Judiciário Fluminense dar-se-ia em um campo mais esclarecido, no qual os planejamentos e execuções das ações poderiam reduzir seus impactos danosos nas populações mais vulneráveis que tanto dependem de justiça ambiental.

CONCLUSÃO

O artigo apresentado objetivou levantar os percalços que o poder judiciário estadual do Rio de Janeiro enfrenta ao lidar com a questão do racismo ambiental, passando por tópicos que vão desde o entendimento do que é o racismo ambiental, de como este fenômeno é percebido no escopo das atividades do judiciário, até possíveis medidas que podem ser tomadas para seu melhor reconhecimento e enfrentamento.

Neste sentido, o histórico do racismo ambiental foi descrito de forma a compreendê-lo desde suas origens até situá-lo na realidade brasileira. O termo também foi analisado pela ótica dos órgãos e entidades de caráter supranacional como a Organização das Nações Unidas (ONU), com a sua Agenda 2030, e a Organização dos Estados Americanos (OEA) com o Protocolo de San Salvador.

No Brasil, foram explicitados a Resolução 433/2021 do Conselho Nacional de Justiça e o Seminário que versa sobre racismo ambiental proposto pelo referido órgão. Ainda também no país, ficou em evidência a imensa relevância do trabalho realizado pela Fundação Oswaldo Cruz, que desenvolveu em parceria com a Escola Nacional de Saúde Pública o Mapa de Conflitos, um importante dispositivo na percepção das injustiças ambientais e seu impacto na saúde das populações mais vulneráveis.

Ainda no escopo da justiça estadual, foi verificado que o termo “racismo ambiental” é recente no vocabulário do poder judiciário, contudo, o referido poder lida com este fenômeno constantemente nas ações civis públicas e ações sociais que tratam sobre dano ambiental e as vítimas oriundas deste.

A partir de uma análise exploratória ao Banco de Sentenças do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, verificou-se a ausência da expressão racismo ambiental nos processos que abordaram dano ambiental. Nas ações presentes, consultadas com base no Sistema PJe utilizado pelo Tribunal de Justiça, também foi sentida a ausência o termo racismo ambiental. É importante lembrar que os feitos citados no segundo capítulo do artigo têm como assunto dano ambiental e/ou preservação do meio ambiente, em que ficaram expostas as características que compõem o racismo ambiental como: vulnerabilidade de uma das partes, desigualdade social e injustiça ambiental.

No tangente às ações sociais promovidas pelo Tribunal de Justiça, ficou demonstrado que o órgão em referência enfrenta o racismo ambiental ao propiciar acesso à justiça para as vítimas de desastres naturais situadas em comunidades carentes e, certamente, mais fragilizadas, o que prova que o combate a este fenômeno é travado no judiciário, mas a sua visibilidade precisa ser ampliada.

Por fim, a partir de exemplos do passado recente, foram pensadas formas de se alastrar a percepção do racismo ambiental dando mais evidência a este termo, de modo a melhor combatê-lo.

Serviram de modelos o Dia Municipal do Enfrentamento ao Racismo Ambiental e o Programa Municipal de Educação Ambiental ProMEA, dos municípios de Petrópolis e Teresópolis, respectivamente. Ambos os projetos enfatizam a relevância da conscientização do racismo ambiental e como confrontar este fenômeno.

Neste contexto, o Poder Judiciário Fluminense poderia planejar, formatar e executar atividades voltadas para a compreensão do racismo ambiental destacando a necessidade de se mitigar seus efeitos.

A partir de palestras, seminários e campanhas aliadas às ações sociais, a expressão racismo ambiental seria posta em evidência reforçando o termo junto à sociedade. Parcerias com ONGs prestadoras de auxílio às vítimas de injustiça ambiental e colaboração com a Fundação Oswaldo Cruz na utilização de seu Mapa dos Conflitos também foram sugeridas como forma de se garantir acesso à justiça para as comunidades vulneráveis.

Em vista disso, ficou ressaltada neste artigo a importância da visibilidade do racismo ambiental presente em uma sociedade desigual e da necessidade cada vez maior do seu enfrentamento, demonstrando os desafios do Poder Judiciário Fluminense pelos próximos anos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional De Justiça. **Resolução 433 de 2021**. Institui a Política Nacional do Poder Judiciário para o Meio Ambiente. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/4214>. Acesso em: 15 jun. 2024.

Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Tratado Internacional (1969). Disponível em: https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm. Acesso em: 12 jul. 2024

Como as Nações Unidas apoiam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 23 jul. 2024

COP26: porque é urgente considerar o racismo ambiental e climático. Disponível em: <https://brasil.el-pais.com/opiniao/2021-10-27/cop26-por-que-e-urgente-considerar-oracismo-ambiental-e-climatico.html>. Acesso em: 02 jul. 2024.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Mapa de Conflitos: Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil**. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/>. Acesso em: 07 jul. 2024.

Hora da reconstrução: ação de tribunais ajuda moradores de Paracambi atingidos por cheias. Disponível em: <https://www.tjrj.jus.br/noticias/noticia/-/visualizar-conteudo/10136/401872388>. Acesso em: 05/06/2024.

Lei do dia municipal de enfrentamento ao racismo ambiental é aprovada em Petrópolis Disponível em <https://diplomatie.org.br/dia-municipal-enfrentamento-ao-racismo-ambiental-petropolis/>. Acesso em: 09 jul. 2024.

O que é racismo ambiental e de que forma ele impacta populações mais vulneráveis. Disponível em: <https://planetacampo.canalrural.com.br/noticias/o-que-e-racismo-ambiental>. Acesso em: 29 jun. 2024.

PACHECO, Tania. **Desigualdade, injustiça ambiental e racismo: uma luta que transcende a cor**. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/textos-e-artigos/desigualdade-injustica-ambiental-e-racismo-uma-luta-que-transcende-a-cor/>. Acesso em: 30 jun. 2024.

PORTO, M.F; PACHECO, T.; LEROY, J.P. **Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o Mapa de Con-**

flitos - Editora FIOCRUZ, 2013. Edição do Kindle.

Projeto institui em Petrópolis o Dia Municipal de Enfrentamento ao Racismo Ambiental Disponível em: <https://www.petropolis.rj.leg.br/institucional/noticias/projeto-institui-em-petropolis-o-dia-municipal-de-enfrentamento-ao-racismo-ambiental>. Acesso em: 03 jul. 2024.

RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça. **Banco de sentenças selecionadas**. Disponível em: <https://www.tjrj.jus.br/consultas/banco-conhecimento/banco-sentencas>. Acesso em: 27 jun. 2024.

TERESÓPOLIS. **Decreto 5.909 de 31 de janeiro de 2023**. Institui o Programa Municipal de Educação Ambiental – Prefeitura de Teresópolis/RJ 2023 Disponível em: https://www.teresopolis.rj.gov.br/wpcontent/uploads/2023/08/PROMEA_DECRETO_N_5909_2023.pdf. Acesso em: 09 jul. 2024

Vítimas das enchentes do Rio vão receber ajuda do Fojurj, integrado pelos TJRJ, TRF2, TRT1 e TRE-RJ – Disponível em: <https://www.tjrj.jus.br/noticias/noticia/-/visualizar-conteudo/10136/401859072>. Acesso em: 05 jun. 2024.

WEBER, Rosa. **Observatório dos Direitos Humanos do Poder Judiciário. Seminário Direitos Humanos: Racismo ambiental, migrações e ações coletivas**. YouTube, 22 de setembro de 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=i7ZTOa5_Jqk. Acesso em: 27 jun. 2024.

O ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL-LEI 12.299/10 E A RESOLUÇÃO 325 DE 2020 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA: A INTEGRIDADE DA PESSOA HUMANA

SUMÁRIO

Cátia Caldeira Constantino

Graduada em Direito pela Faculdade de Direito Candido Mendes - Centro
Encarregada da Central de Cumprimento de Mandados - Serviço de Adm. do Plantão Judiciário da Capital

Resumo: O trabalho visa apresentar o Estatuto da Igualdade Racial à luz do Princípio da Dignidade Pessoa Humana, no combate a todo e qualquer tipo de assédio e discriminações sob a tutela das Resoluções do Conselho Nacional de Justiça.

Palavras-chave: raça; integridade; preconceito; discriminações; interseccionalidade

INTRODUÇÃO

A Lei nº12288/2010, conhecida como Estatuto da Igualdade Racial, é uma legislação fundamental para a promoção da igualdade racial no Brasil. A determinação estabelece diretrizes e medidas para combater o racismo e a discriminação racial, garantindo a igualdade de oportunidades e o respeito à diversidade étnico-racial.

Essa lei é de extrema importância, pois busca assegurar o direito fundamental à igualdade racial, previsto no artigo 5º, caput da Constituição Federal de 1988. Assim, é reconhecida a necessidade de políticas públicas e ações afirmativas para eliminar as desigualdades históricas e promover a inclusão social dos afrodescendentes e demais grupos raciais discriminados.

O Estatuto da Igualdade Racial proíbe qualquer forma de discriminação racial, tanto no âmbito judicial quanto extrajudicial e estabelece a reparação por danos morais e materiais decorrentes de atos discriminatórios. Além disso, prevê a atuação do Ministério Público na defesa dos direitos dos indivíduos e grupos raciais.

Portanto, nota-se claramente que a Lei nº.12288/10, em consonância com a Constituição Federal, representa um importante instrumento legal para a promoção da igualdade racial e o combate ao racismo e seu lastro histórico.

A história do racismo estrutural no Brasil remonta ao período colonial, quando a escravidão foi instituída como base da economia. Durante mais de três séculos, milhões de africanos foram trazidos à força para o país, sendo submetidos a condições desumanas e tratados como propriedade.

Após a abolição da escravidão em 1888, a população negra foi marginalizada e excluída dos direitos e oportunidades sociais, econômicas e políticas. O racismo estrutural se consolidou através de políticas discriminatórias, como a segregação racial, a negação de acesso à educação e ao trabalho digno, além da violência e do preconceito generalizado.

Exemplos marcantes da história do racismo estrutural no Brasil incluem o massacre de negros na Revolta da Chibata em 1910, a segregação racial em espaços públicos, como praias e transportes e a violência policial contra a população negra, como o caso emblemático do Amarildo, desaparecido após abordagem policial em 2013¹

Ao longo do século XX, mesmo com avanços legais, como a Constituição de 88, que proíbe a discriminação racial, o racismo estrutural persiste. A desigualdade racial se manifesta em diversos aspectos, com a baixa representatividade negra nos espaços de poder, violência policial direcionada à população negra, com a disparidade salarial, a falta de acesso a serviços básicos de qualidade e a estigmatização cultural.

Apesar dos avanços na luta contra a desigualdade, é fundamental reconhecer que o racismo estrutural institucional ainda persiste no Brasil, afetando negativamente a vida de milhões de pessoas, desestabilizando a sociedade.

A integridade da gestão pública e dos direitos humanos está permeando toda essa pesquisa na operacionalização do verdadeiro acesso à justiça, através de uma pesquisa qualitativa e bibliográfica, com fontes variadas oficiais e doutrinárias nas perspectivas das interseccionalidades, em especial sob o ponto de vista de gênero.

1. APRESENTAÇÃO DO ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL DIANTE DA DUALIDADE ENTRE O BRANCO E O NEGRO.

O texto em comentário traz para a sociedade brasileira um avanço no que tange ao reconhecimento da desigualdade e discriminação aos negros e aos afrodescendentes, em linhas traçadas com blindagem que assegura a igualdade de oportunidade entre os brancos e os descendentes dos africanos que entram para o cenário brasileiro através de um processo de escravização no qual pessoas eram coisificadas, bem como suas crenças e costumes banidos de suas mentes e corpos escravizados², ferindo de forma contundente o princípio da dignidade humana, esculpido no artigo primeiro, inciso III da Constituição da República de 1988. Nesse sentido, Daniel Sarmiento, 2020, menciona que o primeiro texto que invoca de forma explícita a dignidade da pessoa humana é encontrado no preâmbulo do decreto que aboliu a escravidão na França em 1848, que afirmava que “a escravidão é um atentado contra a dignidade humana”.³

Da escravidão, no início do período colonial, não se tem legislação que almejasse proteção à coisificação dos africanos, dos negros ou seus descendentes. Não havia espaço para qualquer preocupação com a integridade e dignidade da pessoa humana.

No prefácio à edição brasileira, do livro de Abdias do Nascimento, Florestan Fernandes, 2016, diz:

A pedagogia se consubstancia no Teatro Experimental do Negro, que ele inventou como o expediente revolucionário que abalasse as estruturas mentais do negro, destruindo uma autoimagem reflexa destruidora, e que expusesse a hipocrisia racial do branco a uma crise irreversível. A política aparece na guerrilha à descoberta e permanente: fustiga as causas e os efeitos do “preconceito de cor” sem qualquer concessão, entre brancos e entre negros - e contra a ambos, quando eles se revelassem indignos da lição.⁴

E continua o autor explicando que em consequência quando havia a denúncia da democracia racial, esta verdade se convertia em praticamente um “fato político” e passava a verdadeiramente pontuar como item de “erosão da ideologia racial oficial”.

Se por um lado, no contexto histórico do século XX, a sociedade brasileira começou a expressar preocupação com a desigualdade social e econômica geral, com a ascensão econômica, social, cultural e política, o Estatuto da Igualdade Racial determina que o poder público assegure as mesmas oportunidades no mercado de

² BORGES, Juliana. Encarceramento em Massa. São Paulo: Editora Jandaira.2023, pag. 52-54

³ Sarmiento, Daniel. Dignidade da pessoa humana: conteúdo, trajetória e metodologia. Daniel Sarmiento. 3.ed. Belo Horizonte. Fórum. 2020.pag.63

⁴ NASCIMENTO, Abdias do: O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. .3 ed. São Paulo. Perspectivas.2016, pags. 17-18

trabalho para a população negra, visando equilíbrio nas contratações públicas estabelecidas através de legislação específica.

Nesta linha, temos a resolução 47 de 2021 do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas⁵, trazendo avanço na agenda antirracismo, priorizando a igualdade racial e a justiça, implementando a Agenda 2030⁶ para o Desenvolvimento Sustentável e outros mecanismos objetivando a identificação, prevenção e superação da discriminação institucional.

O Brasil ratificou e incorporou grande parte dos tratados internacionais de direitos humanos que asseguram a integridade e a dignidade da pessoa humana, logo, justifica-se a apresentação do Estatuto da Igualdade Racial.

Nesse sentido, encontramos o Conselho Nacional de Justiça implementando política de equilíbrio social. Objetivando a criação de harmonia nas decisões judiciais, por meio da Resolução n. 490 alterada pela n. 504 de 2023⁷, surge o Fórum Nacional do Poder Judiciário para a Equidade Racial (FORNAER), com funcionalidade para estruturar os órgãos do Poder Judiciário para a garantia da equidade racial e dos processos judiciais.

É com este turbilhão de direitos que o Estatuto da Igualdade Racial avança para o enfrentamento do racismo, com políticas públicas não só idealizadas no estatuto como também no Decreto n. 4.886 de 2003⁸, instituindo a política de promoção da Igualdade de oportunidade e tratamento digno aos negros e afrodescendentes, demonstrando o malefício da mentalidade do preconceito e da discriminação racial para implementar o equilíbrio da igualdade racial. No mesmo sentido, existe o Decreto n. 6872 de 2009⁹, que instituiu o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial, com ações afirmativas para promover a inclusão e a igualdade, impulsionando de forma ampla e direta, sem qualquer tipo de restrição ao seu exercício e fluência, a saúde, educação, trabalho, esporte, lazer e provimentos positivos ao acesso à moradia.

2. A AMPLITUDE DOS DIREITOS GARANTIDOS NO ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL.

O primeiro artigo da Lei n. 12.288 de 2010¹⁰ congrega todos os direitos espalhados na Constituição da República de 1988¹¹ e amplia ainda mais sua aplicação, consagrando nos seus 65 artigos a proposta de correção das desigualdades sofridas pelos negros e os afrodescendentes, lançando bases a um longo e caloroso debate sobre a sua aplicabilidade porque a proposta do Estatuto é erradicar a desigualdade, racismo e exclusão, os quais foram cunhados durante os 358 anos de escravidão.

O Brasil foi o último país a abolir a escravidão, criando um quadro de exclusão social e outras discriminações ao negro e aos afrodescendentes.

Após longo período de tramitação de sete anos, a lei foi promulgada pelo Presidente Luiz Inácio da Silva, em 20 de julho de 2010, com a proposta de inventariar, reconhecer e excluir qualquer tipo de ofensa à integridade

5 Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas. Disponível em [chrome-extension://efaidnbmnnpbpcjpcglclefindmkaj/https://www.ohchr.org/sites/default/files/2022-02/A_HRC_47_53_E_PORT.pdf](https://www.ohchr.org/sites/default/files/2022-02/A_HRC_47_53_E_PORT.pdf) 47 de 2021 do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas. Acesso em: 21 nov.2023

6 Brasil-Nações Unidas. Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>. Acesso em: 21 nov.2023

7 CNJ. Resolução 490 de 8 de julho de 2023. Alterada pela Resolução 504 de 29 de maio de 2023. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/5135>. Acesso em 18.nov.2023

8 BRASIL. DECRETO Nº.4886 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4886.htm. Acesso em: 18 nov.2023

9 BRASIL. Decreto nº.6.872 de 4 de junho de 2009. Disponível em: Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br) (camara.leg.br) Acesso em: 18.nov.20

10 BRASIL. Lei 12.288 de 20 de julho de 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm. Acesso em: 18.nov.2023

11 BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 18.nov.2023

física e psicológica dos afrodescendentes, objetivando alcançar perto de 90 milhões de brasileiros para correção e ressarcimento de anos dos abusos sofridos e que ainda sofrem os negros e afrodescendentes na sociedade brasileira.

Todo escopo da legislação brasileira traz no seu cerne a questão de justiça da gente negra, diz Florestan Fernandes¹². É preciso ultrapassar esta fase, buscar através de uma legislação não um paladino, mas sim buscar novas vias de ascensão econômica, social, cultural e política, como prevê o artigo 38º ao 42º o Estatuto quando assegura a implementação de políticas públicas para inclusão da população negra no mercado de trabalho. Além disso, no mesmo capítulo o documento trata de ações de emprego e renda promovidas por meio de financiamento para constituição e ampliação de pequenas e médias empresas e de programas de geração de renda que contemplarão a promoção de empresários negros.

Por outro enfoque, o coordenador e coautor da primeira obra jurídica sobre o tema, Calil Simão¹³, assevera:

Com base no Estatuto da Igualdade Racial é possível exigir do Estado medidas concretas para atender um interesse individual ou coletivo, bem como pode um ente político exigir do outro a sua contribuição nos projetos e ações destinadas a combater a “discriminação racial” e as “desigualdades raciais” que atingem os afro-brasileiros.

Desse modo, o argumento de alguns de que o Estatuto da Igualdade Racial é um texto de compromisso ou simplesmente sugestivo sem qualquer característica de coercitividade não procede, já que ele trata do dever do Estado, regulamentando a Constituição Federal e definindo qual a postura do Estado relativa à proteção e promoção dos interesses dos afro-brasileiros. Se a proteção dos direitos fundamentais, a teor do § 2º do artigo 5º da Constituição Federal, tem aplicação imediata, podendo-se exigir do Estado por meio do Poder Judiciário o exercício de qualquer direito fundamental, independentemente de lei ou ato normativo infraconstitucional, o Estatuto da Igualdade Racial serve para delimitar e direcionar esse dever fazendo surgir ao Estado um dever comissivo específico, conseqüentemente, inaugurando sua responsabilidade em razão de uma omissão, bem como norteando a atuação do Poder Judiciário e dos titulares da proteção dos direitos difusos e coletivos.¹⁴

Não se trata de mais um ato normativo para administrar dignamente um contexto desigual da sociedade brasileira, mas de um diploma jurídico que compreende a dignidade da pessoa de forma concreta e real. Vista de forma a ultrapassar simples legislatura, governos populistas e outros incidentes.

Daniel Sarmento¹⁵ discorre sobre o assunto e afirma, “é no processo de universalização que se vislumbra o aspecto mais patológico do processo de afirmação da dignidade humana no Brasil. E continua o autor ainda falando de desigualdade, que é o tema inverso deste trabalho:

(...) Tais padrões desigualitários não são o produto contingente de algumas crises sociais ou econômicas passageiras. Eles não se devem aos insucessos desse ou daquele governo. O problema é crônico e está profundamente enraizado em nossa história e cultura. Nossa desigualdade tem direta ligação com o passado escravocrata, com o desenvolvimento tardio e incompleto da noção de cidadania e com a nossa enorme dificuldade em superar uma compreensão pré-moderna, hierárquica e estamental das relações sociais, em que direitos e deveres são concebidos não em bases universalistas, mas a partir ocupada por cada indivíduo na estrutura social.¹⁶

12 NASCIMENTO, Abdias do: O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. Abdias do Nascimento. 3 ed. São Paulo. Perspectivas, 2016

13 FERREIRA FILHO. Rogerio de Cássio Neves Ferreira Filho. Os Efeitos e impactos do Estatuto da Igualdade Racial-Lei 12.288/10 na Cidade de Frutal/MG. 2023. Conteúdo Jurídico. Disponível em :Conteúdo Jurídico | Os efeitos e impactos do Estatuto da Igualdade Racial- Lei 12.088/10 na cidade de Frutal/MG (conteudojuridico.com.br) Acesso em: 08.nov.2023

14 Conteúdo jurídico. Disponível em <https://conteudojuridico.com.br/consulta/artigo/63727/os-efeitos-e-impactos-do-estatuto-da-igualdade-racial-lei-12-088-10-na-cidade-de-frutal-mg> Acesso em 14 de novembro de 2023

15 SARMENTO, op.cit. Pag.71

16

3. AS INTERSECCIONALIDADES E O PAPEL DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA NA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA NEGRA

O conceito de interseccionalidades, desenvolvido pela professora e ativista Kimberlé Crenshaw¹⁷, refere-se à análise das múltiplas formas de opressão e discriminação que uma pessoa pode enfrentar devido à interação de diferentes identidades sociais, tais como raça, gênero, classe social, orientação sexual, entre outras. Essas identidades não podem ser analisadas isoladamente, uma vez que se entrelaçam e se influenciam mutuamente, resultando em experiências únicas de opressão e privilégio.

No contexto brasileiro, a interseccionalidade é fundamental para compreender as desigualdades e injustiças enfrentadas por diferentes grupos sociais. Por exemplo, uma mulher negra enfrenta discriminação por sua raça e por seu gênero, passando a ser um possível alvo de estereótipos racistas e sexistas, decorrendo um enfrentamento abissal de obstáculos adicionais no acesso à educação, ao emprego e à saúde.

Na Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), há um precedente já julgado extremamente autoexplicativo neste sentido: Relatório nº66/06. Caso 12.001, SIMONE ANDRÉ DINIZ. BRASIL. 21 de outubro de 2006.¹⁸ Trata-se da exclusão de Simone André Diniz de uma vaga como empregada doméstica por ser uma mulher negra. O Brasil foi denunciado por ter sido a referida senhora vítima de racismo. Esta registrou o fato em março de 1997 na Delegacia de Investigação de Crimes Raciais e, assim, o inquérito foi instaurado e concluído por crime de racismo. Depois, encaminhado para o Ministério Público de São Paulo, em 02 de abril de 1997, opinou o órgão ministerial pelo arquivamento por falta de base para oferecimento da denúncia. O juiz, por sua vez, adotou como razão de decidir a manifestação do órgão ministerial, arquivando definitivamente o inquérito.

Outro exemplo é a interseccionalidade entre classe social e gênero. Mulheres de baixa renda enfrentam desafios específicos, tal qual a sobrecarga de trabalho doméstico não remunerado e a total ausência de acesso a serviços básicos. Tais questões são agravadas no caso das mulheres negras, que enfrentam barreiras maiores devido ao racismo estrutural.

A interseccionalidade também é relevante para compreender a violência contra a população LGBTQIA+. Pessoas LGBTQIA+ negras, por exemplo, podem enfrentar discriminação e violência tanto por sua orientação sexual quanto também e ao mesmo tempo por sua raça. Essa interseção de identidades só aumenta a vulnerabilidade e cada vez mais dificulta a dignidade humana.

No âmbito jurídico, a interseccionalidade visa garantir a igualdade de tratamento e a proteção dos direitos de todos os grupos sociais. É, portanto, necessário considerar sempre as múltiplas e diferentes formas de opressão que uma mesma pessoa pode enfrentar em todo e qualquer episódio de discriminação e de violência.

A interseccionalidade é, portanto, um conceito fundamental para que sejam compreendidas as complexidades das desigualdades sociais. Só havendo um real e consciente reconhecimento social das interseções entre raça, gênero, classe social e outras identidades é possível a uma comunidade desenvolver políticas públicas verdadeiramente inclusivas e eficazes, capazes de promover uma sociedade mais igualitária e respeitosa com a diversidade.

A Resolução 325 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) foi aprovada em 2020¹⁹, ano marcado por intensos debates sobre o racismo estrutural e a necessidade de medidas para combatê-lo. Tal resolução estabelece como

17 CRENSHAW, Kimberlé. Sobre usos e possibilidades da interseccionalidade. Disponível em: [s://www.scielo.br/j/civitas/a/h7rvGvv5gNPkm7MjMG6D5c/](http://www.scielo.br/j/civitas/a/h7rvGvv5gNPkm7MjMG6D5c/). Acesso em: 20.nov.2023

18 Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Relatório 66/06. Caso 12.001. SIMONE ANDRÉ DINIZ. 1. No dia 7 e 10 de outubro de 1997, o Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL), a Subcomissão do Negro da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SP) e o Instituto do Negro Padre Batista, apresentaram ante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (doravante “a Comissão” ou “a CIDH”) uma petição contra a República Federativa do Brasil, (doravante “Brasil”, “o Estado” ou “o Estado Brasileiro”). A referida petição denunciou violação dos artigos 1, 8, 24 e 25 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (doravante “a Convenção” ou “a Convenção Americana”) e, em função do artigo 29 desse mesmo instrumento, os artigos 1, 2 (a), 5 (a)(I) e 6 da Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (doravante “Convenção Racial”), em prejuízo da senhora Simone André Diniz.

19 BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Resolução 325 de 29 de junho de 2020. Disponível em: Resolução nº 325 Dispõe sobre a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026 e dá outras providências_ (cnj.jus.br) Acessado em: 20.nov.2023

ato obrigatório aos tribunais brasileiros a adoção de políticas de enfrentamento ao racismo no âmbito do Poder Judiciário, dentro do conceito de discriminações de que trata a Resolução.

O racismo é profundo e está enraizado na sociedade brasileira, o qual contamina negativamente milhões de pessoas. Ele se manifesta em diferentes formatos: discriminação racial, violência policial direcionada aos negros, ausência de representatividade nos espaços de poder e a absoluta falta de oportunidades.

Desse modo, o CNJ desempenha um papel fundamental no Poder Judiciário ao estabelecer diretrizes de combate o racismo. A Resolução 325 é uma dessas diretrizes no sentido de promover a igualdade racial no sistema de justiça, garantindo que todos sejam tratados de forma igualitária, independentemente de sua origem étnico-racial.

A resolução estabelece a necessidade de implementação de ações afirmativas, como a reserva de vagas para negros em concursos públicos e a promoção da diversidade racial nos quadros do Judiciário. Prevê, ainda, a criação de comitês de equidade racial nos tribunais, a fim de monitorar a implementação das políticas de enfrentamento ao racismo. O papel do CNJ neste contexto é o de promover a conscientização da importância do combate ao racismo no Poder Judiciário. No entanto, é importante ressaltar que a efetividade da Resolução 325 depende do comprometimento dos tribunais em adotar as políticas de enfrentamento ao racismo. Assim, precisa-se de esforço contínuo e interesse real para superar os preconceitos existentes e enraizados pelo racismo estrutural.

Em suma, a Resolução 325 do CNJ representa um avanço importante para o papel do CNJ de fiscalizar a implementação de políticas igualitárias para todos os cidadãos.

O Brasil deseja muito obter sua entrada na OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e, nesse sentido, o tema do combate ao preconceito racial desperta debates e reflexões na esfera internacional. No entanto, ao analisar o processo no contexto social de racismo estrutural que permeia a contemporaneidade, é necessário adotar uma visão crítica e até mesmo apocalíptica. Enquanto o ser humano não reconhecer as injustiças cometidas em nome da supremacia racial, o que se espera é apenas a autodestruição social.

Em vista disso, vale trazer o recente protocolo de julgamento com perspectiva de gênero, que também destaca a importância da utilização de uma linguagem inclusiva e não discriminatória nos documentos e decisões judiciais para a mulher, e acrescenta-se muito mais ainda à mulher negra pela necessidade de atenção maior às mulheres vulneráveis, vítimas de violência doméstica, muitas vezes negras, e às mulheres em situação de rua.

O protocolo também combate à discriminação de gênero nos concursos e promoções de magistrados, promovendo incentivo para mulheres que desejam ingressar na carreira jurídica, dado que uma mulher negra, pobre, vitimada por violência de qualquer natureza com certeza estará em situação de total desvantagem para disputar uma vaga no sistema de justiça.

O Artigo 5º da Constituição Federal garante a igualdade de todos perante a lei, mas a lei até hoje não garante a todos os negros a *paridade de armas* no contexto da sobrevivência social.

O racismo, sobretudo um fato típico, antijurídico e culpável e enquanto crime, atenta contra a dignidade e igualdade de todas as pessoas, independentemente de sua raça ou etnia. No Brasil, o crime de racismo está previsto na Constituição Federal e na Lei nº 7.716/1989²⁰. Sendo considerado inafiançável e imprescritível, é importante ressaltar que a liberdade de expressão, garantida pela Constituição, não abrange o direito de propagar discursos racistas. A liberdade de expressão tem limites e um deles é justamente a proibição de incitar o ódio racial e disseminar ideias racistas. A liberdade de expressão não pode ser utilizada como uma justificativa para a prática do racismo, crime que fere os princípios fundamentais de igualdade e dignidade humana. Portanto, qualquer manifestação que promova a discriminação racial, o preconceito ou a violência com base na raça é criminosa.

É importante destacar que a liberdade de expressão não é absoluta e deve ser exercida de forma responsável e respeitando os direitos e a dignidade de todas as pessoas. Logo, a disseminação de discursos racistas não é

uma forma legítima de expressão, pois além de crimonosa, contribui para a perpetuação do racismo na sociedade. Portanto, é fundamental promover um ambiente em que todas as pessoas possam se expressar livremente, sem medo de serem alvo de discriminação ou violência racial. A luta contra o racismo envolve não apenas a punição dos crimes raciais, mas a conscientização e a educação da sociedade.

CONCLUSÃO

O racismo é uma questão complexa e arraigada em diversas esferas da sociedade, exigindo uma abordagem abrangente e multifacetada para combatê-lo de forma efetiva. Reconhecer a existência do racismo em áreas como a social, jurídica, política, ambiental e na gestão de pessoas é o primeiro passo para promover mudanças significativas. Através da implementação de soluções adequadas, como educação antirracista, fortalecimento das ações afirmativas, diálogo e gestão inclusiva, podemos avançar em busca de uma sociedade igualitária.

As ações afirmativas, como as cotas raciais, são importantes para corrigir desigualdades históricas e promover a inclusão de pessoas negras em áreas como educação, emprego e política. Não trata-se, então, de uma migalha doada ao negro, mas sim de uma compensação pelos anos de opressão sofridos pela população negra.

Todavia, é importante ressaltar que a luta contra o racismo não é responsabilidade apenas de indivíduos ou grupos específicos, porém de toda a sociedade. Governos, instituições, organizações e cada cidadão devem se conscientizar das desigualdades, trabalhando em conjunto para eliminar o racismo institucional e estrutural.

A exclusão sociocultural, por sua vez, refere-se à negação de direitos e oportunidades a certos grupos em razão de sua raça ou cor, impedindo-os de participação plena na sociedade. Desse modo, a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) têm atuado contra o racismo por meio de instrumentos legais e políticas de promoção da igualdade racial. A OEA, por exemplo, adotou a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, que busca prevenir, eliminar e punir o racismo e a discriminação racial. A CIDH, por sua vez, tem como objetivo promover e proteger os direitos humanos nas Américas e tem se dedicado a combater o racismo por meio de relatórios, recomendações e medidas cautelares, além de realizar audiências e investigações sobre casos de violações raciais.

Ambas as estruturas política e jurídica têm trabalhado em conjunto para conscientizar a sociedade sobre a importância da igualdade, promovendo ações de educação e sensibilização no combate ao racismo, e têm pressionado os Estados membros a adotarem políticas públicas e legislações que garantam a igualdade de oportunidades e o combate ao racismo.

Em resumo, a OEA e a CIDH agem contra o racismo por meio de instrumentos legais, políticas de promoção da igualdade racial garantindo a igualdade de oportunidades a todos os grupos étnicos nas Américas.

A integridade na gestão pública está intrinsecamente relacionada aos direitos humanos e ao combate ao racismo. A gestão pública íntegra é aquela que busca promover a igualdade, a justiça e o respeito aos direitos fundamentais de todos os cidadãos, independentemente de sua raça ou origem étnica. Assim, a integridade na gestão pública implica a adoção de medidas efetivas para prevenir, combater e punir atos discriminatórios e racistas. Isso envolve a implementação de políticas públicas que promovam a igualdade racial, a inclusão e a diversidade, a criação de mecanismos de denúncia e proteção para as vítimas de racismo. Além disso, ela exige transparência e *accountability*, garantindo que os recursos públicos sejam utilizados de forma justa e equitativa entre brancos e negros, sem favorecimentos ou discriminações raciais. Isso implica combater a corrupção e a impunidade, assegurando que os direitos de todos sejam respeitados.

Os direitos humanos desempenham um papel fundamental na promoção da integridade na gestão pública. Os princípios de igualdade, não discriminação e dignidade humana são fundamentais para combater o racismo e

garantir que todas as pessoas tenham seus direitos respeitados.

A gestão pública íntegra deve estar alinhada com os princípios e normas internacionais de direitos humanos, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Esses instrumentos estabelecem a obrigação dos Estados de combater o racismo e garantir a igualdade de todos perante a lei.

Portanto, a integridade na gestão pública requer o compromisso dos gestores públicos em adotar políticas e práticas que promovam a igualdade racial, respeitem os direitos humanos e combatam o racismo em todas as suas formas.

Por fim, como sugestões de soluções adequadas: a promoção da educação antirracista nas escolas e na sociedade; fortalecimento das leis e a efetiva aplicação do Estatuto Racial, punindo de forma adequada os casos de discriminação; implementar as ações afirmativas com políticas de cotas raciais para promover a inclusão e a igualdade de oportunidades para pessoas negras em áreas como educação, emprego e política. E, promover a diversidade e a igualdade racial nas organizações, por meio de políticas de recrutamento, treinamento e promoção que valorizem todos os seres humanos independentemente de sua raça, cor, credo, gênero ou etnia, afinal todos os homens são constitucionalmente iguais perante a lei.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo. Sueli Carneiro: Editora Jandaíra, 2023

BELL, Hooks, b. **Feminism is for Everybody: Passionate Politics**. Cambridge: South End Press.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acessado em: 18.nov.2023

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Resolução 325 de 29 de junho de 2020. Disponível em: [Resolução nº 325 Dispõe sobre a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026 e dá outras providências](https://www.cnj.jus.br/resolucao-325) (cnj.jus.br) Acessado em: 20.nov.2023

BRASIL. **LEI 7.716 DE 5 DE JANEIRO DE 1989. Lei Caó**. Disponível em : [Temp34 \(camara.leg.br\)](https://www.camara.leg.br/legis/leis/7716-1989) Acesso em: 21.nov.2023

BORGES, Juliana. **Encarceramento em Massa**. São Paulo. Sueli Carneiro: Editora Jandaíra. 2023

BUTLER, Judith. **Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity**. New York: Routledge.

CRENSHAW, Kimberlé. **Sobre usos e possibilidades da interseccionalidade**. Disponível em: [s://www.scielo.br/j/civitas/a/h7rvGvv5gNPpkm7MjMG6D5c/](https://www.scielo.br/j/civitas/a/h7rvGvv5gNPpkm7MjMG6D5c/). Acesso em: 20.nov.2023.

DWORKIN, Ronald. **Levando os Direitos a Sério**. (Trad. de Nelson Boeira). 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011

FERREIRA FILHO. Rogerio de Cássio Neves Ferreira Filho. **Os Efeitos e impactos do Estatuto da Igualdade Racial-Lei 12.288/10 na Cidade de Frutal/MG**. 2023.

KILOMBA. Grada. **Memórias da Plantação- Episódios de Racismo Cotidiano**. Berlim. Cobogó.2019

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do Negro Brasileiro.:processo de um Racismo Mascarado**. 3.ed.São Paulo.Perspectivas, 2016

OLIVEIRA, Jorge:KILOMBA. Grada.(Tradutor) **Memórias da Plantação- Episódios de Racismo Cotidiano**. Berlim. Cobogó. 2019

PROTOCOLO DE JULGAMENTO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO. Disponível em:
<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/10/protocolo-18-10-2021-final.pdf>

SARLET, Ingo Wolfgang **Dignidade (Da Pessoa) Humana, Mínimo Existencial E Justiça constitucional: Algumas Aproximações E Alguns Desafios**. Disponível em: <https://revistadocejur.tjsc.jus.br/cejur/article/view/24/28>. Acessado em 5 de out. de 2023.

SARMENTO, Daniel. **Dignidade da pessoa humana: conteúdo, trajetória e metodologia**. 3.ed. Belo Horizonte. Fórum. 2020



TRABALHO ESCRAVO: A DISCRIMINAÇÃO ESTRUTURAL HISTÓRICA DO BRASIL COMO FATOR DETERMINANTE DE SUA CONDENAÇÃO NA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS



Isabel Christina Halbouti Maia

Graduada em Administração pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Chefe de Serviço da 3ª Vice-Presidência - Serviço de Análise Prévia

Resumo: O presente trabalho possui a finalidade de discorrer acerca das causas da escravidão contemporânea no Brasil e a importância do reconhecimento da discriminação estrutural histórica do país pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, como fator determinante para a sua condenação pelo reconhecimento da prática de delito internacional, quando do julgamento do caso “Fazenda Brasil Verde vs Brasil”, primeiro caso sobre trabalho escravo analisado pela Corte.

Palavras-chaves: Direitos Humanos. Trabalho Escravo. Discriminação Estrutural História do Brasil. Condenação Internacional. Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Sumário: Introdução. 1. A discriminação histórica do Brasil e a escravidão contemporânea. 2. O caso da Fazenda Brasil Verde e a omissão do Estado. 3. A sentença da Corte e o reconhecimento da discriminação estrutural histórica como fator determinante da condenação do país. Conclusão. Referências.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é um estudo sobre as causas da escravidão contemporânea no Brasil e a importância do reconhecimento da existência de uma discriminação estrutural histórica no país pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, como fator determinante para a sua condenação, quando do julgamento do caso “Fazenda Brasil Verde vs Brasil”, primeiro caso sobre trabalho escravo analisado pela Corte, no qual o país foi declarado responsável pela prática do delito internacional de escravidão. A Corte reconheceu a responsabilidade internacional do Estado brasileiro em virtude da omissão estatal na condução do caso, ante a violação de diversos artigos da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (também conhecida como Pacto de San José da Costa Rica), que é um tratado internacional entre os países-membros da Organização dos Estados Americanos (OEA), assinado em 1969.

Na hipótese analisada, homens, pobres, sendo a maioria deles afrodescendentes, oriundos da região Norte e Nordeste do país, eram recrutados pelos chamados “gatos”, sob a promessa de salários atrativos, para trabalhar na Fazenda Brasil Verde, situada no Município de Sapucaia, no Estado do Pará. Porém, ao chegarem ao local, eram submetidos à prática de “servidão por dívidas”, ou seja, trabalho em condição análoga à de escravo.

No primeiro capítulo, são abordados os problemas estruturais históricos do Brasil, como a pobreza e a discriminação, são causas determinantes para que a exploração do trabalho em condição análoga à de escravo se efetive. No segundo capítulo, é analisado o caso específico da Fazenda Brasil Verde, o procedimento no território nacional após a denúncia e a omissão das autoridades brasileiras que resultou na impunidade dos responsáveis.

No terceiro capítulo, é examinado como o reconhecimento da discriminação estrutural histórica do Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos foi um fator determinante para a condenação internacional do país. Desse modo, este trabalho busca discorrer acerca da discriminação estrutural histórica do Brasil e como esta contribui para a escravidão contemporânea. Analisar a sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos e a importância do reconhecimento da discriminação estrutural histórica do Brasil como fator determinante de sua condenação.

A pesquisa é desenvolvida pelo método indutivo, uma vez que a pesquisadora pretende analisar o supracitado caso e o fundamento da sentença condenatória da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Para tanto, a abordagem do objeto desta pesquisa jurídica é necessariamente qualitativa, porquanto a pesquisadora pretende se valer do documento (Convenção Interamericana de Direitos Humanos) e também bibliográfica, uma vez que se veda a bibliografia pertinente à temática em foco – analisada e fichada na fase descritiva da pesquisa (legislação, doutrina e jurisprudência) – para sustentar a sua tese.

1. A DISCRIMINAÇÃO ESTRUTURAL HISTÓRICA DO BRASIL E A ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA

Ao se mencionar a expressão “trabalho escravo”, pode-se imaginar a situação dos negros e indígenas no Brasil, há séculos atrás, no período da Colonização e do Império. Hoje, não se usa mais a palavra “escravo”, entretanto a relação de trabalho na grande parte das áreas rurais ainda são forjadas por relações patriarcais e por herança escravocrata, com exploração do trabalhador, fato que corrobora para a continuação do sistema de escravidão. Não é mais o título de propriedade que legaliza a submissão do trabalhador, na medida em que este título já não mais existe. No panorama atual do país, outros mecanismos de escravização surgem, tais como: jornada exaustiva, restrição de locomoção, servidão por dívidas, condições degradantes no ambiente de trabalho etc. Desse modo, utiliza-se, do ponto de vista jurídico, a expressão “trabalho em condição análoga à de escravo”. Vale esclarecer que somente restará configurado como trabalho análogo à de escravo, se houver restrição de locomoção, jornada exaustiva, servidão por dívidas, ameaças, violência física ou psíquica ou condições degradantes. Nessas conjunturas, existe o controle do empregador (escravizador) sobre o trabalhador (escravo), visando a obtenção de lucros, e, para tanto, utiliza de vários meios para restringir a liberdade da vítima.¹

A exploração do trabalho em condição análoga à de escravo viola os direitos humanos, infringindo, assim, o disposto na Convenção Interamericana de Direitos Humanos; viola, igualmente, o princípio da dignidade da pessoa humana, consagrado no art. 1º, inciso III da Constituição Federal², além de configurar crime previsto no art. 149 do Código Penal³. Embora o trabalho escravo no ordenamento jurídico brasileiro seja vedado, esse delito reaparece como grave problema social. Como causas desse fenômeno, além da questão da formação sociocultural, existem problemas estruturais de miséria e pobreza. Isto porque a falta de condições financeiras do trabalhador e os altos índices de desemprego colaboram para que a exploração do trabalho em condição análoga à de escravo se efetive.

O trabalhador que foi aliciado e enganado sob promessas de bons salários é ameaçado de todas as formas, inclusive por meio de vigilância armada, que, em razão da distância de seu local de residência, se vê cada vez mais vulnerável. Essa situação é mais comum ocorrer no campo, nas grandes fazendas, onde a dificuldade de acesso e a distância dos centros urbanos facilita a prática de tal crime. Desse modo, a escravidão contemporânea tem como principal característica o fato de estar associada a uma situação de vulnerabilidade de determinados grupos, ou seja, desempregados, pobres, a maioria oriunda das regiões do Norte e Nordeste do país. De fato, pessoas que se

1 PIOVANI, FLÁVIA. Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional. Saraiva, São Paulo: 19 ed. 2021, p.365-368.

2 BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: planalto.gov.br. Acesso em: 18 set. 2023.

3 BRASIL. Código Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm. Acesso em: 18 set. 2023.

encontrem em situação de extrema pobreza são mais fragilizadas e, por esta razão, mais propensas a se submeterem a essa forma de exploração.

Todo ano, milhares de pessoas são traficadas e submetidas a condições desumanas deserviço e impedidas de romper a relação com o empregador. Não raro, são impedidas de se desligar do trabalho até concluírem a tarefa para a qual foram aliciadas, sob ameaças que vão de torturas psicológicas a espancamentos e assassinatos. Pessoas que têm sua dignidade arrancada por um regime de trabalho escravo.⁴

2. O CASO DA FAZENDA BRASIL VERDE E A OMISSÃO ESTATAL

Na hipótese em análise, os trabalhadores, em sua maioria homens, pobres, entre 18 e 40 anos de idade, alguns menores de idade, sendo a maioria deles afrodescendentes, oriundos da região Norte e Nordeste do país, eram recrutados pelos chamados “gatos”, sob a promessa de salários atrativos, para trabalhar na Fazenda Brasil Verde, situada no Município de Sapucaia no Estado do Pará, conforme relatado no capítulo anterior. A propriedade rural pertence ao latifundiário João Luiz Quagliato Neto, que comanda o grupo familiar Quagliato e é conhecido como “Rei do Gado”. O grupo empresarial possui milhares de cabeças de gado espalhadas por diversas fazendas na região do sul do Pará, cujo montante patrimonial representa um acervo bilionário.

Os recrutados, para chegar à propriedade rural, precisavam viajar durante dias, via ônibus, trem e caminhão, enfrentando más condições de transporte e tendo que dividir espaço com animais. Os trabalhadores eram obrigados a entregar suas carteiras de trabalho ao gerente da fazenda e a assinar documentos em branco, sendo informados que estavam em dívida com o proprietário da terra, em virtude dos gastos efetuados com transporte, alimentação e hospedagem. Os salários prometidos eram reduzidos e não cobriam os custos já assumidos. Tendo em vista que tinham que adquirir tudo de que necessitavam nos armazéns da propriedade, a preços elevados, acumulavam dívidas que não podiam pagar. Além do salário ínfimo e do endividamento com o fazendeiro, sofriam com falta de moradia adequada, alimentação insuficiente e ausência de condição mínima de saúde digna.

Eram alojados em galpões de madeira sem energia elétrica, camas ou armários, cujo teto era de lona, que não continha a chuva; tinham que dormir em redes, os banheiros eram sujos e as duchas estavam em mau estado. A jornada diária de trabalho ultrapassava 12 horas. Para receber o salário, eles tinham de cumprir uma meta de produção altíssima. Como alcançá-la era difícil, muitos acabavam não ganhando nada. Além disso, eram impedidos de saírem livremente, sendo vigiados e ameaçados por seguranças armados. Dadas as péssimas condições, muitos trabalhadores desejavam fugir da Brasil Verde, mas temiam por suas vidas, já que os encarregados portavam armas de fogo e mantinham vigilância permanente, agredindo fisicamente quem tentasse escapar. Somado a isso, a localização isolada da fazenda dificultava a fuga, já que o acesso ao centro urbano sem transporte era quase impossível⁵.

A primeira denúncia contra a Fazenda foi feita em 21 de dezembro de 1988 pela Comissão Pastoral da Terra e a Diocese de Conceição de Araguaia, acerca do desaparecimento de dois adolescentes, Iron Canuto da Silva, de 17 anos, e Luis Ferreira da Cruz, de 16 anos, ao tentaram abandonar a fazenda⁶. Em 25 de janeiro de 1989, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) enviou uma carta ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), em Brasília, reforçando a necessidade de fiscalização na fazenda. A Polícia Federal realizou visita à propriedade em 20 de fevereiro daquele ano, e, em seu relatório, que não incluiu lista com nome dos trabalhadores, constatou a atuação de “gatos” que realizavam o recrutamento dos trabalhadores. Apesar de corroborar a exis-

⁴ SAKAMOTO, Leonardo. *Escravidão Contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2020, p. 42.

⁵ RÉU BRASIL. Disponível em: <https://reubrasil.jor.br/caso-trabalhadores-da-fazenda-brasil-verde-versus-brasil/>. Acesso em 12 ago 2023.

⁶ Nesta mesma data, Adailton Martins dos Reis, trabalhador que havia escapado, denunciou que nunca recebeu salário, que passou fome e que ao pedir para sair da fazenda foi informado de que precisaria pagar uma dívida.

tência de baixos salários e infrações à legislação trabalhista, a Polícia Federal considerou não haver vestígios de trabalho escravo.

Em 18 de março de 1992, a Comissão Pastoral da Terra enviou um ofício à Procuradoria Geral da República, apresentando as denúncias relacionadas ao trabalho escravo na Fazenda Brasil Verde e aos desaparecimentos de Iron Canuto e Luis Ferreira da Cruz. A Procuradoria Geral da República instaurou um processo administrativo e, em 2 de agosto de 1993, a Delegacia Regional do Trabalho do Estado do Pará informou que, nas visitas realizadas em 26 de junho e em 3 de julho de 1993, não existia a configuração da prática de escravidão, mas que haviam sido encontrados 49 trabalhadores sem seus registros trabalhistas em suas carteiras de trabalho (CTPS)⁷. Em 29 de novembro de 1996, nova fiscalização na Fazenda Brasil Verde, dessa vez sob a responsabilidade do recém-criado Grupo Móvel do Ministério do Trabalho, na qual foram encontrados 78 trabalhadores em atividade na propriedade sem registro, sendo constatado a existência de violações às disposições trabalhistas.

Em 10 de março de 1997, José da Costa Oliveira e José Ferreira dos Santos, que escaparam da fazenda, prestaram uma declaração perante a Delegacia de Marabá, na qual relataram terem trabalhado de forma escrava. Com base nesta denúncia, o Grupo Móvel do Ministério do Trabalho realizou outra visita à propriedade, sendo encontradas 45 pessoas sem carteira de trabalho⁸.

Em 30 de junho de 1997, o Ministério Público Federal apresentou denúncia contra Raimundo Alves da Rocha (conhecido como “gato”), Antônio Alves Vieira (gerente da fazenda) e João Luiz Quagliato Neto (proprietário da Fazenda). Em relação ao proprietário, o Ministério Público efetuou acordo, compelindo-o tão somente a entrega de seis cestas básicas a uma entidade beneficente. O processo continuou em face dos outros réus, com a prolação da sentença, na qual o juiz declarou extinta a ação penal em razão da prescrição.

No início de março de 2000, os trabalhadores Antônio Francisco da Silva e José Francisco Furtado de Sousa foram agredidos pelos seguranças da fazenda e decidiram fugir. Percorreram dias pela mata e chegaram à cidade de Marabá, relataram sua situação a um policial, que informou não poder ajudá-los já que era feriado de carnaval, sugerindo que voltassem dois dias depois. Após dormirem na rua, os jovens retornaram à delegacia na data indicada. O policial que os atendeu recomendou que eles buscassem ajuda da Comissão Pastoral da Terra, que os acolheu. Nesta mesma época, novamente, o Ministério do Trabalho e a Polícia Federal realizaram fiscalização na propriedade rural, encontrando ao todo 82 trabalhadores em situação precária, constatando diversas irregularidades trabalhistas e condições inóspitas de moradia e situação análoga à de escravidão. O Ministério Público do Trabalho ingressou com Ação Civil Pública, entretanto, novamente, foi celebrado acordo judicial com o réu, João Luiz Quagliato, no qual se comprometeu a “não admitir e nem permitir o trabalho de empregados em regime de escravidão, sob pena de multa de 10.000 UFIR por trabalhador encontrado nessa situação. Diante de todas as omissões estatais em investigar diligentemente a situação e a impunidade dos responsáveis, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) denunciaram o Estado Brasileiro à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, argumentando a violação de diversos direitos previstos na Convenção Americana.

3. A SENTENÇA DA CORTE E O RECONHECIMENTO DA DISCRIMINAÇÃO ESTRUTURAL HISTÓRICA COMO FATOR DETERMINANTE DA CONDENAÇÃO DO PAÍS.

A Convenção Americana sobre Direitos Humanos (também conhecida como Pacto de San José da Costa

7 Além disso, esclareceu que vários trabalhadores que haviam sido contratados irregularmente e que manifestaram o desejo de deixar a Fazenda foram conduzidos ao seu lugar de origem.

8 Ibidem.

Rica)⁹, celebrada pelos países-membros da Organização dos Estados Americanos (OEA), foi assinada em 1969, porém, atualmente, é uma das bases do sistema interamericano de proteção dos Direitos Humanos. Cabe ressaltar que tal pacto foi ratificado pelo Brasil em 1992. Esse tratado possui diversas normas e regras que tratam dos direitos humanos, sendo a Corte Interamericana de Direitos Humanos o órgão competente para analisar julgar os casos concretos quando um dos Estados-membros é acusado de violar os direitos humanos.

Ante a denúncia apresentada à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, esta emitiu relatório de admissibilidade e de mérito, no qual considerou ter havido uma série de violações por parte do Brasil e encaminhou à Corte para julgamento. Dada a complexidade na identificação e localização das vítimas de trabalho escravo que estavam na Brasil Verde nas fiscalizações de 1997 e 2000, a Corte aplicou a exceção prevista no artigo 35.2 de seu Regulamento. Com isso, o próprio órgão determinou quem eram as vítimas do caso em questão, sendo, no final, somente 85 pessoas.

Em 20 de outubro de 2016, a Corte Interamericana de Direitos Humanos proferiu sentença no caso “Fazenda Brasil Verde Vs. Brasil”, por meio da qual declarou que na Fazenda Brasil Verde, efetivamente, se configurou uma situação de escravidão em suas formas contemporâneas e análogas, declarando o Brasil internacionalmente responsável pela violação de: i) o direito a não ser submetido a escravidão e tráfico de pessoas, estabelecido no artigo 6.1 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, em relação aos artigos 1.1, 3, 5, 7, 11, 22 e 19 do mesmo instrumento; ii) o artigo 6.1 da Convenção Americana, em relação ao artigo 1.1 do mesmo instrumento, ocorrida no marco de uma situação de discriminação estrutural histórica em razão da posição econômica; iii) as garantias judiciais de devida diligência e de prazo razoável, previstas no artigo 8.1 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, em relação ao artigo 1.1 do mesmo instrumento e, iv) o direito à proteção judicial, previsto no artigo 25 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, em relação aos artigos 1.1 e 2 do mesmo instrumento. Reconheceu que foram violados os direitos ao reconhecimento da personalidade jurídica (artigo 3 da Convenção Americana), à integridade pessoal (artigo 5), à liberdade e segurança pessoal (artigo 7), à dignidade e à vida privada (artigo 11), à livre circulação e residência (artigo 22). Por último, a Corte ordenou ao Estado a adoção de diversas medidas de reparação, dentre elas, o pagamento de US \$ 4,69 milhões à título de indenização aos trabalhadores e/ou familiares.

A Corte, fundamentou a sentença condenatória na situação de discriminação histórica do país, na medida em que a pobreza e a concentração da propriedade das terras foram causas estruturais que provocaram a continuação da escravidão, e na omissão estatal ante a vulnerabilidade dos trabalhadores que se submeteram ao trabalho escravo na referida fazenda.

Tal vulnerabilidade, caracterizada em razão da pobreza, se agravou, na situação, em razão da distância entre a fazenda (localizada no Pará) e o local de recrutamento (regiões do Norte e do Nordeste). A Corte entendeu que todos os trabalhadores encontrados na fazenda possuíam características semelhantes de pobreza e falta de estudos, provinham das regiões mais pobres do País, com menor desenvolvimento humano e sem perspectivas de emprego, o que os colocava em situação de particular vulnerabilidade, de exclusão social e econômica, portanto, de risco, e mais suscetíveis de serem aliciados por falsas promessas. E, apesar da denúncia, as autoridades brasileiras não consideraram a situação de extrema gravidade, não atuando de forma efetiva para garantir o direito das vítimas.

A Corte concluiu que a omissão brasileira ocorreu, na medida em que o descaso se encontra relacionado a uma ideia preconcebida de normalidade das condições de trabalho a que eram submetidos, de forma geral, os trabalhadores do Brasil. Isto porque é a situação de miséria do trabalhador que o faz aceitar as condições degradantes de exploração no trabalho. Nesse contexto, a exploração em razão da necessidade de sobrevivência desses trabalhadores é uma consequência da desigualdade social do país. A Corte afirmou que o trabalho escravo no Brasil

é um dado histórico, da própria formação do Estado brasileiro, tendo se perpetuado em práticas consideradas de normalidade pelo Governo.

Desta forma, a Corte reconheceu a situação de discriminação em razão da pobreza sistêmica desses trabalhadores e considerou evidente a existência de um mecanismo de aliciamento de trabalhadores através de fraudes e enganos. Ademais, a Corte avaliou a existência de uma situação de servidão por dívida, levando em consideração seus salários irrisórios e descontos por comida, medicamentos e outros produtos, originando para eles uma dívida impagável. Nesse sistema, conhecido como sistema de barracão, os trabalhadores eram submetidos a jornadas exaustivas de trabalho, sob ameaças e violência, vivendo em condições degradantes. Além disso, os trabalhadores não tinham perspectiva de poder sair dessa situação em razão da presença de guardas armados; da restrição de saída da Fazenda sem o pagamento da dívida adquirida; da coação física e psicológica por parte dos guardas de segurança, e do medo de represálias e de morrerem na mata, em caso de fuga. Situação que se agravava em virtude da condição de vulnerabilidade desses trabalhadores, os quais eram, em sua maioria, analfabetos, provenientes de uma região muito distante do país e não conheciam os arredores da Fazenda Brasil Verde.

Para a Corte, os trabalhadores resgatados da Fazenda Brasil Verde se encontravam em uma situação de submissão a trabalhos forçados em condições desumanas, sofrendo ameaças, violência física e psicológica, de forma tal que sua autonomia e liberdade individuais estavam restringidas.¹⁰

Por outro lado, a Corte entendeu que restou provado que os trabalhadores também foram vítimas de tráfico de pessoas, uma vez que houve aliciamento através de fraude, engano e falsas promessas. A Corte afirmou que o Estado brasileiro não considerou a vulnerabilidade desses trabalhadores, em virtude da discriminação em razão da posição econômica à qual estavam submetidos. A Corte também avaliou que a falta de ação e de sanção destes fatos poder ser explicada através de uma normalização das condições às quais essas pessoas mais vulneráveis eram continuamente submetidas. Por fim, a Corte concluiu que a exclusão socioeconômica das minorias no Brasil resulta do fenômeno da discriminação estrutural histórica. Por esta razão, a Corte considerou que o Brasil incorreu em delito internacional, na medida em que não adotou medidas específicas com respeito à situação particular de vulnerabilidade dos trabalhadores em questão.

Portanto, concorda-se com entendimento segundo o qual o Brasil deve adotar ações concretas que visem à erradicação do trabalho escravo por meio da evolução de políticas públicas e do combate jurisdicional e institucional, fazendo-se cumprir os acordos e convenções firmados entre o país e a ordem internacional de proteção dos direitos humanos.¹¹

CONCLUSÃO

Restou evidenciado que, no Brasil, ainda se constata a prática de escravidão, uma vez que muitos trabalhadores se encontram em situação de extrema pobreza, mais fragilizados e, por esta razão, mais propensos a se submeterem a essa forma de exploração. Com efeito, o trabalhador brasileiro, em sua maioria analfabeto, oriundo de regiões pobres como o Norte e o Nordeste, com alto índice de desemprego, é presa fácil dos exploradores, na medida em que, devido à sua condição de vulnerabilidade, enxerga uma boa oportunidade de emprego no que, de fato, não passa de escravidão.

Vale ressaltar que o artigo terceiro da Constituição Federal estabelece, dentre os objetivos fundamentais da República, a erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais, como também a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, além de ter como fundamentos, previstos no seu artigo primeiro, a dignidade da

10 CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. CASO TRABALHADORES DA FAZENDA BRASIL VERDE VS. BRASIL. SENTENÇA DE 20 DE OUTUBRO DE 2016. Disponível em: www.corteidh.or.cr/casos.cfm. Acesso em: 18 set. 2023.

11 TREVISAM, Elisaide. Trabalho Escravo no Brasil Contemporâneo. São Paulo: Juruá Editora, 2015, p. 28.

pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa. Metas que foram definidas com a finalidade de alcançar a igualdade substancial e a dignidade para todos os brasileiros. No entanto, na realidade, constata-se que a pobreza, que avança a passos largos, gera uma exclusão social e econômica, que se distancia da igualdade substancial pretendida pela Carta Magna. Desse modo, pode-se afirmar que é a fragilidade do trabalhador mais pobre perante o mercado de trabalho que favorece a escravidão contemporânea.

Nesse contexto, ficou demonstrado que a existência da discriminação estrutural histórica no Brasil propicia o trabalho escravo, fato que comprova a grave situação da questão da desigualdade econômica e social que deve ser enfrentada pelo Estado para a concretização de seus objetivos fundamentais indicados na Carta Magna. Convém assinalar que o caso da Fazenda Brasil Verde não se trata de caso isolado, mas de situações sistêmicas de discriminação. A Corte ressaltou que, no Brasil, a impunidade, na maioria das vezes, se deve à influência e articulação dos grandes proprietários de terras com o governo, seja de forma direta ou indireta.

Com efeito, o Governo brasileiro não adotou medidas preventivas efetivas a beneficiar os trabalhadores vulneráveis, nem para punir os responsáveis pelo aliciamento, não tendo agido os agentes públicos, em sua gestão, com integridade, como deveriam. Vale salientar que a integridade no setor público abrange um conjunto de princípios éticos e morais que cria uma barreira para a ocorrência da corrupção. No entanto, restou configurada a ineficiência estatal na prevenção, proteção e repressão às transgressões de direitos humanos ocorridas na Fazenda Brasil Verde ao facilitar, por interesses alheios à Justiça, a impunidade dos criminosos. Apesar da previsão legal da igualdade de todos perante a lei, com igual proteção e sem discriminação, o Estado brasileiro assim não agiu. A impunidade desmoraliza o Estado na medida em que seu fundamento principal de igualdade perante a lei, nesses casos, simplesmente não funciona.

Por esta razão, o reconhecimento, pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, da discriminação estrutural histórica possui grande importância, uma vez que a condenação do país servirá como exemplo para que, na ocorrência de casos semelhantes, estes sejam tratados de forma diversa pelas autoridades brasileiras.

Conclui-se, portanto, que o Brasil deve adotar ações concretas que visam à erradicação do trabalho escravo por meio da evolução de políticas públicas e do controle jurisdicional, fazendo-se cumprir com os acordos e convenções firmados entre o país e a ordem internacional de proteção dos direitos humanos. Ações que tenham objetivo de coibir não só a discriminação presente, mas especialmente extinguir os efeitos que se perpetuam, sejam de natureza psicológica, cultural ou comportamental, investindo em políticas sociais de promoção desses brasileiros, vítimas da discriminação histórica, a fim de alcançar, de fato, a igualdade substancial. Com efeito, em um país que promova a igualdade real, no qual as pessoas possam alcançar condição financeira para efetivamente arcar com o seu sustento e de sua família, qualquer forma de escravidão não tem como prosperar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: Constituição (planalto.gov.br). Acesso em: 18 set. 2023.

BRASIL. Código Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm. Acesso em: 18 set. 2023.

RÉU BRASIL. Disponível em: <https://reubrasil.jor.br/caso-trabalhadores-da-fazenda-brasil-verde-versus-brasil/>. Acesso em 12 ago 2023.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. CASO TRABALHADORES DA FAZENDA BRASIL VERDE VS. BRASIL. SENTENÇA DE 20 DE OUTUBRO DE 2016. Disponível em: www.corteidh.or.cr/casos.cfm. Acesso em: 18 set. 2023.

PACTO DE SAN JOSÉ DA COSTA RICA. **Convenção Americana de Direitos Humanos**. 1969.

PIOVANI, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. São Paulo:Saraiva,19 ed. 2021.

SAKAMOTO, Leonardo. **Escravidão Contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2020.

TREVISAM, Elisaide. **Trabalho Escravo no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: JuruáEditora, 2015.



ETARISMO: COMBATE AO IDADISMO NA GESTÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



Zélia Maria Lascasas Ferreira

Graduada em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ
Chefe de Serventia da 8ª Vara de Fazenda Publica da Capital

Resumo: Este artigo objetiva examinar o fenômeno do etarismo no Tribunal de Justiça, com ênfase nas relações entre servidores idosos e funcionários mais jovens, provenientes dos concursos mais recentes. Nesse contexto, é feita uma análise acerca da disparidade tecnológica entre as gerações, o que gera conflitos, destacando-se a necessidade de inclusão dos idosos para o progresso institucional. Desse modo, ressalta-se que a abordagem ética, embasada nos princípios de *compliance*, é essencial para mitigar e, eventualmente, eliminar tais conflitos.

Palavras-chaves: Etarismo. Tecnologia. Funcionário Idoso. Gestão.

Sumário: Introdução. 1. As novas tecnologias impactando na vida e no trabalho do idoso. 2. Os desafios que o Tribunal de Justiça tem para coibir o etarismo entre os novos funcionários e os antigos funcionários. Conclusão. Referências.

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como escopo a análise do etarismo no contexto dos servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, com ênfase na manifestação do idadismo, termo cunhado por Robert Butler (gerontólogo americano) em 1969, para descrever preconceitos e visões discriminatórias direcionadas à população idosa. Nesse diapasão, a Constituição Federal de 1988 qualifica os idosos como vulneráveis, demandando assim uma tutela específica.

No âmbito legislativo, o Estatuto do Idoso, lei n. 10.741/2003, é um instrumento normativo que objetiva resguardar os direitos dessa parcela da população, alinhando-se ao compromisso internacional assumido pelo Brasil de proteção às pessoas em situação de vulnerabilidade, consubstanciado na Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos, assinada em 16 de junho de 2015. Ademais, destaca-se a Resolução n. 520 do Conselho Nacional de Justiça, de 18 de setembro de 2023, que estabelece a Política Judiciária sobre pessoas idosas e suas interseccionalidades, em consonância com o Relatório Mundial sobre o Idadismo, da Organização Mundial de Saúde, datado de 2022.

No escopo deste trabalho, a ênfase recai sobre a necessidade de uma tutela jurídica mais efetiva aos servidores idosos, reconhecendo-lhes o direito à liberdade, respeito e dignidade, em conformidade com seus relevantes serviços prestados ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Nesse âmbito, uma participação mais ativa desses servidores dentro da gestão do Tribunal é apresentada como um meio para atenuar as manifestações de etarismo existentes entre os quadros funcionais.

Convém ressaltar que a pesquisa adotará o método dedutivo, com ênfase na análise de legislações e

resoluções vigentes, buscando proporcionar uma perspectiva jurídica renovada sobre a questão, com abordagem qualitativa fundamentada em bibliografia pertinente. Finalmente, destaca-se que o objetivo desta obra é contribuir para a eficácia do serviço público, superando os desafios inerentes aos conflitos intergeracionais e reforçando a importância da inclusão dos servidores idosos na gestão institucional.

1. AS NOVAS TECNOLOGIAS IMPACTANDO NA VIDA E NO TRABALHO DO IDOSO.

Atravessamos, atualmente, um turbilhão de informações tecnológicas, com avanços significativos no trabalho e no dia a dia de todos. Todavia, a presença do mundo digital no serviço diz respeito não somente aos jovens, mas também aos mais idosos. Conforme assevera Ozires de Oliveira, gerente do Instituto das Cidades Inteligentes (ICI), gerações mais velhas estão encontrando na tecnologia meios para envelhecer melhor¹.

Nesse cenário, o avanço tecnológico proporciona uma interação social digital e afasta o idoso do seu isolamento social. Cabe destacar que, apesar do grande impacto que a tecnologia pode ter no trabalho do idoso, é importante ressaltar que todos têm o direito de aprender e buscar novos desafios, independentemente da idade. Isso ocorre porque a era digital está a serviço do servidor para assegurar uma melhor qualidade de vida em um ambiente harmônico.

Nesse sentido, a comunicação, com a utilização da informática, transformou de forma drástica a vida das pessoas e com isso impôs desafios aos idosos, que precisam adquirir condições para o manuseio do computador e das novas plataformas. Diante dos avanços tecnológicos, o Tribunal de Justiça se modernizou; porém, o seu quadro de servidores envelheceu.

Nesse contexto, os servidores mais jovens possuem maior conhecimento em relação ao contato com as plataformas digitais. Todavia, essas habilidades mais acentuadas acabam por gerar uma incompreensão com as pessoas mais velhas, que possuem maior dificuldade com as novas tecnologias, levando a uma discriminação, que consequentemente promove um preconceito em relação ao servidor idoso.

Esta discriminação ocorre porque se construiu durante muitos anos a ideia de que o indivíduo, após uma determinada idade, não possuía capacidade para produzir, tendo como consequência a segregação da população idosa. Assim, esse preconceito está intimamente ligado a padrões sociais arraigados, mas que devem ser combatidos.

O conflito geracional e tecnológico existente em alguns setores do Tribunal impacta de forma expressiva no trabalho do idoso, uma vez que esse funcionário necessita estar mais conectado com as novas plataformas. Consequentemente, o serviço é executado por esses servidores mais antigos de maneira mais lenta, o que leva a uma incompreensão dos mais jovens.

Nesse âmbito, há necessidade de uma maior cooperação entre a chamada terceira idade e os jovens. Isso ocorre porque os recém-chegados possuem uma capacidade de raciocínio tecnológico mais rápido, tendo em vista que já vivenciam essa realidade no dia a dia, o que não acontece com os idosos, que somente agora estão tendo que se adaptar às novas tecnologias. Além disso, o idoso pode ter dificuldade de se atualizar, de aprender as coisas com mais rapidez. Portanto, é de crucial importância a busca de um equilíbrio no trabalho a ser realizado pelo funcionário dentro do Tribunal de Justiça, a fim de se evitar o etarismo entre os seus servidores.

Observa-se que a maioria dos serventuários já se encontra no tribunal há mais de 20 anos, o que aponta para servidores com um grande conhecimento do serviço, porém com pouco conhecimento das novas tecnologias. Entretanto, a entrada de estagiários e de advogados residentes acabará por impactar de forma substancial

¹ OLIVEIRA, Ozires de. O futuro é digital e idoso. Disponível em: <https://www.ici.curitiba.org.br/conteudo/o-futuro-e-digital-e-idoso/204>, 2021. Acessado em 05 out 2023.

no serviço, em virtude do conflito entre as gerações. Assim, torna-se fundamental que o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro tenha consciência desse confronto existente entre o servidor idoso e o servidor mais jovem e, com isso, implemente ações a fim de minimizar tais diferenças.

2. DESAFIOS QUE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA TEM PARA COIBIR O ETARISMO ENTRE OS NOVOS E OS ANTIGOS FUNCIONÁRIOS.

Um grande desafio para o funcionário idoso e para o Tribunal é fazer com que os servidores aprendam e utilizem os meios tecnológicos e as novas plataformas de maneira eficaz, sem impactar no serviço, para a continuação do crescimento do órgão. É evidente que várias ações do Tribunal de Justiça estão em consonância com esse desafio, mas não se pode deixar de lado outros meios, ainda incipientes e que possam promover uma maior participação destes funcionários.

Deve-se destacar que o funcionário idoso que adia a aposentadoria tem a possibilidade de continuar a pertencer a uma determinada comunidade, da qual faz parte há muito tempo e que é composta dos servidores do seu núcleo operacional. Esse grupo faz com que o seu trabalho se torne uma forma de desenvolvimento pessoal e de prestígio. Porém, esse adiamento do repouso acaba sendo dificultado pela falta de conhecimento que o idoso possui acerca dos novos sistemas operacionais.

Nesse diapasão, a Organização Mundial de Saúde² publicou, em 2022, a Resolução Mundial sobre o Idadismo, explicitando os desafios a serem enfrentados pelo Poder Público e traçando diretrizes para nortear a criação de legislações, com a finalidade de minimizar o etarismo existente na sociedade. Além disso, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 18 setembro de 2023, publicou a Resolução n. 520, que dispõe sobre a política judiciária nacional sobre pessoas idosas e suas interseccionalidades³.

Este avanço na nossa Legislação é fruto de um olhar e de uma política pública voltada para os problemas enfrentados pelos idosos, com a finalidade de diminuir a discriminação em relação às pessoas mais velhas. Porém, apesar de existirem leis no contexto brasileiro, como o Estatuto do Idoso⁴ e as novas Resoluções, o que se vê, por enquanto, é uma total falta de aplicação destas leis.

Não adianta existirem regramentos importantes sem uma efetividade desses no dia a dia. Assim, deve-se adequar o serviço tecnológico ao conhecimento do mais idoso, minimizando o impacto das tecnologias para não ocorrerem conflitos entre os funcionários.

Deve-se destacar a importância da inserção do funcionário mais velho no mundo digital, já que isso demonstraria um Poder Judiciário em consonância com o Pacto Judiciário pelos Direitos Humanos, o que já teria sido ratificado pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ). Diante disso, são executados projetos e ações fomentando os programas de capacitação em Direitos Humanos e de inserção dos funcionários idosos dentro de todos os programas implementados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Entretanto, não é somente o aspecto tecnológico que impacta na vida do servidor idoso; também é preciso aprimorar a convivência dentro das serventias, já que temos funcionários jovens e idosos. Dessa forma, esse ambiente de trabalho é um fator complexo, que demanda a busca de uma parceria de respeito e ensinamento entre os trabalhadores. Neste sentido, temos cursos e palestras ofertadas pelo TJRJ, porém o mais importante seria a educação, incorporação e aplicação dos regramentos que protegem os idosos na cultura organizacional do órgão.

A política de inserção passa por trabalhos práticos dentro das serventias, como auxílio dos setores ad-

2 ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Relatório mundial sobre o idadismo. Disponível em: <https://doi.org/10.37774/9789275724453>. Acesso em: 20 set. 2023.

3 CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Dispõe sobre a Política Judiciária sobre Pessoas Idosas e suas Interseccionalidades. Resolução n 520, 18 set 2023. Acesso em: 22 out 2023.

4 BRASIL. Estatuto do Idoso. Lei n. 10.741, de 01 de outubro de 2003. Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2010.741. Acessado em: 24 set. 2023.

ministrativos de psicologia e de mediação de conflitos existentes. Desse modo, com a intermediação desses especialistas, diminui-se a incidência de conflitos intergeracionais e gera a capacitação de funcionários para atuarem em consonância com as novas diretrizes de *compliance* do Tribunal.

Nesse ínterim, a Organização Mundial de Saúde⁵ traz recomendações a serem adotadas pelos Estados, que seriam investimentos em estratégias, através de bases científicas, para prevenir e reagir ao idadismo. Isso é necessário para que se elaborem leis e políticas para proibir a discriminação por idade. Além disso, é necessária a melhoria dos dados coletados e a expansão das pesquisas, a fim de que se possa compreender e identificar o idadismo para reduzi-lo.

Atualmente, observa-se a existência de metas para os funcionários cumprirem, o que levanta dúvidas sobre o rendimento dos servidores. Porém, somente com a informática é que se pode verificar estatisticamente sobre a produtividade dos servidores idosos, o que não tem sido realizado. Assim, não se pode apurar se o serviço dos antigos funcionários é produzido em menor quantidade ou com menos qualidade do que de um funcionário diverso.

Outrossim, é importante a construção de um movimento para mudar o discurso em torno do preconceito de idade e do envelhecimento. Um exemplo de normatividade é a Resolução n. 520 do Conselho Nacional de Justiça, que possui entre suas diretrizes: “a articulação de ações para a valorização e proteção da pessoa idosa” e a “qualificação e atualização dos magistrados e serventuários sobre temáticas relacionadas a pessoas idosas”⁶.

Não se pode olvidar que estamos na chamada década do envelhecimento saudável, que vai de 2021 até 2030⁷, sendo este um plano de ação mundial para o desenvolvimento sustentável adotado pela Assembleia Mundial de Saúde e pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Durante essa década, os Estados deverão implementar iniciativas para mudar a forma de pensar e agir em relação à idade e ao envelhecimento. Uma das iniciativas é capacitar o idoso para contribuir e participar de forma mais intensa na sociedade.

Assim, os servidores públicos dos Tribunais devem ser respeitados, valorizando-se a diversidade de opiniões para que se forme um ambiente de colaboração. Além disso, é importante criar condições de trabalho que acompanhem o envelhecimento do servidor, adequando e adaptando as novas tecnologias aos mais idosos, e não somente adaptando o funcionário a elas. Dessa forma, o Tribunal de Justiça estará em consonância com as Resoluções do Conselho Nacional de Justiça e com a Assembleia Geral das Nações Unidas, que declarou o período 2021-2030 como a Década do Envelhecimento Saudável.

CONCLUSÃO

O relatório mundial sobre o idadismo da Organização Mundial de Saúde tem abordado que o etarismo vai além de problemas de estereótipos e discriminação. Neste relatório ficou demonstrado que as atividades educacionais ajudam a diminuir o preconceito e a discriminação, combatendo os estereótipos sobre os idosos. Ainda, o documento aponta que, utilizando políticas e leis em conjunto com atividades educacionais, haverá uma redução do idadismo.

Nesse âmbito, o maior desafio hoje dentro do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro é fazer com que a tecnologia e a mão de obra sejam instrumentos de inclusão. Isso ocorre porque o idoso deixa de ser bem aproveitado em seu trabalho, bem como qualquer servidor que seja portador de condições especiais.

5 ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Relatório mundial sobre o idadismo. Disponível em: <https://doi.org/10.37774/9789275724453>. Acesso em: 20 set. 2023.

6 CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Dispõe sobre a Política Judiciária sobre Pessoas Idosas e suas Interseccionalidades. Resolução n 520, 18 set. 2023. Acesso em: 22 out 2023.

7 ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. Assembleia Geral da ONU declara 2021-2030 como Década do Envelhecimento Saudável. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/105264- assembleia-geral-da-onu-declara-2021-2030-como-d%C3%A9cada-do-envelhecimento-saud%C3%A1vel>. Acessado em 14 nov 2023.

Nesse ínterim, o TJRJ deve se adaptar e atuar para que as relações entre os seus servidores sejam de socialização e de inserção, de modo a gerar uma melhor qualidade de vida de todos os funcionários, sobretudo os mais idosos. Por esse motivo, a gestão do Tribunal tem que ter um olhar adequado para minimizar o etarismo dentro do órgão através de mecanismos eficientes. Assim, não são suficientes palestras e cursos, mas também são exigidos debates e conferências mais inclusivas. Além disso, é fundamental que ambos o idoso e o jovem sejam ouvidos neste debate.

Não se pode ficar no plano de conjecturas que apresentam um discurso de inclusão, mas sem uma política efetiva e prática desta inserção. Todos precisam ser ouvidos, demonstrando o seu conhecimento e a sua experiência dentro do Tribunal, através de depoimentos pessoais dos funcionários nos cursos e palestras.

Nessa conjuntura, o Tribunal de Justiça, com a nova gestão que vem sendo implementada que visa assegurar o funcionamento ético da organização, possui um novo desafio que é minimizar a discriminação ao idoso. Isso se deve à discriminação existente entre os funcionários em virtude da diferença de idade, por haver um grande quantitativo de funcionários com mais idade diante de um menor grupo de novos funcionários oriundos dos novos concursos.

Algumas ações são de fundamental importância, como por exemplo a conscientização dentro do órgão público sobre a discriminação existente, reconhecendo este como um problema social no trabalho que necessita de um diálogo de uma forma mais eficaz. Além disso, é necessária uma política eficiente de inclusão abrindo novas oportunidades para idoso, com a criação de condições adequadas e sua reinserção nas novas tecnologias, a fim de reduzir a discriminação e o conflito geracional. Nesse diapasão, a nova Resolução do Conselho Nacional de Justiça, n. 520/23, vem ao encontro das novas políticas adotadas pelo Tribunal, ampliando e ofertando maiores subsídios com o objetivo de orientar e capacitar servidores, magistrados e auxiliares do judiciário sobre a temática. Dessa forma, realizam-se seminários, cursos e palestras voltados aos usuários do sistema da justiça.

É fundamental destacar que o envelhecimento não significa a perda da capacidade intelectual, de modo que é primordial a valorização do idoso que se encontra ativa. De fato, a troca entre os jovens e os mais velhos no ambiente de trabalho é de suma importância para que se agreguem os novos conhecimentos e tecnologias à história e ao conhecimento acumulado pelos mais idosos. Neste sentido, o trabalho em conjunto é que será capaz de trazer melhor resultado e eficiência no serviço, aumentando a produtividade dentro do TJRJ.

Dessa forma, é essencial que se crie um espaço de igualdade em que a dignidade do idoso seja construída para um futuro de prosperidade e de real inclusão no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Quando a administração pensar e agir efetivamente em relação aos seus funcionários é que se impactará positivamente no futuro da organização. Assim, olhar os anos passados é fundamental para que se antevejam os anos que estão por vir.

REFERÊNCIAS

ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. **Assembleia Geral da ONU declara 2021-2030 como Década do Envelhecimento Saudável**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/105264-assembleia-geral-da-onu-declara-2021-2030-como-d%C3%A9cada-do-envelhecimento-saud%C3%A1vel>. Acessado em 14 nov. 2023.

BRASIL. Constituição Federal (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados. Distrito Federal, 2023.

BRASIL. Lei n. 10.741, de 01 de outubro de 2003. **Estatuto do Idoso**. Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2010.741-Acessado em: 24 set. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Resolução n 520 de 18 set. 2023**. Dispõe sobre a Política Judiciária sobre Pessoas Idosas e suas Interseccionalidades. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/5253>. Acesso em: 22 out 2023.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Resolução 351 de 28 de outubro de 2020**. Institui, no âmbito do Poder Judiciário, a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3557>. Acesso em: 19 set. 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Relatório mundial sobre o idadismo**. Disponível em: <https://doi.org/10.37774/9789275724453>. Acesso em: 20 set. 2023.

OLIVEIRA, Ozires de. O futuro é digital e idoso. **Instituto das Cidades Inteligentes**. Curitiba, 14 dez. 2021. Disponível em: <https://www.ici.curitiba.org.br/conteudo/o-futuro-e-digital-e-idoso/204>. Acesso em 05 out. 2023.

SANTOS, Cícero Gonçalves, FORTES; Denise Xavier. **Inclusão Digital: A Terceira Idade e suas dificuldades Associadas as novas Tecnologias**. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/cieh/2015/TRABALHO_EV040_MD4_SA13_ID3002_26082015004212.pdf. Acesso em 14 nov. 2023

TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; MENEZES, Joyceane Bezerra de. **Gênero, vulnerabilidade autonomia: repercussões jurídicas**. 2.ed. São Paulo: Foco, 2021.

TEDESCO, Maria Aglaé. **O Envelhecer real e o Idealizado**. Palestra. Escola de Administração Judiciária - ESAJ. Rio de Janeiro. 31 ago. 2023.

VIDA APÓS A APOSENTADORIA: UMA REFLEXÃO À LUZ DO ETARISMO



Daniela Vicente da Silva

Graduada em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
Chefe do Serviço de Processamento de Aposentadoria e Instrução de Pensões - DGPES

Resumo: O texto busca estabelecer um paralelo entre a aposentadoria e o processo natural de envelhecimento, explorando os desafios relacionados ao etarismo. A iminência do afastamento do cenário laboral tende a evocar apreensão, uma vez que o trabalho sempre desempenhou um papel de um *locus* crucial para inserção social, ocupação e sustentação financeira. A contemplação de uma aposentadoria planejada, aliada ao prolongamento da expectativa de vida, oferece a promessa de uma qualidade de vida mais substancial durante a fase mais avançada da existência.

Palavras-chaves: Aposentadoria. Envelhecimento. Etarismo. Longevidade. Qualidade de vida.

Sumário: Introdução. 1. Aposentadoria: o cenário do envelhecimento, seus aspectos sociais e jurídicos. 2. Desafiando estereótipos: uma visão das origens e dinâmicas do etarismo. 3. A busca pela qualidade de vida. Conclusão. Referências.

INTRODUÇÃO

O aumento da longevidade, nos últimos anos, decorrente de fatores econômicos, sociais, políticos, dentre outros, gerou um crescimento na população mais velha, determinando um avanço considerável na vida em sociedade, e, por consequência, provocou a necessidade de se assegurar a qualidade de vida desta população.

Ao envelhecer, o sujeito se depara com diversas transformações, sejam biológicas ou sociais, bem como situações desafiadoras relacionadas à sua identidade pessoal e social, em busca do sentido da vida, de forma a remodelar as mudanças e limitações advindas do processo de envelhecimento natural, global e contínuo, comum a todos os seres humanos. Nesta fase, o processo mais emblemático, sem dúvida, é a aposentadoria, já que o trabalho representa um papel de extrema importância na vida do indivíduo, não somente como garantia material, mas, muitas das vezes, pelo fator motivacional.

Percebe-se que o etarismo advém, por muitas vezes, do próprio adulto, no período de transição para a aposentadoria; neste período de velhice e envelhecimento, evidenciando uma associação direta à incapacidade e à inatividade. Na sociedade contemporânea, busca-se adiar e evitar essa fase da vida, numa tentativa de ocultar e silenciar os efeitos do envelhecimento, justamente pela desvalorização e discriminação do adulto mais velho, até mesmo pelo próprio indivíduo. A criação do Estatuto da Pessoa Idosa, surge para garantir a cidadania, bem-estar e proteção em todos os aspectos da vida.

A aposentadoria não significa inatividade com o fim da carreira profissional, podendo o indivíduo explorar possibilidades diferentes de envolvimento ou, simplesmente, de desvinculação total do trabalho, com ênfase a novos propósitos, rotinas e projetos de vida.

Dessa forma, a metodologia será aplicada pelo método qualitativo, uma vez que a pesquisadora pretende abordar fenômenos sociais, culturais e psicológicos, utilizando dados não numéricos, a respeito do tema aposen-

tadoria e qualidade de vida, através da busca bibliográfica de artigos científicos e na literatura.

1. APOSENTADORIA: O CENÁRIO DO ENVELHECIMENTO, SEUS ASPECTOS SOCIAIS E JURÍDICOS

O envelhecimento é um processo comum a todos os seres humanos, o que, por consequência, ocasiona modificações biológicas, sociais e psicológicas. Uma das modificações mais significativas, nesta fase, é a aposentadoria, já que o indivíduo deixa de trabalhar em tempo integral, sendo este um dos fatores de maior impacto na qualidade de vida.

A vida laborativa representa grande parte da autoestima pessoal, fornece um senso de propósito e direção ao longo da vida. O momento da aposentadoria, em tese, tão aguardado ao longo da carreira funcional, deveria representar uma transição tranquila, com novas expectativas e realizações pessoais. Entretanto, neste momento, por vezes, o indivíduo não consegue se desligar da vida produtiva que desempenhou durante sua fase laboral, o que lhe tende a gerar temor, encontrando dificuldades em dar novo sentido à sua vida, mesmo que haja tempo disponível para usufruir seus prazeres.

Nesta esteira de entendimento, França¹ afirma que o afastamento do trabalho provocado pela aposentadoria talvez seja a perda mais importante da vida social das pessoas, podendo resultar em outras perdas futuras que tendem a afetar sua estrutura psicológica. Através de alguns estudos literários, a aposentadoria pode ser definida como uma das palavras mais repulsivas do vocabulário, aposentar-se significaria deixar de atuar em sociedade, de forma que não trabalhar seria o mesmo que morrer.

Segundo Vasques-Menezes², em contrapartida, há de se destacar a importância das primeiras vivências da aposentadoria na desmistificação de preconceitos e viabilização de ações que possam dar suporte às mudanças sociais que ocorrem nesse período. Neste sentido, ao longo da jornada, a insegurança e o medo de uma vida aparentemente nova vai se dissipando, pois, a bem da verdade, quando se envelhece o indivíduo não se torna outro, ao contrário, se mantém o mesmo durante toda a sua vida, só que mais velho.

O marco legal da aposentadoria no Brasil, tem início em 1888, através dos funcionários dos Correios, os primeiros a contarem com o benefício. Porém, foi a partir da criação do Instituto da Previdência Social, através do Decreto nº 4682, de 24 de janeiro de 1923, que foi instituída a caixa de Aposentadoria e Pensões aos empregados das vias ferroviárias. Em meados dos anos 30, o então presidente do país, Getúlio Vargas, reestruturou a Previdência, incorporando quase todas as categorias de trabalhadores urbanos, e, em 1963, os trabalhadores do campo. Somente em 1988, com a promulgação da Constituição Federal de 1988³, o benefício é estendido a todos os trabalhadores.

Ressalte-se que, ao longo dos anos, a aposentadoria no serviço público sofreu várias reformas. Atualmente, de acordo com o disposto na Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019⁴, que trouxe inúmeras modificações para o sistema previdenciário dos servidores públicos federais e para o Regime Geral da Previdência Social, estabeleceu que as regras de aposentadoria de regimes próprios de previdência social são de competência dos Estados, Distrito Federal e Municípios. Os servidores públicos estaduais do Rio de Janeiro são

1 FRANÇA, Lúcia. Preparação para aposentadoria: desafios a enfrentar. In: Veras, Renato (Org.). Terceira Idade: alternativas para uma sociedade em transição. Rio de Janeiro: Dumará-UnATI, 1999.

2 VASQUES, Menezes, I. Orientação para o trabalho em situação de aposentadoria. In: FRANÇA, L.; STEPANSKY, D. (Orgs.) Propostas multidisciplinares para o bem-estar na aposentadoria. Rio de Janeiro: Quartet; Faperj, 2021.

3 BRASIL. Constituição da República Federal do Brasil de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: nov. 2023.

4 BRASIL. Emenda Constitucional nº 103 de 12 de novembro de 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm. Acesso em: nov. 2023.

submetidos às regras estabelecidas pela Emenda Constitucional Estadual nº 90, de 05 de outubro de 2021⁵, que revogou e modificou dispositivos da Constituição do Estado do Rio de Janeiro de 1989, bem como pela Lei Complementar nº 195, de 05 de outubro de 2021⁶, ambas com vigência a contar de 01 de janeiro de 2022.

A aposentadoria no serviço público se dá através das modalidades voluntária, observados o tempo de contribuição e idade e demais requisitos estabelecidos; compulsória, aos 75 anos de idade ou por incapacidade permanente para o trabalho, no cargo em que estiver investido, mediante avaliação médico-pericial, quando insuscetível de readaptação.

De acordo com Zanelli, Silva e Soares, esta fase não pode ser considerada um simples término da carreira. O planejamento para a aposentadoria é essencial e indispensável. As atividades laborais praticadas, os vínculos estabelecidos e a rotina diária, quando retiradas da vida do indivíduo, acarretam mudança no ritmo e em todos os aspectos de sua vida. Assumir a condição de aposentado sem preparação aumenta os riscos de problemas nos planos de vida pessoal e no reposicionamento da estrutura social⁷.

A partir da década de 1950, surgem nos Estados Unidos, os programas de preparação para aposentadoria (PPA), difundidos por empresas, como parte fundamental para o planejamento desta nova fase. Posteriormente, ao longo dos anos, foram introduzidos em outras sociedades. De suma importância, atuam como um espaço de reflexão sobre as possíveis perdas, mas, essencialmente, dos ganhos relativos ao afastamento do trabalho, de forma a sensibilizar o indivíduo, podendo transformar o desencanto em encanto.

2. DESAFIANDO ESTEREÓTIPOS: UMA VISÃO DAS ORIGENS E DINÂMICAS DO ETARISMO

Historicamente, considerava-se a idade determinante da velhice aos 65 anos, no momento que se encerrava a fase economicamente ativa do indivíduo; no entanto, essa idade foi elevada para 75 anos pela Organização Mundial de Saúde, através de estudos e estatísticas mundiais, devido ao aumento da longevidade e da expectativa de vida. Os avanços da medicina, ciência e tecnologia possibilitam que se viva mais e melhor. Entretanto surge, em especial na sociedade ocidental, o fenômeno do etarismo, forma de discriminação sofrida em razão da idade e que pode comprometer a saúde física e mental do indivíduo que sofre esse tipo de preconceito.

O termo ageísmo, traduzido do inglês “ageism”, foi criado pelo gerontologista americano Robert Bulter, como forma de definir a intolerância etária. Os grupos mais vulneráveis seriam os mais jovens e os mais velhos. No ano de 2001, o gerontologista Erdman Palmore, definiu o termo como preconceito e discriminação contra pessoas idosas. Ao longo dos anos, houve a popularização do termo, ganhando traduções para o português, ou seja, o preconceito com base na faixa etária começou a ser identificado como ageísmo, idadismo, etarismo ou idosismo⁸.

Atualmente, a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Mundial de Saúde (OMS) definem o etarismo como estereótipos (forma de pensar), preconceitos (maneira de sentir) e discriminação (atitude) em relação a terceiros ou a si mesmo por causa da idade. Segundo dados da ONU, estima-se que uma em cada duas pessoas tem preconceito contra os mais velhos, de forma mais recorrente em relação à mulher.

O tema ainda é novo e pouco difundido, no Brasil, embora o aumento da idade média do indivíduo seja uma realidade. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE) apontam que, no país, 13% da população tem mais de 60 anos e prevê que, a partir de 2031, haverá mais idosos do que crianças e adolescentes (aumento da expectativa de vida e a queda das taxas de fertilidade).

5 RIO DE JANEIRO (Estado). Emenda Constitucional nº 90 de 10 de outubro de 2021. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1297618654/emenda-constitucional-90-2021-rio-de-janeiro-rj>. Acesso em: nov. 2023.

6 RIO DE JANEIRO (Estado). Lei Complementar nº 195 de 2021. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1297618911/lei-complementar-195-21-rio-de-janeiro-rj>. Acesso em: nov. 2023.

7 ZANELLI, José Carlos; SILVA, Narbal; SOARES. Orientações para aposentadoria nas organizações de trabalho: construção de projetos para o pós carreira. Porto Alegre: Artmed, 2010.

8 ABRAPP, Revista. Disponível em: <http://blog.abrapp.org.br>. Acesso em: out. 2023.

Na legislação brasileira, apesar do termo etarismo não estar explícito nos dispositivos legais referentes aos direitos dos idosos, a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Pessoa Idosa, criado através da Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003⁹, coíbem a discriminação contra a população idosa. Dentre os direitos fundamentais dispostos na Carta Magna, o artigo 5º e seu inciso XLI, garante a inviolabilidade do direito à vida, à igualdade e à segurança, punindo diretamente qualquer discriminação atentatória aos direitos e liberdades fundamentais. Já o Estatuto da Pessoa Idosa proíbe expressamente a discriminação contra a pessoa idosa e prevê penas e sanções para quem comete tal crime.

Ao se perceber a necessidade de proteção legal ao indivíduo idoso, é importante traçar um paralelo entre a sociedade oriental e a ocidental. Na sociedade oriental, a velhice é percebida, em alguns países, de maneira diferente, devido a influências culturais, históricas e sociais, onde o idoso é reverenciado e respeitado, já que a idade é vista como um sinal de sabedoria e experiência, sendo honrado e cuidado pelos familiares mais jovens, e esta coesão desempenha um papel importante no apoio ao indivíduo, com ênfase na promoção da saúde e papel ativo na comunidade onde vive.

Já na cultura ocidental, é preciso olhar a pessoa idosa como alguém que é capaz de tomar suas próprias decisões, fazer suas escolhas e ter autonomia. Em sua obra “A máquina de fazer espanhóis”, o escritor português Valter Hugo Mãe¹⁰ retrata a indignação de um dospersonagens, frente ao descaso de sua família ao colocá-lo para morar em um asilo:

“(,,,) não podemos ficar velhos e vulneráveis a todas as coisas, temos de nos rebelar aqui e acolá, caramba, temos de estar a postos para alguma retaliação, algum combate, não vá o mundo pesar que não precisa de tomar cuidado com as nossas dores.”

Nas sábias palavras de Madre Teresa de Calcutá, “não devemos permitir que alguém saia de nossa presença sem se sentir melhor e mais feliz”¹¹.

É de suma importância que o indivíduo, em seu processo de envelhecimento, se sinta, verdadeiramente, inserido na sociedade, com a ressignificação de seu propósito de vida para o recomeço de sua jornada.

3. A BUSCA PELA QUALIDADE DE VIDA

Já que a vida segue seu curso e a jornada deve ser feliz e leve, é fundamental dar sentido à vida do indivíduo após a aposentadoria, a fim de proporcionar o encerramento de um ciclo e o início de outro, de forma a desenvolver estratégias determinantes a se sentir útil e valorizado em uma sociedade contemporânea historicamente preconceituosa. A perspectiva de uma aposentadoria planejada, associada ao aumento da longevidade, vislumbra a garantia de uma maior qualidade de vida na fase mais madura.

Simone de Beauvoir¹² pontua, de forma cirúrgica, que o aposentado, ao se desesperar com a falta de sentido da sua vida presente, é porque o sentido de sua existência sempre lhe foi roubado.

O sentido está diretamente ligado à alma do indivíduo. O autoconhecimento desempenha um papel crucial na vida do aposentado, proporcionando uma base sólida para uma transição significativa e gratificante na fase mais madura, onde o maior desafio seja obter motivação para seguir em frente. Esse enfrentamento requer flexibilidade, autoexploração e uma abordagem gradual para adaptar-se a essa nova fase.

9 BRASIL. Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=10741&ano=2003&ato=c8egXU610dRpWT951>. Acesso em: nov. 2023.

10 MÃE, Valter Hugo. A máquina de fazer espanhóis. Rio de Janeiro: Globo, 2021.

11 CALCUTÁ, Madre Teresa de. Disponível em: <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/informes/presidente-gilson-lemes-homenageia-voluntarios.htm>. Acesso em: nov. 2023.

12 BEAUVOIR, Simone de. A Velhice. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

De acordo com Rubens de Fraga Júnior¹³, médico especialista em geriatria e gerontologia, a motivação permite que nos sintamos humanos e conectados uns com os outros. Muitas pessoas questionam o propósito da vida e se sentem perdidas e desamparadas sem motivação, a qual permite espalhar compaixão e positividade e, ao mesmo tempo, atrair mais pessoas positivas e generosas.

Michel de Montaigne, em sua obra “Ensaaios”¹⁴, explora a ideia sobre a natureza humana e a busca da felicidade, enfatizando a importância de aceitar a imperfeição humana e de buscar a autoconsciência para alcançar uma vida equilibrada e realizada.

Já Bertrand Russel, explora maneiras de alcançar a felicidade e a satisfação na vida diária. Destaca, em seu livro “Conquista da Felicidade”¹⁵, a importância de interesses variados, relacionamentos saudáveis e a busca de atividades significativas.

Ao soar o mantra de autoria da cantora Marisa Monte, “sou feliz, alegre e forte, tenho amor e sorte aonde quer que eu vá”¹⁶, é possível vislumbrar na vida do indivíduo a vibração de positividade emanando boas energias.

CONCLUSÃO

O presente artigo teve por finalidade discorrer sobre o momento determinante do indivíduo ao ato de aposentar-se e as repercussões do processo de aposentadoria na qualidade de vida, ao se deparar com uma nova realidade, em busca de novos propósitos, dando novo sentido à sua vida, diante dos desafios associados ao etarismo, preconceito que assola a sociedade contemporânea.

Nesse contexto, fica evidente a necessidade de o indivíduo permanecer ativo na aposentadoria, como um momento de olhar para si mesmo, de autoconhecimento, agregando respeito e cuidado, em busca de melhor qualidade de vida, como a construção de rotinas saudáveis e produtivas, a fim de promover um envelhecimento bem-sucedido e sadio.

Frise-se que o estabelecimento de metas a curto prazo, em um primeiro momento, é uma forma de o indivíduo colocar em prática e realizar projetos que planejou ao longo da vida. É importante que, no momento da definição das metas, o indivíduo realize atividades fora da sua zona de conforto, estimulando a resiliência e a criatividade.

Importante ressaltar que o combate ao etarismo, preconceito latente nas sociedades, é de suma importância para promover uma sociedade mais justa e inclusiva, onde a conscientização da população acerca do tema, exerce um papel fundamental e todos devem contribuir, uma vez que a responsabilidade é coletiva.

Assim sendo, conclui-se que a aposentadoria pode e deve ser vista como uma nova fase a ser explorada pelo indivíduo, de crescimento e enriquecimento da vida pessoal e, de modo especial, uma fonte de inspiração de vivências e experiências para aqueles que compartilham de seu convívio, com os seus encantos e desencantos, assim como se pode traduzir a vida por si mesma.

REFERÊNCIAS

ABRAPP, Revista. Disponível em: <http://blog.abrapp.org.br>. Acesso em: out. 2023.

BEAUVOIR, Simone de. **A Velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

13 JUNIOR, Rubens de Fraga. Disponível em: <https://www.hojeemdia.com.br/opiniaio/opiniaio/a-importancia-da-motivacao-para-o-envelhecimento-saudavel-1.862557>. Acesso em: nov. 2023.

14 MONTAIGNE, Michel Eyquem. Disponível em: <https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/4902-celso-martins-azar-filho>. Acesso em: nov. 2023.

15 RUSSEL, Bertrand. A conquista da felicidade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.

16 MONTE, Marisa de Azevedo. Feliz alegre e forte. Rio de Janeiro: Álbum Portas 2022.

BRASIL. Constituição da República Federal do Brasil de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: nov. 2023.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 103 de 12 de novembro de 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm. Acesso em: nov. 2023.

BRASIL. Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=10741&ano=2003&ato=c8egXU610dRpWT951>. Acesso em: nov. 2023.

CALCUTÁ, Madre Teresa de. Disponível em: <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/informes/presidente-gilson-lemes-homenageia-voluntarios.htm>. Acesso em: nov. 2023.

CEARÁ. Defensoria Pública do Estado do. **Etarismo é o desrespeito à capacidade de uma pessoa em função da idade. Vamos virar essa chave.** Disponível em: Etarismo é o desrespeito à capacidade de uma pessoa em função da idade. Vamos virar essa chave? – Defensoria Pública do Estado do Ceará. Acesso em: set. 2023.

ERROLATO, R.M.P.L., **Relações sociais na velhice.** In: FREITAS et al. (orgs.) Tratado de Geriatria e Gerontologia, Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

IDOSA, Campanha Estadual de conscientização sobre a violência contra a pessoa. Disponível em: https://social.mg.gov.br/images/Docs2023/cartilha_estatuto-comentado_bora-nos-unir.pdf. Acesso em: out. 2023.

FRANÇA, Lúcia. **Preparação para aposentadoria: desafios a enfrentar.** In: Veras, Renato (Org.). **Terceira Idade: alternativas para uma sociedade em transição.** Rio de Janeiro: Dumará-UnATI, 1999.

JUNIOR, Rubens de Fraga. Disponível em: <https://www.hojeemdia.com.br/opinio/opinio/a-importancia-da-motivac-o-para-o-envelhecimento-saudavel-1.862557>. Acesso em: nov. 2023.

MÃE, Valter Hugo. **A máquina de fazer espanhóis.** Rio de Janeiro: Globo, 2021.

MONTAINE, Michel Eyquem. Disponível em: <https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/4902-celso-martins-azar-filho>. Acesso em: nov. 2023.

MONTE, Marisa de Azevedo. **Feliz alegre e forte.** Rio de Janeiro: Álbum Portas, 2022.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Emenda Constitucional nº 90 de 10 de outubro de 2021.** Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1297618654/emenda-constitucional-90-2021-rio-de-janeiro-rj>. Acesso em: nov. 2023.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Lei Complementar nº 195 de 2021.** Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1297618911/lei-complementar-195-21-rio-de-janeiro-rj>. Acesso em: nov. 2023.

RUSSEL, Bertrand. **A conquista da felicidade.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.

VASQUES, Menezes, I. **Orientação para o trabalho em situação de aposentadoria.** In: FRANÇA, L.; STEPANSKY, D. (Orgs.) **Propostas multidisciplinares para o bem-estar na aposentadoria.** Rio de Janeiro: Quartet; Faperj, 2021.

ZANELLI, José Carlos; SILVA, Narbal; SOARES. **Orientações para aposentadoria nas organizações de trabalho: construção de projetos para o pós carreira.** Porto Alegre: Artmed, 2010.